

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 1, 2011

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniara

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 1, 2011

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 1, 2011

PUBLICAÇÃO DAS EQUIPES DAS PESQUISAS

Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades

Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP – Araraquara

Luís Antônio Barone

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e da UFG

Oswaldo Aly Júnior

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

EQUIPE DE BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores

Ariane Cristina Brughara

Daniel Tadeu do Amaral

Daniele Torres Aro

Henrique Carmona Duval

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Silvana Palma

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Maria Aparecida Moraes Silva, Maria Edy Chonchol, Oriowaldo Queda, Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 1, 2011

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.

Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.14, n.1, 2011. 336p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation	11
Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de reforma agrária <i>Proposition of a methodological framework for building theory in field research in settlements of land reform</i>	
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker	
Valéria Andreatta Whitaker	
Marinaldo Fernando de Souza	17
Metodologia em ação: a importância de se apreender invisibilidades nos assentamentos rurais <i>Methodology in action: the importance of understanding invisibilities in the rural settlements</i>	
Henrique Carmona Duval	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	31
Trajetórias do lugar de viver em terra de reforma agrária <i>Tajectories of land reform and the access to land as a place to live</i>	
Viviane Santi Martins	
Renata Menasche	69
A vida-travessia de mulheres assentadas rurais <i>Rural peasant women and their ongoing struggles for improving their lives</i>	
Marisa de Fátima Lomba de Farias	93
A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no Pontal do Paranapanema <i>Participation of women in rural settlements: a study in Pontal do Paranapanema</i>	
Ana Paula da Silva Moraes	
Edvânia Aparecida da Silva	
Luis Antonio Barone	115

Assentadas rurais em territórios da cidadania: capacitação, perspectiva de empoderamento?

Rural women settled in the territories of citizenship: an empowerment training program?

Ariane Cristina Brughara

Henrique Carmona Duval

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante135

Ausência de políticas públicas e formas de resistência da juventude assentada

A lack of public policy and forms of resistance of rural youth settled: a case study

Ana Flávia Flores

Silvani Silva

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante151

De associações às redes de sociabilidade: análise de resultados de pesquisa em assentamentos de reforma agrária

From associations to the social networks: an analysis of search results in agrarian reform settlements

Thauana Paiva de Souza Gomes

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker175

Do romper da cerca ao acesso à terra: resgate e registro dos caminhos percorridos pelas famílias pioneiras da Comunidade Agrária 21 de Dezembro, Descalvado-SP

Breaking fences to access to land: the recovery of data and registration of information regarding the paths taken by the pioneer families settled in the Rural Community "21 de Dezembro", in Descalvado-SP

Ana Carolina Hepe Teixeira

Henrique Carmona Duval

Maria Cristina dos Santos Bezerra197

Ambiguidades e assimetrias de informações no processo de parceria agrícola nos assentamentos rurais: equívocos da mediação <i>Ambiguity and asymmetric information in the process of agri-rural partnership in rural settlements: inaccuracies on mediation</i>	
Reginaldo Barbosa de Almeida	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante219
O sistema produtivo no assentamento Córrego Rico, Jaboticabal-SP: diversificação produtiva em território do agronegócio <i>The food production system in Córrego Rico settlement, Jaboticabal-SP: diversification within the agribusiness sector</i>	
Dorival Borelli Filho	
José Gilberto de Souza	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante243
A produção leiteira em assentamentos de reforma agrária: renda, organização e resistência <i>Dairy cattle and milk production in settlements of land reform: income, organization, and resistance</i>	
Martha Esthela S. Silva	
Luís Antônio Barone	
Laís Túbero Izidoro265
Estratégias dos agricultores familiares: entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização <i>Strategies adopted by family farmers: between the shape of the intensive agricultural production systems and the creation of differentiated marketing forms</i>	
Antonio Lázaro Sant´Ana283
Pensar e agir localmente: a mediação para a transição agroecológica, um caminho possível para assentamentos rurais? <i>Think and act locally: mediating the transition from conventional to agroecological practices, a plausible pathway towards rural settlements</i>	
Maristela Simões do Carmo305

**A gestão do INCRA e a questão agrária em São Paulo:
período 2003-2010**

*INCRA management and the agrarian issues in Sao Paulo during the
period 2003-2010*

Raimundo Pires Silva323

Normas de publicação334

APRESENTAÇÃO

A edição de Retratos de Assentamentos volume 14 número 1 é marcada por mudanças substantivas que, em nossa avaliação, são positivas principalmente no aspecto de sua regularidade e da melhor explicitação de sua política editorial. A revista passa a abrir chamada para artigos em fluxo contínuo por meio de envio eletrônico, respeitadas as normas técnicas já implementadas na presente edição.

A coleção Retratos de Assentamentos iniciada em 1994 enfrentou em sua trajetória, percalços e ameaças de soluções de continuidade, problemas felizmente superados. Inicialmente uma produção da Unesp, FCL campus de Araraquara, passou a ser a partir de 2004, um periódico editado pela Uniara, especialmente pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, tendo como carro chefe o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), que vem há mais de duas décadas pesquisando a realidade multidimensional dos assentamentos rurais com apoio continuado do CNPq.

Uma equipe valorosa que tem honrado, com seu cuidado e sensibilidade na condução da pesquisa, a trajetória dos homens e mulheres que têm lutado pela terra e por uma vida mais digna nos assentamentos rurais. Por um bom tempo, Retratos de Assentamentos expressou o gratificante retorno ao investimento feito na formação de jovens pesquisadores. A partir do número 12 buscou superar sua endogenia, num esforço para dialogar com outros pesquisadores, o que, inequivocadamente, representou um ganho substantivo. O aceite de pesquisadores da mais alta relevância acadêmica tem significado, para nós, a legitimidade e o reconhecimento da contribuição que a coleção tem dado à questão agrária e, mais especificamente, a uma expressão da política agrária, os assentamentos rurais.

Sem idealizar diagnósticos conclusivos, nem fugir às controvérsias de interpretação dos processos sociais agrários, jovens pesquisadores têm se reunido a pesquisadores sêniores em um fértil diálogo, enriquecido pelo compromisso com a produção de um conhecimento com retorno social, com a formação e a construção de olhares mais aprofundados.

Nosso periódico vai se tornar semestral. Essa "boa nova" não é apenas uma notícia acadêmica, resultante do nosso esforço em produzir uma revista tradicionalmente ligada a uma das mais importantes políticas públicas para o meio rural, investigando, avaliando, e criticando seus frutos com análises quantitativas e qualitativas.

Essa boa notícia é mais do que isso. Ela reflete a confiança depositada em nosso Retratos de Assentamento por pesquisadores e estudiosos dos

assentamentos e da Reforma agrária que nos enviam seus textos em fluxo cada vez mais denso, nos permitindo assim documentar a dinâmica e a complexidade desse campo de estudos.

Não por acaso, logo após a publicação do número referente a 2010 (Retratos, n.º 13), com textos voltados para a importantíssima questão da produtividade nos assentamentos, muitos deles com base nos resultados de censo agropecuário de 2006 pudemos voltar nossa "câmara para retratar" temas ligados à sociabilidade desses atores sociais (os assentados) mostrando que sua luta pelo permanecer na terra não é apenas para nela produzir ou reproduzir, mas também para viver intensamente subjetividades e sociabilidades.

Neste número de Retratos para além da produtividade, sempre considerada, trajetórias são resgatadas, relações de gênero são avaliadas e redes de sociabilidade são valorizadas. A subjetividade aparece então como "estrela" da pesquisa logo a partir do primeiro artigo, e metodologias são propostas para neutralizar a tendência cartesiana que nos persegue. Afinal, a principal dificuldade das ciências está em reconhecer que fazemos sempre parte dos fenômenos observados. Assim, as mulheres e os homens que concedem em fazer parte de nossas pesquisas, tal como nós mesmos, ora se alegram, ora se entristecem e, ao mesmo tempo, amam e odeiam. Ou seja, não estão nos assentamentos apenas para produzir, mas também para viver na terra: e dela não extraem apenas os frutos comercializáveis, mas também a energia e a alegria de viver.

Os textos aqui elencados desvelam a combinatória entre viver da terra e viver na terra. E então redes de sociabilidade se mesclam a redes de comercialização, travessias se misturam com trajetórias, enquanto relações de gênero contrapõem submissão e resistência.

Na primeira parte, **Metodologia, Gênero e Sociabilidades**, os artigos tratam e destacam a importância de um olhar poliocular para se apreender a complexidade dos assentamentos, além de ser destacada a necessidade de integrar estratégias de pesquisa para se alcançar dimensões geralmente invisíveis e fundamentais para a compreensão de tais processos, tais como as lentes utilizadas para analisar a importância do autoconsumo no modo de vida dos assentados, questões ambientais e ecológicas a lembrar a produção em mosaico e as perspectivas de sustentabilidade.

Neste mesmo campo de apreensão das invisibilidades, três artigos discutem relações de gênero, rompendo os preconceitos que ainda se fazem presentes na visão de mundo machista da sociedade. A construção e reconstrução das mulheres e estratégias de resistência e de fortalecimento de suas identidades se juntam a

um enriquecedor levantamento das desigualdades de acesso e das perspectivas do exercício da cidadania através dos bloqueios e conquistas dos direitos. Indo muito além de abordagens tradicionais de gênero, os artigos resgatam a importância de se trabalhar, através da capacitação, a autoestima e a possibilidade de empoderamento das mulheres, seus grupos formais e informais e seu papel na produção e reprodução social dos assentamentos.

Igualmente, dificuldades de continuidade dos grupos associativos, a masculinização que ainda permeia a esfera de decisões sobre o que produzir, como comercializar e, especialmente, o vazio detectado nas políticas públicas em vigor para apoiar as atividades de diversificação agrícola que podem acenar com um novo modelo de desenvolvimento rural são analisados neste número do Retratos. Questões polêmicas tratadas nos artigos voltados a relações de gênero que podem inclusive gerar subsídios para oferecer aos órgãos públicos elementos para maior e melhor incorporação desta questão nos instrumentos de coletas de dados que na proposta de uma agenda de desenvolvimento para os assentamentos rurais.

Investigações sobre a constituição do lugar da morada de famílias rurais em contextos de assentamentos permitem o desvendamento de relações de laços afetivos com a nova terra, em que o espaço, percebido como estranho, torna-se, no curso da vida, o lugar de viver. As construções e seu entorno revelam um sistema de valores que reflete a organização da existência desses agricultores, a teia de sociabilidades em meio a conflitos que fazem parte do modo de vida dos assentamentos.

Sociabilidades, formas de trocas simbólicas e materiais mesclam-se a núcleos religiosos em um processo de aglutinação continuada, no qual ganham espaço a festa e outros frutos da luta pela cultura. O papel da juventude no resgate da identidade cultural, na mobilização de tais espaços e na resistência a permanecer na terra é analisado em um quadro de indefinições de políticas públicas a ela dirigidas.

A segunda parte, **Assentamentos e Desenvolvimento: mediação, produção e diversificação**, retoma discussões que se deram no decorrer do IV Simpósio Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, realizado em Araraquara, junho de 2010 (financiado pela CAPES, FAPESP, INCRA e NEAD) e resultados de pesquisas em curso sobre assentamentos e desenvolvimento.

Nossa perspectiva analítica não tem separado objetividades e subjetividades, as quais se mesclam nos sonhos e dificuldades para entrar na terra, produzir, enfrentar os diferenciados cercos que se apresentam no modo de vida dos assentados.

Trata-se de acompanhar e registrar a trajetória de famílias que, ao lutar pela

terra, se deparam com diversos atores que ora ajudam, ora criam empecilhos para sua consecução. Por meio do resgate da memória do grupo submerge um importantíssimo reconhecimento do valor de suas lutas, pleno de significados e que encerram um aprendizado que a experiência da luta pela terra é capaz de oferecer para a recomposição identitária do grupo. Mas isso não significa que tais memórias sejam importantes apenas para o grupo em questão, porque se pressupõe o fluxo contínuo da luta pela terra tanto para aqueles que ainda estão acampados como para aqueles que já passaram tais experiências e agora estão assentados. Estes lutam para permanecer nos assentamentos sem cair em armadilhas como o arrendamento, pois quando lutavam pela terra não estavam apenas em busca do retorno financeiro que a terra lhes traria.

A trajetória de homens e mulheres que têm lutado arduamente para criar estratégias para ser e estar no mundo, em busca do reconhecimento e da valorização por viver da terra ganha maior riqueza e nos toca profundamente quando as experiências não são contadas por outros, mas vem pelo olhar comprometido de uma assentada que nos dá incontáveis lições de vida.

Ambiguidades e assimetrias de relações e de informações no processo de parcerias agrícolas nos assentamentos rurais são analisadas a partir de discussão detalhada das atribuições legais e da intervenção levada a diante pelo Itesp, eficaz intermediário na proposta de portarias que vieram legalizar a referida integração aos complexos agroindustriais. Equívocos na mediação são analisados em profundidade por trás das "lentes" jurídicas em um desafiante ensaio sobre os limites impostos aos assentados e as concessões estendida à Fundação Itesp.

Perspectivas de superação dos bloqueios que têm se apresentado nas parcerias agrícolas são analisadas em um projeto de assentamento, no qual vem sendo desenvolvida uma policultura orgânica, sendo parte da produção destinada ao autoconsumo e parte à comercialização interna entre as famílias do lotes. Precariedades e o burocratismo da assistência técnica são criticados, podendo ser apontados como um fato limitador do desenvolvimento dos assentamentos.

Por outro lado, programas de melhoria do sistema produtivo da pecuária .de leite de pequenos produtores, política inserida no Programa Territórios da Cidadania, com a doação de tanques resfriadores pode ser um bom exemplo de enfrentamento às dificuldades que concretamente se apresentam na produção e comercialização dos assentados. Com o projeto dos tanques resfriadores de leite, as associações, pouco ativas, tiveram uma maior autonomia sobre o preço do leite produzido, podendo elas mesmas escolher o laticínio ao qual forneceriam sua produção leiteira. Experiências bem sucedidas têm reforçado estratégias de permanência na terra.

Igualmente, uma abordagem compreensiva sobre a diversidade da produção em núcleos de assentamentos da região de Andradina põe em debate alternativas possíveis para a Reforma Agrária. A análise das estratégias de agricultores familiares, entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização revela resultados positivos em melhorias de suas condições, apontando para uma re-significação do papel que desempenham enquanto produtores e para uma revalorização de seu modo de vida. Situação que não pode ser generalizada, o que pode ser revelador da falta de articulação e do potencial de ampliação das experiências positivas, embora a região estudada esteja inserida em áreas de abrangência das políticas de desenvolvimento territorial do governo federal. Diagnósticos sobre a necessidade de aperfeiçoamento e mesmo de revisão das políticas públicas federais reiteram a importância de estudos que possam dar elementos significativos para uma possível reformulação de rotas.

A perspectiva de mudanças dá a tônica ao artigo que avalia a mediação para transição agroecológica, um caminho possível para os assentamentos rurais reforça contrapontos e a importância de rupturas da visão unicista da ciência convencional e da globalização como termômetro do desenvolvimento. Políticas Públicas e investimentos em ciência e inovação em modelos endógenos, tendo por base o marco teórico da Agroecologia como eixo central das modificações necessárias crescem, sem dúvidas, as possibilidades de ser revigorada a relação entre assentamentos e um outro modelo de desenvolvimento rural.

Concluindo esta nova fase da coleção Retratos de Assentamentos, segue um balanço da gestão do INCRA/SP entre os anos de 2003 e 2010. As possibilidades e limites institucionais da política agrária em São Paulo são apresentados pelo seu Superintendente, em um convite a um diálogo – que esperamos seja fértil e continuado – entre a academia e os órgãos gestores das políticas públicas.

Como diz Guimarães Rosa, o "mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando." Assim somos nós, e assim é **Retratos de Assentamentos**: dobrando sua periodicidade, se desvela em permanente construção, em uma continuada busca por inserir nossas vivências na produção do conhecimento.

Araraquara, maio de 2011

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuello Andreatta Whitaker
Henrique Carmona Duval

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PESQUISA DE CAMPO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Dulce C. A. Whitaker¹

Valéria Andreatta Whitaker²

Marinaldo Fernando de Souza³

Resumo: Após rápidas observações sobre dificuldades de apreensão científica dos fenômenos pela mente humana (obstáculos epistemológicos), o texto apresenta proposta metodológica baseada em transdisciplinaridade e refletividade como antídoto aos preconceitos e a contra transparência do pesquisador, os quais impedem muitas vezes a compreensão adequada, principalmente dos processos humanos que ocorrem na zona rural. São apresentados então três exemplos de pesquisa, nas quais – em diferentes momentos – um olhar poliocular foi capaz de realizar investigações pautadas por diretrizes relacionadas à proposta aqui sintetizada.

Palavras-chave: Estudos rurais; Pesquisa Qualitativa; Nova Ciência; Transdisciplinaridade.

Abstract: *In addition to the comments summarized herein, regarding the difficulties in understanding scientific phenomena by the human mind (epistemological obstacles), this paper presents and proposes a methodological framework for transdisciplinarity and reflectivity as an*

¹Professora Dra. em Sociologia – Programa de Pós-graduação em Educação UNESP/FCLAR – Araraquara SP/UNIARA/NUPEDOR (sil.onofre@uol.com.br).

²Engenheira Agrônoma, Professora Dra. Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional UNIARA Araraquara SP/NUPEDOR (valeriawhitaker@hotmail.com).

³Psicólogo e Mestrando em Educação UNESP/FCLAR – Araraquara SP/NUPEDOR (mfspsi@hotmail.com).

interactive method through critical reflection to be used as an antidote against prejudice and a lack of transparency of researcher that are often seen as impeding proper understanding of the true, specifically in the human processes that occur with people living in rural areas. Then, three examples of research are presented, which – in different time periods – a polyocular view was applied to conduct investigations outlined by guidelines in the framework related to the proposal summarized within this work.

Keywords: *Rural Studies; Qualitative Research; New Science; Transdisciplinarity.*

Introdução

O conhecimento científico apresenta duas grandes características - entre muitas outras igualmente importantes, mas que não nos cabe enumerar aqui. Vamos situar apenas essas duas características, porque são as que tornam difícil o acesso das pessoas comuns a seus patamares mais elevados. São elas, o caráter abstrato das suas formulações e a frequência com a qual esse conhecimento contraria as observações do senso comum e de outras formas de conhecimento.

Quanto mais avançada historicamente seja uma área do conhecimento científico, mais essas duas características se acentuam e mais inacessíveis se tornam suas formulações. Mas antes de verificar como isso se dá em diferentes campos do saber, vejamos como se apresentam tais características, de modo geral, ao observador comum, curioso de compreender a complexidade do universo, ou as crises financeiras que afetam seu poder aquisitivo ou o avanço das doenças, ou a razão dos movimentos sociais, ou simplesmente a fórmula do seu sal de cozinha.

Em primeiro lugar, tudo que enxergamos, sem auxílio de equipamentos ou de teorias, se apresenta sob o manto das aparências. O objeto concreto que observamos resiste ao nosso olhar investigativo e não se desvela facilmente. Sua essência permanece invisível e por mais esforços que façamos para penetrá-lo, ele se mantém mudo, estático, a nos desafiar. O objeto é sempre o resultado de um conjunto de relações – em teias, ou redes complexas – átomos "grávidos" de partículas, frutas cheias de sais minerais, que por sua vez resultam de processos bioquímicos complexos... Assim, o sociólogo, trabalhando com interfaces, deve contemplar os movimentos sociais como processos complexos cheios de subjetividades em rede e de contradições insolúveis, tangidos por forças históricas inexoráveis.

O esforço hercúleo da ciência tem sido o de construir equipamentos que permitam

captar alguns desses elementos invisíveis, produzir reações para libertar outros, ou elaborar teorias que expliquem adequadamente tanta complexidade, ainda que sejam relações fugidias, impenetráveis como buracos negros, hipotéticas partículas da física quântica, ou no caso das ciências humanas, as motivações pessoais e as grandes correntes históricas que dão sentido às mudanças sociais.

E quanto mais a ciência avança na construção dessas relações, mais se afasta do senso comum. E aqui já estamos falando dessa nossa segunda característica do conhecimento científico: sua quase incompatibilidade com as outras formas de conhecimento – conhecimentos obtidos ao longo do tempo, através de práticas culturais interessantes, a partir do pensamento religioso ou mágico, com bases em experiências eficazes (úteis, portanto), mas que atuam como obstáculos epistemológicos à compreensão das conquistas do universo científico.

Não se pode afirmar, como queria Francis Bacon, que o intelecto humano seja insuficientemente contemplado com a capacidade de perceber tais complexidades. O que acontece é que a força das aparências se junta a modos de pensar arraigados pelo hábito, desde a primeira infância, quando a família e os adultos significativos "alimentam" a mente infantil com as representações sociais, que afinal orientam o cotidiano de nossas vidas (MOSCOVICI, 2004).

É claro que muitos conhecimentos científicos já foram incorporados a essas representações (MOSCOVICI, 1976), mas para serem adequados ao uso diário sofreram refrações que os deformam e são até deixados de lado quando os velhíssimos modos de pensar se impõem. E aqui já adentramos a área dos preconceitos – obstáculos ao conhecimento dos mais atuantes, especialmente quando referidos ao mundo rural (WHITAKER, 2002).

Além disso, há idéias poéticas, imaginativas, criativas, que nos são caras e não devemos descartar. Por exemplo, um pôr-do-sol, (que na verdade não é um Sol se pondo em parte alguma, e sim um resultado sistêmico) é um momento de rara beleza e nem mesmo o mais aplicado pesquisador em astronomia dirá que vai sair apenas para contemplar o momento em que a rotação do nosso planeta, em seu movimento de translação à volta do sol produz ausência de luz no fuso horário em que vive e plantou o seu jardim.

Há, portanto representações sociais imaginativas, aromas inebriantes, cores deslumbrantes e não devemos "desencantar o mundo" a ponto de abandonar nossos sonhos e fantasias.

O argumento principal deste artigo é de que podemos e devemos manter a fascinação pela natureza, com metodologias apropriadas que nos permitam contemplar os fenômenos em suas caleidoscópicas e miraculosas inter-relações, o

que nos ajudará a manter e/ou desenvolver a veneração pela mãe-terra. Nosso segundo argumento é de que esse tipo de atitude é particularmente apropriado aos estudos rurais – mais especialmente à Sociologia Rural, uma vez que as relações sociais no campo são constantemente intermediadas pela complexidade dos fenômenos da natureza.

Ou seja, aquilo que aparece ao pesquisador como pobreza material ou simplicidade nos modos de vida, aquilo que surge como rusticidade, o caráter "bucólico" do rural em seu alegre despertar ao canto dos pássaros ou seu melancólico entardecer sem as luzes urbanas, é na realidade uma teia de relações complexas derivadas dos ecossistemas em suas relações com as culturas agrárias, com seus fragmentos de resistência...

Precisamos, portanto, para a compreensão do rural:

- a) Superar a ideologia urbano-industrial que se autoproclama universal, tal como equacionado por Weber (2008);
- b) Superar o reducionismo da ciência cartesiana que propõe estudar o fato social como coisa, síntese da proposta de Durkheim (1972);
- c) Superar o positivismo, que fragmenta o real, pensando entender a natureza com base em recortes abstratos (CAPRA, 1982).

1. Assentamentos de Reforma Agrária: uma realidade complexa.

A introdução acima, um pouco longa e bastante geral, foi necessária para situar nosso ponto de vista sobre as possibilidades da transdisciplinaridade nos estudos sobre Reforma Agrária.

A primeira exigência para a prática de uma "nova ciência" tal como proposta por Morin (1993) e Capra (1982) – um antropólogo e outro físico – entre muitos outros, é criar metodologias apropriadas.

Não basta contemplar o fenômeno e tentar apreendê-lo teoricamente a partir das interfaces conhecidas pelo pesquisador. Já dissemos que o objeto "resiste" – não quer ser desvelado pelo movimento da razão. Além disso, a razão humana – não nos esqueçamos – está obstaculizada por toda sorte de preconceitos, advindos do senso comum, das representações sociais, das religiões e das subjetividades, singularidades e intenções pessoais.

Não podemos nos esquecer ainda de que a própria ciência é uma construção histórica e, portanto contaminada pelas ideologias. Para que se compreendam tais processos, basta contemplar a história da medicina, com sua controvertida evolução de tratamentos, inspirados pelos avanços científicos de cada época (WHITAKER, 2007).

Assim, são as necessidades de cada época, dentro da totalidade histórica, avançando em teias complexas de relações, que determinam o tipo de pensamento científico que devemos desenvolver. O industrialismo continua praticando, estimulando e financiando largamente o reducionismo da Ciência cartesiana que serve para produzir tecnologia e devastar o planeta. Mas este pede socorro e exige uma outra Ciência (CAPRA, 1982) clamando por sustentabilidade e preservação do meio-ambiente.

É contemplando a natureza devastada que se percebe esse grito de socorro. Até mesmo o economista mais profundamente envolvido pelas razões de produtivismo, ou o agrônomo totalmente dedicado às necessidades do agronegócio concordará, ao contemplar os grandes cultivos (*plantations*) que a fragilidade da monocultura abre portas às pragas que afetam a produtividade pela qual tanto lutam. Basta pensar no "*greening*" que ameaça de extinção os grandes laranjais ou as pragas que assolam periodicamente grandes extensões de soja.

Quando se visita um assentamento de Reforma Agrária, no entanto, o que nos chama atenção é a produção em mosaico, o que foi bem documentado para os assentamentos de Araraquara, por exemplo, por Whitaker e Fiamengue (2000) e por Nishikawa (2004) – em trabalhos que chamam atenção para as possibilidades de sustentabilidade, preservação e até recuperação de uma natureza que já havia sido devastada anteriormente pela prática de monocultura de eucaliptos (caso da Fazenda Monte Alegre).

Pesquisar assentamentos de Reforma Agrária, portanto, exige, transcender as aparências da ilusória simplicidade observada pelo olhar urbanocêntrico e desvelar a pequena propriedade familiar produtora de alimentos, garantindo não só a segurança alimentar dos seus moradores, como a de muitos setores do seu entorno urbano, que exigem políticas públicas de distribuição de alimentos frescos, como a merenda escolar e os restaurantes populares – no caso de Araraquara estudados por Kuranaga, Botta Ferrante e Almeida (2008).

Mas é preciso transcender ainda este nível de análise e buscar a rede que liga o local ao global, percebendo relações geopolíticas que derivam da questão ainda mais ampla da Soberania Alimentar da região e do país diante do avanço das grandes corporações sobre o controle da produção de sementes (WHITAKER, 2008).

Desse ponto de vista sistêmico, uma aparentemente simples semente de soja transgênica é produto de relações dialéticas que podem ser desdobradas em incontáveis (e inconfessáveis) interesses internacionais e em contraponto, um simples lote de subsistência caracterizado pela diversidade envolve infinitas possibilidades ligadas ao controle biológico de pragas, à relação com matas

nativas conservadas pelo pequeno produtor – à diversidade e rotação dos cultivos, tornando as plantas menos suscetíveis às disfunções sistêmicas.

Essas relações dadas pelo olhar agroecológico já são relativamente conhecidas, mas a natureza e a cultura são ainda mais complexas e aqui já estamos adentrando o campo da nova ciência com suas propostas de fenômenos em rede (a Teoria da Vida, segundo CAPRA, 1999).

Necessitamos, portanto, desenvolver metodologias apropriadas ao meio rural, para provar através dessas múltiplas relações, que os benefícios da Reforma Agrária vão muito além de avaliações produtivistas e até mesmo das avaliações extensionistas, ainda quando as propostas sejam agroecológicas. Ou seja, a Reforma Agrária se insere: num nível macro, como exigência política de justiça social e democratização; num nível micro, como exigência para recuperação ambiental; e num nível sistêmico como exigência essencial à "teia da vida".

Mas para que o pesquisador não seja acusado de ser apenas militante de esquerda ou o que é pior romântico e idealista, precisamos desenvolver e fornecer a ele pressupostos metodológicos ligados à nova ciência, com suas propostas de olhar poliocular – conceito criado por Morin (1993) – e que depende de interfaces e transdisciplinaridade.

Em nosso entender, e baseando-nos em nossas pesquisas em diferentes áreas, estabelecemos como base para essa metodologia que pode estruturar e operacionalizar esse olhar poliocular em uma tríade compreensiva: um olhar que vê, um olhar que sente e um olhar que reflete – estruturado a partir de interfaces que levam à transdisciplinaridade o que passamos a explicitar.

O olhar que vê faz a leitura compreensiva do espaço, com registros detalhados em diário de campo, utilizando para essa leitura as referências teóricas que dão conta das relações e não de partes do real. O olhar que sente acontece durante a re-leitura, que dá continuidade à análise já iniciada durante a coleta de dados (que pode estar sendo feita também a partir de outras técnicas, o que depende do tema da pesquisa). A releitura leva à emoção porque a memória do pesquisador é estimulada pela descrição compreensiva (NISHIKAWA, 2002).

Ao ler suas anotações em Diário de Campo, o pesquisador evoca momentos de descoberta que pareçam naturais na situação de campo, mas que agora ganham novos significados e sugerem novas relações. É a própria investigação que avança tentando descobrir os meandros da teia sistêmica na qual se inserem os fenômenos. Mas a emoção deve dar lugar à reflexão e o "olhar que reflete" realiza agora as reflexões sobre a própria reflexão, que já estava dada, desde o projeto de pesquisa.

Quais são as interfaces que enriquecem esses três olhares? Obviamente isso varia de caso a caso, mas na questão da Reforma Agrária, esse olhar parte do direito à vida. A questão dos Direitos Humanos é fundamental e é a partir do campo do Direito que se justifica a ocupação do espaço – o direito à vida implica o plantio de alimentos – fonte da vida e da sociabilidade (Sociologia em interface com a Biologia).

A proposta supõe então o envolvimento do pesquisador, já que não há neutralidade e nem a pseudo-objetividade da separação entre sujeito e os temas por ele investigados. Assim, diante das contradições e paradoxos que emergem a todo momento do real pesquisado, emergem também os processos de contratransferência, que o pesquisador precisa assumir e administrar (o olhar que sente).

O processo da contratransferência⁴, originalmente identificado por Sigmund Freud em seus estudos psicanalíticos, é amplamente utilizado para compreensão da relação entre o analista e cliente numa situação psicoterapêutica. Levando-se em conta sua descrição clássica, a contratransferência diz respeito às respostas emocionais do analista frente aos estímulos do paciente, que atuam como obstáculo à compreensão dos fenômenos subjetivos; é uma forma de resistência inconsciente que também pode impedir o progresso e a credibilidade da Psicanálise enquanto disciplina científica (LEITÃO, 2003).

A partir dessa descrição clássica, muitos autores aprofundaram a análise do fenômeno contratransferencial – da mente de quem sente e analisa – trazendo avanços e impactos significativos no campo teórico-prático da Psicanálise. Não cabe aqui ressaltar todas as vertentes e tentativas explicativas produzidas até então, mas apenas apresentar o delineamento inicial realizado por Freud, o que já nos permite expandir a percepção sobre os "pontos cegos" – limitações – do pesquisador em relação ao objeto a ser analisado ou da própria figura dos sujeitos a serem compreendidos – neste caso, o rural e o homem do campo. Parafraseando Freud (1910), nenhum pesquisador avança para além do que permite suas próprias resistências, sendo necessária neste caso uma autoanálise contínua – de sua própria subjetividade e da complexidade que envolve os fenômenos sociais a serem pesquisados. Desta forma, caberá ao pesquisador frente aos obstáculos que lhes são comuns, realizar o constante exercício de *reflexividade – um olhar atento e flutuante sobre o olhar que olha; somente assim captaremos a*

⁴Freud não chega a elaborar uma teoria da contratransferência, porém a descreve ao longo de sua obra. A exemplo disso consultar os textos: "As perspectivas futuras da terapia psicanalítica" e "Análise terminável e interminável", ambos de 1910.

realidade viva sem mutilá-la demais (MORIN, 1993).

Estamos então em pleno campo da Psicologia e quando o pesquisador pensa estar em estado de ilusão e autoengano, a natureza se impõe a ele com toda sua força e o olhar que reflete necessita das ciências ambientais (Ecologia: ciência integradora por excelência). O amor à natureza emerge da contemplação (o olhar que sente). Supera-se assim a velha regra do positivismo que nos aconselhava a ver fatos humanos como "coisas". Neutraliza-se também o olhar do "estranho" e o pesquisador se integra à natureza e aos atores sociais que nela vivem, compreendendo suas motivações – sejam eles os assentados de Reforma Agrária, sejam os moradores de Parques e Reservas, sejam quilombolas, índios ou povos da Floresta. Finalmente, temos a dimensão aprazível, o lado bonito da natureza, captado também pela percepção poética; artes e valores ligados à religiosidade – espirituais, estéticos e emocionais – devem ser também considerados, não como obstáculos epistemológicos à compreensão científica, mas como fatores dignos de serem levados em conta por essa compreensão.

Superada, dessa forma, a visão urbanocêntrica, chega-se ao conhecimento científico despido de preconceitos e o rural se desvela como elemento fundante da teia da vida, pois é nele que se produz o alimento, fonte da vida e base do Sagrado.

Não basta, portanto, calcular a produtividade da área plantada e/ou do trabalho despendido pelo assentado, embora isto seja, sem dúvida, importante. É preciso captar também a subjetividade desse novo ator social – sua ligação com a natureza e as emoções derivadas do contato com a terra, o que nem sempre é fácil, em se tratando de pesquisadores com vivência urbana.

Elis Cristina Fiamengue, ao realizar pesquisa para seu mestrado, nos anos 1990, conviveu largamente com as crianças de um assentamento próximo a Araraquara-SP, tendo conseguido dessas crianças desenhos expressivos que analisou em profundidade (FIAMENGUE, 1997).

Quando Dulce Whitaker orientou esse mestrado, trabalhava com uma equipe de cinco pesquisadores – todos realizando diários de campo (WHITAKER, 2002) e colhendo histórias de vida que eram fontes para todos os trabalhos dos membros da equipe - o que gerava férteis debates. Há que reconhecer que o pai da então mestranda fora trabalhador rural, o que alargava sua compreensão e neutralizava possibilidades de contratransferência. Foi então capaz de compreender o encantamento das crianças pela natureza nos desenhos que retratavam o assentamento (em contraste com a pobreza dos seus olhares sobre o urbano, do qual haviam conhecido apenas a miséria).

Certamente as flores e borboletas que enfeitavam a maioria dos desenhos despertavam a tríade de olhares à qual nosso texto se refere. Dulce Whitaker confessa que isso também lhe acontecia durante a análise de alguns desenhos, em momentos de orientação. Ao contemplar algumas das imagens criadas pelas crianças (o olhar que vê) sentia emoções ligadas à memória da infância⁵ (o olhar que sente). Tais emoções facilitaram a análise desses desenhos (o olhar que reflete) quais desvelaram relações ecológicas derivadas das representações que as crianças faziam da paisagem.

Compreendidas a partir dos seus desenhos, as crianças revelaram estruturas mentais ricas de estímulos à aprendizagem, criados pela natureza e pelas práticas agrícolas – estímulos esses que a escola não leva em conta, dado o seu caráter urbanocêntrico e sociocêntrico (WHITAKER, 2009).

Entre as descobertas feitas com base nessa metodologia compreensiva, gostaríamos de enfatizar o fato de que, contrariamente ao que proclama o senso comum, essas crianças haviam se adaptado rapidamente ao novo espaço então criado e eram felizes nessa nova situação⁶.

Outro exemplo que pode ilustrar as possibilidades dessa metodologia está exposto com detalhes em artigo publicado nos Cahiers Du Brésil Contemporain, sobre a diversidade reinante nos assentamentos de Reforma Agrária da região de Araraquara (WHITAKER, 2003). Nesse artigo, apresenta-se a análise sociológica de uma singularidade, expressa através de uma história de vida que captou o alto nível de consciência ambiental de um assentado, graças à sensibilidade da pesquisadora, que colheu a entrevista valorizando e estimulando seus depoimentos sobre a natureza. Ao realizar a análise desse material, foi possível captar as relações dessa fala, rica da sabedoria (própria de subjetividades ligadas ao meio ambiente) com a totalidade histórica que vivenciamos.

Para terminar, trazemos um exemplo da pesquisa transdisciplinar que estamos realizando em associações, (os autores deste texto) numa investigação que confronta três diferentes tipos de áreas rurais, o que nos levou ao Vale Histórico

⁵Dulce Whitaker também teve um pai de extração rural, que saiu do Rio de Janeiro, nos anos 40 do século passado, para vivenciar o "front" pioneiro que se deslocava pela alta Sorocaba no Oeste de São Paulo. Passou, portanto, parte da infância, numa configuração rural semelhante à dos assentamentos, com novos espaços e novos atores sociais.

⁶No momento da coleta, o assentamento era de formação recente e as crianças haviam chegado de outros espaços, inclusive urbanos.

do Rio Paraíba no Estado de São Paulo – um rural tradicional, enfatizados pelo olhar literário de Monteiro Lobato, mas também pelo olhar acadêmico⁷.

No entanto, os diferentes olhares por nós propostos nesta metodologia desvelaram um universo fascinante de práticas culturais que resistem e principalmente de paisagens restauradas – em alguns pontos, verdadeiros santuários ecológicos, cujo levantamento estamos realizando.

O que para alguns pode ser visto como decadência e abandono, está sendo por nós investigado em suas articulações contraditórias com a modernidade das cidades – tanto no Estado de São Paulo como no do Rio de Janeiro – um "outro vale", situado em outro tempo histórico, carregado de potencialidades dadas pela exuberância cultural e ambiental se explica pela originalidade da topografia. Olhares sociológicos, históricos e antropológicos entraram em transdisciplinaridade com a Psicologia e a Geografia, unificados pelo olhar ecológico (WHITAKER, 2005) para tentar superar os preconceitos que marcam muitos estudos sobre essa região (WHITAKER; WHITAKER e SOUZA, 2010).

Divulgar estudos como o de Fiamengue, por exemplo, ajudaria professores a compreenderem melhor os alunos da zona rural, explorando seus esquemas de assimilação (Piaget, 1996) e parando de atribuir às carências materiais do campo, um fracasso escolar cuja causa é o desconhecimento sociológico da criança e de suas circunstâncias por parte da pedagogia dominante.

Esses poucos exemplos de pesquisas, embora em fragmentos, nos parecem suficientes para ilustrar o que significa nossa proposta metodológica: superar preconceitos fortemente enraizados pela dominação do urbano sobre o rural, praticando a transdisciplinaridade e a reflexividade, o que permite neutralizar resistências provocadas pela contra transparência, nos investigadores que se empenham em compreender em profundidade a relação rural urbano e suas contradições.

Referências

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

⁷Ver por exemplo Dean, W. (1996) - livro no qual a própria descrição da Mata atlântica ignora a beleza da floresta e, sem qualquer menção à sua funcionalidade, enfatiza um infernal desconforto.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1999.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. Brasília: Cia das Letras, 1996, SP.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FIAMENGUE, Elis Cristina. Entre o espaço vivido e o espaço sonhado: Imagem da Infância em Assentamentos de trabalhadores rurais. **Dissertação de Mestrado em Sociologia**. F.C.L./UNESP. Araraquara/SP, 1996.

KURANAGA, A. A., BOTTA FERRANTE, Vera L. S., CAMARGO DE ALMEIDA Luiz M. Direito do Campo: uma parceria bem sucedida entre assentados e poder local. In: BOTTA FERRANTE, Vera L. S. e WHITAKER, Dulce C. A. (orgs.). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: UNIARA/INCRA/NUPEDOR/CNPq, nº. 11, 2008.

LEITÃO, Leopoldo G. **Contratransferência: Uma revisão na literatura do conceito**. Lisboa: Revista Análise Psicológica, ano 2, nº XXI, p. 175-183, 2003.

MORIN, Edgar. Contrabandista dos saberes. In: PESSIS-PASTERNAK, G. (org) **Do caos à inteligência artificial**. São Paulo: editora Unesp, 1993.

_____, Edgar. **O Paradigma perdido: a natureza humana**. Portugal: Publicações Europa, s/d.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____, Serge. **La Psychanalyse, son image ET son public**. Paris: PUF, 1976.

NISHIKAWA, Duclaine L. L. **Levantamento das práticas sustentáveis nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre na região de**

Araraquara-SP. Dissertação de Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental, USP/São Carlos, 2004.

NISHIKAWA, Ducleine L. L. Diário de Campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos.** Forense São Paulo, 1996.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WHITAKER, Dulce C. A., FIAMENGUE, Elis C. Assentamentos de Reforma Agrária: Uma Possibilidade de Diversidade Agrícola. In: BOTTA FERRANTE, Vera L. S. (org.). **Retratos de Assentamentos.** Araraquara: Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq. Ano VI, nº. 8, 2000. p. 19-31.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

_____, Dulce C. A. La question de la diversité dans les noyaux de reforme agraire: Araraquara/São Paulo. In: Marion Aubree et Sônia Maria Pereira Bergamasco. (Orgs). **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris CRBC, nº. 51 e 52, p. 239-256, 2003.

_____, Dulce C. A. & BEZZON, Lara C. **A Cultura e o Ecossistema: reflexões a partir de um diálogo.** Campinas: Ed Alínea, 2006.

_____, Dulce C. A. **Envelhecimento e poder: a posição dos idosos na contemporaneidade.** Campinas: Alínea, 2007.

_____, Dulce C. A. Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária. In: BOTTA FERRANTE, Vera L. S. e WHITAKER, Dulce C. A. (orgs.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento.** Brasília:

NEAD, p. 323-240, 2008.

_____, Dulce C. A. Educação rural: da razão dualista à razão dialética. In: BOTTA FERRANTE, Vera L. S. B. e WHITAKER, Dulce C. A. (orgs.). **Retratos de Assentamentos n.º 11**. UNIARA - Araraquara/SP, 2008.

_____, D. C. A. WITAKER, V. A. ; SOUZA, M. F. ; PEREIRA, M. I. V. Memória ambiental e cultural do vale histórico do rio Paraíba do Sul. **Rede Rural**, 2010.

METODOLOGIA EM AÇÃO: A IMPORTÂNCIA DE SE APREENDER INVISIBILIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Henrique Carmona Duval¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: O presente artigo é focado na construção metodológica para a investigação de práticas de autoconsumo alimentar, empregada durante pesquisa de mestrado, no assentamento Monte Alegre, na região de Araraquara/SP. A produção do autoconsumo está intimamente ligada a formas de reprodução social de famílias assentadas, mas sua avaliação além da dimensão econômica ainda está repleta de invisibilidades. Por isso, priorizou-se a realização de uma pesquisa qualitativa que permitiu avaliar dimensões materiais e simbólicas do autoconsumo. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a observação direta, o registro etnográfico por meio do diário de campo, aplicação de um questionário semi-estruturado para abordar as hipóteses centrais da investigação, registro fotográfico, coleta de desenhos dos lotes e cardápios de uma semana das famílias. Com isso, foi possível realizar uma análise integrada dos sistemas agrícolas, do trabalho e do prato de comida das famílias assentadas.

Palavras-chave: Antropologia Rural; Pesquisa Qualitativa; Autoconsumo.

Abstract: *This article focuses on the methodology applied to the investigation of food handling practices and consumption, which was used for Masters Research program in the settlement Monte Alegre, in the region of Araraquara, SP. The self-sufficiency ratio of domestic production to*

¹Doutorando em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor – UNIARA/UNESP).

²Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

consumption is closely linked to the social reproduction of settled family farms, but its assessment goes beyond the economic dimension and also there are plenty of invisibilities. Therefore, we have carried out a qualitative study that allowed an evaluation of the material and symbolic dimensions of consumption. The techniques used herein were based on direct observation, ethnographic records transcribing field diaries, semi-structured questionnaire to test the hypothesis and address the central research questions, photographic documentation, and collection of drawings of the plots and weekly menu for a family. Thus, an integrated analysis of farming systems, family labor, and the main daily meal of settled families was performed using data collected through this research.

Keywords: *Rural Anthropology; Qualitative Research; Consumption.*

Introdução

O presente artigo descreve a construção metodológica que se fez necessária para a investigação das práticas de autoconsumo alimentar em um assentamento rural, durante pesquisa de mestrado³. Por isso, não trazemos aqui os resultados da pesquisa em si, mas a própria metodologia pela qual foi feita uma avaliação qualitativa de um dos aspectos relevantes do modo de vida nos assentamentos de reforma agrária, que é a produção do autoconsumo alimentar.

Geralmente "invisíveis" em pesquisas empenhadas em quantificar a produção nos assentamentos rurais, as práticas de autoconsumo advém de um arcabouço cultural importante de ser apreendido, mas difícil de ser mensurado por meio de indicadores. Uma das hipóteses centrais colocadas no estudo é que a partir do autoconsumo aparecem potencialidades e vocações ao desenvolvimento das famílias assentadas, tanto de um ponto de vista do crescimento econômico como do bem-estar das pessoas. Na região de Araraquara/SP, tem sido observado que uma parte do abastecimento de programas municipais de segurança alimentar, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e a merenda escolar, é realizada por famílias assentadas que escoam o excedente de seus alimentos via executivo municipal.

³DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). UFSCar, Araras, 2009.

No entanto, para reter a discussão do presente artigo na metodologia empregada durante o mestrado, na primeira parte do artigo fazemos uma breve revisão bibliográfica com alguns autores referenciais para a investigação sobre o modo de vida e, principalmente, sobre práticas alimentares no meio rural. Por meio deles vem à tona a importância do olhar e do registro etnográfico. Depois, passamos a descrever técnicas de pesquisa que julgamos condizentes com essa proposta qualitativa de pesquisa: a montagem de diários de campo (que podem vir acompanhados pelo registro fotográfico), os questionários semi-estruturados, os desenhos/mapas e os cardápios. Como afirmado antes, o artigo não apresenta e discute os resultados da pesquisa sobre o autoconsumo. Os materiais apresentados aqui dão pistas sobre a complexidade da pesquisa e apontam para a necessidade de se apreender invisibilidades ligadas ao modo de vida nos assentamentos rurais.

A importância do olhar etnográfico sobre a agricultura familiar

Na literatura de estudos sobre grupos rurais nota-se a grande importância das técnicas de pesquisa etnográficas. Elas figuram dentre estratégias de pesquisa pelas quais busca-se penetrar mais a fundo na compreensão da realidade, por meio da investigação relativa a contextos locais.

Segundo Fonseca (2000), a obtenção desse tipo de material etnográfico ocorre durante conversas de várias horas, ou mesmo dias, nas quais o entrevistado fala do seu cotidiano e o pesquisador está atento para compreendê-lo, captá-lo e descrevê-lo. Para essa autora, em tal trabalho se faz essencial a busca por reconstruir categorias analíticas "alternativas de vida social que fogem da lógica prevista e previsível da modernidade" (p.7). Para tanto, o principal método de pesquisa é descritivo. A observação direta, ou *estar* em campo, resulta nas impressões apreendidas para tal reconstrução, que também é baseada no olhar do pesquisador e no recorte teórico pré-estabelecido.

Todo o "perder tempo", quando se está em campo, é relativo a ouvir e buscar compreender o que é a categoria analítica que se constrói. O trabalho de campo é um momento essencial nesta construção, para se apreender com o sujeito pesquisado sua lógica particular num meio capitalista, no qual o pesquisador também está inserido.

Todo o conhecimento prévio sobre a realidade estudada auxilia no trabalho de campo. Conforme formulou Garcia Jr. (1983), sobre suas pesquisas de campo: "A qualidade dos dados não depende de maior realização de entrevistas (...) formular questões relevantes dependia do conhecimento que pudéssemos adquirir

sobre esta vida" (p.13). Além disto, fica a impressão de que a qualidade dos dados depende muito da confiabilidade que o pesquisador adquire junto aos sujeitos, que também é conquistado quando o pesquisador demonstra conhecer a realidade vivida pelos sujeitos.

O trabalho de campo é essencial no sentido de captar o cotidiano, sendo necessário antes conhecer e posteriormente ouvir a lógica da família rural por ela mesma. Igualmente importante foi a constatação do retorno, ou seja, a re-entrevista, para mais conversas. Após entrevistas iniciais, os assentados demonstram reflexões sobre as questões abordadas anteriormente e voltavam a elas em outros momentos, quando retornamos ao lote. Esse também deriva de um fator de fortalecimento da confiança no pesquisador, percebido então como aquele que vem da cidade e tem interesse em acompanhar a realidade da vida ali enfrentada, que faz visitas para saber como estão as coisas na família e na comunidade⁴.

Para Whitaker (2002), os pesquisadores que se aventuram a estudar o homem que vive no campo devem, antes de qualquer coisa, cuidar de quebrar seus preconceitos contra esse espaço rural. O "atraso" que o modo de vida ali possa representar aos olhos de alguém que vive no ritmo frenético dos centros urbanos obstaculariza sua compreensão, ainda se compreendemos a dinâmica desse rural modernizado. Na hora do trabalho de campo, a maneira pela qual percebemos as coisas pode criar miopias sobre vários aspectos, por exemplo, as percepções alheias acerca da natureza: quando se vive em meio urbano, pode-se ter outra concepção de natureza, diferente daquela das pessoas que vivem no meio rural. Há, de fato, uma grande diferença no cotidiano de quem vive na cidade ou no assentamento, com relação ao uso e percepção sobre recursos naturais (como os rios, a terra, fauna e flora nativas etc.), ou com relação ao descarte de lixo. Trata-se de ambientes cuja tecnificação não se mostra de forma tão evidente, como nos centros urbanos cobertos de asfalto e concreto - dois dos principais exemplos de recursos da base física (ou da natureza) transformados pela técnica, a ponto de não mais enxergar-se o recurso por trás da técnica. Além disso, ali não há tamanha densidade demográfica, a

⁴No caso da presente pesquisa, isto foi estimulado pelo fato de fazer parte das técnicas de pesquisa a solicitação ao agricultor da elaboração de desenhos do lote e cardápios da família, que foram buscados posteriormente.

ponto de percebemos a artificialização da natureza⁵.

Nesse sentido, os dados de campo valem muito para a pesquisa quando se leva em conta a alteridade: quando o pesquisador busca compreender o outro como alguém que está no mundo diferentemente dele e de outras formas já pré-concebidas. Trata-se sempre do esforço de compreender outro modo de ver e de estar no mundo. No caso da presente pesquisa, tem-se em vista especialmente a relação do outro com seu alimento, da família que volta a morar num sítio e que volta a ter contato intenso com a natureza e que planta, colhe e prepara sua alimentação. Para Baraona (1994), é importante ao pesquisador (e diríamos também ao extensionista) procurar entender o agricultor "por dentro", ou seja, a partir das formas de pensar e agir que ele tem em seu meio. Suas representações e práticas ambientais se definem intensas porque a preservação da natureza lhes garante sobrevivência e complementaridade. No caso dos assentados rurais, voltar à terra significa restabelecer relações de trocas com a natureza.

Se em um trabalho antropológico ocorre a busca por compreender modos de vida que fogem às formas previstas na construção social moderna, procurando captar "algo da experiência das pessoas" (FONSECA, 2000), procura-se ir além das falas e chegar-se às práticas sociais. Assim é que o estudo passa de um mero esforço descritivo e adquire sentido sociológico, de análise sobre o funcionamento desse tipo de agrupamento rural em seu meio social. São analisados, também, outros aspectos baseados nas relações com o entorno econômico e nas relações travadas com outros agentes sociais. Mesmo tratando-se de um tipo de organização social cuja lógica de funcionamento não é baseada exclusivamente em relações capitalistas, esses grupos nunca estão isolados de

⁵Isso não livra os espaços rurais da racionalidade baseada na técnica, assim como concebe Santos (1998). Para autores que evitam a separação dos espaços em rurais e urbanos, acredita-se que ambos fazem parte de um mesmo tecido social sujeito a sofrer novas imposições desta racionalidade. No assentamento rural, por exemplo, isto está presente no entorno e nos próprios lotes cobertos de cana agroindustrial, bem como numa agricultura praticada com base nas técnicas da Revolução Verde e seus avanços, com fins de abastecer, em escala, as usinas de álcool e açúcar e o próprio mercado consumidor urbano. Na sociedade esta nova racionalidade se expressa também nos valores sociais, nos componentes que movem os sujeitos no espaço social, sejam rurais ou urbanos. Assim, a renda proveniente da cana ou de outros produtos mais especializados pode gerar uma frágil segurança ao assentado rural, mas lhe cria outros problemas.

relações outras com o sistema capitalista, imbuído de uma racionalidade que tem por base a técnica.

O método etnográfico recebe críticas por ser particularista e possivelmente determinar algo que está fora do tempo e do espaço, mas se apresenta como um resquício anacronicamente oposto à tendência da cultura globalizada (FONSECA, 2000)⁶. Somado à análise das relações travadas em outras esferas sociais e junto a outros agentes sociais, com os quais os sujeitos pesquisados se relacionam, a tendência metodológica sobre assentamentos seguida aqui é a da compreensão de que nesses espaços ocorre uma singular reconstrução de modos de vida (FERRANTE, 1994). Uma reconstrução que certamente tem base nas experiências pretéritas das pessoas enquanto agricultoras, mas também na influência exercida pelas novas condições históricas e a pressão dos agentes externos aos assentados, que os empurram para tal racionalidade baseada na técnica. Cada assentamento tem uma construção específica, conforme vários fatores como a região onde está, a especificidade da luta pela terra e, para aumentar o caleidoscópio das singularidades, os assentados têm origens e trajetórias igualmente singulares quando olhamos para os aspectos microsociológicos de suas histórias de vida.

Portanto, nessa metodologia qualitativa que busca compreender tal construção, se privilegia além dos dados mais gerais, a pesquisa do cotidiano num grupo que não precisa ser estatisticamente grande, na qual se valorizam os esforços para obter dados com técnicas etnográficas, intensa observação e vigilância epistemológica (WHITAKER, 2002). A descrição da história e dos aspectos de vida de uma família, ou de um grupo de famílias que vive de forma mais ou menos homogênea, sob condições pré-determinadas e que desenvolve maneiras específicas de enfrentá-las, pode trazer à tona dados relevantes para compreender aspectos mais gerais do grupo como um todo. Assim, Antônio Cândido (1979) expõe que ao se referir ao "caipira" que responde diretamente às questões de sua pesquisa, está se referindo ao grupo do qual ele faz parte. Isso porque ele identificou, dentre as pessoas da comunidade que investigou, práticas alimentares e agrícolas semelhantes, trabalho em cooperação como os mutirões e escambos, padrões de sociabilidade e reciprocidades comunitárias, realização de festas, dentre outros aspectos.

⁶Tem sido aplicado não só em estudos rurais, mas também em estudos sobre a formação de bairros urbanos e ambientes corporativos.

O diário de campo como fonte de dados qualitativos

A técnica de pesquisa que possibilitou, no presente trabalho, a obtenção dos dados etnográficos é comumente chamada Diário de Campo. Na verdade é um pequeno caderno de bolso comum, que nos acompanha no trabalho de campo e no qual são registradas passagens das visitas às famílias assentadas rurais. Neste diário são colocadas rapidamente as passagens de uma visita a uma família, de forma que tais registros possibilitem, em momentos posteriores ao trabalho de campo, o rememorar as situações, quando passamos a descrevê-las com mais detalhes e a ligá-las a outros fatos.

Esta montagem convencionou-se chamar em nosso grupo de pesquisa de Cadernos de Campo, como um produto final de um dia de trabalho de campo no qual todo grupo participa e discute do planejamento à coleta das informações. Conforme expresso em Whitaker (2002) e em Ferrante (2004a), além de outros artigos publicados na revista Retratos de Assentamentos, na trajetória de pesquisa do Nupedor esta técnica sempre foi priorizada para a coleta de informações e já permitiu que bolsistas fizessem seus registros de forma associada a poesias, desenhos, fotos e vídeos.

Muito utilizado por pesquisadores, principalmente no campo da Antropologia, o diário de campo pode ser útil para ilustrar passagens de textos com referências empíricas claras sobre aquilo que se estuda, como também pode ser um meio de se fazer registros sobre os objetos de estudo, em momentos em que não necessariamente se está em campo (momentos em que a memória sobre aquilo é ativada). O pesquisador, tal como o artista, nunca deixa de o ser mesmo quando não está exercendo propriamente seu trabalho. Ele leva consigo algo no qual pode registrar seus *insights*, nos lugares e situações menos esperadas.

Tomando como exemplo uma passagem de Brandão (1982), em uma de suas viagens de avião, o pesquisador teceu comentários que ligavam fatos vivenciados no momento da viagem ao que estudava em terra firme, a seu ofício, levando-o a reflexões sobre sua própria vida. Esse autor, em seu livro sobre diário de campo, faz seus registros sob a forma de alegoria, fazendo poemas em série sobre determinado assunto. Percebe-se que cada série leva um título que representa um tema sobre o qual se relaciona uma série de poemas, cada qual também identificado com um título. O autor começa, antes do título do poema, com a data do escrito e, após o título informa o nome da cidade ou a ocasião na qual foi feito. Tais sequências adquirem um sentido às vezes diferente daquilo que significam suas palavras, ou seja, algo de extremo entendimento pessoal, fazendo-se uso de linguagem figurada. A passagem citada a seguir se refere a um

desses poemas, que compõem uma série intitulada "Teoria":

25 de setembro de 1981

a prática da pesquisa

(num vôo entre Brasília e São Luís)

Que pedaços do mundo que observo
habitarão partes de mim que os vejo?

Qual seiva de uma flor vermelha
das manhãs de agosto, que florida
no entremeio dos Gerais de Minas

terá a mesma tinta de uma vida
que corre no rio de minhas veias?

(BRANDÃO, 1982, p.80)

É um instrumento que possibilita aos pesquisadores registrarem suas impressões sobre aquilo com que eles estão trabalhando, quando as mesmas são impulsionadas por estímulos que aparentemente estão longe, inclusive geograficamente, de tal realidade. Permite, desta forma, se criar uma sensação de unidade entre as situações cotidianas vivenciadas pelo pesquisador com aquilo que ele pesquisa e, até mesmo, uma unidade entre ele próprio e aquilo que se pesquisa.

Além disso, Brandão usa suas séries de poemas para descrever situações cotidianas de seus informantes, ligando-as a aspectos mais gerais de suas vidas. Parece que há, em algumas passagens neste livro do autor o pleno entendimento da situação do grupo estudado expresso sob a forma de poemas, quando ele é capaz de lidar com os aspectos mais descritivos da vida, ligando-os a situações de conjuntura nacional e mesmo às teorias da complexidade. Tenta-se demonstrar este aspecto com a citação de mais dois poemas, ambos extraídos da seção "Diário Camponês":

14 de junho de 1979

situações de plantar e colher

São José de Mossâmedes

1.

o jeito goiano de plantar com a mão

o que o mato dá sem mágoa

e o cerrado sem cobrar:

pequi, caju, mangaba, madeira, mel de abelha
dados de graça, catados com a mão cheia
dos repentes de amor da natureza
que não cabem no arrendo nem na meia
e não põem placa de "vende" na parede.

2.

a lei paulista de plantar com o arado
o que a roça dá com avareza
e o dono cobra à vista:
milho, feijão, arroz, soja e aguardente
"dados" em fero trato feito à meia
sob o dedo do poder do fazendeiro
que existe às custas do trabalho alheio
em casa grande de fazenda e tulha cheia.
(BRANDÃO, 1982, p. 18-19)

13 de fevereiro de 1979

a consciência de classe

Cidade de Goiás

Enquanto lavrava a golpes
de machado o poste de aroeira
o preto lenhador chamado Berto,
nascido no Faina, perto de Cavalos Queimados,
apontava com o dedo o dono
ao longe da serraria e dizia assim:
"camisa dele quem dá é o meu trabalho".
Se diz que o machado do preto
era o mais afiado e certo do lugar.
E a fala também.
(BRANDÃO, 1982, p.20)

Nestas duas passagens ocorre algo muito eficiente em termos explicativos, em poucas palavras e de uma forma extremamente poética: na primeira, uma comparação entre o modo de conseguir alguns itens de subsistência em Goiás, através da maior dependência da natureza e do Cerrado, sem custo algum. Ali não cabem práticas de arrendamento da terra e nem de se pagar a meia para

poder explorá-la, afinal a natureza não cobra por seus produtos nem ninguém tem sua propriedade. Depois, no mesmo poema, mostra-se o modo paulista, região mais urbanizada onde não cabem tais práticas, pois ali há uma lei na qual a terra é vista como ponto de partida para a produção de valores de troca, que faz seus frutos parecerem amargos. Já no segundo poema, Brandão descreve o trabalho que tem seu informante, especificando lenhador e lenha. Da conversa entre eles surge informação sobre a origem do entrevistado e com ele discute-se sua localização, próxima a outra cidade da região. O entrevistado deu a clara dimensão de que é consciente da exploração a que é submetido pelo seu patrão e que por meio de seu esforço garante o bem-estar do outro. Por fim, temos a impressão de que o pesquisador pede a outras pessoas uma referência, antes que ele pudesse chegar a um informante mais qualificado.

Outra importante referência ao uso desta técnica de pesquisa foi encontrada no trabalho de Malinowski (1997), como uma forma de descrever o cotidiano enfrentado pelo pesquisador durante suas viagens de campo. Este autor passou a escrever num diário, que o acompanhava aonde quer que fosse, como ele se sentia no dia, com quem conversava, se o trabalho estava lhe interessando e deixando-o disposto ou não, descrevendo as paisagens por onde passou e dando ao seu leitor uma noção daquilo que estava sendo vivenciado, das dificuldades e das vaidades do pesquisador frente a seu objeto de pesquisa. Foi usado também para ele "confessar" suas emoções e impressões mais íntimas para si próprio, algo muito mal recebido pela comunidade acadêmica na época do lançamento do livro, no ano de 1966⁷. Enquanto a maioria dos acadêmicos rechaçou a obra publicada a partir dos diários pessoais, alguns pesquisadores mais compreensivos e em momentos póstumos ao seu lançamento observaram que um de seus maiores trabalhos (*Os Argonautas do Pacífico Sul*) não seria possível, sem que antes todo aquele trabalho de escrever seus diários de campo fosse feito, provando assim a importância de sua divulgação. Isso porque o pesquisador chegou a fazer um trabalho de reconhecimento internacional e da maior relevância para a Antropologia, porque aproximadamente quatro anos esteve em campo fazendo suas pesquisas e seus registros no diário de campo, o que certamente influenciou a formação de seu olhar sobre a realidade investigada. No caso deste autor, o uso do diário de campo teve maiores implicações na descrição do seu próprio

⁷Na apresentação da obra, a esposa de Malinowski assume toda a responsabilidade por sua publicação, que foi feita após a morte do antropólogo.

cotidiano quando em épocas que ficou em trabalho de campo.

Em suma, é uma técnica de pesquisa que permite liberdade quanto à forma e conteúdo, bem como pode dar a conhecer ao pesquisador ele mesmo diante de seu trabalho. Cientificamente, antes de ser algo de cunho meramente pessoal, sem relevância para o trabalho em si, é uma técnica que permite aos pesquisadores escrever sobre seus objetos de pesquisa e revisar seus preconceitos inerentemente existentes, quando se trata de alguém que sai do conforto de seu meio social mais familiar, que inclui o próprio meio acadêmico e adentra ao universo empírico do "desconhecido".

Vale a pena relatar também a importância do diário de campo como técnica que nos deixa a vontade no trabalho de campo. Longe do constrangimento que um gravador possa causar para alguns informantes, limitando seu depoimento, quando se registra passagens das conversas em um diário de campo parece ao informante que o pesquisador está tomando aquela conversa como uma aula e de fato tomando nota. Há também a obrigação, por parte do pesquisador, de ter domínio sobre aquilo que se está conversando e de estar atento, pois dentro de recortes teóricos e de questões a serem abordadas a princípio, pode-se perder informações valiosas. Mesmo que se tenha um roteiro de questões a serem abordadas, as conversas podem chegar a assuntos bem distantes da proposta inicial, muitas vezes em função da vontade de falar do entrevistado e da lógica da situação. Sua interrupção deve ser evitada. O registro em diário de campo permite acompanhar e respeitar esta direção, quando então o entrevistado se liberta de perguntas e fala à vontade sobre os aspectos que se ligam a sua explicação.

Certamente, ao notar o interesse do pesquisador em acompanhar seu raciocínio lógico, o entrevistado sente-se mais à vontade. Com isso, muitos aspectos subjetivos nas conversas ganham relevância, como por exemplo, através dos gestos, aspectos sutis que dão a impressão de que ali está acontecendo um entendimento. Com estes aspectos subjetivos temos a impressão de que há momentos em que não precisamos fazer quase nada para a condução da conversa, de forma que o pesquisador pode assumir uma postura como a "escuta ativa" (WHITAKER, 2002). Assim, na postura do pesquisador em campo pode ser mais importante escutar do que falar, aprender mais do que ensinar.

O diário de campo no contexto da pesquisa sobre autoconsumo

A delimitação da amostragem do presente trabalho se baseou em minha experiência em diversas pesquisas nos assentamentos rurais da região de

Araraquara, desde 2001, como integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural. Primeiramente, é de se destacar minha participação no grupo de educação e meio ambiente, quando do meu ingresso no Nupedor como bolsista. Com a orientação da Profa. Dra. Dulce Consuelo Andretta Whitaker comecei a aprender a usar o registro etnográfico como forma de captar informações nos assentamentos. Ela, em colaboração com seu grupo de bolsistas, estava na iminência de lançar um livro que rapidamente se tornou uma referência em minha formação como pesquisador (WHITAKER, 2002). Conforme demonstrado nesse livro pelos diferentes bolsistas que havia no grupo à época, a principal técnica de pesquisa para coleta de informações do Nupedor é o diário de campo. Cada membro do grupo fazia seus registros de forma muito particular, mas sempre a partir de um recorte teórico específico.

Ao voltar do assentamento recomenda-se fazer o quanto antes a tarefa de descrever as informações registradas no diário de campo. Como afirmei antes, este trabalho no Nupedor é considerado montagem de cadernos de campo. Se antes de ir ao assentamento estamos imbuídos de teoria, oriunda de nossos projetos individuais bem como dos projetos do grupo, ao voltar, temos um verdadeiro guia para o rememorar o dia de campo. Então passa-se a descrevê-lo de forma mais inteligível possível para depois discutir as informações junto ao grupo. A memória do pesquisador e uma cuidadosa vigilância epistemológica (no sentido de quebrar os preconceitos que podem haver contra o modo de vida no meio rural) são essenciais para a compreensão da realidade, como também, a confrontação das opiniões individuais junto ao grupo de pesquisadores que vão junto a campo⁸. A memória, porque lembrar-se de cada detalhe pode representar um grande enriquecimento na compreensão de cada situação. Já a vigilância, refere-se a entender o sujeito pesquisado levando-se em conta a

⁸Lembro-me que uma das primeiras discussões em grupo que participei nesse sentido foi sobre o descarte de lixo. Ao vermos que em algumas casas no assentamento havia lixo jogado ao seu redor, alguns de nós ficávamos com péssima impressão, e nos perguntávamos por que eles jogavam lixo assim, no chão, deixando o lugar "sujo". Nossa professora, ao ouvir nossos relatos explicou que até bem pouco tempo atrás, para aquelas famílias, tudo que era lixo era material orgânico, portanto poderia servir até como adubo da terra. Com o advento do lixo industrial (embalagens plásticas, latas etc.), o costume e o gesto de jogar ao chão, depois juntar num canto e queimar, não se alterou tão rapidamente. Portanto continuam a fazer assim com o descarte de lixo, que agora também tem material industrial como latas e garrafas plásticas. Por outro lado, vale ressaltar que em geral não há coleta de lixo na zona rural.

alteridade, analisando as situações do ponto de vista do sujeito e despidendo-se o quanto possível dos próprios pré-conceitos.

Nesta fase inicial de minha participação no grupo foi essencial o contato com a pesquisadora Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa, que já fazia parte do grupo. Enquanto Dulcelaine estava analisando possibilidades de agricultura sustentável, fazia uma coleta de dados que inspirou fortemente a minha, no sentido de registrar os inventários dos lotes e de fazer uma leitura do espaço procurando práticas deste tipo de agricultura, associando-as à cultura rural das famílias assentadas⁹. Depois do contato com esta pesquisadora é que, sempre que eu ia a campo, fazia um cuidadoso inventário dos lotes visitados. Por mais exaustivo que este registro possa parecer a alguns, na minha concepção era relatar a especificidade de cada um deles, dentro de uma diversidade agrícola que parece ser comum à maioria dos lotes do assentamento. Por outro lado, a diversidade agrícola específica de cada lote denota, por exemplo, através dos alimentos cultivados para o autoconsumo familiar, a construção cultural que cada família traz para o assentamento. Exemplos disto foram encontrados nas diversas variedades de feijão que são plantadas nos lotes para autoconsumo, algumas delas trazidas pelos assentados desde suas origens. Então, esta prática de observar o que (e como) está plantado para autoconsumo se tornou uma constante na minha rotina de pesquisador.

Durante o projeto Inserção dos Assentamentos às Economias Regionais... (FERRANTE, WHITAKER, 1999), o diário de campo foi a principal técnica de pesquisa que o grupo de bolsistas fez uso (nos assentamentos). Assim, as informações levantadas com meus próprios diários foram as principais fontes de minha monografia de bacharelado (DUVAL, 2005). Além das idas a campo e dos registros, fizemos também entrevistas gravadas com técnicos agrícolas dos órgãos gestores, membros das prefeituras municipais (principalmente de Araraquara e Motuca), com técnicos e coordenadores da Regar (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara), que protagonizou a alternativa produtiva analisada em minha monografia.

Já no projeto Poder Local e Assentamentos Rurais..., (FERRANTE, 2004b), foi escolhida uma amostragem importante do ponto de vista estatístico: foram visitadas mais de 10% das propriedades do assentamento Monte Alegre, entre 2005 e 2006 (45 questionários aplicados). O ponto mais importante para o

⁹Ver os trabalhos Nishikawa et al. (2002) e Nishikawa (2004).

presente trabalho ao final desse projeto é que já havia se comprovado, através de dados coletados com questionário semi-estruturado, que quase a totalidade dos lotes, mesmo com a entrada da cana agroindustrial, continuava com a produção de, pelo menos, uma parte do autoconsumo¹⁰.

Com os questionários aplicados em 2005 e 2006 pela equipe do Nupedor, tivemos, por exemplo, que no assentamento Monte Alegre, produzir ao menos uma pequena parte dos alimentos que se consome era uma prática comum, pois 48,84% das famílias declararam consumir tudo o que produziam, 42,18% boa parte, 8,98 pequena parte e nenhuma declarou não consumir nada o que produz. A produção de frutas foi a mais encontrada nos lotes, em 69% deles, geralmente diversificadas e consorciadas entre si ou entre espaços de cultivos como as hortas. Identificamos que 62% dos lotes tinham cereais e que em 57% dos lotes havia tuberosas, dentre as quais destacava-se a mandioca. Por fim, as hortaliças estavam presentes em 49% dos lotes visitados. Para a maioria das famílias que as plantavam, eram destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente. Das famílias entrevistadas, 53,3% criavam suínos, 46,6% aves e 64,4% gado leiteiro. Observamos ainda que 62,5% das famílias entrevistadas faziam trocas de alimentos e de serviços entre si.

No penúltimo projeto do Nupedor (FERRANTE, 2007b) foi feita uma nova coleta de dados com questionários semiestruturados em significativa amostragem, com o intuito de se montar um banco de dados que permitiu análises comparativas dos assentamentos da região de Araraquara e outros da região do Pontal do Paranapanema. Novamente, questões referentes à produção e distribuição dos alimentos de autoconsumo foram investigadas através de 81 questionários aplicados no Monte Alegre.

Nesta nova amostragem, apenas duas famílias do Monte Alegre declararam não produzir nada para seu próprio consumo. A maioria das famílias (aproximadamente 70%) estava numa faixa de produção entre 1 e 60% do que consumia. Frutas estavam presentes em 91% dos lotes; criações em 78%; raízes em 68%; grãos em 65%; hortaliças em 51%; legumes em 47%; temperos 40% e plantas medicinais 20%. Os quatro últimos grupos de alimentos (hortaliças, legumes, temperos e plantas medicinais) perdem importância enquanto atividade agropecuária – e com isso podem ser subestimados na hora da aplicação do

¹⁰No projeto Poder Local e Assentamentos Rurais..., foram analisadas algumas das consequências da recente parceria entre assentados e usinas canavieiras, mediada pela Portaria Itesp 077/2004, dentre as quais, as consequências para a produção do autoconsumo.

questionário – embora não percam importância no prato de comida ou como remédio. Ao contrário, vêm sendo valorizados.

Alimentos voltados primordialmente ao autoconsumo das famílias tinham seus excedentes envolvidos, além da rede de trocas, vendas e doações no interior do assentamento, na comercialização em programas municipais, em feiras e mercados de cidades da região. Constatamos com relação ao cuidado com a produção agrícola de autoconsumo, que as respostas mais frequentes envolviam a mão de obra da mulher. As respostas mais comuns foram a participação do titular do lote e sua cônjuge (35%). A produção de autoconsumo era feita com mão de obra familiar. Em apenas um caso isto não acontecia.

Portanto, nessa trajetória de pesquisa, foram feitas inúmeras idas aos assentamentos, em diferentes lotes e em diferentes momentos, devidamente registradas de forma complementar aos questionários através de diários de campo, sempre com especial preocupação ao autoconsumo. O material das recentes pesquisas no âmbito do Nupedor foi utilizado na dissertação de mestrado, embora o objetivo fosse o de avançar no estudo de questões específicas do autoconsumo, notadamente através da associação desses e dos dados qualitativos especialmente coletados.

Para o presente trabalho o diário de campo foi relevante para captar informações, depois transformadas em dados, por meio da descrição de práticas agrícolas e da transformação do alimento em comida. Muitas vezes consegue-se fazer isto junto com outros membros da família, por exemplo quando na conversa surge espaço para a participação da mulher, pois ela detém maior conhecimento sobre receitas e alimentação da família. Notou-se que o lugar escolhido para as conversas era a cozinha ou um terraço em frente à porta da casa que dá para a cozinha: então, de uma forma ou de outra, a mulher sempre estava por perto.

Após a aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas comuns a todos os assentados que fizeram parte da amostragem, perguntava-se ao assentado se podíamos conhecer o lote e seus sistemas agrícolas, aquilo que é produzido para o consumo da família. Ao andar pelo lote o assentado se lembrava de coisas que não tinha falado no momento anterior. Nas caminhadas, eu portava além do diário de campo, uma câmera fotográfica digital para os devidos registros principalmente de práticas agroecológicas.

Uma das questões do questionário, por exemplo, era o inventário do lote, com a qual solicitava-se ao assentado relacionar tudo aquilo que havia plantado no lote e que servia para o consumo da família. Muitas coisas eram esquecidas ou por eventualidade, ou por ele julgar irrelevante a existência de algum item

também em função da escala que é produzida, ficando assim omitida¹¹. Assim, o diário de campo me permitiu completar o inventário. Plantas medicinais também tiveram suas funções para a família desvendadas nestas caminhadas "didáticas".

O diário de campo foi utilizado de forma associada a outras técnicas de pesquisa (o questionário semi-estruturado, a fotodocumentação, desenhos dos lotes e cardápios da família), como meio de complementar as informações necessárias ao estudo. Tais técnicas associadas permitiram-me uma comparação entre o discurso do assentado com minha observação direta. Há, de fato, algumas informações que geralmente não se consegue com técnicas de pesquisa que não permitem flexibilização na coleta das informações, necessárias em casos de objetos de pesquisa que exigem esta flexibilização, como é o caso da agricultura familiar.

Detalhando a metodologia

Para a coleta de dados presente foi utilizada a técnica de bola de neve, procurando obter dados que viessem a complementar aqueles dos estudos anteriores do Nupedor, no sentido de qualificá-los. Com esta metodologia partiu-se de um informante-chave, um assentado que plantava cana agroindustrial e também alimentos para autoconsumo em seu lote. Tal informante indicou dois novos assentados, os quais indicaram mais um assentado cada, até que foi possível identificar um discurso coletivo desse grupo, que mesmo plantando cana não deixou de plantar seus próprios alimentos. A formação desse grupo permitiu avaliar dimensões simbólicas e materiais de convivência de dois sistemas de produção com motivações sociais distintas num mesmo lote agrícola. O discurso coletivo pôde ser detectado no quinto assentado entrevistado¹².

¹¹Há um exemplo claro disto quando um assentado não informou, a princípio, a existência de algumas plantas de moranguinho silvestre. De fato ele não produz moranguinho, pois esta planta dá como se fosse mato em meio ao seu roçado, mas como descobri depois que sua família coleta e faz uso alimentar dos frutos, havia para mim a necessidade de registrar sua presença. Ao relacionar o inventário de seu lote, esse assentado não considerou esta planta porque é uma coisa espontânea em seu lote, que a natureza lhe dá. Mas não temos ao certo a medida que ela contribui, por exemplo, para a reposição de nutrientes dos membros da família, de qualquer forma, algo de difícil mensuração, o que não diminui sua importância.

¹²Poder-se-ia ter avançado mais na coleta de informações, porém, o ponto de saturação foi limitado também por questões de logística. Isso não prejudicou a formação de um discurso coletivo do grupo, pelo menos em torno das hipóteses iniciais da pesquisa.

A cada um desses cinco assentados, titulares de lote, foi aplicado um questionário semiestruturado cujas questões foram divididas em três blocos. No primeiro procurou-se reconstruir historicamente a origem e a trajetória familiar até o assentamento rural – um breve relato da história de vida e de trabalho – tendo como fundo o modo de vida, os meios de acesso aos alimentos e o que era produzido pela própria família e o que era comprado fora. Pedi que me falassem sobre os principais pratos consumidos em suas origens (o que se lembrava de comer com sua família, quais pratos doces e salgados eram consumidos).

O segundo bloco abrangeu a entrada no assentamento e o acesso ao alimento, sob a perspectiva da produção própria e da constituição de redes nas quais ocorrem eventuais vendas, trocas ou doações de alimentos entre assentados (para tentar captar se isto permite mais fácil acesso e maior disponibilidade de alimentos na comunidade), se já deixou de plantar alimentos e quais razões. Perguntou-se também quais os principais pratos consumidos atualmente. Houve uma questão (também presente no questionário do Nupedor) na qual perguntamos aos agricultores sobre o período da vida que tiveram maior fartura de acesso a alimentos. Ela ajudou na investigação junto aos assentados sobre sua memória de mais fácil acesso ao alimento durante suas vidas. Procurou-se ainda captar, nessa parte, informações sobre os custos monetários que se tem no mercado com produtos alimentícios.

No terceiro bloco, foi feita uma tentativa de caracterizar como são os sistemas agrícolas para produção de alimentos de consumo familiar, quanto à divisão de trabalho familiar, uso de insumos e outras práticas, se eles têm percebido as mudanças climáticas e o que vem sendo feito para manter/adaptar a produção. Uma questão extremamente importante nesse bloco foi o inventário de tudo que há no lote e que se faz uso alimentar. Aqui residiu a tentativa de mensurar o incomensurável, tal é a diversidade existente nesses inventários, de alimentos que estão presentes na composição do lote familiar e lhes garantem a grande parte dos nutrientes. Geralmente trata-se de um espaço pequeno dentro do lote comparando-se com outros sistemas, como o milho comercial ou a cana agroindustrial. Mas a relação com a terra ali adquire tamanha reciprocidade para a família assentada que mensurá-la em termos exclusivamente econômicos pode ser enganoso, uma vez que isso quase nunca é feito pelos próprios membros familiares nos lugares do lote onde são plantados os alimentos para o autoconsumo.

Assim, tomei deliberadamente a dimensão simbólica como foco privilegiado

para a análise, partindo da hipótese de que esta diversificação é resultado de uma reconstrução identitária do agricultor e sua família no assentamento rural. O que antes era um espaço homogêneo de monocultura de eucalipto¹³, agora dá lugar a esta diversidade. Os lotes agrícolas são lugares de uma relação afetiva da família assentada com a terra, que perpassa o meramente econômico. Além disso, a diversificação invariavelmente torna as relações ecológicas mais complexas. Muitos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nupedor já haviam retratado a relação dos assentados com a terra, de forma que o inventário do lote foi uma tentativa de mensurar, no sentido de qualificar esta relação, ao invés de ensejar prioritariamente uma análise econômica do valor do autoconsumo.

O questionário colaborou para que as conversas fossem estruturadas em torno desses três eixos, que serviram para que fossem melhor tabuladas as questões, comparando-se a fala de cada assentado. Foi por meio desta comparação que se pôde considerar um discurso coletivo em torno de algumas hipóteses, como as seguintes:

- Em suas origens, quando eram agricultores ou pelo menos estavam mais perto desta condição, comiam determinados alimentos. No assentamento, procuram voltar a ter um padrão alimentar como antes - determinados alimentos, cultivados e feitos por eles próprios;
- Conforme estudos, como Antuniassi et al. (1993) e Barone (1996), se constituem redes familiares e de amizades que juntas procuram pelas melhores estratégias, por exemplo, para uma produção com equilíbrio entre o grupo, o meio e a alimentação;
- Determinados sistemas agrícolas são colocados em prática para se obter alimentos, com uso de práticas de agricultura tradicional identificadas com princípios de produção agroecológicos;

O trabalho de tabulação exigiu que fossem montados cadernos de campo (assim como fazemos no Nupedor), estruturados conforme a sequência do questionário, mas também incorporando informações que fugiam um pouco do tema da produção dos alimentos. Isso porque durante a aplicação do questionário muitas outras informações surgiram, principalmente porque contamos com

¹³A fazenda Monte Alegre foi por quarenta anos, antes do assentamento, um horto da Fepasa (Ferrovias Paulista S.A.) voltado a produção de madeira usada como dormente das estradas de ferro.

conhecimento prévio da realidade estudada. Além disso, há várias outras coisas que fogem do tema restrito do questionário sobre os quais o assentado quer falar. Dois exemplos estão nas longas falas sobre religião e sobre a parceria da cana. No primeiro caso, pareceu-me que o assentado acabava falando sempre em Deus porque a produção do alimento próprio carrega uma forte conexão com o divino, num plano simbólico. No segundo caso, falar sobre a cana agroindustrial junto com a fala sobre produzir alimentos acaba tendo sentido, por motivo da comparação sobre a produtividade e da necessidade de renda monetária. Portanto, para registrar estas passagens que fugiam ao tema das questões formuladas, foi feito uso do registro improvisado no próprio questionário, como se fossem registros em diários de campo. A montagem dos cadernos de campo exigiu que fossem usados todos os registros feitos durante a visita, na verdade, juntando as informações coletadas a partir das perguntas do questionário e as demais que foram captadas em diário de campo. Tudo o que foi registrado em campo serviu para que fosse feita a descrição densa do que foi vivenciado – ou aquilo que chamamos aqui de elaboração do caderno de campo.

Assim, todos os cadernos de campo têm uma parte introdutória contando como foi a chegada à família, como foi o primeiro contato que tivemos e em que lugar da casa foi feita a entrevista. Depois dessa pequena introdução procuramos relatar como é o núcleo familiar do lote, ou seja, todos os integrantes que moram no lote visitado, procurando identificar o trabalho de cada membro da família. Após isso, seguimos na tentativa de criar uma narrativa a partir das respostas dadas ao questionário.

Desenhos e cardápios: marcas da identidade

Para ter contato com outros membros das famílias e ocasionar um retorno ao lote, solicitei à cônjuge do titular do lote o registro do cardápio de uma semana da família (pressupondo que a mulher seria a responsável por cozinhar), como também pedi ao agricultor para fazer três desenhos de seu lote, informando o que ele plantava quando chegou ao lote, o que ele planta atualmente e o que ele gostaria de plantar no futuro. O uso do termo desenho para designar esta técnica estava ligado ao termo redesenho do agroecossistema, utilizado na Agroecologia quando do planejamento e implantação de determinado sistema agrícola, principalmente nos casos de transição de matriz energética (do convencional para o agroecológico, por exemplo), quando então se procede ao redesenho do agroecossistema. A intenção era captar o redesenho do lote agrícola em diferentes épocas, mas, como veremos a seguir, alguns desenhos puderam ser interpretados

como verdadeiros mapas. Na ocasião deixei folhas para os cardápios e desenhos e uma caixa de lápis de cor.

Quanto aos desenhos, alguns assentados alegaram que não sabiam desenhar, então pedi um desenho simples, ou que fosse solicitada a ajuda de alguém da família, por exemplo, as crianças¹⁴. Considerando certa recusa por parte de dois assentados que não quiseram elaborar desenhos, foram conseguidos: com o primeiro assentado, entrevistado três desenhos feitos cuidadosamente por suas netas; com o segundo assentado, também três desenhos, mas feitos na hora e muito a contragosto; o terceiro assentado entrevistado não quis fazê-los, mas consegui obter ao menos um desenho feito por uma filha já adulta (desenho atual do lote); o quarto assentado alegou não saber desenhar, mas seus filhos aceitaram o desafio e acabaram não seguindo o proposto (nesse caso, um dos filhos fez com precisão o desenho atual do lote de produção e uma das filhas tentou fazer o desenho atual do lote de moradia); já o quinto assentado fez três bons desenhos de seu lote, alterando um pouco minha orientação (no primeiro desenho do lote, ao invés dele retratar o primeiro sistema agrícola que ele impôs ao lote, retratou o estado em que pegou a terra).

Para os cardápios, por outro lado, foi mais fácil conseguir adesão. Apenas um assentado não os fez, nem pediu à sua esposa que fizesse (o segundo assentado entrevistado). Das outras quatro casas, em uma delas o próprio assentado fez os registros (o quarto entrevistado); noutras, duas foram feitas por filhas do titular do lote (no terceiro e quinto entrevistados) e, em uma, os cardápios foram registrados pelas crianças (na mesma casa que os desenhos foram feitos por elas, no primeiro entrevistado)¹⁵. O registro do cardápio da família por uma semana teve inspiração nos trabalhos de Antônio Cândido (1979) e Brandão (1981), que buscaram caracterizar os alimentos e comidas de seus respectivos

¹⁴Solicitar tais desenhos foi uma técnica inspirada no trabalho de Fiamengue (1997), que coletou desenhos junto às crianças no assentamento para analisar a representação que elas fazem do lugar. Por isso, quando tive a oportunidade pedi para que as crianças das famílias fizessem o desenho sob orientação do assentado.

¹⁵Os cardápios registrados pelas crianças revelaram uma melhor delimitação daquilo que é proveniente do próprio lote, por exemplo: especificaram o frango caipira do sítio, as verduras e legumes colhidos na horta, as frutas (para sucos) colhidas no sítio, bem como informaram em alguns casos os temperos usados na preparação do prato, coisa que nenhum dos outros informantes fez. Bem como, os desenhos feitos pelas crianças são os mais ilustrativos. Nenhum cardápio foi registrado pela cõnjuge do titular do lote.

grupos. Também se intencionou aqui perceber, de uma maneira geral, quais alimentos advêm do próprio lote (que, portanto, imprimem certa construção ao espaço agrícola) e quais são comprados fora. Refeições e modos de preparo típicos também foram objetos de análise. Nesse sentido, cabe salientar a grande importância destas estratégias para a pesquisa etnográfica no presente estudo.

Com os desenhos, a ideia inicial era permitir aos assentados uma representação do lote agrícola que comparasse o momento inicial e o atual e, juntamente com o inventário, tentar se enxergar a diversificação existente nos lugares de onde saem os alimentos para o autoconsumo. Assim, os próprios assentados poderiam ver as mudanças ocorridas com o tempo, as coisas que foram deixadas de lado, os novos sistemas agrícolas que adotaram e a diversificação presente em pequenos espaços. Com a sugestão do professor de Metodologia de Pesquisa para a Agroecologia (prof. José Maria Gusman Ferraz), pedi também aos assentados para fazerem desenhos com o que eles gostariam de ter no lote. Isso pensado como ferramenta de planejamento para eles, para que eles pensassem e colocassem no papel aquilo que desejam fazer no futuro, a partir do presente vivido. Algumas publicações em Metodologia Participativa voltadas à Agroecologia valorizam os desenhos das propriedades como forma de planejamento.

Participando de um projeto de extensão¹⁶ no assentamento Monte Alegre, estive presente em um dia de treinamento de agricultores em campo junto com o pesquisador Afonso Peche Filho. Uma das propostas feita pelo pesquisador aos assentados era ir até uma parte alta de seus lotes para observar e elaborar desenhos distinguindo os diferentes sistemas agrícolas existentes, identificando problemas como erosões, possíveis causas de assoreamento etc. Dentro do mesmo projeto participei de um dia de campo com o prof. Miguel Altieri no assentamento Vinte e Um de Dezembro (Descalvado/SP). Enquanto visitávamos um lote, o professor Altieri andava pelo milharal vendo e explicando os problemas (os indicadores do agroecossistema) às pessoas presentes. Depois fui conversar com o assentado daquele lote e ele acabou me mostrando os desenhos que tinha feito quando pegou o lote, que retratavam o que ele queria fazer ali. O assentado tinha a ideia de fazer um SAF (Sistema Agro-Florestal) em seu lote e os desenhos

¹⁶Trata-se do projeto Da Microbacia ao Agricultor Familiar: uma releitura do agroecossistema, 2006-2008, coordenado pelo prof. Manoel Baltasar Baptista da Costa e financiado pelo CNPq.

estavam muito bons. Chamei o Altieri para que os visse e ele elogiou muito o assentado, dizendo que ele estava desenhando um sistema agroflorestal e esperava que o assentado tivesse realmente condições de implantá-lo. Assim, me convenci de que pedir os desenhos aos assentados da minha pesquisa seria interessante.

Outra inspiração ao uso desta técnica veio da pesquisa coordenada por Garcia Jr. et al. (2003), na qual foram elaborados mapas/croquis de forma participativa: os pesquisadores trouxeram mapas de grandes dimensões já com a delimitação dos lotes e coube aos assentados localizar e desenhar seus lotes individuais. Assim, cada um deles inseriu no mapa as informações dos lugares de moradia, sobre os cultivos, estruturas, recursos naturais existentes etc., trazendo assim informações locais aos mapas. Nesse caso, a falta do inventário do lote levou os assentados a priorizarem os cultivos mais importantes para a comercialização e as criações, embora mesmo assim tenha se identificado grande diversificação.

Quando retornei ao lote para receber os primeiros desenhos de um assentado, me dei conta que aquilo extrapolava a idéia inicial de desenho propriamente dito. Tratava-se de um material extremamente útil como forma não apenas de representar o lugar, mas uma forma de mapear o trabalho que ele tem ali desde que chegou ao lote, de inserir informações locais aos mapas. Assim, por sugestão de minha orientadora, Profa. Norma Valêncio, fui convidado a fazer leituras numa área para mim desconhecida, sobre cartografia e o poder de mapear.

Nos mapas, lugares simplificados

Para Crampton e Krygier (2008) a cartografia é um campo científico dominado pela elite e de alto interesse governamental, sendo que a elaboração de mapas raramente serviu como instrumento científico neutro. Quem possui um mapa pode fazer afirmações poderosas, "assertivas de poder e de conhecimento", que orientam principalmente ações militares, políticas e econômicas. Por outro lado, a Cartografia pode ser considerada um campo de conhecimento interdisciplinar, na medida que muitos outros podem fazer uso de algum tipo de cartografia em suas disciplinas. Então, é uma área que entrou em outros limites acadêmicos para explicar fenômenos.

O mapeamento sempre foi institucionalizado, primeiramente usado como ferramenta do Estado para tomadas de decisões. Porém, a partir do maior acesso ao mapeamento e à informação geográfica, que vem ocorrendo através das tecnologias de SIG (Sistema de Informação Geográfica) e GPS (sigla em inglês para Sistema de Posicionamento Global), também por parte de povos tradicionais, ocasiona-se um choque entre Estado e povos locais tradicionais. Enquanto estes

não tinham acesso ao mapeamento de suas áreas, ficavam submetidos a demarcações de seus territórios feitas pelo Estado, que na maior parte das vezes não possui o conhecimento local e maiores compromissos políticos com tais povos. Muitas vezes a delimitação no campo dos direitos dos povos tradicionais se baseia por mapas. Agora, eles usam mapas e informações geográficas que eles mesmos produzem "contra" o Estado, para conseguir demarcar localmente suas áreas e reivindicar seus direitos sobre elas.

Conforme Fox et al. (2008), pesquisadores apontam na construção de mapas participativos, pois tal construção ajuda no processo de fortalecimento da democracia. O mapa participativo é uma ferramenta de poder para uma construção política e organizacional, resultado de um aprendizado coletivo, num determinado território. O mapeamento feito por uma comunidade a (re)insere num mapa "vazio" do Estado, no qual seus direitos possivelmente foram suprimidos, onde aparentemente não havia ninguém ocupando ali historicamente e qualquer um poderia chegar para tomar posse, ou ser objeto para algum empreendimento. Com maior acesso ao mapa pode-se, por exemplo, provar a ocupação histórica de um território por determinado povo, ou as ações benéficas ambientalmente feitas por uma comunidade. Esses mapas dão conhecimentos locais aos próprios povos e aos de fora. Para o poder público, pode contribuir para a melhor gestão do território, pois incorpora o poder do agricultor (inclusive o de participar da gestão), quando há um mapa feito por ele, demonstra o quanto ele impõe sua lógica própria. Então, pode ser um meio de se levar em conta os interesses dele na gestão do território que ele ocupa, sendo uma fértil contrapartida às leituras impostas.

Os mapas feitos pelo agricultor são baseados em princípios diferentes dos sistemas de conhecimento "oficial". Durante o trabalho de campo no período da minha coleta de dados, lembrei-me que havia um agricultor que conhecia, mas que há muito tempo não via. Em uma visita há tempos, ele havia mostrado desenhos do lote como forma de controle da produtividade. Com esta nova perspectiva dos desenhos/mapas no trabalho, fui ao lote dele para tentar rever seus desenhos. Na verdade ele havia feito poucos na época e depois não fez mais. Depois, disse que seu filho havia se formado em técnico agrícola e fez um mapa do lote com uso de equipamento de GSP. O Sr. Agrício fez questão de me mostrar todo o material, bem como autorizou a reprodução de todos eles. Foi com os desenhos e o mapa desse informante que ficou evidente que desenhos feitos localmente, por agricultores, mostram como são diferentes as perspectivas do homem local no ambiente em relação ao produto de aplicação do SIG.

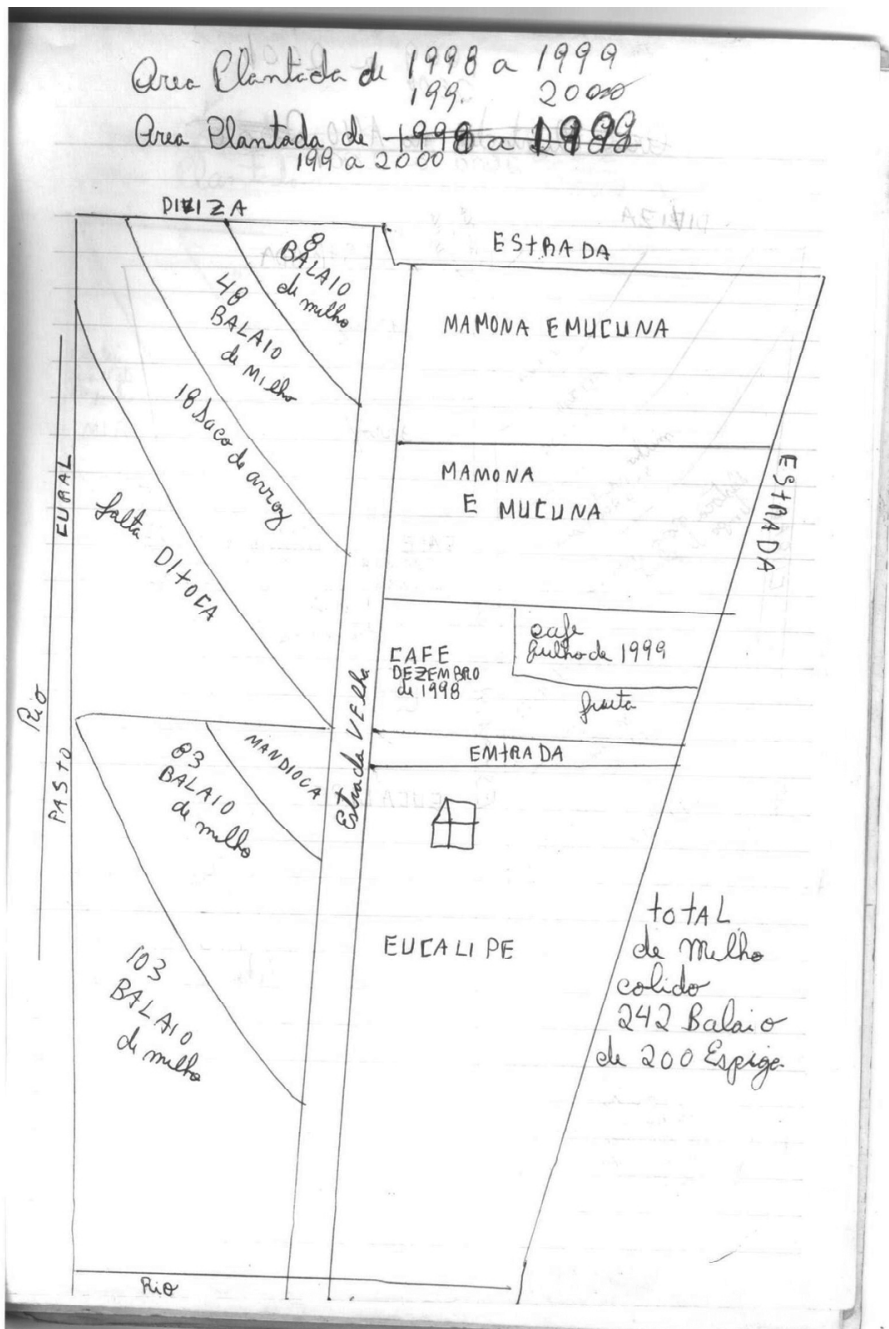


Figura 1 – Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 1999-2000.

Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

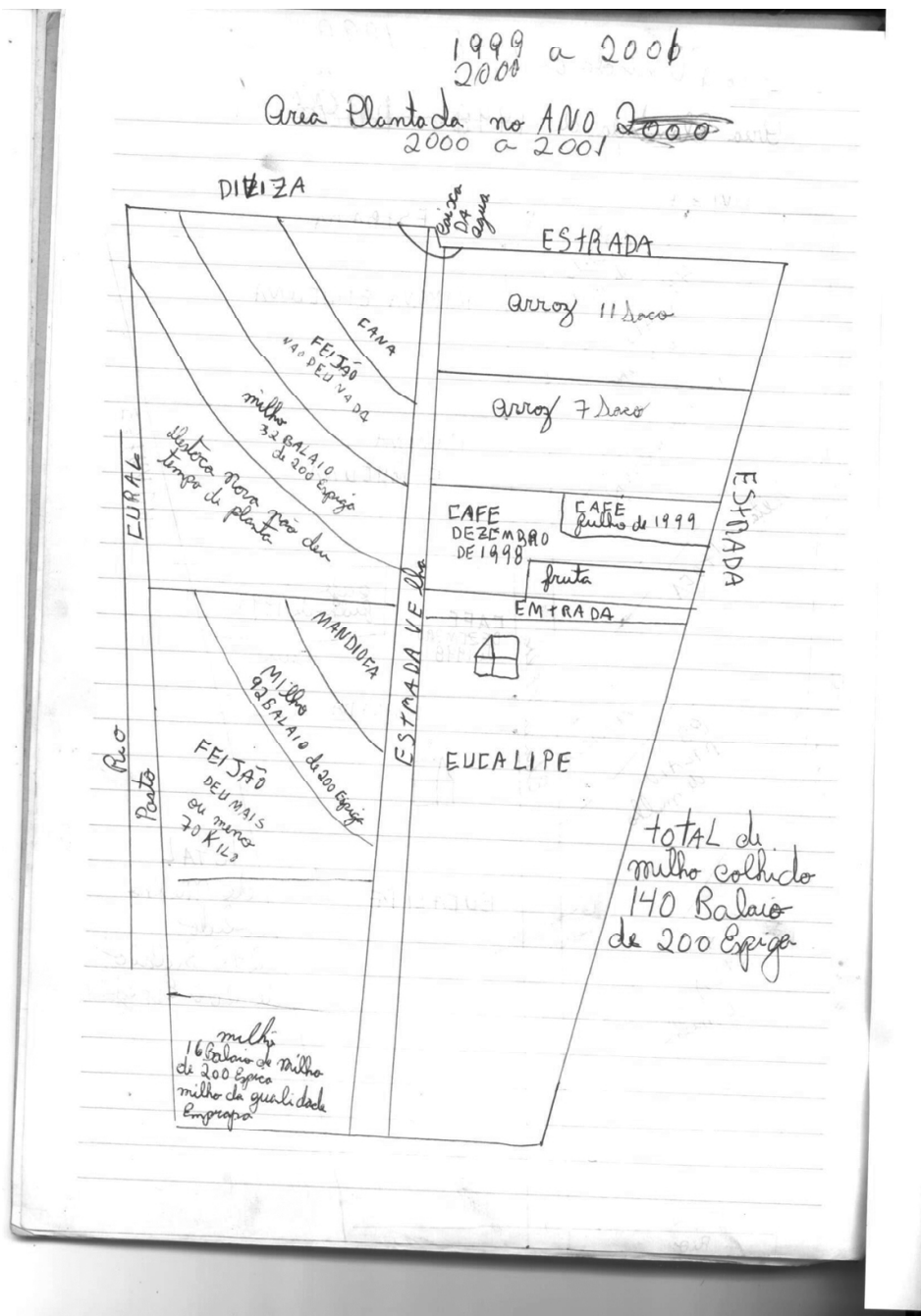


Figura 2 – Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 2000-2001.

Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

~~Área Plantada no Ano 2000 a 2002~~
 Área Plantada no Ano 2001 a 2002

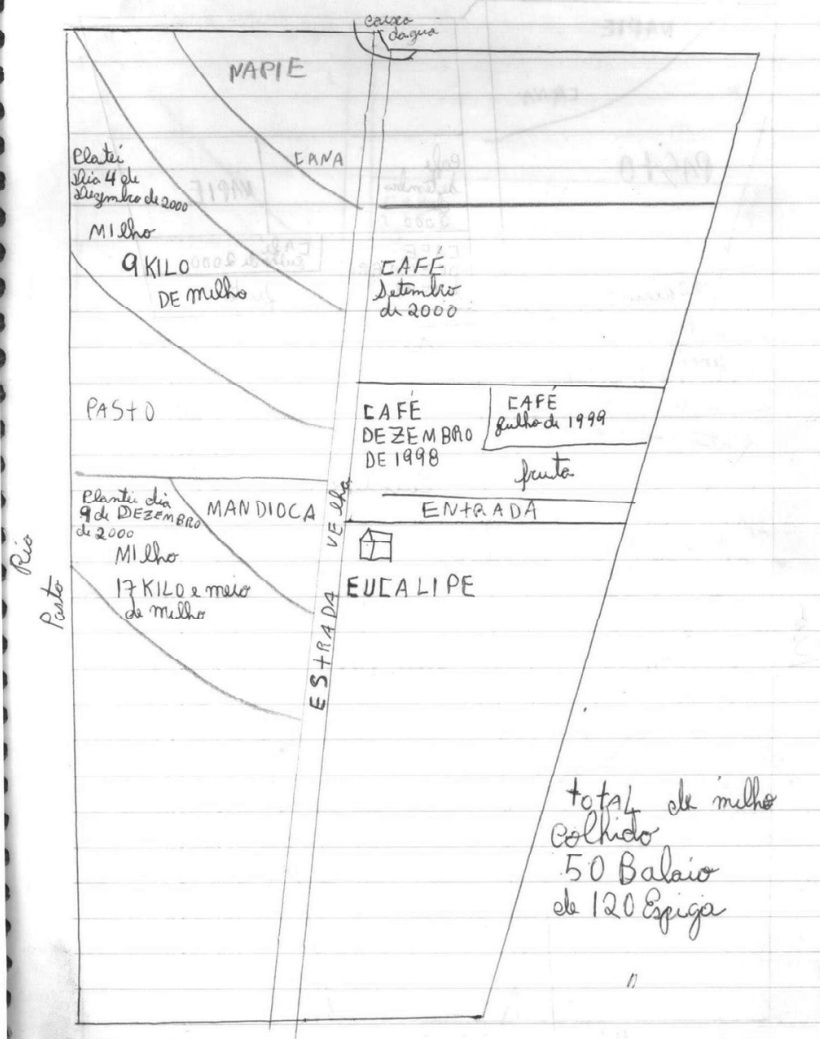


Figura 3 – Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 2001-2002.

Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

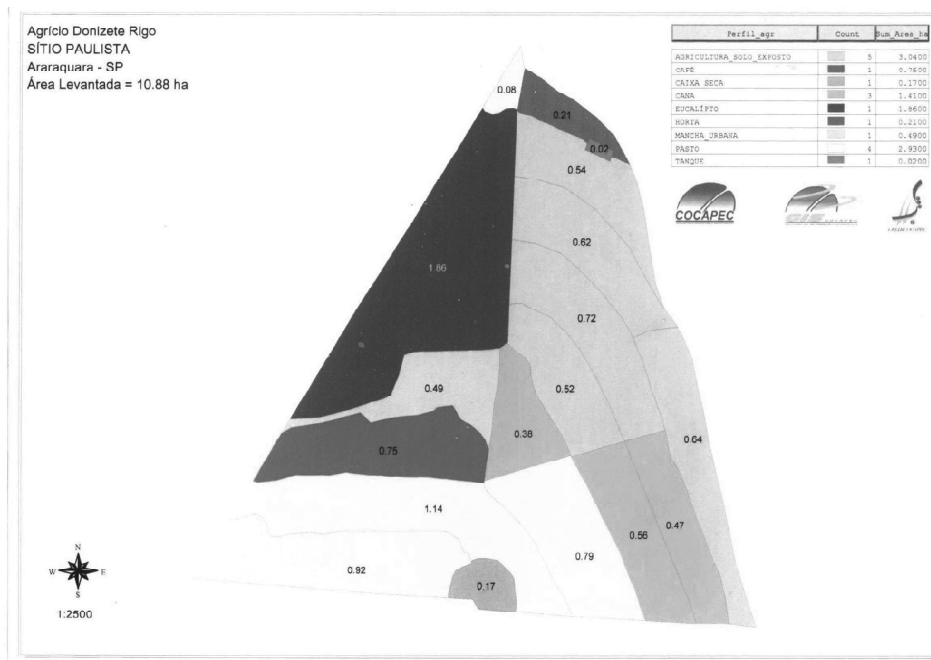


Figura 4 – Mapa do lote do Sr. Agrício.

Fonte: Mapa cedido pelo assentado.

Conforme pode-se perceber numa comparação inicial, os desenhos do assentado estão num sentido e o mapa noutra. Talvez para o assentado tenha lógica a presença do rio, que corre para baixo. Por mais que a demarcação dos sistemas agrícolas nos desenhos e no mapa seguissem o mesmo padrão (o assentado fez os contornos do lote de forma fiel ao revelado pelo mapa), ao assentado coube ainda "recheiar" os desenhos com conteúdos locais: detalhar os cultivos com maior valor comercial que ocupavam o lote e como, ano a ano, os sistemas podem ser substituídos/alterados; revelar espaços onde falta destacar os tocos de eucalipto e aonde foram recentemente destocadas; revelar onde é cada estrutura do lote.

Considera-se ainda, na continuidade dos três desenhos, que existem espaços de cultivos permanentes como o café, as frutas e o eucalipto. Em outros, o agricultor faz rotação de culturas e tenta obter, ano a ano, um mínimo de alimentos composto por milho, arroz, feijão e mandioca. O Sr. Agrício revelou ainda o que é aquela linha que corta o lote ao meio, que o mapa também mostra mas não diz o que é: a antiga estrada, fechada para ser construída outra, um pouco mais

acima, um pouco mais longe do rio.

Nos desenhos o assentado deu grande atenção a medir a produtividade obtida (no caso, se deteve à produtividade do milho, cultivo de foco privilegiado em seu lote na época), que foi feita por balaio de milho e que demonstra algo bem diferente das balanças de alta precisão. Com isso, ele reclamava ainda que era roubado na pesagem de seus produtos, por não ter como pesar a produção no assentamento e depender dos atravessadores para escoar a produção.

A partir do exposto, pode-se concluir que os desenhos feitos pelo agricultor assentado são mais completos no sentido de incluir informações que só aqueles que vivem no local podem fornecer, revelando a dinâmica territorial. Por outro lado, o mapa oriundo de recurso tecnológico dá um retrato frio e ahistórico do lote agrícola, mostrando inclusive um grande espaço de solo exposto sem permitir efetivamente a compreensão de sua dinâmica. Aconteceu que a produtividade do milho foi decaindo e o assentado, desanimando, deixando de produzir em algumas quadras de seu lote agrícola. A presença do milho no sistema agrícola revela a regularidade de financiamentos bancários e de projetos técnicos que estão disponíveis para quem quer plantá-lo de forma convencional. Para esse assentado, no período retratado pelos desenhos (1999-2002), o cultivo de milho acabou sendo priorizado. Percebe-se que no terceiro desenho já havia pouca inspiração para continuá-lo. Ele contou que ficou endividado, como muitos outros assentados, e impossibilitado de manter a produção, porque a produtividade do milho caiu vertiginosamente em seu lote.

Vale a pena reproduzir um trecho do caderno de campo feito após uma visita feita a esse assentado, em 14 de junho de 2002, para explicitar mais informações locais do agricultor. Por exemplo, o porquê dele não querer se desfazer dos eucaliptos que compõem o espaço agrícola; a diversificação existente no lote (imperceptível aos desenhos e mapas) a partir do inventário do lote; como seu filho o acompanha nas atividades agrícolas e como é duro seu cotidiano de trabalho. Além disso, na conversa não deixou de falar da natureza e como gosta dos animais.

Nós chegamos e o filho Eduardo que nos recebeu, a mãe estava no tanque fazendo queijo e o pai lá embaixo pegando capim para as cabras. Ele subiu correndo para nos mostrar os três porquinhos que comprou na feira em Matão (3 por R\$50,00).

Começamos a conversar sobre os eucaliptos e ele falou da sua importância no lote. Antes tinha em todo o espaço e foi usado como moeda de troca por

vários assentados, que foram trocando por coisas momentâneas: "trocavam por uma máquina, poço, motor e foi acabando, mas eu não". Ele foi deixando crescer os cinco anos que está aqui e atravessadores vêm toda semana perguntar se não quer vender (assumi que qualquer dia vai precisar vender alguns). Falou que os eucaliptos barram o vento e hoje estão com maior valor no mercado, além do valor de proteção para as construções no lote. (...)

Inventário do lote: salsa, cebolinha, almeirão, rúcula, 300 pés de mamão, milho, mandioca, abóbora, 2 mil entre pés e mudas de café, cavalos, cabras, vacas (e o Diamante – touro reprodutor). Está atualmente vendendo as hortaliças 3 vezes por semana para um amigo dono de supermercado na Vila Xavier. Tem muito leite na geladeira deles, que fez questão de dar 2 litros para nós e mostrar a geladeira cheia (não queria deixar de jeito nenhum eu pagar). (...)

Ele não cansa de falar que trabalha o dia todo, sem parar e que para conseguir viver da terra tem que ser assim "não pode ficar parado". Ainda mais que são só ele e o tio (o filho Eduardo já ajuda – enquanto andávamos pelo lote ele ia marcando as casas de formigas com um toco para o pai jogar veneno depois). Sr. Agrício destocou sozinho com um ferro vários tocos de eucalipto que ficaram no seu lote e pretende vendê-los para olaria (os tocos ficam fundo e devem pesar uns 500 kg). (...)

Falou que um dia quer ter um "zoológico" de animais diversos e que tem tanto mamão nos pés, que muitos ficam lá: "alguns eu deixo lá para os passarinhos. O passarinho é gente boa, n/é?". O esterco das cabras e vacas é o adubo dele. (...)

Combinou conosco para voltarmos lá no sábado seguinte, para almoçarmos, e pediu também para pesquisarmos algumas coisas na internet: sobre plantação química e orgânica de maracujá, mamão, chuchu e horta. Pudemos observar que através de nós ele depositou uma esperança de buscar para ele informações que possam contribuir com as atuais e as novas estratégias produtivas. (Caderno de Campo, dia 14/06/2002).

No sábado seguinte, nosso grupo de pesquisadores voltou lá para o almoço:

Dna. Adriana preparou almoço para um batalhão e estava tudo muito gostoso. Tinha arroz, feijão, creme de milho e frango frito (foi o meu primeiro prato), ainda tinha macarrão à bolonhesa, maionese e pão caseiro (meu

segundo prato). Todo mundo "encheu a cara" de comida e para a sobremesa tinha pudim de leite. O feijão, o milho, algumas coisas da maionese, pão e o pudim de leite eram coisas que são do próprio lote deles (tinha também uma pimenta dedo-de-moça muito boa). O arroz e o frango (caipira) haviam sido comprados de outros assentados. Poucas coisas foram compradas fora para a preparação desse almoço (na verdade, nós levamos refrigerantes, conforme havíamos insistido na semana anterior). Nossa atenção com a comida foi tanta que nem sei quanto tempo ficamos à mesa, com eles contando várias histórias engraçadas. (Caderno de campo, 22/06/2002).

No ano de 2009, quando foi feita nova visita a ele, seu filho já havia crescido e deixado o lote para fazer curso técnico em Franca/SP¹⁷. Também não houve informações sobre o tio que o ajudava no trabalho agrícola e a esposa fica mais na cidade de Matão/SP, pois trabalha por lá como faxineira, mora com familiares e só vem ao sítio aos finais de semana ficar com o marido (mas continua a fazer queijos com o leite proveniente do lote). Na visita ao lote para ver seus desenhos (é digno de registro) ficamos sabendo que agora ele está trabalhando como diarista no lote de outro assentado e seu lote está bem parado em termos de produção agrícola. Mesmo assim, em nossa visita fez questão de nos dar vários pés de rúcula e alface colhidos na hora, bem como um saquinho cheio de pimenta comari que colhemos juntos: ele falou que esta pimenta é muito ardida, mas muito especial, porque só o passarinho consegue plantá-la. Relatou que todas as vezes que tentou plantá-la a partir de suas sementes, o pé não cresceu. Mas de repente aparecem uns pés da pimenta no lote, como se fosse um trabalho invisível (não para o assentado), plantados por algum passarinho "gente boa". E ficam carregados de frutos.

Os Fios da Metodologia Escolhida

O informante-chave talvez tenha sido a escolha mais cuidadosa que tive que fazer. Trata-se do Sr. Sidnei Bellintani, um assentado que conheci em idas a campo junto com o pesquisador Luís Antonio Barone, que visitávamos com certa regularidade na época (nos anos de 2001 e 2002) porque ele era uma das

¹⁷Apenas porque o filho se formou técnico agrícola é que ele teve acesso ao mapa do lote.

lideranças dentre os assentados em torno da proposta de se plantar cana em parceria com usina canaveira¹⁸. Passávamos em seu lote (bem como em outros) para saber como andava a proposta, que enfim foi regularizada pela Fundação Itesp em 2002 (Portaria 075) e revogada em 2004 (Portaria 077). Ao passo que ele foi uma das lideranças para a "conquista" da cana, foi o primeiro e único assentado até agora que rompeu o contrato antes mesmo do término (ele saiu durante a segunda safra e o contrato era de cinco safras).

Durante nossas visitas ali, sempre sobrava tempo para outros assuntos, principalmente meio ambiente. Trata-se de um assentado com forte discurso ambiental, sempre preocupado com tais questões dentro e fora do assentamento, nos mostrando o que ele faz no intuito de preservar o meio ambiente ali em seu lote. Inclusive ele diz que começou a discordar da parceria da cana por questões ambientais, porque estava certo de conseguir que a cana do assentamento não fosse queimada, sendo que nos contratos isto constou apenas como recomendação. Ele já participou de cursos oferecidos por instituições como a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), nesta temática ambiental, assim como de audiências públicas na Câmara Municipal voltadas à discussão das queimadas e dos impactos sócio-ambientais da cana.

Em uma ida em seu lote (em 14 de setembro de 2002) ele se alegrou em nos mostrar o plantio de várias mudas de árvores de grande porte, a maioria nativa da região, plantadas na antiga estrada de acesso ao lote dele. Ocorre que antes desta data, se chegava ao lote por uma estrada que passa pela parte de baixo (o lote tem leve declive) e que fazia divisa com uma mata ciliar. Perto dela, ao lado da mata nativa, corre um rio do qual esse assentado e outros puxam água para seus lotes. Disse que de madrugada vinham caçadores por esta estrada atrás de animais nativos que habitam a área, como o lobo-guará, onça, cachorro do mato, veado, pássaros, dentre outros. Então, ele e os assentados que moram ali reivindicaram junto ao Itesp que a estrada fosse desativada, para que não passassem mais caçadores e também para proteger as cabeceiras, evitando o assoreamento do rio. Alegaram que os veículos que passavam por ali, aos poucos, iam empurrando terra para o rio. Conseguida a desativação, os assentados ganharam 2.500 mudas de árvores para plantar na área da antiga estrada e, na ocasião, esse assentado declarou que ia plantar muitas outras, reflorestar toda a

¹⁸O sr. Bellintani afirmava ser um dos pais da proposta.

área. Por fim, nos explicou que na altura de seu lote quem fez o plantio foi a família toda: ele, a esposa e os filhos. Suas netas ajudaram "brincando" no serviço: uma passava jogando calcário e a outra adubo ao redor das mudas recém-plantadas. Em outras idas a campo, nosso informante-chave disse que já foi caçador de passarinhos, declara-se como uma pessoa que já "devastou" muito a natureza e que agora é defensor da natureza.

Outro ponto favorável a esse assentado foi o fato de que em sua origem era sitiante nesta região. Declarou que tinha uma alimentação e conseqüentemente uma construção de sistema agrícola bem típica do caipira paulista. Passou por todo o processo de proletarização, saindo do sítio e indo trabalhar em diversas atividades na cidade. Voltando à terra, no assentamento procurou pela construção do espaço como antes quando sitiante, embora também tenha acabado plantando cana agroindustrial em seu lote.

Conforme Whitaker (2003, p.275), a partir de estudo de caso com um único informante pode-se "separar alguns fios", dos múltiplos existentes, daquilo que liga o indivíduo ao ambiente e à sociedade. No caso de famílias assentadas, conforme a autora, trata-se de um grupo com subjetividade bem específica, em razão de todo seu movimento de lutas pela terra e do momento histórico vivido. Com isso, usando a história de vida do mesmo assentado com o qual trabalhamos, a autora coloca em relevo que ele possui consciência aguda acerca da necessidade de preservação de seu *habitat* e que possui um manejo do meio ambiente para tanto.

Portanto, além do assentado ser interessante por causa de suas práticas ambientais e tradicionais, ele foi importante por demonstrar a necessidade de uma alternativa à cana. Na verdade, ele achou que seria a cana, mas depois descobriu que ela também traria muitos pontos negativos para o assentamento. Ele achava que a cana seria uma forma dos assentados adquirirem a necessária renda monetária em uma parcela do lote, mas de forma a possibilitar que a agricultura familiar continuasse em outras parcelas. Em seu lote isto estava acontecendo, só que com o resultado financeiro negativo da primeira colheita e a necessidade de investir todos os seus recursos para a continuidade do cultivo de cana, preferiu lutar para quebrar o contrato a deixar que seu sítio quebrasse por causa da cana. As práticas do processo produtivo empregadas em seu lote passaram a negar a possibilidade de coexistência de duas lógicas produtivas tão diferentes no mesmo lote agrícola, pois para ele a lógica agroindustrial/empresarial suprime a agricultura familiar com venenos.

Em seus desenhos nem quis retratar a presença da cana agroindustrial, mesmo porque passou apenas dois anos com ela (ele deixou a parceria, rompendo seu

contrato, quando a cana estava chegando quase no segundo corte, então soltou suas vacas no canavial). Dentre os motivos que o levaram a tomar esta atitude, disse que funcionários da usina estavam fazendo serviços mal feitos em seu lote, calculando errado sua produtividade, as queimadas e os insumos químicos (inclusive aqueles despejados por avião) incomodavam sua consciência e prejudicavam outros cultivos e criações em seu lote¹⁹, haviam turmas de trabalho que contribuíram para fragmentar a sociabilidade dos assentados (porque passou a haver disputas para o corte da cana em cada lote) e alguns assentados estavam se acomodando com a cana e deixando de praticar a agricultura familiar. Ou seja, estava gerando problemas ambientais e sociais no assentamento²⁰.

As indicações de outros assentados que ele me deu foram no sentido de indicar assentados com este perfil de agricultura familiar, no entanto, teria que indicar assentados que plantam cana. Desta forma, assume-se desde já que no assentamento Monte Alegre existem outros perfis de assentados não tão identificados com práticas agrícolas de autoconsumo e de agricultor familiar, algo próprio da complexidade existente no assentamento²¹. Então, a formação desta amostragem também teve intenção de captar algo sobre a convivência destas duas lógicas produtivas nos lotes, como que uma imposição da atividade agrícola moderna para a agricultura familiar. Assim, um dos objetivos específicos desse estudo foi detectar alguns aspectos da sobrevivência do autoconsumo como estratégia de diversificação agrícola, que pode potencializar ou limitar a reprodução social do grupo no longo prazo.

¹⁹O assentado relatou que funcionários da usina fizeram testes com um pré-emergente (insumo químico que inibe a germinação de plantas espontâneas) nos lotes do assentamento e que após a aplicação não era pra ninguém da família ir ao canavial, nem era pra deixar animais irem até lá. Depois de uma semana teve uma vaca no seu lote que abortou e ele disse que a vaca não chegou nem perto do canavial. Ele acredita que a contaminação se deu através do vento.

²⁰A investigação desta parceria envolvendo plantio de cana agroindustrial nos assentamentos de Araraquara tem demonstrado de várias maneiras uma assimetria de informações entre os "parceiros", os assentados e os usineiros (BARONE et al., 2008, FERRANTE et al, 2009).

²¹Por exemplo, em Ferrante (2007a) foram identificados diferentes perfis como: assentados que só plantam cana, que plantam cana e outras coisas, assentados que não plantam cana e diversificam o lote, que recebem apenas aposentadorias, que trabalham fora em atividades não-agrícolas, dentre outros.

Segundo Bourdieu (1989), podemos dizer que tudo aquilo que não é quantificável, tem seus custos subestimados. Isto pode ser entendido tanto em relação ao que significa a produção de autoconsumo, como pelo papel reprodutivo desempenhado pela mulher, o que vem sendo melhor explorado em nosso ciclo de pesquisas voltadas aos assentamentos²². Por esse motivo, também, fazemos a opção por uma metodologia que procura apreender os meandros dos processos investigados, acreditando ser necessário explorar o incomensurável quantitativamente.

Conclusões

A opção por essa metodologia permitiu desvendar invisibilidades acerca do autoconsumo, tais como o trabalho das mulheres, a importância do autoconsumo para a segurança e soberania alimentar das famílias, o resgate de conhecimentos tradicionais na agricultura e na culinária, seu importante papel para a maior diversificação dos lotes, além de mostrar a necessidade de compreender os assentamentos rurais por meio da noção de reconstrução de modos de vida.

Se a metodologia comumente possibilita a quantificação, a construção de indicadores sobre produtividade e rentabilidade, a análise dos múltiplos aspectos do autoconsumo não tem sido penetrados. É esta opção – importante em minha avaliação – que levou muitos pesquisadores a abolir o autoconsumo do estudo da renda, embora seja um de seus componentes (principalmente na agricultura familiar, seja assentamento ou não).

A metodologia apresentada nesse artigo aponta para a flexibilização necessária para a investigação do tema do autoconsumo na agricultura familiar. Mostrou-se igualmente importante a associação de dados advindos da aplicação de questionários, de caráter mais quantitativos, com outros advindos da observação direta e detalhados, inclusive com a persistência na aquisição de material fornecido pelos assentados. Isso respondeu a melhor compreensão do problema por

²²Três projetos no âmbito do Nupedor priorizam uma discussão das relações de gênero nos assentamentos rurais: Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais (CNPq, 2009-2010); Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise (CNPq, 2011-Atual); Capacitação em Gênero e Inserção no Atendimento em Rede às Mulheres em Situação de Violência (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010-Atual).

abranjer duas dimensões do mesmo problema: o mais geral e o específico, no sentido que o segundo qualifica o primeiro.

As técnicas de pesquisa priorizadas deram conta de uma análise integrada de vários aspectos do autoconsumo. Desde os dados mais gerais representativos estatisticamente sobre a produção de autoconsumo, como aqueles que possibilitaram contrapor a fala dos assentados com a observação direta (na qual há complementaridade), até os mat6rias coletados junto às fam6lias que trouxeram informa7ões sobre a comida do cotidiano e a comida de final de semana ou como ocorre a organiza7ão do espa7o para sua consecua7ão. Foi esta a plataforma de dados que permitiu uma an6lise da organiza7ão social das fam6lias, suas estrat6gias de uso da terra e o prato de comida a mesa, por meio de um estudo que teve a cultura como mediadora dessas rela7ões.

Referências

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estrat6gias de fam6lias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.

BARAONA, R. Un Campesino por Dentro. **Conferência de abertura do IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. (Mimeo).

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade**: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2002.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. "Os parceiros da cana". Dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol. 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG. In: **Anais...**, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, C.R. **Diário de Campo**. A Antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CRAMPTON, J.W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.

DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B. A Proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. **Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais**: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal de Paranapanema. Projeto de Pesquisa, Auxílio-Integrado, CNPq, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B.; QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção

para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003, p.15-20.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, 2004a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2004b.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório Final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo). Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2007b.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris**, Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

FIAMENGUE, E.C. **Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado**: imagens da infância em um assentamento de trabalhadores rurais. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1997.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

FOX, J.; SURIANATA, K.; HERSHOK, P.; PRAMONO, A.H. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 71-84.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos

produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR, A.R.; MEDEIROS, L.S. de; GRYSZPAN, M.; LEITE, S.P. (Coords.) **Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada**: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental. Relatório Final, convênio REDES/Fundação Ford. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, CPDOC-FGV, CRBC-EHESS, UFF, 2003.

MALINOWSKI, B. **Um Diário no Sentido Estrito do Termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NISHIKAWA, D.L.L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002, p.135-142.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Agrícolas Sustentáveis no Assentamento da Fazenda Monte Alegre Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. Cap. 2 - A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de reforma agrária: Araraquara, SP. In: AUBRÉE, M.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmica Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003, p.275-294.

TRAJETÓRIAS DO LUGAR DE VIVER EM TERRA DE REFORMA AGRÁRIA¹

Viviane Santi Martins²

Renata Menasche³

Resumo: Este trabalho tem por objetivo sistematizar e apresentar alguns dos resultados da investigação realizada enquanto dissertação de mestrado, que se propôs a analisar a constituição do *lugar da morada* de famílias rurais em contexto de assentamento da Reforma Agrária. O *lugar da morada* é apreendido como *locus* em que se desenvolve a dinâmica familiar, incluindo a casa e o entorno próximo, com o pátio, o jardim, a horta e o "arvoredo". O trabalho mostra a trajetória que os colonos assentados percorrem no processo de constituição do *lugar de viver* no novo *espaço*, trajetória que é permeada pela reconstrução da própria vida em um novo contexto. A constituição do *lugar da morada* desenha-se a partir do estabelecimento de laços afetivos com a nova terra, em que o *espaço*, percebido como estranho, torna-se, no curso da vida, o *lugar de viver*. As construções e seu entorno revelam um sistema de valores que reflete a organização da existência desses agricultores, por meio da atualização dos *modos de morar*, entendidos como textos da cultura, que falam sobre a família e a moral camponesa. Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, realizada em 2008, no assentamento São Virgílio, situado no município de Herval, Rio Grande do Sul.

¹Uma versão anterior deste artigo foi submetida à discussão no IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, organizado e sediado na UNIARA – Centro Universitário de Araraquara, entre 9 e 11 de junho de 2010, em Araraquara.

²Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: casa.saudavel@yahoo.com.br.

³Doutora em Antropologia Social. Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br.

Palavras-chave: Habitação Rural; Campesinato; Espaço/Lugar; Assentamento da Reforma Agrária.

Abstract: *This paper aims to systematize and present some results of a research accomplished through the master's dissertation, which was designed to investigate the establishment of the dwelling place for rural families, in the context of Agrarian Reform settlement. The dwelling place, where the community is seen as the locus of development within the dynamics of family life, includes also the house and its surroundings as well as the patio, backyard, vegetable garden, and the "orchard". This work shows the path followed by settlers to go through the process of establishing a place to live in a new space; this trajectory permeates the restructuring of their own lives into new context. The establishment of a dwelling place is drawn from the special relationship with the new land, where the space, defined as unknown, will later becomes, within the life course, a place to live. Throughout texts related to family histories, cultural identities, and the moral economy of the peasant, rural buildings and surrounding area reveal a value system that reflects the organization of the livelihood of these growers, for a modern way of living. This study was carried out through qualitative research, using ethnographic method, and it was held in 2008, at São Virgílio settlement, located in Herval town, in the countryside in Rio Grande do Sul State.*

Keywords: *Rural Dwelling; Peasantry; Space/Place; Agrarian Reform Settlement.*

Introdução

Neste trabalho, busca-se apreender os *modos de morar* de famílias rurais no contexto dos assentamentos de Reforma Agrária, por meio de uma perspectiva multidisciplinar que compreende *espaço* e *lugar* para além de sua materialidade, imergindo em suas significações simbólicas, permeadas pelo *mundus* camponês. A perspectiva adotada neste estudo compreende as famílias rurais por meio de sua campesinidade (WOORTMANN, 1990), condição adjetiva que se manifesta na dinâmica dos modos de vida, evidenciada por uma teia complexa, em que *terra, família e trabalho* são elementos centrais e estão imbricados entre si, de acordo com a abordagem de Woortmann, E. e Woortmann (1997).

Ao analisar a trajetória do *lugar da morada* com o objetivo de responder aos questionamentos construídos na problematização desta pesquisa, buscou-se compreender como se deu sua constituição para o grupo pesquisado, o que informam os ambientes que o compõem e de que forma se atualizam os *modos de morar* ante a nova realidade, representada pelo assentamento rural.

O campo empírico escolhido para tal investigação foi o Assentamento São Virgílio, localizado no município de Herval, na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, onde foi possível conviver com as famílias assentadas, buscando apreender como percebem o processo de construção de seu *lugar*, a partir da memória de sua trajetória, dos sonhos expressos e do universo lógico e simbólico que os orienta.

O município de Herval, situado na zona Sul do Estado, destaca-se por concentrar o maior número de famílias assentadas na Região Sul. De acordo com Soares e Salamoni (2007), a zona Sul caracteriza-se por predominância de latifúndios, tradicionalmente de pecuária extensiva, com fraca dinamicidade econômica nas últimas décadas. Essa condição resultou em pressões por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, vindo a região a tornar-se uma das mais importantes para a implementação da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, especialmente a partir do final da década de 1980.

As famílias que passaram a habitar os assentamentos da zona Sul deslocaram-se do Noroeste do Estado, especialmente da região do Alto Uruguai, caracterizada por práticas da agricultura familiar (SOARES, SALAMONI, 2007). Entre os colonos⁴ assentados em São Virgílio, há uma diversidade étnica, sendo que em sua maioria são descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. Seus municípios de origem distam entre quinhentos a setecentos quilômetros do município de Herval, como podemos observar na Figura 1.

⁴Segundo Seyferth (1992, p.80), o termo colono tem sua origem na administração colonial: "para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização". Assim é que, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar. Para Woortmann (1995, p.16), "O termo colônia designa tanto a parcela onde se realiza o trabalho familiar quanto a região ocupada por imigrantes e seus descendentes. Em qualquer de seus sentidos, o termo se associa à família e ao trabalho".

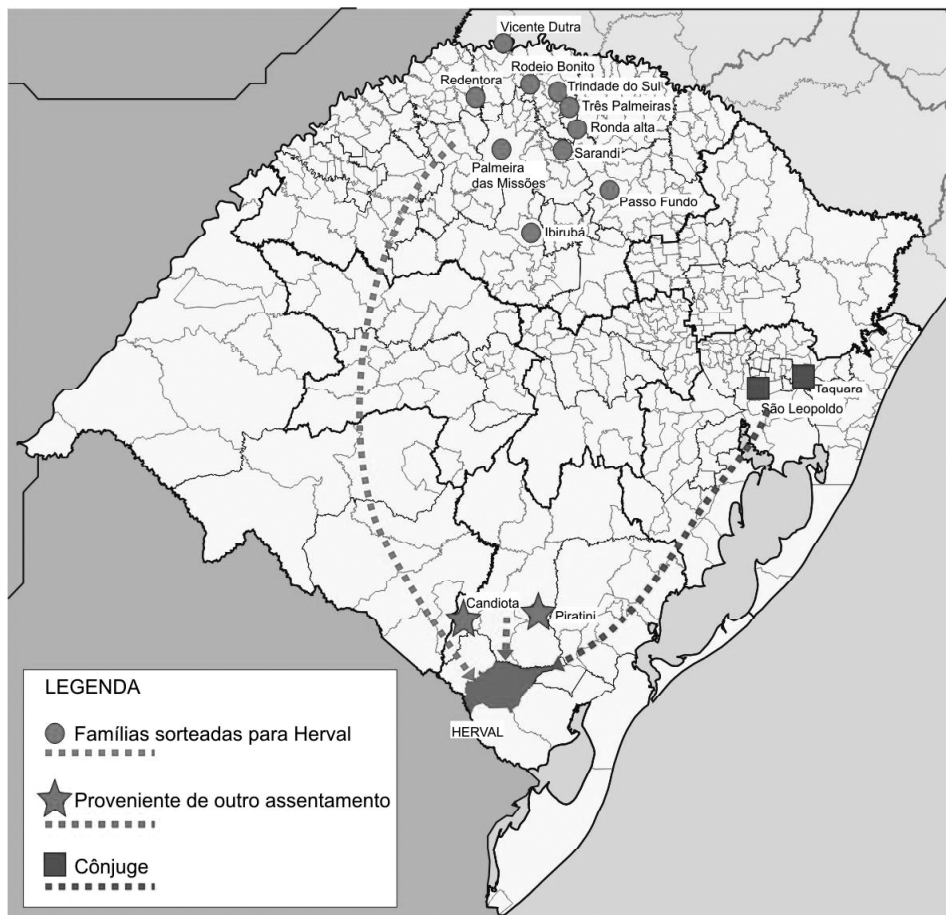


Figura 1 – Mapa ilustrativo do deslocamento dos assentados dos locais de origem para o Assentamento São Virgílio.

Fonte: Adaptado por Martins, V. (2009). Modificado de Abreu (2006).

No caso do assentamento São Virgílio, as famílias dividiam-se, em sua maioria, em dois grupos principais. Uma parte dos assentados era composta por pequenos agricultores que viviam nas terras dos pais, cujas áreas não permitiam a sobrevivência de todos, tornando necessária a migração. Outro grupo é formado por trabalhadores rurais que viviam sob o regime de *agregação*/parceria, ou seja, que residiam e trabalhavam em terras de terceiros, sendo-lhes destinadas, para cultivo, áreas em que não era possível o trabalho mecanizado.

A trajetória pela qual passam os agricultores sem-terra até a conquista

do assentamento inclui períodos de moradia em acampamentos. A maioria das famílias relata a passagem por mais de um acampamento antes de conquistar a terra.

O assentamento foi dividido em cinquenta e um lotes, com área média de vinte e quatro hectares. Também foram demarcadas as estradas, a reserva legal em lote único e a área da Sede do assentamento, incorporando as benfeitorias existentes para uso coletivo, inscritas em quatro hectares. As estradas e a energia elétrica só chegaram quatro anos depois da mudança para o assentamento. Supostamente por orientação das lideranças locais do MST, a localização das casas foi condicionada à proximidade das estradas, com o objetivo de reduzir custos no momento da instalação da rede de energia elétrica.

No acampamento, o MST orientara os agricultores a se organizarem em *núcleos*, em que se reuniam, em sua grande maioria, a partir de afinidades de vizinhança e parentesco. Já no assentamento, os agricultores dividir-se-iam em *grupos* para a distribuição dos lotes, respeitando o sistema de *núcleos* utilizado nos acampamentos. Cabe ressaltar que, embora a organização espacial tenha sido orientada pelo sorteio dos grupos, os assentados que hoje vivem em São Virgílio identificam as divisões espaciais pela teia de relações formada pelos laços de parentesco e compadrio.

Desde que o assentamento foi criado, no final do ano de 1998, algumas famílias realizaram trocas de lotes entre assentamentos diferentes ou, ainda, dentro do próprio assentamento, como estratégia para a recriação das redes sociais. Nesse processo, alguns agricultores conseguiram reconstruir no assentamento parte de suas redes de parentesco. O tecido social volta a ser tramado, e os casamentos entre filhos de assentados unem as famílias, assim como os compromissos de compadrio, como ilustra a Figura 2⁵.

⁵As teias de parentesco aqui apreendidas traduzem apenas os laços parentais informados espontaneamente pelos assentados, portanto não representam a totalidade da teia de relações em São Virgílio.

LAÇOS DE PARENTESCO

LEGENDA

- Masculino 1 geração
- ◇ Feminino 1 geração
- ◐ Masculino 2 geração
- ◑ Feminino 2 geração

Letras representam membros de famílias diferentes com laços de parentesco no interior do assentamento São Virgílio.

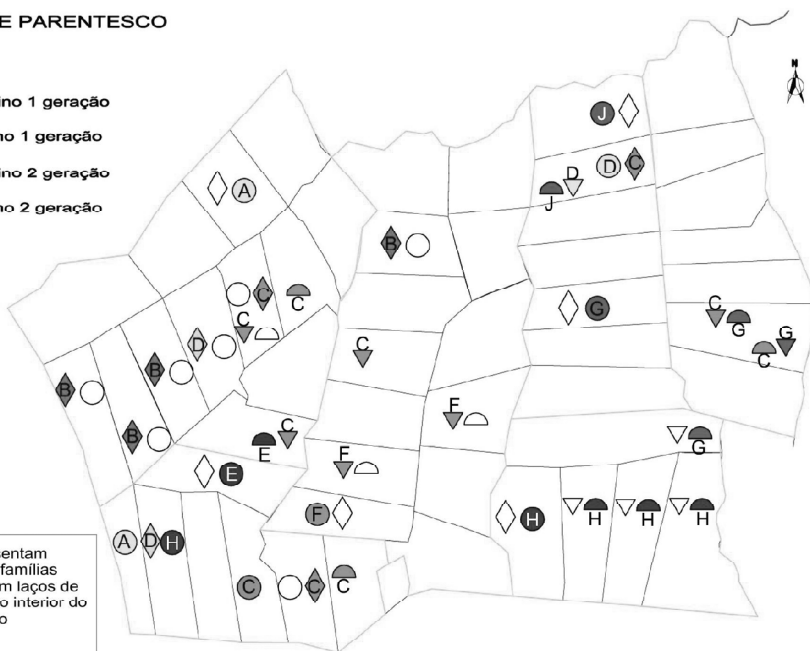


Figura 2 – Mapa ilustrativo dos laços de parentesco apreendidos em pesquisa no assentamento São Virgílio.

Fonte: Adaptado por Martins (2009). Modificado de Brasil (2006).

Entre as dificuldades relatadas pelos assentados, a distância do local de origem, especialmente dos familiares e amigos que não os puderam acompanhar, está impressa em suas memórias, por vezes fragmentadas, e a distância tem ecos de saudades de suas experiências de vida. A Reforma Agrária representa, para os agricultores sem-terra, a possibilidade de reespecializar a teia de relações parentais (MARTINS, 2003) a partir de diversas estratégias. No entanto, esse processo de reunir a família, quando é possível, pode levar anos e, mesmo nos casos em que as famílias conseguem se reunir em uma mesma região, a natureza complexa das teias de relações parentais resultará em uma espacialização incompleta, em que sempre faltará alguém importante.

Os assentados de São Virgílio enfrentaram, ainda, a difícil adaptação às diferenças regionais, que incluiu desde o aprender novos labores da terra até a inserção no novo universo simbólico e cultural. A exemplo de outros assentamentos, sua história é atravessada pela resistência à "complexa trama de

tensões" (FERRANTE, BARONE, BERGAMASCO, 2005, p.38) da política de Reforma Agrária no Brasil, que expressa as contradições e possibilidades da agricultura familiar diante do poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no que se refere ao desenvolvimento social.

Sob esse contexto e por meio de investigação etnográfica deu-se a análise da trajetória da constituição da *morada*, cujas complexidades perpassam a recriação dos modos de vida sobre a terra conquistada. Nessa abordagem, destaca-se a percepção em que *espaço* e tempo são tramados. Assim é que os eventos percebidos como relevantes pelos agricultores compõem uma cadência de marcos *espaço-temporais* que conformam a constituição do *lugar da morada*.

Acampamento: Tempo de espera, espaço de passagem

O acampamento é percebido, simultaneamente, como tempo de espera e *espaço* de passagem para a nova condição de vida, marcada por um porvir representado pelo sonho de ter terra. A condição provisória faz que o acampamento represente um *espaço* ambíguo, liminar, em que os colonos não estão nem no lugar de origem, nem no novo *lugar*.

As dificuldades e sofrimentos vividos nesse tempo levam muitos a desistir, e aqueles que resistem guardam as lembranças na memória, ainda que estejam presentes no próprio silêncio referente àquele tempo.

O acampamento é percebido como um marco temporal. Segundo Costa (2004), ao acampar, o colono passa a ser identificado como sem-terra, aquele que requer a terra como direito social. De acordo com Martins (2003), os acampados representam uma comunidade à espera de um *território*, constituída virtualmente a partir de sua teia de relações parentais e de vizinhança. Dessa forma, o acampamento, embora se localize no *espaço*, é percebido como tempo: é um tempo localizado no *espaço*, demarcando a divisão entre um passado sem perspectivas e um futuro de possibilidades a partir da conquista da terra. Assim, temos que o acampamento representa um tempo de espera. Dessa forma, o acampamento caracteriza-se como um dos processos mais fortes de *desterritorialização* por que passam os colonos em busca de terra.

Por meio dos depoimentos dos assentados ao se referirem à decisão de enfrentar o acampamento, foi possível apreender que o acampamento é percebido como *espaço*: precário, provisório e inadequado. Como *espaço*, o acampamento é identificado com a categoria *mundo*. Woortmann e Woortmann (1997) destacam os significados da expressão *mundo* para os camponeses de Sergipe: "designa um universo desconhecido, onde reside o perigo, e engloba desde a

natureza desconhecida até os grandes centros urbanos." (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p.39). Aqui compreendemos as categorias *espaço*, *mundo* e *natureza* com significações que se correspondem entre si, podendo ser atribuídas ao acampamento. Segundo Tuan (1983), o *espaço* é indiferenciado, desconhecido, ameaçador, ao mesmo tempo em que é um símbolo de amplidão, possibilidade de movimento e liberdade. Assim, temos que o acampamento, ao ser percebido como *espaço*, a partir dos contrastes que lhe são próprios, apresenta ambiguidades nos sentimentos que desencadeia em diversos níveis de significado e experiência.

Enquanto *tempo-espaço*, os camponeses sem-terra vivem uma busca constante em tornar o *espaço de acampar em lugar de viver*, de forma a fortalecer a necessidade de resistir. Segundo Tuan (1983), *espaço* e *lugar* remetem a relações espaciais complementares e antagônicas, relacionadas entre si: para falar de um, é necessário falar do outro, pois "*espaço* é mais abstrato do que *lugar*" (TUAN, 1983, p.6). O *espaço* representa o movimento, o desconhecido, o indiferenciado, enquanto o *lugar* representa a pausa ao movimento, o que permite localizá-lo, transformar o espaço em lugar. Na expressão de Tuan (1980), o lugar é como o lar, permeado de valores familiares imbricados entre si, referindo-se ao *mundo vivido*. Assim é que o acampamento ora é vivido como *espaço*, ora como *lugar*.

Na busca em torná-lo *lugar*, os agricultores compõem os arranjos espaciais, remetendo aos *modos de morar*, em que estão representadas as esferas do social e do privado em meio aos barracos de lona. Nesse sentido, o local das refeições é marcado pelo "jipe", uma espécie de fogão a lenha improvisado, em torno do qual se reúnem, não só a família, mas os membros do grupo formado no acampamento, a partir das afinidades de parentesco e vizinhança. Já a área destinada aos cômodos de dormir é reservada aos membros do grupo doméstico. As mulheres juntam-se aos maridos no acampamento, assim que esse esteja com o "*lugar* estruturado" ou, ainda, somente depois da mudança para a nova terra.

O sorteio é o instrumento usado para decidir seus destinos. O sorteio é um dos momentos mais importantes do acampamento, representa a possibilidade do fim da espera pela terra sonhada, configurando-se, ele próprio, como um marco temporal, pois delimita o fim do acampamento para aqueles sorteados.

Nesse momento, a organização em núcleos também representa a delimitação do grupo de famílias que está concorrendo ao sorteio, significando a definição dos futuros vizinhos no assentamento, o que expressa a imprescindibilidade da

formação dos núcleos a partir das redes de relações parentais e de vizinhança, pois quem é sorteado "é o núcleo e não a família". Mas os núcleos não são entes organizacionais fixos, como pode parecer em uma primeira leitura; sua composição pode mudar de acordo com as necessidades do momento, da negociação constante entre interesses divergentes, conflitos de convivência e rearranjos de novas afinidades.

A terra conquistada: primeiros tempos

A mudança para a terra conquistada representa a possibilidade de início de uma nova vida, o que se dá a partir daquilo que os colonos carregam do acampamento e/ou do *lugar* de origem. Após um longo tempo de espera nos acampamentos, que durou meses para alguns acampados e anos para outros, chegou o dia da mudança para o novo assentamento. Nesse sentido, a mudança significou efetivamente o deslocamento daqueles que estavam morando no acampamento para o local do assentamento. De forma similar à que ocorrera com a instalação no acampamento, alguns agricultores foram à frente, sem as famílias, buscando estruturar condições mínimas de habitabilidade para então levar as mulheres e os filhos; outros já se mudaram com a família e, juntos, improvisaram os locais de moradia.

Muitos agricultores foram buscar sua mudança somente depois de conhecer o novo *espaço*, de iniciar uma pequena roça e improvisar suas moradias. Assim, temos que a mudança também significava o deslocamento dos pertences da família que, em muitos casos, era acompanhado pelo deslocamento dos membros da família que até então permaneciam no local de origem. Esse momento era considerado importante, pois aí tinha início a constituição do *lugar*, a partir daquilo que se tinha. Na mudança, carregava-se o que era mais significativo para a família, pois o volume do que se podia transportar era limitado pelo frete que se podia pagar.

Cabe ressaltar que as famílias rurais, ao aderirem ao acampamento, apresentam diferenças no que se refere ao acesso a recursos econômicos e a relações sociais que poderiam lhes dar suporte nesse tempo difícil, marcado pela precariedade (QUINTEIRO, 2003, p.168). No caso aqui estudado, o mesmo também ocorreu ao chegarem ao assentamento, sendo que a distinção entre as famílias se refletiu – e segue se manifestando - nas condições de vida da família ao longo dos anos.

As diferenças de acesso a recursos econômicos e sociais entre as famílias, que já se apresentavam no tempo de acampamento, refletem, assim, também no processo de constituição do *lugar da morada*. Entre outros fatores daí

decorrentes e importantes nesse processo, vale destacar a capacidade de ressocialização ao novo modo de vida.

Ao chegar a sua terra, os colonos a percebem como um *espaço* estranho e hostil. Eles dizem que na terra "não tinha nada". Esse "nada" revela o sentimento de não identificação com o *espaço*, que, à medida que se torna *vivido*, passa a ser percebido também como o *lugar* em que os agricultores construiriam "tudo".

A expressão "nada" representa mais do que supressões no plano material: carrega também significados de ordem simbólica, pois remete à *falta* de uma *paisagem* que lhes permita o sentido de pertencimento, uma *paisagem* construída ideologicamente, que lhes informe que elementos definem um *lugar de viver*. Para Claval (2001), a *paisagem* é construída pela sociedade, não está situada no exterior, mas faz parte da realidade social. Segundo esse autor, as *paisagens* existem no espírito daqueles que a vivem, modelam e que por ela são modelados, carregadas de imagens e símbolos. A *paisagem* idealizada pelo assentado remete a seu local de origem, estando associada a uma ordem camponesa, em que a relação entre humano e natureza é perpassada pelas categorias terra, família e trabalho (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997).

Na *paisagem do nada*, os agricultores se instalaram de forma similar à que fora empregada no acampamento, coletivamente e de maneira provisória. Na precariedade dos primeiros tempos de assentamento, em que as expectativas já eram diferentes daquelas do acampamento, a convivência coletiva gerou as condições para a manifestação de conflitos, alguns dos quais remanescentes dos tempos de acampamento. Mas as dificuldades e sofrimentos também fizeram germinar solidariedades⁶: em tempo de apropriação do espaço, marcado pelos primeiros anos, as relações sociais se (re)construíram, em paralelo à construção do *lugar*.

⁶Às dificuldades dos primeiros tempos, somar-se-ia a passagem de um tornado pelo assentamento, causando grandes perdas materiais, assim como marcas profundas na memória daqueles que o vivenciaram. Com o fenômeno do "tufão de vento", os barracos de lona ou madeira foram danificados ou completamente destruídos, deixando muitas famílias desabrigadas. A solidariedade dos parentes e vizinhos foi fundamental para a resistência dos atingidos, que "recomeçaram do nada".

Salienta-se que, na elaboração deste texto, a fim de preservar as identidades dos interlocutores, optou-se pelo uso de nomes fictícios.

A constituição do lugar

Eu saía, abria aquela porta, olhava lá pra fora e imaginava "É nosso isso aí!" Era um sonho, um sonho de ter um pedaço de terra. A gente olhar pra um lugar... por que, na verdade, a gente não tinha nada. A gente sair pra fora e olhar. Daqui enxerga longe, e dizer "lá onde passa nossas divisas, é nosso isso aqui". É o sonho. (Olavo)

A partir da demarcação dos lotes, os colonos assentados assumem suas parcelas de terra e passam a trabalhar o espaço de forma a transformá-lo no *lugar de viver* da família – a *morada da vida*, como disse Heredia (1979), referindo-se a camponeses de outra época e contexto. Dessa forma, a teia de relações sociais passa a estender-se sobre o *território* do assentamento e o lote passa a representar a esfera privada da família.

A constituição do *lugar da morada* parte do planejamento do lote, informado pelo saber-fazer camponês. O planejamento é o *trabalho cognitivo*, que antecede o *trabalho físico* e inicia mesmo antes da mudança da família "para cima" do lote. É por meio do planejamento que tem início o processo de *apropriação* do espaço. Para Haesbaert (2004), o processo de *apropriação* do *território* relaciona-se a dimensões simbólicas, "carregado de marcas do 'vivido', do valor de uso" (HAESBAERT, 2004, p.2).

Sob a perspectiva da *apropriação* do espaço, temos que a demarcação, o planejamento do lote e a construção do *locus* familiar forjam e são forjados pelos assentados ao longo do tempo. Nesse sentido, o processo de *apropriação* ocorre em um movimento constante, oscilando entre o sentimento de *espaço* e *lugar* em relação ao lote. A *apropriação* da parcela familiar dentro do assentamento se inicia por meio da delimitação de suas fronteiras, sendo o lote percebido como *território* na esfera físico-geográfica. Mas o processo de *apropriação* também perpassa a efetiva ocupação e organização do *espaço*, assim como as significações associadas a esses usos.

Nesse processo de *territorialização*, são construídos laços afetivos com a nova terra, aos poucos percebida como o *lugar da morada*. Beledelli (2005), ao estudar a cultura e a organização do *território* em assentamentos do MST na região da Grande Porto Alegre, destaca que

Ao demarcar a área, o indivíduo passa a identificar esse espaço como seu e, juntando-se ao conjunto do assentamento, é formado um novo território no

qual nem todas as relações estabelecidas serão iguais. Por outro lado, há uma representação simbólica, afetiva, uma apropriação, criando a subjetividade, a identidade com aquele espaço, enfim, a territorialidade (BELEDELLI, 2005, p.60).

O planejamento e a construção do *lugar* de cada família compõem, na esfera da unidade familiar, o processo de *reterritorialização* do assentado, processo que iniciara em momento anterior na esfera coletiva. Segundo Haesbaert (2004), todo *território* responde, ao mesmo tempo, a dimensões simbólicas e funcionais "tanto para realizar 'funções' quanto para produzir 'significados'" (HAESBAERT, 2004, p.3).

A mudança "para cima do lote" ocorre de forma progressiva: primeiro o pai de família faz o reconhecimento do lote, explora seu *território* e, à medida que se dá a *apropriação*, vai imprimindo o *trabalho* sobre a terra, para que possa dar condições à produção de subsistência para a família. Ao garantir as condições *essenciais*, muda-se com a família "para cima do lote", mesmo sob um abrigo improvisado. Cabe ressaltar que aqui é adotada a abordagem de Woortmann e Woortmann (1997) que, ao estudarem camponeses sergipanos, apontam que o *trabalho* é entendido como processo, incluindo as ideias que o antecedem e o constroem, transcendendo aquelas abordagens que, a partir da lógica econômica, partem do trabalho realizado. Para os autores citados, o *trabalho* expressa uma cosmologia que orienta os modos de vida da família camponesa. De acordo com essa perspectiva, o *trabalho* investido sobre a terra legitima seu uso, pois é o *trabalho* que transforma a *terra*⁸ (*natureza*) em *solo* (*cultura*) na construção da roça. Nesse estudo, os autores partem da análise do *lugar do trabalho*, o sítio, ele mesmo também resultado do *trabalho*, na dimensão espacial, e resultado de um processo histórico secular de interação do homem com a *natureza*, na dimensão temporal.

⁸Nesse estudo, Woortmann e Woortmann (1997) demonstram como se articulam as categorias *terra* e *solo* na produção da roça, percebidos respectivamente como domínios da *natureza* e da *cultura*. Nesse contexto, a *terra* refere-se à *natureza* bruta, ainda desconhecida, sobre a qual não foi investido trabalho; o *solo* significa que a *terra* já foi domada por meio do *trabalho*, já está mansa, não oferece mais nenhuma ameaça e pode receber o *trabalho de Deus*, por meio da chuva e do sol.

No caso do assentamento São Virgílio, compreendemos o *lugar da morada* como parte do sistema do lote. Nesse contexto, abordamos o lote sob a perspectiva sistêmica do sítio camponês, tal como proposta por Woortmann e Woortmann (1997). No entanto, diferentemente do que mostra o estudo sobre camponeses sergipanos que aqui comentamos, no caso do assentamento, o agricultor não tem já realizado um longo processo de interação com a *natureza*, tendo em vista que constrói seu *lugar* em uma terra desconhecida, um *espaço* ausente de significações e laços afetivos.

No contexto da Reforma Agrária, o camponês sem-terra constitui seu *lugar* em paralelo ao processo de construção de significados e laços afetivos, e o faz a partir da recriação de seus modos de vida combinados às condições da nova vida, em processo de *reterritorialização* sobre a terra conquistada. Segundo Medeiros (2006), os agricultores que hoje vivem nos assentamentos criam sua identidade num *espaço* desconhecido, que vai sendo aprendido a cada dia. Entre erros e acertos, os colonos vão redesenhando sua *territorialidade*, atravessada por sua condição camponesa. Segundo a autora, os assentados "começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade" (MEDEIROS, p.43).

De acordo com Silva (2001), esse processo de *reterritorialização* ocorre na nova terra, onde os agricultores manifestam as experiências guardadas na memória e, em consonância com os demais assentados, adquirem novos conhecimentos, recriando e atualizando seus modos de vida. Nesse sentido, no estudo realizado no assentamento São Virgílio, o processo de *reterritorialização* perpassa a constituição do *lugar da morada*. Nesse processo, o planejamento e materialização *lugar da morada* serão informados pelo *saber-fazer* camponês, atualizado a partir do novo local de moradia e na troca de saberes com os demais assentados.

O planejamento do lote

Woortmann (1983), bem como em Woortmann e Woortmann (1997), demonstram que o sistema espacial do sítio camponês obedece a dimensões práticas e simbólicas, em que a casa é o ponto de partida para a distribuição das áreas que compõem o sítio. De forma similar foi observado no assentamento São Virgílio, que no planejamento do *lugar da morada* os agricultores pensaram a localização da casa como uma referência espacial a partir da qual se projetam os ambientes externos, que são correlacionados

entre si assim a casa representa um marco de divisão e organização.

Ainda de acordo com Woortmann e Woortmann (1997), no interior da unidade familiar, o trabalho camponês é organizado segundo relações de hierarquia, de gênero e geração. No estabelecimento da relação da casa como marco referencial de ordenamento espacial, podemos remeter, em nosso contexto, àquilo que Woortmann (1983) e Woortmann e Woortmann (1997) observaram em suas pesquisas junto a sítios de Sergipe, em que a casa é o ponto de partida do processo de trabalho. Naqueles estudos, foi observado que cabe ao homem determinar a direção do trabalho que segue da casa para o mato, ou seja, de dentro para fora, respeitando uma lógica que parte do conhecido e domesticado para o desconhecido e natural. Segundo os autores, "a direção vai de *dentro para fora*", "num movimento centrífugo que tem na casa o núcleo organizador do processo de trabalho." (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p.37).

Em São Virgílio, foi possível observar movimento similar em relação ao planejamento do lote, como é evidenciado no depoimento a seguir:

Aqui a gente já, mais ou menos, dividiu o lugar da casa, tentamos manter já divididas as lavouras, tem que ter um arvoredor, uma planta de mandioca mais próximo da casa e tirar outro pedaço para potreiro, para a criação. Isso a gente já tem meio dividido, a gente já fez a casa no acordo assim, para as lavouras serem separadas, aí o resto tem que fazer. O pátio não tem ainda, mas a gente está planejando, o espaço já tem. Já tem que ter o espaço para plantio de árvore também, que não existe. Fazer os quebra-ventos que aqui dá vento muito forte. A gente vai aumentando. Plantar madeira de sobra para tirar para lenha, que lenha não tem aqui também. (Lírio)

No croqui a seguir (Figura 3), reproduzido a partir dos registros no diário de campo, pode-se observar, a partir do desenho de parte do lote de uma das famílias assentadas, a organização espacial que tem na casa um centro gerador. Localizada próximo ao corpo d'água, junto com esse, demarca uma divisão espacial entre as atividades da lavoura e aquelas de domínio doméstico de autoconsumo.

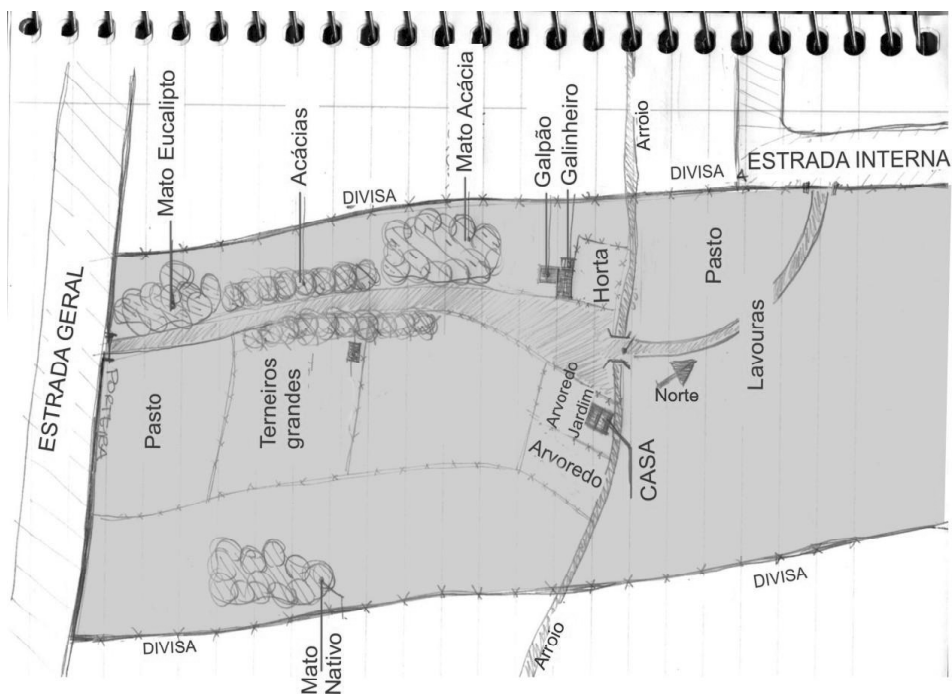


Figura 3 – Croqui da área frontal do lote de uma das famílias assentadas, onde se localiza o lugar de sua morada.

Fonte: Adaptado por Martins, V. (2009). Modificada de: Martins, V. 2008.

Por meio do planejamento, iniciam-se as etapas de organização do lote e, a partir da construção de um local de moradia, torna-se possível a mudança da família para "cima do lote", ainda que em um abrigo provisório. Assim é que as famílias, em seus primeiros anos sobre o lote, moram em barracos de lona, ou ocupam a edificação que futuramente será o galpão. Em "cima do lote", o barraco, quando construído com lona, em alguns casos era incrementado com o uso de recursos naturais disponíveis no local, como a terra para as paredes e a palha para coberturas improvisadas. Também o galpão é um *lugar* importante para o cotidiano camponês, já que abarca funções múltiplas. A localização do galpão dá-se em relação à da casa e ambos são marcos fixos implantados no terreno, em oposição às demais áreas externas, como a horta e o jardim, que tendem a rotacionar suas posições.

No assentamento São Virgílio, foi observado que a família constitui a

casa em processo que segue a trajetória de constituição do lote. A qualificação do *lugar da morada* está imbricada à organização e ao planejamento sistêmicos da parcela destinada a cada família. Foi observado que as famílias, em geral, vivem em moradias improvisadas nos primeiros anos, na forma de barracos de lona, madeira ou de materiais mistos. Com o tempo, constroem suas casas a partir de recursos próprios e/ou recursos oriundos de políticas habitacionais.

Cabe ressaltar que essas etapas ocorrem em tempos diferentes, e não correspondem a uma ordem cronológica vivenciada por todas as famílias da mesma forma. As diferenças quanto às condições materiais de cada família ao chegar ao assentamento repercutem em diferenças na constituição de seu *lugar* ao longo do tempo. A capacidade de adaptação, articulação e ressocialização à nova vida também são fatores que interferem na diferenciação entre famílias, diferenciação que, por sua vez, tem reflexo na *paisagem*.

O lugar da morada

De acordo com Godoi (1999, p.37), "o muro e o quintal são dois espaços sempre contíguos à casa de morada e podem ser pensados [...] como um desdobramento projetivo da casa". Também Garcia Jr. (1983), em estudo com pequenos produtores rurais em Pernambuco, destaca que a casa não é apenas a área coberta e com paredes: de acordo com esse autor, para aquele grupo, o entorno fechado, naquele caso denominado terreiro, também faz parte do corpo da casa. No caso do assentamento São Virgílio, essa área fechada em torno da casa é o pátio, também percebido como extensão da casa.

As áreas do entorno da casa – pátio, horta, jardim e "arvoredo" – compõem, junto com a própria casa, o *lugar da morada* e, por consequência, também seguem a *lógica* e a *simbólica* camponesa. As áreas que compõem o *lugar da morada* são articuladas entre si e carregam significações permeadas pela *moral camponesa*, a exemplo do que foi observado no sítio camponês por Woortmann e Woortmann (1997), em estudo com camponeses de Sergipe.

A Figura 4 mostra o arranjo espacial inicial do *lugar da morada* da família nos primeiros anos de assentamento. Observam-se posicionados a casa, o galpão, a estrada de acesso ao lote, os postes da rede de energia elétrica e o início da construção da casa atual.



Figura 4 – Fotografia do *lugar da morada* de uma família de São Virgílio nos primeiros anos no assentamento.

Fonte: Registrada por Alceu nos primeiros anos no assentamento e reproduzida por Martins, V. (2008).

Ao comparar Figura 4 com a Figura 5, é possível ver o pátio e a horta cercados. A casa definitiva foi construída um pouco abaixo de onde se localizava a casa de madeira e encontra-se protegida dos ventos pelos matos de acácia plantados nas duas direções dos ventos predominantes na região – ventos sudoeste e nordeste. Assim, temos que, da mesma forma que o lote é constituído ao longo do tempo, também o são as áreas de entorno da casa.



Figura 5 – Fotografia atual do *lugar da morada* de uma família de São Virgílio.

Fonte: Registrada por Martins, V. (2008).

O entorno da casa é, em geral, destinado à produção de alimentos para o autoconsumo da família, como também foi observado por Zanetti e Menasche (2007), em estudo realizado em comunidade camponesa no Vale do Taquari. Como destacam as autoras, nessa parcela de terra, embora pequena se

comparada ao restante da área de que o grupo familiar dispõe, é produzida uma grande variedade e quantidade de alimentos. O *excedente* dessa produção é comercializado na cidade de Herval, gerando resultado importante para a composição da renda familiar.

O pátio é uma área importante no entorno da casa e seu fechamento é um evento significativo: como elemento visível na paisagem do *locus* familiar, seu fechamento evidencia o resultado do trabalho da família e representa uma conquista na constituição do *lugar da morada*, sendo percebido como prestígio do grupo doméstico. Geralmente, é no interior do pátio que se localizam a horta e o jardim, assim como o "arvoredo de fruta", e esses também carregam significações que remetem ao resultado do *trabalho* e ao *capricho* do grupo familiar, notadamente da mãe de família.

As mudas e sementes de hortaliças e flores fazem parte do circuito de trocas femininas, não apenas no plano material, como também no simbólico, representado, por exemplo, pelo conteúdo das conversas femininas, em que se constituem enquanto veículos para a troca de informações e atualização das notícias locais. As crianças, especialmente as meninas, também participam das trocas de mudas.

O "arvoredo" refere-se tanto às árvores frutíferas, de menor porte, quanto aos quebra-ventos, formados por agrupamentos de árvores de maior porte, geralmente acácia. O "arvoredo", quando constituído por capões para quebra-vento, é percebido como delimitador do *lugar da morada*, ainda que estes sejam permeáveis. Essas árvores, além de servir como quebra-vento, fornecem sombra para os animais, madeira para o consumo doméstico e pólen para o mel, quando estão em floração.

Morada: lugar da família

Diversos estudos sobre campesinato apontam a casa como o *lugar* da família. Dentre eles, destaco os trabalhos de Heredia (1979), Garcia Jr. (1983) e Woortmann e Woortmann (1997), que evidenciam a casa como núcleo simbólico da família. A esfera das percepções simbólicas da casa, as relações hierárquicas associadas aos ambientes internos e externos, as diferenciações de gênero e a associação entre a casa e a família são aspectos transversais nesses estudos.

O *lugar da morada*, composto pela casa e seus arredores, comporta percepções diferenciadas referentes aos ambientes que o constituem. As áreas externas à casa, compostas também por áreas não construídas, assim como a

organização interna dos ambientes da moradia, revelam significações importantes para o *mundus* camponês.

A casa é percebida como núcleo simbólico da família e seus arranjos espaciais internos evidenciam relações simbólicas no interior do grupo doméstico – particularmente as relações de gênero. A casa e seu entorno, enquanto unidade no interior do lote, conformam locais predominantemente femininos, embora não exclusivamente. Heredia (1979) apreendeu, no grupo de camponeses estudado em Pernambuco, a oposição *feminino-masculino*, que também se expressa na oposição *casa-roçado*, a primeira ligada à mulher e o segundo, ao homem. Dessa forma, essa autora observou que havia espaços diferenciados também dentro da casa, correspondentes a tarefas diferenciadas de acordo com gênero e geração, evidenciando diferentes posições na hierarquia familiar. Assim, temos que a casa é percebida como local de domínio feminino. "A casa é concebida como lugar da mulher por excelência." (HEREDIA, 1979, p.79). Nas palavras da agricultora Dona Morena, *Acho que a casa, para a mulher, é tudo. Significa o bem-estar da gente, o sossego, é isso.*

As áreas externas à casa, o entorno, também são percebidas como de domínio predominantemente feminino, embora não exclusivamente. Aos estudar uma comunidade camponesa no Vale do Taquari, Zanetti e Menasche (2007) destacam a importância do trabalho feminino nas estratégias de reprodução familiar, especialmente ao atender as demandas de autoconsumo da família. Segundo as autoras, a produção voltada ao autoconsumo é proveniente das hortas, pomares, criações e pequenas lavouras. Ramos (2007), em estudo com camponeses de Maquiné, observou que "às mulheres, em geral, cabem as tarefas da casa e do quintal, onde criam galinhas e porcos, trabalham com vacas de leite e mantém uma horta" (RAMOS, 2007, p.72). Como destacado nesses estudos, o trabalho é realizado predominantemente pelas mulheres, o que também foi observado no estudo junto aos colonos assentados em São Virgílio.

Os arranjos internos da casa, por meio dos repartimentos dos cômodos, também traduzem relações simbólicas. Assim é que a sala, na escala doméstica, é de domínio predominantemente masculino, enquanto a cozinha é de domínio feminino.

Na cozinha, o fogão a lenha não só é o *lugar da transformação da comida*, como também carrega significações que remetem à união da família, representada pelo *fogo*, aqui no *lugar da mulher*. Em oposição – e complementaridade –, a lareira, na sala, representa o fogo no *lugar do homem*, no interior da casa, e remete a significações do sagrado, geralmente representado pela presença da

Bíblia, de imagens e/ou dizeres religiosos.

Os quartos são ambientes de privacidade dos membros do grupo familiar, representam nichos de proteção, no interior da casa. O acesso a eles é exclusivo ao grupo doméstico, exceção feita nos momentos em que se recebe visita, quando essa é absorvida como membro da família, o que legitima o acesso a um quarto, porém não a torna igual a um familiar, condição que lhe impõe limites e faz que seja percebida como um ser ambíguo. Assim é que o quarto de visitas é um ambiente requerido pelas famílias, e sua materialidade, além de representar mais uma concretização na constituição do *lugar da morada*, ainda parece minimizar tal ambiguidade.

Outro ambiente que é percebido de forma ambígua é o banheiro, cuja proximidade da casa é, por um lado, indesejada, devido às representações sobre a contiguidade da casa com o local de descarte de sujeiras e dejetos do corpo e, por outro lado, é necessária, devido à proteção do próprio corpo das condições climáticas. Assim é que o banheiro merece um *lugar* intermediário, que não se configura nem *dentro* da casa, nem *fora* dela.

Quando as casas possuem uma varanda externa – que os agricultores denominam de *área* –, formada comumente pelo prolongamento de um dos telhados, esse é o local onde recebem os estranhos ou os *conhecidos*, que não têm acesso ao interior da casa. Mas a área também atende a outras funções, podendo eventualmente tornar-se o *lugar das festas*, em que são recebidos parentes, vizinhos e compadres. Demais ambientes, como a garagem e a área de serviço, são pouco encontrados nas casas das famílias assentadas, percebendo-se que vêm sendo, aos poucos, adicionadas por aqueles que estão em processo de *melhorar de vida*.

Por fim, os colonos assentados preocupam-se com o futuro dos filhos, que, ao crescer, formam novas famílias ou partem do assentamento, comumente para estudar. Na percepção dos assentados, a constituição de uma nova família exige a constituição de um novo *lugar* para sua *morada*, que o lote familiar deveria dar condições de acomodar. Mas, em geral, os agricultores consideram que seus lotes são pequenos para comportar as futuras famílias dos filhos. Assim, sofrem com a possibilidade de uma nova dispersão familiar, agora do próprio grupo doméstico. A saída dos filhos para estudar é percebida, por um lado, como difícil, pois representa uma separação e, por outro lado, como benéfica, pois remete à possibilidade de melhores condições de vida para os filhos. No entanto, os assentados apostam no retorno dos filhos para as proximidades do *lugar da comunidade*, representada pelo próprio assentamento, seja esperando

que os *filhos da comunidade* retornem para exercer suas profissões no assentamento, ou buscando morar em seu entorno, por meio do enfrentamento a novos acampamentos, ou mesmo, do acesso ao crédito-fundiário.

Ao concluir, cabe lembrar que este estudo deve ser percebido como apenas um recorte do universo, imensamente rico e complexo, do campesinato que hoje vive nos assentamentos da Reforma Agrária, espalhados pelo Brasil.

Referências

ABREU, R. L. de; **Mapa de Localização do Município de Herval no Rio Grande do Sul**. 2006. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_Municip_Herval.svg>. Acesso em: 05 maio 2009.

BELEDELLI, S.; **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos**. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Assentamento São Virgílio I e II: Estradas Vicinais**. [Porto Alegre]: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11. 1 mapa, 42 cm x 29,7 cm. Sem Escala, 2006.

CLAVAL, P.; O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p.35-86.

COSTA, S. A.; O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta. (Org.). **Retratos de Assentamentos – Cadernos de Pesquisa**. Araraquara: FCL/UNESP, 2004. n. 9, p.175-193.

FERRANTE, V. L. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta.; JUNIOR, Osvaldo Aly (Org.). **Assentamentos Rurais: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20**

anos). Araraquara: UNIARA, 2005. p.37-70.

GARCIA JR, A. R.; **Trabalho da Terra**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, E. P. de; **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, R.; Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, 2004, p. 1-19. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 06 jun 2009.

HEREDIA, B. M. A. de.; **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, J. Souza. (Coord.). O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *Travessias*: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.11-52.

MARTINS, V.; *Diário de Campo*. Herval, 2008. Manuscrito.

_____. **Lugar da Morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária. 2009. 235 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, R. M. V. de; Camponeses, Cultura e Inovações. **Campo Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006. p.41-59.

QUINTEIRO, M. C.; Rio Paraíso: o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de Souza (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos

assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.159-201.

RAMOS, M. O.; "**A comida da roça" ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquine (RS). 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SEYFERTH, G.; As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1992. v. 7, n. 18, p.78-95.

SILVA, P. J. da.; Territorialidade e desterritorialidade: Os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, 21 (2), 2001. p.83-101.

SOARES, M. G. O.; SALAMONI, Giancarla. Do latifúndio à reforma agrária: as transformações sociais de um território, estudo de caso no município de Herval – RS. **XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação da UFPel**. Pelotas, 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00562.pdf>. Acesso em: 09 maio 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WOORTMANN, E.; O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1983. n. 81, p.164-203.

_____. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K.; **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997.

WOORTMANN, K.; Com parente não se neguecia: o campesinato como

ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1990. n. 87, p.11-73.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R.; Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R.; (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2007.

A VIDA-TRAVESSIA DE MULHERES ASSENTADAS RURAIS

Marisa de Fátima Lomba de Farias¹

Resumo: Este artigo é resultado de reflexões elaboradas ao longo de pesquisas desenvolvidas em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um processo dialético captado por meio de entrevistas, observações e de formulários, especialmente voltados às mulheres, consideradas, protagonistas importantes. Procuramos demonstrar como essas mulheres constroem e reconstróem estratégias de resistências e de fortalecimento de suas identidades através do trabalho de rememoração. A opção teórico-metodológica se estruturou em uma concepção qualitativa (observação participante, entrevistas semiestruturadas gravadas e aplicação de formulários com questões objetivas e subjetivas) e permitiu reconhecer o permanente movimento da vida-travessia dessas mulheres em seus lugares sociais, negando uma visão linear e uniformizadora. Observamos, ainda, que as mulheres dos assentamentos criam estratégias e representações relevantes *de ser e estar no mundo*, geradoras de alterações nas relações de gênero e fundamentais para a permanência na terra.

Palavras-chave: Gênero; Identidade; Memória.

Abstract: *This article describes the reflections and experiences of recent research carried out in rural settlements in Mato Grosso do Sul State. Interviews were conducted through the dialectical process, also including observations and forms fulfillment, specifically designed for women, because they play a very important role in the community. Our work has endeavored to elucidate how these women build and rebuild strategies of resistance and strengthen their own identities through memory work. Theoretical/methodological concepts defined the structure of a qualitative design (participant observation, semi-structured interviews that were recorded, and*

¹Doutora em Sociologia – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente cursa Pós-doutorado no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, na Linha de Estudos de Gênero, sob a orientação da Profa. Dra. Joana Maria Pedro.

written application forms comprising both objective and subjective questions), which allowed to recognize the ongoing struggle of these women to bring about gender justice as to their social positions, refusing a linear and unifying view. Moreover, it was observed that women in the settlements develop strategies and identify relevant depiction of a way of being in the world, generating changes in gender relationships and essential to stay on the land.

Keywords: *Gender; Identity; Memory.*

Introdução: prelúdio da travessia

Durante a trajetória de pesquisa, que ocorre desde os anos de 1990², muitas mulheres surgem como protagonistas nos processos de *luta por terra* e *luta na terra*, e demonstram, através da memória, a maneira como constroem e reconstróem estratégias cotidianas de resistências e de fortalecimento de suas identidades. Para esta trajetória de pesquisa qualitativa³, foram utilizadas prioritariamente três técnicas: a observação participante que propiciou o contato direto e a realização de conversas informais, aplicação de formulário com questões objetivas e subjetivas e entrevistas semiestruturadas gravadas. A permanência nos assentamentos permitiu o acompanhamento de atividades, reuniões, comemorações, além de conviver nas casas de algumas famílias que recebiam a equipe para refeições e pernoites.

²As reflexões apresentadas neste momento são resultado de uma trajetória de pesquisa individual, iniciada durante o mestrado, e coletiva por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa concluídos e em andamento que envolvem/envolveram diversos/as pesquisadores/as. Os projetos recebem apoio financeiro da FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). As pesquisas são desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, e delas participo como coordenadora ou como pesquisadora colaboradora. Atualmente encontra-se em andamento: Mulheres: Relações de Gênero e de Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária Guaçu e Santa Rosa no Município de Itaquiraí-MS (UFGD/CNPq), além de ações de extensão que ocorrem concomitantemente através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFGD.

³É importante ressaltar que há uma cumplicidade entre as pessoas envolvidas na pesquisa, tanto as "pesquisadas" quanto a "pesquisadora", portanto, há um aceite livre – parecer favorável – das mulheres partícipes do processo, cujo registro consta em fitas gravadas e arquivadas no Laboratório de Estudos de Fronteiras (LEF) da UFGD e disponíveis.

Este processo de construção/reconstrução de estratégias está estruturado em dois âmbitos: um, amplo, relativo às necessidades coletivas de famílias e de grupos diversos nos assentamentos, e outro, mais restrito – sem deixar de ser dinâmico –, no qual as mulheres criam mecanismos de reflexão sobre si mesmas. Neste momento, será privilegiado o vivido das mulheres, com ênfase sobre as suas histórias, modos e sentidos para o viver. As mulheres (re)estruturam suas necessidades, seus sonhos e desejos expressos por meio de um modo de vida e seus corpos são ponto de partida e de chegada nesta vida-travessia, por isso, marcado pela incompletude por experiências e subjetividades (ROSA, 2001)⁴.

Para pensar a vida-travessia, são utilizadas certas noções de Guimarães Rosa, ao estudar as veredas da vida no sertão. Como diz o autor: "O sertão está em toda parte" (ROSA, 2001, p. 24) e acrescenta: "[...] o sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar." (ROSA, 2001, p. 41). Os lugares permanecem, neste caso, os assentamentos rurais, mas as pessoas – mulheres – vão e vem, se transformam, aprendem, vivem experiências e saberes coletivos, erram e acertam, abrem veredas.

Os esforços para a sobrevivência estão em todos os tempos e os lugares; a criação de estratégias para tornar a "vida menos difícil de ser vivida" faz parte de um modo de vida de variados grupos sociais, compondo, desse modo, uma travessia, com constantes tentativas de, nela, se fazerem pessoas caminhando por suas trajetórias, sem, no entanto, vislumbrarem certas dificuldades do trajeto, mas superando ou ao menos tentando ao com elas se depararem.

Diante desse cenário, podemos afirmar que as travessias são inúmeras, são desconhecidas, mas nelas, não se perdem, necessariamente, os objetivos. Eles passam por alterações e também por permanências, são reelaborados e/ou fortalecidos, dependendo das adversidades da vida-travessia.

A travessia significa, portanto, o viver sem determinação de sentidos, significados ou resultados, é formada por tentativas que se dispõem nos caminhos, os quais não se findam, se refazem sempre no cotidiano inusitado, fácil, difícil, alegre, triste, dinâmico e monótono. Quem sabe onde o caminho levará a/o caminhante? Ninguém sabe, "[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia." (ROSA, 2001, p. 80)

Assim sendo, podemos considerar que a travessia traduz as estratégias de sobrevivência das mulheres nos assentamentos rurais, demonstra a vida em

⁴Inspiro-me em ROSA (2001) para pensar sobre esse tema.

variadas dimensões, como um *constructo* de sentimentos, explicações, frustrações, conquistas e perdas. A travessia não se perfaz em um sentido linear, no qual se saiba o ponto de partida e de chegada, mas se trata de um percurso que se faz ao caminhar.

O corpo, nesta vida-travessia, é construção de sentidos, em certa medida ambíguo, mas também definidor de atitudes e posicionamentos; permite aflorar identidades e sexualidades em movimento e em transição, por isso se estrutura e se desestrutura entre as representações dominantes e aquelas com força para abrir brechas às possibilidades e múltiplas existências que podem romper modelos de comportamentos impostos.

As mulheres vivem a experiência de/em seu corpo de maneiras criativas, livres, mas também controladas, em um fluxo entre as possibilidades de criarem mentes e corpos novos e inusitados, no entanto, há o meio da travessia, que pode apresentar surpresas orientadas por várias formas de dominação e controle das subjetividades, bem como a presença de violência física e psicológica, esta invisibilizada.

Durante o contato com as mulheres de assentamentos, observamos muitas formas de resistência, desde as mais sutis demonstradas por meio de olhares, ou ainda, o controle da organização de festas, a feitura da alimentação, as reuniões entre mulheres para confecção de trabalhos manuais, a participação em reuniões organizadas por movimentos sociais ou outros grupos institucionais ou governamentais, dentre outros. Nesses momentos, elas se juntam, conversam, socializam experiências e saberes, isso porque, ao permanecerem juntas extrapolam os objetivos iniciais, como, por exemplo, fazer a comida. Os diálogos tomam rumos inusitados e, em várias ocasiões, trazem a intimidade para o grupo, pois as mulheres se sentem seguras entre outras mulheres com experiências comuns ou diferentes, podendo se aproximar ou demonstrar possibilidades não percebidas.

São inúmeras formas criativas para se fortalecerem diante das barreiras que as fazem permanecer no espaço da casa, o dentro, o íntimo⁵. No entanto, tais resistências ainda não foram racionalizadas o bastante para tomarem vulto no campo das transformações de modo politizado, no espaço decisório dos assentamentos e no interior das famílias. As mulheres ainda encontram dificuldades para viverem os *possíveis* de seu corpo, de sua sexualidade, enfim, a sua subjetividade e orientá-la para relações mais dinâmicas e que permitam romper os limites impostos pelo

⁵Primeiro Simpósio: Feminismo, Ação Política e Agroecologia, realizado em Recife de 12 a 14 de novembro de 2010.

próprio corpo, envolto em modelos dominantes e midiáticos.

As transformações efetivas ocorrem em uma rede ampla em foro íntimo e coletivo, quando comportamentos e concepções se alteram e podem ser, de um modo ou de outro, racionalizadas, discutidas e incorporadas, por isso, os caminhos de empoderamento das mulheres ainda são envolvidos por percalços que, pouco a pouco, são removidos, mas com dificuldades e lentidão.

Prova disso, está na não valorização do seu trabalho na terra como fundamental para a reprodução familiar, ou ainda, pela dificuldade que as mulheres encontram para o controle de seu tempo de trabalho e de lazer, isto é, do tempo disponível para si mesmas e para a experiência de sua sexualidade. Outro aspecto está no não controle da comercialização da produção e dos lucros dela advindos que, em grande parte, está a cargo dos homens.

Nesta vida-travessia, as mulheres expressam o desejo de chegar a um lugar – a terra – onde possam estruturar relações pautadas em maior igualdade entre mulheres e homens. Contudo, tal aspiração não é totalmente racionalizada e externalizada.

Nos assentamentos, a vida das mulheres é marcada por trajetórias múltiplas, como as que trouxeram em sua memória as lembranças de um passado vivido na terra, nos pequenos sítios com pais, mães e avós, algumas famílias, por exemplo, viviam no Paraguai, como Roseli destaca:

Porque lá no Paraguai era longe né? Ficava longe, daí meu pai não deixava nós irmos na aula, que ele tinha, tinha medo né? De nós irmos sozinhos de a pé, que não tinha ônibus nenhum para carregar os alunos né? Daí mesmo eu fui, daí eu, eu já formamos mocinha e com dezessete anos eu casei. (Assentamento Corona, Ponta Porã-MS, 2005)⁶

⁶As reticências são utilizadas para indicar pausas, momentos de reflexão e de emoção demonstrados pela pessoa entrevistada e os colchetes indicam supressão de trechos da entrevista. Ao realizarmos as transcrições dos depoimentos, optamos por corrigi-los parcialmente, por entendermos que, ao falarmos, não temos o mesmo cuidado que ao escrever; além do mais, um depoimento com muitos "erros" pode ser mal interpretado ou, até mesmo, incompreendido. Porém, nos preocupamos em manter as características da fala dos/as entrevistados/as, as peculiaridades do seu modo de expressão. Outro motivo para a nossa opção foi uma experiência no mestrado, quando um assentado, ao ouvir o próprio depoimento, ficou espantado com sua forma de falar, identificando os próprios erros e exclamando: "Eu falei assim!?" Baseamo-nos, também, em Whitaker *et al*, 1995, cujo artigo demonstra tais procedimentos.

No passado, as pessoas viviam de um lugar a outro e desenvolviam diversas atividades em arrendamentos, como trabalhadoras diárias, contratadas em fazendas, algumas com registros, mas a maioria sem nenhum direito assegurado.

É então, igual eu falo assim, para mim, para nós está sendo muito bom, porque quando nós morávamos no Paraguai, nós não tínhamos o que nós temos aqui agora né? [...]

Aí ele vendeu as terras que ele [o sogro] tinha, para pagar as contas que ele tinha né? Daí nós pegamos e decidimos vim para o acampamento, daí, porque para nós ficarmos arrendatário lá não dava para nós pagar, e o cara o dono era paraguaio e ele queria a terra dele né? Daí eu falei assim, "vamos embora", e para onde que nós íamos? Daí nós viemos e resolvemos vim para o acampamento. Daí nós viemos, viemos em 93, nós viemos para o acampamento, ficamos quatro ano, eu fiquei, debaixo da lona né? (Roseli, assentamento Corona, Ponta Porã-MS, 2005)

São muitas andanças, lembranças adormecidas, saudades de lugares de infância e adolescências, cheiros, ruídos, sentimentos que retornam diante de um aceno da memória, esta fortalecedora de uma identidade ligada à terra de trabalho e envolvida por uma nostalgia da "Terra Mater" sempre acolhedora das/os filhas/os.

Porém, nem tudo é assim, muitas mulheres apresentam uma trajetória urbana, mesmo com semelhanças no processo migratório. A reivindicação por terra se transforma em alternativa para viverem melhor, fugirem do desemprego ou do emprego precário, ausente, muitas vezes, de direitos trabalhistas. Nas cidades, viviam em condições de extrema escassez, sem casa própria, sem acesso à saúde, educação, alimentação digna, como relata Roseli.

Que nem eu falei, para viver na cidade lá não adianta, se você não consegue comprar uma casa boa para, um emprego não tem. Né, não dá? Você ia sobrevivendo devagarzinho se vai indo né? Daí o povo começou a, daí veio financiamento para o povo pegar, aí pegou né? Então assim o custeio [...], para modo de planta né? Então quem quer pegar pega, quem não quer (...)
(Assentamento Corona, Ponta Porã-MS, 2005)

Neste caso, o sonho acalentador da conquista da terra está fortalecido pelo desejo de fugir do sofrimento e ter um lugar para morar e plantar. Pensar como "cuidar" desta terra é uma consequência de estar nela, tê-la conquistado e

necessariamente aprender com ela, ouvi-la, senti-la, vivê-la, sendo um aprendizado a ser construído por essas famílias.

Com tais considerações, queremos salientar a diversidade de trajetórias de vida, de saberes, vivências e experiências que as mulheres trazem para os assentamentos rurais, por isso esses são ímpares e únicos como lugares para a reprodução familiar. São lugares de pesquisa por engendram a diversidade em diversos âmbitos: sociais, culturais, políticos, de gênero.

Enfim, os assentamentos rurais são tempo-espço de vida, de trabalho, de sofrimento e de sonhos, não são temporalidades idílicas. No entanto, são marcados por lembranças de lugares incomuns, experiências diversas, sonhos que se comungam, sofrimentos fortalecedores da valorização dessa terra, nem sempre de fartura, mas preche de *possíveis*.

A terra também ensina e mostra suas necessidades, como deve ser lavrada e arada, não com palavras, mas com os seus resultados, com colheitas ou produção de leite. Estas, às vezes, fartas e, em outras, escassas de produtos mesmo diante de intenso e contínuo trabalho familiar. Elas demonstram os resultados de um trabalho orientado para o consumo e a vida, mesmo que a produção não permita lucros – também necessários para a compra daquilo que dela não se conquista. Assim, a colheita e a produção garantem o alimento de subsistência, além da moradia e da água.

O trabalho na terra ratifica e legitima a sua conquista e ocupação, uma terra antes apropriada indevidamente pelo capital, regada a sangue e exploração, ocupada por gado, por pasto, por soja, enfim, não estava direcionada à subsistência e reprodução familiar. Hoje a terra está regada por vida de gerações em movimento e em transformação.

É muito pouco? Diante das entrevistas realizadas com as mulheres, é muito mais do que tinham no passado, segundo elas: "a vida mudou muito, 100%, está muito melhor, nem se compara com o período anterior". Outrossim, as mulheres e suas famílias buscam cotidianamente fazer esta terra germinar, pensam no aumento da produção, investem saberes em linhas de produção diversificada, dialogam com instituições de apoio, e em nenhum caso, encontramos pessoas com o desejo de enriquecer, mas sim de conquistar melhores condições de permanência na terra, que é de trabalho e de realização familiar, por permitir a sua reprodução.

Por outro lado, pessoas sem perspectivas de permanência na terra também vivem nessa travessia. Algumas não produzem o necessário para suprirem as necessidades básicas da família, outras, transformam o assentamento em lugar

de reprodução familiar apenas, de modo que a produção e a renda advêm de atividades urbanas, de trabalho diário remunerado em sítios de vizinhos ou em fazendas próximas aos assentamentos, sem falar do trabalho na cana que, gradativamente, absorve mão-de-obra masculina desses lugares. Vale ressaltar que todas essas caracterizações são muito dinâmicas, como pudemos presenciar na "volta" de um senhor para o trabalho em seu sítio. Expliquemos melhor.

No assentamento Guaçu, no qual desenvolvemos pesquisa e atividades de extensão, convivemos com uma família, ou melhor, a princípio apenas com a mulher. Ela participava de todas as reuniões e, em certo dia, relatou que seu marido trabalhava na cana e descreveu a exaustão da atividade, mas fundamental porque a família sentia a necessidade de contar com um valor específico ao final do mês, segundo ela: "certo e fixo".

Durante as reuniões, ela participava e levava as informações ao marido, como pudemos observar. Com o tempo sua presença nas reuniões se manteve constante e passou a indicar caminhos junto ao grupo. Após alguns meses de organização, de definição da atividade produtiva, o marido passou a participar do grupo, deixou o trabalho na cana e atualmente produz maracujá em grupo com outra família, as quais se tratam como "compadres". As mulheres dessas duas famílias também produzem coletivamente, estruturaram uma horta orgânica e, em última visita ao assentamento no mês de setembro (2010), elas estavam muito satisfeitas e já iniciavam uma produção significativa, inclusive com uma quantidade razoável de cebolinha que já tinha destino certo no comércio da cidade de Itaquiraí.

Portanto, presenciamos inúmeras experiências dinâmicas, em alguns momentos os casos de rupturas de formas de dominação e exclusão, em outros a desilusão pela permanência em condições de estagnação tanto na produção agropecuária quanto no projeto familiar. Por isso, é fundamental considerarmos as especificidades dos arranjos familiares e políticos dos assentamentos, bem como a visão de mundo e a relação que as pessoas constroem com o lugar no qual vivem.

Neste assentamento citado, o Guaçu, como também no Santa Rosa, constatamos as relações de compadrio – aqui definidas a partir de batismos – orientando as relações entre famílias, em que muitas crianças chamam pessoas de padrinhos e madrinhas, porém também há mulheres na faixa de 30 anos utilizando este tipo de tratamento. Isso porque chegaram neste lugar ainda bem jovens e foram batizadas no contexto da luta pela terra. Esta situação demonstrou uma rede familiar, com padrinhos e madrinhas que se repetem entre as famílias.

Enfim, em meio à permanência e rupturas de valores e modos de vida

tradicionais, as mulheres seguem fortalecidas por suas memórias entre as veredas da vida-travessia.

Enovelamento de emoções, angústias e sonhos...

No trabalho da memória, emergem experiências fundamentais para se fazerem mulheres, colocando-as como principais responsáveis pela procura de novas relações de gênero – peculiaridade evidenciada quando esperam dividir o trabalho agropecuário e o da casa, sem sobreposição de tarefas ou desvalorização de um espaço ou de outro, por exemplo. Uma senhora, ao olharmos sua horta na presença do seu companheiro, disse: "Eu tenho que cuidar da horta", rapidamente acrescentou em tom enfático "não, eu cuido da horta", e olhou para ele como se estivesse dizendo, não é minha obrigação por ser mulher.

Neste momento, a conversa se ampliou e a professora foi chamada a opinar, enfim, se instituiu um diálogo em tom de brincadeira, mas envolvido por afirmações e reafirmações de posições resistentes, tanto da mulher quanto do homem. Nos diálogos, são comuns as afirmações masculinas de que as mulheres estão participando mais, "estão mandando", não aceitam qualquer coisa, isto é, as relações estão em movimento, em grande parte, devido à postura das mulheres que, de um modo direto ou indireto, chamam a atenção para os seus desejos e necessidades.

Neste sentido, procuram viver plenamente sua condição de *ser e estar no mundo*, com um corpo que fala por meio do trabalho e da vivência de sua sexualidade. A memória de mulheres que passaram por uma trajetória de luta por terra e hoje são trabalhadoras rurais apresenta como característica fundamental o fortalecimento de identidade, o que as leva a continuar o processo de busca por reconhecimento, autonomia, espaços de participação política e, principalmente, possibilita a reconstrução dos mecanismos de resistências na vida-travessia.

As mulheres demonstram uma significativa capacidade criativa e inventiva diante de tantas situações inusitadas, que vão desde problemas ligados à permanência na terra, que deve "florescer e germinar frutos", até os conflitos familiares e de gênero.

Ao participarem das entrevistas e ao compartilharem experiências no cotidiano dos assentamentos, as mulheres lançaram mão da *memória individual e coletiva*. Através de um trabalho de rememoração, fortaleceram mecanismos de resistência à medida que puderam *recuperar o passado vivido* antes da conquista da "terra prometida". Relataram suas histórias, marcadas simultaneamente por momentos

de prazer e felicidade e também por angústias e violência, revivendo situações que em outros momentos não poderiam expressar ou não se sentiriam à vontade para isso.

Ao rememorar, as mulheres assentadas efetivaram caminhos que levaram ao questionamento da condição vivida nos acampamentos e nos assentamentos – tempos-espacos diferenciados da reforma agrária – além de lembrarem resquícios do passado com vistas ao futuro. Esse movimento foi conflitante, uma vez que aflorou o vivido passado, transformado por relações e processos de desenraizamento, de expropriação, de violência e de dificuldades para a permanência na terra conquistada. Um passado marcado por barreiras econômicas enfrentadas em outros momentos e lugares e mesmo nos lotes.

Além das entrevistas, importa destacar a importância do processo de observação participante efetivado durante o contato com as famílias, quando foi possível verificar suas características de organização e as relações conflituosas, dentre outras situações pouco citadas nas entrevistas, mas que puderam ser constatadas nos olhares, nas frases entrecortadas, naquilo que não foi dito, nas interações pessoais, durante as reuniões e os almoços, ou seja, no cotidiano dos assentamentos, com um olhar cuidadoso para as mulheres e as relações de gênero.

Nessa *construção da pesquisa*, torna-se essencial a interação entre pesquisador/a e pesquisado/a, o que evita uma relação de hierarquia ou de sobreposição diante de saberes de um/a e de outro/a. Devemos instituir uma aproximação respeitosa e de certa cumplicidade para que exista um diálogo e a troca de experiências. Como destaca Bourdieu (1999), é preciso efetivar uma relação entre teoria e prática, decorrente deste contato. Neste sentido, estabelecemos diálogos, debates e discussões acerca do cotidiano das mulheres nos assentamentos com significativa troca de saberes e de vivências.

No decorrer da investigação e "do compartilhar de interesses e afetos" (SILVA, 2005, p. 299), verificamos que nem sempre os conteúdos das lembranças foram multicoloridos para as mulheres. Os momentos de entrevistas se mostraram importantes, pois afloraram experiências que ao serem revividas foram experimentadas novamente com outros sentimentos (amor, medo, insegurança, desejo, dentre outros). As mulheres refizeram caminhos que certamente permitiram a reconstrução e o fortalecimento de suas identidades e níveis de empoderamento (DEERE; LEON, 2002) para adentrarem os campos decisórios no assentamento, decidirem os rumos do projeto familiar e ainda viverem com maior autonomia sua condição de *ser* e de *estar* no mundo.

No processo de empoderamento, outras perspectivas se revelaram, dentre

elas, o esforço cotidiano de muitas mulheres para serem valorizadas como trabalhadoras rurais, superando as condições de desigualdades. Assim sendo, sentimentos de alegria, conquistas e realizações de sonhos também existem.

São essas mulheres as protagonistas da presente história, aquelas que vivem entre o *passado* – marcado por andanças, expropriação e exclusão, o *presente*, no assentamento – envolvido por um campo de poder masculino, mas também por resistências e conquistas cotidianas e um *futuro* – que permitirá fortalecer esperanças e expectativas de uma vida melhor.

Trata-se então de memórias de mulheres assentadas, na perspectiva de desvelar os sentidos e os significados de viver nesses espaços de reforma agrária, no intento de fortalecer suas identidades no cotidiano e também no âmbito individual. São histórias em andamento que, longe de serem lineares, compõem o cenário de histórias concretas que se constroem e se refazem diante do movimento do real, entrecortadas por relações de expropriação e de dominação em três dimensões da vida nos assentamentos: a de classe, a de gênero, e a étnica/racial.

É importante ressaltar que não há uma perspectiva de sobreposição de uma categoria sobre a outra, mas sim uma opção de pensar a realidade como um envelhecimento conflituoso. O nó⁷ é utilizado também com o sentido de ambiguidade, embricamento e simbiose, permeado pela dominação e imposição de determinados interesses e projetos. Suas pontas são a visualização da especificidade de cada um, moldando o conflito e possibilitando o movimento interno.

O nó é a situação conflitiva. Sentido tomado de empréstimo da ideia de nó cunhada por Saffioti, ao estudar e procurar desvendar os três contextos da organização social: classe, gênero e etnia/raça, que permitem analisar os conflitos enraizados nas relações sociais tecidas no dia a dia, na ambiguidade das expectativas, na força da esperança de melhorar de vida, na experiência passada e que alimenta novas possibilidades de recriação do modo de vida, quando então mulheres tentam vencer as desilusões e os desencantos, as imposições e o poder masculino e do Estado.

A ideia de *nó* enquanto um recurso metodológico permite a compreensão dos conflitos de modo não hierarquizado, mas sim de maneira relacional,

⁷Tomamos de empréstimo, de Heleieth I. B. Saffioti, a ideia de nó, enquanto um recurso metodológico. Esta opção foi utilizada também na minha tese de doutorado (2002), conforme referência bibliográfica, e continua a orientar minhas reflexões.

caracterizando-se ainda pela positividade e negatividade dos conflitos que compõem uma realidade ambígua e dialética. Estes elementos são considerados como possibilidades de transformação e reconstrução da realidade social e dos projetos familiares.

Enfim, o *nó* apresenta uma dinâmica própria, com possibilidades de mobilidade interna de cada componente seu; ele é frouxo. É, sobretudo, movimento, percebido na leitura das entrelinhas dos discursos e práticas sociais, das quais emergem os conflitos, a ambiguidade da vida, feita de mudança e conservação, e a incompletude da vida-travessia nos assentamentos rurais. Os assentamentos, nesse sentido, são palcos que reúnem as emoções, as angústias, os sonhos e as expressões culturais, ou seja, a vida em todas as dimensões humanas, inclusive as conflitivas.

Algumas histórias de mulheres: lembranças enoveladas

Algumas mulheres expuseram lembranças enoveladas em um passado de sofrimento, quando carregavam latas de água na cabeça, por exemplo. Expressaram tristeza ao ressaltarem a lavagem de roupas nos riachos, a falta de comida e de uma moradia digna, entre muitas outras situações, o que levou à constatação de que muitos caminhos foram marcados por desilusões.

Em uma das pesquisas, encontramos Marinete⁸, ela rememorou com tristeza o tempo no qual a família vivia na condição de arrendatária – anos de 1974. Destacou as longas caminhadas carregando as latas de água na cabeça para utilizá-la em diversas necessidades da família e para os animais.

Buscava água para porco, lá é escadinha assim ó, para subir, para descer parece que ia entrar dentro do chão que a mina era lá embaixo né? E eu fui buscar água, estava chovendo, eu estava grávida da minha segunda menina, a hora que eu pisei na primeira escadinha, foi "vupi", fui parar lá em baixo.
Entrevistadora: Escorregou?

Marinete: Escorreguei e fui cair sentada lá embaixo. Sujei tudo de barro. É (...) era uma lata que antigamente eu não buscava água em garrafa, nem garrafa, [Palavra incompreensível], ninguém sabia que existia naquele tempo, nem geladeiras ninguém sabia que tinha, nem um fogão a gás ninguém sabia que existia nada. (Marinete, assentamento Corona, Ponta Porã-MS, 2005)

⁸Atualmente com 55 anos.

Marinete destacou que eram pessoas sem "parada", não fincavam raízes em lugar algum, iam de um lugar a outro, dependendo da vontade do proprietário da terra, que os expulsava quando não mais precisava da família – que, em geral, "formava" a fazenda, além do Brasil também no Paraguai. Este lugar, palco do sofrimento feminino, ratifica que "Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança [...]", como nos fala Pollak (1992, p.2). São lembranças que exprimem o sofrimento do corpo e da mente, corpo que fala por meio de um trabalho, o de "formar fazenda", e que não permitiu a esta mulher experienciar felicidade ou sentimentos mais positivos.

Em outro assentamento, Sul Bonito em Itaquiraí-MS, encontramos Erinete uma mulher aposentada por causa de problemas emocionais. Ela enfatizou a quantidade de remédios que precisa tomar, como também as dificuldades para adquiri-los diante dos altos custos, lembrou o tempo que buscava água em lugares longe e lavava roupas nos córregos distantes da casa, enfim, falou sobre as dificuldades de uma família que viveu muitos anos em condições de arrendatária.

No momento desta fala, Erinete demonstrou muito sofrimento e chorou. A pesquisadora se sentiu constrangida por não ter resposta para uma situação que somente esta senhora viveu, "são acontecimentos vividos pessoalmente" (POLLAK, 1992, p.2) que permeiam a memória individual relacionada a um passado vivo neste presente. Este fato corrobora a afirmação de que a memória é um fenômeno construído.

Neste momento, instalou-se um silêncio, a pesquisadora esperou com solidariedade que o choro cessasse, sabendo que fora um momento importante para o "trabalho da memória". (HALBWACHS, 1990)

Marinete e Erinete são mulheres com experiências comuns e suas memórias permitiram aflorar experiências que deixaram marcas profundas e podem até mesmo ter gerado as confusões emocionais que as incomodam. Segundo Pollak (1989; 1992), a memória possui várias características, uma delas é de ser seletiva. Neste contato com as duas mulheres, percebemos que elas teriam outros fatos a lamentar, mas fizeram uma seleção consciente e inconsciente diante de si mesmas, com a intenção de não sofrerem com as suas lembranças e, desse modo, ocultaram sentimentos e procuraram outros que amenizassem o que estavam sentindo naquele instante.

Encontramos também Maria⁹ (Assentamento Sul Bonito, Itaquiraí-MS, 2005),

⁹Não foi possível registrar sua idade.

outra mulher visitada pela pesquisadora para ser entrevistada e responder ao questionário. Ao chegar em sua casa, porém, diante de uma situação muito precária e de extrema pobreza, de imediato tal objetivo foi alterado, pois houve uma sensação de insegurança – o que faz parte do processo subjetivo da pesquisa – e uma percepção de que poderíamos alcançar melhores resultados se apenas permanecêssemos no local observando e conversando com esta senhora. Além disso, as perguntas também versam sobre a situação econômica da família, e já à primeira vista ficou perceptível que seria constrangedor lançar tais questionamentos.

Iniciamos uma conversa informal enquanto ela lavava suas roupas. Estava com o corpo molhado e continuou esta tarefa contando sobre suas dificuldades, de como estava infeliz naquele lugar que não era seu, era "emprestado", pois a família havia vendido o lote conquistado na trajetória de conquista da terra. Estávamos diante de outro corpo que fala pelo sofrimento, pelo trabalho indigno e não pelo sentido do prazer e da completude a partir da sexualidade ou de outros sentidos de prazer possíveis de serem efetivados.

Após estas palavras, Maria chorou de modo desesperado e dizia: "Olhe minha casa, não tenho nada, como vou receber meus filhos?". Demonstrava ainda vergonha e dizia que a pesquisadora não poderia adentrar seu lar, pois não era uma casa e sim um barraco. Era possível perceber que a casa não apresentava condições satisfatórias, na estrutura de madeira avistavam-se grandes frestas, parecia não suportar algum vento um pouco mais forte e, por coincidência, neste dia de pesquisa a natureza não colaborou, pois choveu muito cerca de algumas horas depois deste encontro.

A pesquisadora deixou que a mulher falasse sem interrupções. Dizer o quê? São estas situações que marcam também a memória de quem pesquisa. Trata-se de adversidades difíceis de analisar imediatamente e causam sentimentos variados tanto para quem vive a realidade quanto para quem estuda teoricamente as pessoas e a sociedade. Estes momentos ratificam que a pesquisa é um caminho objetivo e subjetivo construído diante da realidade dinâmica, conflituosa e multifacetada.

No íterim da pesquisa, o contato entre pesquisadora e mulheres pesquisadas se manteve muito próximo e revelou que, juntamente com o tempo que passou, muitos sonhos se esvaíram. As dificuldades enfrentadas por uma política de reforma agrária imprópria deixa em seus corpos e memórias as marcas das trajetórias incertas e inconclusas: mulheres envelhecidas pelo sol, pelo sofrimento, pela angústia ou pela doença.

No entanto, em todos os momentos de contato direto com essas mulheres, foi possível verificar que seus olhos se dirigiam a um devir, ao longe, como se um futuro melhor ainda estivesse ao alcance. Isso demonstra a vida-travessia como um recomeço constante em busca do que está por vir, do que pode ser efetivado, do que é sonhado e almejado.

Como relata Maria de Lourdes¹⁰ (Assentamento Guaçu, Itaquiraí-MS, 2007), a vida para a mulher neste novo lugar – o assentamento – é mais difícil e sofrida, notadamente ao referir-se ao seu bem-estar:

Pra mulher é mais difícil, assim (...) se toda fosse igual a eu (...) que gosta de andar bem arrumada (...) cheirosa (...) né (...) a gente não tem de onde tirar, não pode, se for tirar da roça (...) da alguma coisa (...) para comprar uma roupa boa (...) para comprar um calçado, para comprar um perfume (...) e a barriga, como é que fica? Não tem jeito (...) é difícil (...) não é só pra mim não (...) é para todas (...) [risos].

A pesquisadora pergunta: "Então a senhora é vaidosa?" e recebe a seguinte exclamação: "Ah! (...) eu gosto (...) iiixi (...)". A pesquisadora continua: "Sempre foi?" e Maria de Lourdes diz, olhando distante, como se estivesse buscando a resposta no horizonte da roça na qual planta seus sonhos e nem sempre os vê florescer: "Toda a vida! Toda vida eu gostei de andar nos "trinquis", dançar, brincar, "farriar" (...) iiiii (...)".

Constatamos sentimentos ambíguos vividos por mulheres, elas nem sempre sabem se conquistar a terra era o principal sonho a povoar seu projeto de vida ou se seria mais uma tentativa de buscar uma vida mais digna frente à falta de perspectivas. Não sabem também, se as/os filhas/os irão permanecer na terra.

Outra entrevistada, Roseli foi perguntada sobre a permanência das filhas no assentamento obtivemos a seguinte resposta:

É. Tomara aquela do meio que nem a Patrícia eles já falam que ela quer ir para a cidade não quer ficar no sítio. Daí eu falei, "mas o que que você vai fazer na cidade se você não se criou na cidade, como é que você vai viver lá? Você não sabe como é que é, você não tem o ritmo da cidade", eu falo, "você é caipira". Ela, "mãe mais eu tinha uma vontade de ir na cidade viver".

¹⁰Atualmente com 60 anos.

Ela fala que tinha vontade de morar naquelas casas que põe janela lá em cima, que tem aquelas janelinha né? (Roseli, assentamento Corona, Ponta Porã-MS, 2005)

A mãe continua suas considerações sobre o desejo da filha em morar em apartamento:

É. E ela tinha uma vontade, esses dias eu fui para Ponta Porã e levei ela, porque eu não levo quando saio né? Eu deixo elas aqui para modo de não sai tudo e deixar né? [...] Daí eu aquele dia falei assim, "eu vou levar hoje ela" e deixei minha pequenininha para vizinha cuida. Daí levei, mas foi um sarro aquela menina lá. (Entrevistada sorri).

Entrevistadora: É.

Ela olhava para mim, "i mãe eu quero morar naquele negócio, lá naquela janelinha lá em cima lá", eu falava, "lá não mora gente", "ah eu quero mora lá naquela janelinha lá em cima". (Entrevistada sorri).

Entrevistadora sorri.

Ela fala, "quando nós casarmos nós vamos fazer assim, a Lidiane [sua irmã] mora aqui embaixo, eu moro em cima (...) mora lá em cima.". Eu falo, "é né"? (Entrevistada sorri). (Roseli, Corona, Ponta Porã-MS, 2005)

Concordamos que as respostas não são encontradas facilmente, mas se estruturam no meio da travessia, entre divergências de sonhos, de sentidos para a terra e desejos que se misturam entre as influências das cidades, cujas "qualidades" são destacadas como verdadeiras. O enaltecimento da vida nos centros urbanos chega por diversos meios, desde o contato entre campo e cidade não mais dicotômico até a mídia fazendo parte amplamente da vida de gerações nos assentamentos. Logo, as experiências são inconstantes, podendo ser mais ou menos positivas.

Outras experiências positivas podem ser relatadas, como a história de vida de Dona Teresinha (Assentamento Sul Bonito, Itaquiraí-MS), que participa de nossas pesquisas desde 1997. Esta mulher acessou financiamentos e estruturou uma fábrica de doce de leite. Está em condição econômica favorável e inclusive construiu uma nova casa com a ampliação do crédito habitação. Ela nos disse "que quer ser plantada neste chão e que já pode morrer porque está feliz". Atualmente, vende seus produtos em feiras e no comércio local, e já comercializa seus produtos em feira na cidade de Dourados.

Temos também outra senhora, Marina (Assentamento Sul Bonito, Itaquiraí-MS), é viúva e demonstra positividade no viver na terra e dela tirar sustento e satisfação. Também a conhecemos em 1997 e desde essa época acompanhamos sua trajetória, sempre de muita satisfação. É uma mulher alegre e rodeada de muitos/as netos/as. Marina salientou que produz satisfatoriamente e mantém em dia suas contas. Não se casou novamente, disse que "não quer encrenca na vida". Relatou ainda as dificuldades de ser uma "mulher sozinha" no assentamento, tendo sempre de resistir às insinuações e aos preconceitos, por desenvolver um "trabalho de homem".

Ao decidir ir para o acampamento, seu pai disse que "borboleta cria asas e voa", ela salientou que enfrentou o poder deste pai e as insinuações de que não alcançaria seus objetivos. Segundo ela, teve sentimentos de medo, mas não de derrota. No tempo do acampamento e ao chegar ao assentamento, a família se reestruturou. Conforme seu relato, sua filha foi fundamental, "trabalhava como homem", em suas palavras.

Esta mulher se libertou de pai e irmão controladores, pois eles não acreditavam na sua capacidade para enfrentar um acampamento e, atualmente, se fortaleceu como trabalhadora rural assentada, além de conquistar o reconhecimento social e econômico fora do âmbito familiar, no assentamento e na cidade de Itaquiraí.

Queremos falar também de Dona Apolônia, uma senhora atualmente com 66 anos, moradora do assentamento Lua Branca em Itaquiraí-MS. Ela, no ano de 2007, se mostrava feliz por ter conquistado a aposentadoria como trabalhadora rural, enfatizava que teria uma renda mensal e fixa, isso facilitaria a permanência na terra, já que ela e seu marido contavam com idade "avançada" para o trabalho na roça.

O sítio foi visitado por nós em companhia do casal que se orgulha pela conquista do sítio banhado por um riacho ao fundo, envolvido por uma mata cujo interior o homem produz erva-mate de modo artesanal. Ela também levou a equipe para conhecer as plantas que nascem às margens do riacho, além daquelas que ela mesma planta. Apontava cada árvore e explicava porque plantou, o que significa, dentre os argumentos, o principal estava na sombra que pode ser desfrutada e a aproximação de pássaros que por ela são alimentados. Fez questão de dizer que todo o mês adquire comida para os "seus passarinhos", livres a retribuírem seu canto à família. Esta senhora nos envolveu com muita positividade e alegria. Apolônia fez questão ainda que suas galinhas e porcos fossem fotografados, além da antiga casa que permanece

como uma lembrança de um tempo difícil, mas que "deu frutos"¹¹.

Assim sendo, registramos a história dessas mulheres, procuramos assimilar o passado e descrever o presente, compreendendo o significado de suas ações para si mesmas e para outras mulheres. Com isso, esperamos contribuir para que, no futuro, as mulheres retratadas em nossas reflexões e outras que trilharem o caminho do acesso à terra encontrem nesta história parâmetros para novos progressos. Os corpos "jazerão inertes", mas esperamos "[...] que os homens e as mulheres do futuro nos encontrem, nos afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível em seu próprio tempo presente [...]" (PALMER, 1996, p. 226).

Enfim... a vida-travessia entre o ponto de partida e de chegada

Averiguamos então momentos nos quais as mulheres ressaltam as conquistas e outros em que relatam as dificuldades. Para muitas delas, embora a vida-travessia tenha sido difícil, persiste um discurso de esperança e um forte brilho no olhar, aliados a uma força braçal. A busca incessante por possibilidades de sobrevivência digna e com autonomia é uma característica das identidades, que se estruturam e se fortalecem mesmo diante de adversidades.

Diante de tais constatações, é possível considerar o sentido da vida-travessia das mulheres protagonistas da reforma agrária, por verificar que elas vivem uma intensa e contínua busca por reconhecimento e por espaços nos quais possam se *fazerem mulheres conscientes, autônomas enfim, livres*, se completem e se autovalorizem – mesmo sem saber ao certo se há um ponto de chegada, ou qual é o verdadeiro ponto de partida, já que a vida é a constante procura de uma margem mais segura do rio, um lugar de sossego e de fartura (BORGES, 1997).

O ponto de partida pode ser considerado a decisão de lutar por terra ou de ingressar em um acampamento, contudo pode ser também um elemento formador da memória, um resquício do passado que motivou esta decisão,

¹¹Nos assentamentos visitados durante as pesquisas, percebemos que as antigas casas, geralmente de madeira e muito simples, não foram desfeitas e constantemente são mostradas, à equipe. As famílias, por meio de comparação entre a antiga e atual casa, demonstram as transformações conquistadas, a casa com certo conforto, é um desejo comum e muito enfatizado por mulheres e homens.

como uma lembrança de infância geradora de um desejo de volta a algum lugar, a algum modo de vida. Pode existir outro ponto de partida? Quando as mulheres e suas famílias chegam ao assentamento há um novo (re) começo, não tão novo por ser uma (re) construção de sentidos para a vida e para estar na terra.

E o ponto de chegada? Este está na outra margem do rio, mas não se sabe se mais abaixo ou mais acima de seu leito. Só se sabe que entre uma margem e a outra estão as águas de um rio; sua correnteza pode levar as mulheres para rumos inusitados, mais felizes, de maior liberdade, ou de maiores dificuldades, com angústias e tristezas que ocultam as possibilidades de mudanças e fortalecem a permanência de relações de gênero que cerceiam a liberdade e a autonomia dessas mulheres.

Muitas possibilidades fazem parte da vida-travessia, que é ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo, com permanências e mudanças, com ocultamento da dominação, mas também com resistências constantes, silenciosas, diretas e explícitas das mulheres se fazendo mulheres autônomas em um processo de empoderamento e de fortalecimento de suas identidades no ir e vir das águas do rio.

Nos assentamentos, onde a vida-travessia se completa com uma incompletude, às vezes ainda maior, percebemos diversos momentos de valorosas reflexões pessoais que favoreceram a fala e a externalização das emoções das mulheres assentadas e permitiram a recriação dos momentos alegres e de sofrimento. Enfim, remetemos à condição atual de vida de cada uma delas e da própria pesquisadora, que aprende e se transforma constantemente nesse processo.

Estamos falando da travessia vivida por mulheres mediante conquistas e dificuldades, nela se fortalecem a todo o momento, pautadas em perspectivas de outras conquistas e de dias melhores, sem violência, sem fome, sem desigualdade entre feminino e masculino; um futuro com trabalho e renda digna para todas as pessoas.

Desse modo, as mulheres vivem entre as margens e nos fluxos do cotidiano, entre as conquistas históricas e o que está por vir. Seus desejos se deparam com obstáculos passados e presentes, como, por exemplo: a violência de gênero, a renda desigual entre mulheres e homens, os baixos índices de presença das mulheres nos espaços políticos, o não reconhecimento de seu trabalho na casa e na roça, as barreiras para viverem sua sexualidade. Esses obstáculos podem empurrá-las para uma

dependência econômica e emocional diante dos homens.

Conforme Teresa Joaquim (2006, p. 47), "Historicamente, ser mulher não foi travessia fácil, tantos véus, tantas máscaras para se integrar numa economia que recalca tanta coisa desse corpo, que necessariamente transbordava desses conceitos para conceber crianças/outros". A autora destaca a dificuldade de ser mulher, o que parece ainda existir com significativa intensidade em todos os campos sociais, por isso a ideia de uma travessia permanente entre o existente e o que está por vir. (JOAQUIM, 2006)

Ao falar sobre os "conceitos para conceber", Joaquim (2006, p. 47) se refere aos discursos totalitários que se instauraram no corpo feminino "[...] tornando-os erectos [...] e aqueles que, como as crianças e as mulheres, foram definidos como cálidos e húmidos [...]".

Nessa travessia, existem inúmeras representações do feminino, fortalecedoras e impulsionadoras de processo de transformação. Além dessas, também encontramos aquelas impeditivas da emancipação e de rupturas dos padrões de comportamento e de vivência da sexualidade impostos às mulheres, ou seja, existem aquelas representações que dificultam o fortalecimento da capacidade de controlar seu próprio corpo e o tempo de experienciar este corpo.

Desse modo, a história da vida dessas mulheres se escreve e reescreve nesta travessia, nas relações sociais abertas e tecidas nos assentamentos, espaços sociais onde parece que nada se completa, tudo se refaz, em um movimento de descontinuidade, ou, talvez, com uma continuidade muito maior. A ambiguidade se faz presente nos sonhos das mulheres e nas estratégias familiares, nas quais o novo nem sempre é engendrado, e o antigo imerge e emerge ao longo da passagem de uma margem a outra do rio.

Portanto, não há precisão do ponto de partida e nem do ponto de chegada, o caminho se faz na travessia. Nos acampamentos encontramos o seu prelúdio, o recomeço do longo percurso vivido, sem rumo definido ou seguro, que, nos assentamentos, continua a envolver as famílias nas tentativas constantes de permanência na terra; às vezes com sucesso, mas também com fracassos, desistências e decepções. Um percurso que confirma: a vida é difícil de ser vivida, especialmente para as mulheres, em um movimento de criar e recriar estratégias de resistências e de fortalecimento de suas identidades.

Referências

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada**: identidade e luta pela terra. São Paulo: Editora Anita, 1997

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) **A Miséria do Mundo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DEERE, C.D.; LEON, M. **O empoderamento da mulher**: direito à terra e direitos à propriedade na América Latina. Tradução: Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.

JOAQUIM, Tereza. **As causas das mulheres**: a comunidade infigurável. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte LDA, 2006.

PALMER, E. **Thompson**: objeções e oposições. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

POLLAK, Michell. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Das mãos à memória. In: MARTINS, J.S.; ECKERT, C.; NOVAES, S.C. N. (Org.) **O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005.

SIMPÓSIO: Feminismo, Ação Política e Agroecologia, realizado em Recife de 12 a 14 de novembro de 2010

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

WHITAKER, Dulce C. *et. al.* A transcrição da fala do homem do campo: fidelidade ou caricatura. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.3, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. F.C.L. UNESP, 1995.

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Ana Paula da Silva Moraes¹

Edvânia Aparecida da Silva²

Luis Antonio Barone³

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa realizada em dois Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema. Entendemos que, pela profundidade e relevância do tema, é de suma importância que pesquisas de gênero relacionadas aos grupos que compõem os assentamentos no país sejam cada vez mais presentes no universo acadêmico, a fim de contribuir para a compreensão da realidade destes novos espaços sociais, bem como influenciar a formulação de políticas específicas para a melhoria deles. O presente trabalho procura delinear o perfil das mulheres assentadas em dois projetos no município de Presidente Venceslau/SP. Nossa estratégia de pesquisa mesclou a observação participante, um levantamento amostral (base deste artigo) e entrevistas. Verificamos a permanência de significativas diferenças de gênero na distribuição de poder nos assentamentos, embora haja a tendência de diminuição das mesmas quando comparadas com outras pesquisas.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Reforma Agrária; Relações de Gênero.

Abstract: *This article is a section of a survey conducted in two rural settlements in Pontal do Paranapanema region. In view of the extent and importance of the topic, we understand that there is a pressing need for more research addressing questions of gender within the existing body of*

¹Estudante de Graduação em Geografia (FCT/UNESP); bolsista CNPq.

²Graduada em Pedagogia (FCT/UNESP).

³Sociólogo, Professor Doutor do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente da FCT/UNESP.

research engaged with rural settlement issues throughout the country, endeavoring their implementation into academic world in order to contribute to a better understanding of the social realities of these new spaces as well as influencing the policy formulation towards gender issues, with the purpose to improve their performance. This paper seeks to outline the skills and competencies of settled women in two projects in Presidente Venceslau town (SP). We used a combination of research methods including participant observation, opinions from a sample of respondents (the focus of this article), and interviews. We found significant gender differences that were clear in the distribution of power in the settlements, although, there is a tendency to reduce these differences when compared to other researches.

Keywords: *Rural Settlements; Agrarian Reform; Gender Relations.*

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada em dois Assentamentos Rurais de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo), cujos objetivos são discutir a inserção desses novos espaços sociais no contexto regional, dando ênfase ao conjunto de relações sociais que se formam a partir da implantação dos assentamentos. Busca-se, nestas investigações, elucidar tais relações a partir da noção de "trama de tensões" (FERRANTE, BARONE e KURANAGA, 2006). A partir de uma longa experiência de investigação e reflexão desenvolvida pelas equipes do NUPEDOR e GEPEP⁴, objetiva-se, em pesquisas mais recentes, compreender a participação das mulheres nos diversos processos organizativos e culturais no interior dos assentamentos⁵. Neste trabalho buscaremos, de forma detalhada, apresentar a situação das mulheres em dois

⁴Nupedor – Núcleo de pesquisa e Documentação Rural: grupo de pesquisa vinculado ao Centro Universitário de Araraquara (Uniara), coordena investigações, desde os anos 1980, acerca do desenvolvimento das experiências de assentamentos no Estado de São Paulo; o GEPEP (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Popular) é um grupo de pesquisa da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente e aruá em parceria com o NUPEDOR desde 2004.

⁵As pesquisas a que se refere este artigo estão todas articuladas a dois projetos desenvolvidos com auxílio do CNPq: Poder local e assentamentos: expressões de conflito, resistência e acomodação (PIBIC/CNPq) e "Os Assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão social do trabalho e políticas públicas em análise" (CNPq - 2010-2013).

assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema (Assentamentos Primavera e Tupãciretan, localizados no município de Presidente Venceslau/SP), dando ênfase aos aspectos da titulação e gestão produtiva dos lotes. Para apuração dessa realidade empírica, mesclamos técnicas como a observação participante, um levantamento amostral (base deste artigo)⁶ e entrevistas. Apresentaremos, a seguir, uma breve descrição do histórico de conflitos e da reforma agrária no Pontal do Paranapanema e a origem dos assentamentos estudados. A seguir, apresentaremos uma leitura crítica de uma bibliografia que trata especialmente da questão de gênero no contexto do campo e da participação da mulher na sociedade. Analisaremos, a partir dos dados empíricos levantados, a questão da titularidade efetiva dos lotes pelas mulheres (dado que servirá para um exercício comparativo com outras pesquisas) e o papel da mulher nas atividades laborais no interior do assentamento – notadamente o trabalho para a produção de autoconsumo, invisível e fortemente identificado com as mulheres. Observamos que, embora a mulher tenha conquistado mais consciência cidadã – sobretudo a partir da etapa de "luta pela terra" – uma postura crítica das assentadas em relação aos papéis tradicionais de gênero ainda não se verifica. Por outro lado, mesmo que de forma tímida, a ação governamental tem aberto alguns espaços para um maior protagonismo das mulheres nos assentamentos de reforma agrária.

Contextualizando: a questão agrária no Pontal do Paranapanema e os assentamentos estudados

Resgatando o contexto histórico de formação dos Assentamentos localizados na região do Pontal, desde o processo de *grilagem* das terras até a implantação dos assentamentos, verificamos uma trajetória de conflitos e irregularidades na posse da terra (LEITE, 1998).

O Pontal do Paranapanema, região localizada no oeste do Estado de São Paulo, é parte integrante da chamada região da Alta Sorocabana, palco de constantes conflitos pela terra. A região é formada por grandes latifúndios grilados.

⁶Foram aplicados, em 2009, 35 questionários, 23 no P.A. Primavera e 12 no P.A. Tupãciretan. Este levantamento não teve uma amostra estatisticamente construída, mas procurou dar conta da diversidade de situações reconhecidas pela pesquisa qualitativa. Lançamos mão, também, de informações recolhidas no banco de dados do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular – GEPEP – FCT/UNESP.

A *grilagem* era um processo de apropriação de terras por meio de falsificação de documentos, este recurso que teve início a partir do final do século XIX.

A partir de 1920 vão sendo criados os municípios, então do desmembramento do extenso território de Presidente Prudente. A falta de uma legislação de terras que vigorasse no país aumentou ainda mais a problemática fundiária. A declaração de posse de terras dava-se por meio de registros feitos em paróquias, era chamado "Registro Paroquial" ou "Registro do Vigário". Quando o interessado requeria a posse da terra em juízo, as autoridades apuravam a veracidade das informações do requerimento como as benfeitorias, divisas, roças ou criações existentes e depoimento de testemunhas. Com o surgimento da Lei de Terras (1850), esse tipo de posse não é mais válido. As terras que não foram legitimadas até 1850, seriam tidas como terras devolutas, ou seja, terras pertencentes ao Estado.

Propriedades eram adquiridas, porém não ocupadas, esperando a valorização das terras, houve muitos conflitos entre os próprios grileiros formando um campo de batalhas com jagunços dos dois lados. Pequenos ocupantes eram expulsos pelos grandes grileiros.

A conturbada ocupação do Pontal do Paranapanema, um território de terras do Estado e ocupado irregularmente, falsificado os seus títulos de maneira criminosa e que se permanece até os dias atuais. As terras são declaradas devolutas, daí o grande conflito fundiário envolvendo os grandes fazendeiros/grileiros e os trabalhadores sem terras.

No Pontal do Paranapanema contabiliza-se mais de 100 assentamentos rurais, a maior parte deles implantados na década de 1990. Nesse quadro de conflitos surgem os assentamentos Primavera (125 lotes) e Tupãnciretan (73 lotes), ambos frutos da luta paralela de dois movimentos sociais: a Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra – ABUQT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (LIRA, 2007). Estes assentamentos, sob responsabilidade do governo estadual (Fundação Itesp), foram implantados entre os anos 1996 e 1997.

A questão de gênero nos assentamentos rurais – o que dizem os especialistas

Melo e Sabbato (2008) propõem analisar o processo da luta pela terra "sob o prisma de gênero" e analisar a vida da mulheres rurais e o direito à propriedade. Segundo as autoras, a Constituição de 1988 prevê direitos iguais para homens e mulheres. Com relação à titulação da terra, a mulher passa a ter o direito à propriedade em seu nome, independente do estado civil (p. 157). As famílias estão se transformando, as mulheres assumem a gerencia de suas famílias e passam

a incorporar ao papel tradicional que desempenham outras atribuições, como o trabalho fora de casa.

Em pesquisa realizada por Melo e Sabato (2008), diagnosticou-se uma masculinização do mundo rural, provocada em parte pelo êxodo das mulheres jovens, no geral para os centros urbanos. O fato se deve ao fato dos filhos do sexo masculino terem maior participação no campo e serem os mais indicados para a sucessão da terra. A investigação dos autores supra abrangeu mais de 5 mil pessoas em assentamentos espalhados por distintas regiões do país. Comprovou-se que 42,2% eram mulheres e 57,8% homens. Quanto a titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e 85,9% eram os homens os titulares (MELO, SABATO, 2008, p. 160).

Brumer (2005) explica que imigração seletiva por idade e sexo decorre da modernização da agricultura, que aumentou a produtividade da terra como a do trabalhador, diminuindo o número de empregos na agricultura.

Outro dado que comprova a não asseguridade das necessidades específicas das mulheres envolvidas na reforma agrária são as pautas de reivindicações da Marcha das Margaridas de 10/08/00:

"Temos 2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista, pois dentre a população mais pobre, somos as que mais sofremos a privação das necessidades básicas à vida. De 1964 a 1996, de todos os benefícios com a Reforma Agrária, apenas 12,6% eram para mulheres; de todos os beneficiados com o Pronaf – Programa Nacional de Assistência às famílias, apenas 7% eram mulheres; e 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento em 1998". (Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas – Brasília – 10/08/2000 in: MELO, SABBATO, 2008, p. 157).

Os dados anunciados nesta pauta de reivindicações e aqueles apresentados na pesquisa nos revelam que mesmo sendo assegurados em lei muitos direitos das mulheres não são efetivados na prática.

A Portaria n.º 981 de 2003 do INCRA (MELO, SABBATO, 2008, p. 179) regulamenta a *titularidade conjunta e obrigatória da terra* para as pessoas casadas ou em união estável; em caso de separação, a terra ficará para a mulher se ela mantiver a guarda dos filhos. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que vêm contribuir para uma mudança das relações entre os sexos.

As diferentes perspectivas de pesquisas no meio rural podem revelar os

avanços socioeconômicos, as formas de organização dos assentamentos e os acordos estabelecidos no interior dos lotes, sendo estes, talvez, os de maior impacto nas vidas existentes no meio rural (MEDEIROS, 2008):

[...] algumas luzes sobre as relações de gênero nos assentamentos [...] permitem uma consistente problematização sobre a invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em áreas em que a luta tornou possível o acesso à terra. (p. 09)

A invisibilidade do trabalho feminino, tema caro das reflexões sobre o rural, está restrita ao trabalho desempenhado pela mulher no interior do lote: tanto na esfera do domicílio, o cuidado da casa, dos filhos, da horta e a "ajuda" prestada ao marido. O desprestígio do trabalho feminino é interpretado por alguns autores pelo fato de ser este um trabalho reprodutivo. É um trabalho repetitivo, feito à mesma maneira todos os dias sem nunca chegar ao produto final da tarefa. Ao contrário do trabalho produtivo realizado pelo homem, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família.

No entanto, esta invisibilidade do trabalho da mulher não se configura como tal nas etapas que antecedem o assentamento, ou seja, nos períodos de acampamento ou em momentos em que é necessária alguma mobilização, a mulher tem um papel a ser desempenhado e a sua ação torna-se estratégica (ABRAMOVAY, RUA, 2000). Ela vai à luta reivindicando pautas para o coletivo, mas sistematicamente são pautas que priorizam as atividades desempenhadas pelos homens. E as necessidades específicas do universo feminino são silenciadas. MEDEIROS (2008) faz uma referência a uma *espécie de trabalho político* desempenhado pelas mulheres:

[...] relatando eventos como marchas, acampamentos e ocupações [...] a literatura tem apontado, [...] algumas diferenças sobre o lugar das mulheres, enquanto componente de determinadas estratégias desenhadas para as mobilizações: em que circunstâncias vão à frente, como uma espécie de símbolos das famílias; em que momentos ficam em casa com as crianças e os homens assumem as iniciativas. (p.10)

Esta anulação da mulher na esfera doméstica ou a manipulação de sua participação na esfera pública são produtos da dominação masculina, que muitas vezes, de tão naturalizada tornou-se imperceptível para ambos os sexos. Ao

analisar a maneira como se dá a participação da mulher em momentos distintos de mobilização, durante os períodos de ocupação parece haver uma reestruturação da maneira de participação. Todas as decisões são tomadas no coletivo, as mulheres participam mais das reuniões. Nestes momentos parece haver uma democratização das decisões, a distribuição das tarefas não fica limitada ao sexo (VALENCIANO, 2005; MEDEIROS, 2008).

Mas ao regressar para a vida diária ou no estágio posterior ao acampamento, relações que pareciam estar superadas voltam a reinar. E a mudança não ocorre somente nas relações de gênero, mas também em outras esferas conforme ressalta Medeiros (2008):

[...] a experiência da luta e a constituição dos trabalhadores do campo em "sem-terra", com todas as implicações da construção de uma nova identidade política, não necessariamente implica em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior da família. Se elas parecem estar "suspensas" em momentos críticos, relações de poder anteriores se reavivam e se refazem na volta ao cotidiano. [...] isso se verifica não só no que se refere às relações de gênero, mas também em relação à vida política, à vida associativa, às formas de organização produtiva. (p. 11)

É importante pensarmos na transformação das relações de dominação presentes no cotidiano. É um trabalho lento e que necessita de mediações. Aqui, as organizações são importantes nesta transição de apresentar para homens e mulheres novas formas de vivência que não estejam arraigadas na dominação do homem sobre sua família.

A participação da mulher nos momentos de mobilização, ainda que em estágio posterior ao acampamento possa retroceder e ela voltar a viver no círculo fechado do lote, já lhe permite a percepção de um sujeito que tem direitos, transformando a postura destas mulheres na esfera pública e também no seu dia-a-dia. Nas décadas de 1930 e 1940 emergiram reivindicações do movimento feminista que posteriormente foram incorporadas àquelas defendidas pelos movimentos sociais. O direito da titulação à terra, aposentadoria, inserção nos programas de ações afirmativas e salário-maternidade (MEDEIROS, 2008) são algumas das lutas recentes das mulheres rurais.

Muito embora reconhecidos na lei, muitos direitos não são garantidos pelos órgãos públicos mediadores, e se faz necessário refletir sobre a repercussão

destas mudanças na maneira de viver destas famílias, daí a importância da mudança ocorrer cotidianamente. Um exemplo destas mudanças são os padrões de comportamento inseridos no campo através das mulheres.

Pesquisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque socioeconômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos que além de moldar as vidas existentes no local também repercutem na esfera pública⁷. Ao pesquisar a estrutura organizativa de um assentamento, vem à tona a opressão de alguns sujeitos ali inseridos como as mulheres e os jovens, exigindo dos órgãos públicos a criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos estes sujeitos. Significa evidenciar a participação das mulheres nesta luta pelo direito à terra. Elucidar o papel da mulher nos dias atuais, exige a superação daqueles que se configuram historicamente, qual seja o de procriar e cuidar da família, acrescentando a estes, outros papéis que a mulher vem assumindo e outros espaços que vem conquistando que não aqueles da esfera doméstica.

Ao engajar-se no movimento de luta pela terra, os motivos e as perspectivas seriam os mesmos para homens, mulheres e jovens? Ou alguns destes "atores" seriam sufocados e silenciados quanto às suas projeções diante do novo mundo que se inicia?

[...] silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas. É o caso da presença das mulheres, muitas vezes somente evidenciada quando elas ganham destaque como lideranças. (MEDEIROS, 2008, p. 10)

O destaque da mulher no momento posterior ao acampamento, ou seja, a vida política que irá desempenhar já na condição de assentada está ligada ao seu histórico. De maneira que fica fácil delinear o perfil das lideranças nos assentamentos. São mulheres que desde jovens já participavam de algum grupo ou movimento social, com mais ou menos destaque, mas estavam ali, construindo cotidianamente o seu papel político.

⁷Vide o projeto de pesquisa mais recente do Nupedor: "Os assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão social do trabalho e políticas públicas em análise" (CNPq - 2010/2013).

As mulheres têm um agravante que em algum momento de suas vidas irá afastá-las da vida pública. Com a chegada dos filhos e durante o primeiro ano de vida das crianças fica difícil para as mulheres participarem das reuniões de seus partidos políticos, sindicatos ou movimentos de que façam parte. Não se trata necessariamente de classificar as crianças como um empecilho, mas da exigência em cima da mulher-mãe que o tempo todo é cobrada a desempenhar o seu papel.

No entanto, o fato de ter participado do momento de uma ocupação, já possibilita a estas mulheres uma visão mais ampla da realidade. Elas se sentem como parte deste processo que assegurou a conquista do lote, a garantia da estabilidade da família e são conscientes de que para conseguir algo é preciso lutar. O sentido desta luta é o de manter a união entre todos os sujeitos (FERRANTE, DUVAL, 2009).

TURATTI (2005), em pesquisa realizada em acampamentos, constata uma atmosfera machista ainda reinante em acampamentos e assentamentos. Outro apontamento é que as mulheres participam menos das atividades de militância, embora compareçam em massa na caminhadas e marchas, sendo que elas tecem mais críticas e estimulam aos maridos a militarem.

No meio rural ainda permanece um ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros e tendo no homem o "chefe da família". Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas de decisões. A expressão dessas mudanças é o fato das mulheres estarem participando da gestão do lote. E este interesse pelo lote, deve-se ao fato da titulação do mesmo sair no nome do casal. No entanto, apesar do discurso de que a mulher também toma as decisões, quem toma a iniciativa e acaba por decidir tudo é o homem.

*Como apontado no estudo sobre o Pontal do Paranapanema [...] um discurso que pode estar escamoteado [...] é a declaração recorrente de que "ambos decidem tudo", "ambos trabalham", "ambos discutem". Mas a palavra final muitas vezes é só dos homens. [...] o uso do termo "ambos" **interpretado** como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas. (MEDEIROS, 2008, p. 14)*

Em uma pesquisa realizada em assentamentos localizados no Pontal do

Paranapanema (MELO, CAPPELLIN, CASTRO, 2008), as autoras falam da preocupação em individualizar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico dos lotes, sendo necessário traçar um novo perfil da agricultura familiar. A contribuição da análise de gênero está no sentido de olhar para a família rural não mais como um conjunto homogêneo, tornando a participação da mulher notória em todas as esferas, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

Sobre a necessidade de dar mais visibilidade ao trabalho feminino nos lotes, seja nos espaços privados ou nos espaços de decisão, as autoras defendem que:

[...] o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres leva a aumentar a subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no produtivo, acentuando a idéia do subemprego das mulheres (MELO, CAPPELLIN, CASTRO, 2008).

Desta forma, segundo as autoras, a mulher deixa de ser indivíduo que somente se beneficia, mas passa a ser responsável pelas tomadas de decisões no interior dos assentamentos, junto com os homens.

Ao que nos parece, a definição de novas relações no período de acampamento é por ser este um espaço recente e transitório. Homens e mulheres começaram a acampar há menos de três décadas, exigindo uma outra concepção de mulher, homem e criança. Por ser um espaço transitório, o homem não sente ter propriedade sobre a terra, por tanto, não tem propriedade sobre a mulher e sobre os filhos.

No instante em que se consegue a terra e esta terra vai para o nome do homem, demarcou-se o lote, tudo que há dentro dele passa a ser de propriedade do homem e, valores cristalizados historicamente voltam a reinar. Até os espaços de convivência voltam a ser espaços sexuados: mulheres, homens e jovens têm seus espaços de convivência demarcados pelo sexo e pela idade (ESMERALDO, 2008).

As mulheres têm consciência dessa diferenciação entre o momento de assentado e de ocupado, reconhecem que no período pré-assentamento participam muito mais de reuniões, assembléias, de espaços de decisões. Na vida de assentado cada família precisa se preocupar com a produção do seu lote, cada família se fecha em sua propriedade. E até os espaços de convivência voltam a ser espaços sexuados: mulheres, homens e jovens têm seus espaços de convivência demarcados pelo sexo e pela idade.

O espaço dos homens é o da esfera pública, o bar, o futebol, reuniões de sindicatos e associações e a comercialização da produção do lote, é também "incumbência" do ser masculino. O espaço das mulheres é o espaço do lote e o da esfera doméstica, qual seja, cuidado da casa, da horta, das crianças. O espaço de convivência entre os gêneros é o espaço produtivo, mas aqui a mulher tem um papel subalterno, porque é uma ajuda que está prestando ao marido, afinal suas obrigações estão dentro de casa⁸.

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero que estão submetidas. Vêm a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. E aquelas que participam mais da vida pública não compreendem o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esta atrelada a opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004). Mas existe também a denúncia das próprias assentadas de que o casamento é condição de impedimento para a mulher que deseja participar da vida política do assentamento.

GONÇALVES (2005) ressalta a morosidade das mudanças na questão das beneficiárias da reforma agrária, ainda que, pela Constituição, homens e mulheres não possam ser diferenciados no sistema de pontuação, independentemente do seu estado civil, nos termos e condições previstos em lei. A autora ainda destaca a importância de programas como PRONAF – mulher, sendo esta uma linha inovadora de oferecimento de créditos "às atividades econômicas exercidas por mulheres". Mas evidencia o fato desses créditos destinados às mulheres determinarem, de forma muito estreita, em quais áreas podem ser aplicados os recursos, gerando incompatibilidades com as demandas concretas dessas mulheres; tal direcionamento da área de atuação, na prática, reforçaria a divisão sexual das tarefas, na medida em que são sugeridas (hortaliças, produção de pães etc). Há sérias críticas ao Pronaf Mulher no sentido de ser expressão de uma política que não deixa de ser discriminatória. Ou seja: o machismo não está só no rural, mas decorre historicamente do sistema dominante – o patriarcado.

A posição da mulher nos P.As. Primavera e Tupãciretan

Os questionários aplicados nos P.As. Primavera e Tupãciretan, ambos

⁸Vide o projeto "Os assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão social do trabalho e políticas públicas em análise" (CNPq - 2010/2013).

localizados no município de Presidente Venceslau/SP, são parte de um projeto maior realizado também na região de Araraquara/SP pelo NUPEDOR⁹. Esta pesquisa foi realizada com propósito de levantar a produção econômica entre os Assentamentos localizados na região de Araraquara, Presidente Venceslau e Rosana. Os dados aqui apresentados foram aqueles colhidos nos P.As. Primavera e Tupãciretan, por serem estes dois assentamentos o foco da pesquisa realizada sobre as relações de gênero nos assentamentos rurais.

As primeiras tabelas (1 e 2) trazem a distribuição etária dos sexos nos assentamentos Primavera e Tupãciretan¹⁰.

Tabela 1 – Distribuição por sexo – Assentamento Primavera.

Idade (anos)	Homens	Mulheres
0-14	48	33
15-24	45	23
25-34	16	17
35-44	25	26
45-54	05	31
55-64	22	20
65 ou mais	12	06
Total	173	156

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

⁹Projeto "Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões e acomodação na política de Reforma Agrária" (CNPQ).

¹⁰Estes dados levantados em uma pesquisa de campo realizada no ano de 2006 tinham o propósito de averiguar a demanda escolar do assentamento Primavera que recebe estudantes do ciclo I do ensino fundamental, inclusive de outros assentamentos arredores. Na ocasião, aproveitou-se para levantar a demografia por sexo da comunidade.

Tabela 2 – Distribuição por sexo – Assentamento Tupãciretan.

Idade (anos)	Homens	Mulheres
0-14	34	28
15-24	27	12
25-34	10	13
35-44	20	19
45-54	22	14
55-64	13	08
65 ou mais	10	07
Total	136	101

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

A distribuição por sexo aponta para a hipótese da "masculinização do rural" (MELO e SABBATO, 2008), embora tenhamos muita proximidade entre os grupos, sobretudo nas faixas etárias de jovens e adultos até 45 anos.

Através dos questionários, buscamos levantar o número de mulheres titulares dos lotes; o trabalho das mulheres rurais dentro e fora dos seus lotes e informações sobre a mão-de-obra nas culturas de subsistência. Foram consideradas na pesquisa, as mulheres que têm faixa etária superior a 16 anos¹¹.

As tabelas a seguir (3 e 4) mostram os dados referentes aos questionários aplicados nos assentamentos em 2009, na dimensão titularidade do lote.

Tabela 3 – P.A. Primavera – titularidade.

Mulheres titulares (sem cônjuge)	04 – 17,5%
Mulheres titulares (com cônjuge)	06 – 26%
Homens titulares	13 – 56,5%
Total	23 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

¹¹No P.A. Primavera tem-se 125 famílias assentadas e foram aplicados 23 questionários; o P.A. Tupãciretan totaliza 73 famílias assentadas e foram aplicados 12 questionários.

Tabela 4 – P.A. Tupãciretan – titularidade.

Mulheres titulares (sem cônjuge)	01 – 8,5%
Mulheres titulares (com cônjuge)	02 – 16,5 %
Homens titulares	09 – 75%
Total	12 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Dos 23 lotes visitados no P.A. Primavera, 56,5% são de homens titulares. Dentre as mulheres, 10 são titulares de lote (44%), sendo que em 17,5%, as mulheres são titulares e não têm companheiro -são responsáveis efetivas pelo lote e o sustento da família. No Tupãciretan, o percentual de mulheres titulares é menor (25%), sendo que as mulheres titulares sem cônjuge somam apenas 8,5% da amostra.

Outro objetivo da pesquisa foi avaliar a importância do trabalho feminino, sobretudo no quesito autoconsumo, uma forma de produção invisível nos assentamentos. Temos, nas tabelas 5 e 6, o retrato da participação dos membros das famílias no trabalho para o autoconsumo:

Tabela 5 – Responsáveis pela cultura de subsistência – Primavera.

Mulheres (esposas e filhas)	08 – 35%
Homens (maridos e filhos)	03 – 13%
Toda a Família	10 – 43,5%
Famílias que não cultivam para a subsistência	02 – 8,5%
Total	23 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo 2009.

Conforme apontado na pesquisa realizada, o P.A. Primavera, em 35% dos casos, as mulheres (esposas e filhas) são responsáveis pela produção de autoconsumo no lote. Estes dados contêm o percentual de mulheres que são titulares e sem companheiros (17,5%), portanto responsáveis pela cultura de

subsistência e também a produção comercial.

A produção para a subsistência ou autoconsumo é garantida pela participação da mulher, mesmo quando envolve toda a família. No total, aparecem 10 famílias nas quais os vários membros são responsáveis pela produção para o autoconsumo. Nesses casos, os filhos contribuem e pessoas mais velhas que moram no lote também.

A seguir (Tabela 6), os dados do assentamento Tupãciretan no tocante à subsistência/autoconsumo:

Tabela 6 – Responsáveis pela cultura de subsistência – Tupãciretan.

Mulheres	05 – 41,5%
Homens	04 – 34%
Famílias	02 – 16%
Famílias que não cultivam para a subsistência	01 – 8,5%
Total	12 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo 2009.

Quanto à cultura de subsistência no P.A. Tupãciretan, a mulher também aparece como a principal responsável, embora exista uma participação significativa dos homens na produção para o autoconsumo (41% mulheres X 34% homens, ou um caso a mais de mulheres cuidando do autoconsumo). Nos lotes em que há a participação de toda a família na produção, também há uma divisão das tarefas entre os cônjuges.

Há uma divisão de quem fica responsável pelo quê, mas existe a participação de todos, ainda que em caráter de ajuda. A divisão de tarefas pode ser feita entre os cônjuges, o homem ficando responsável pelo cuidado das raízes, grãos e do trato dos animais e a mulher do pomar e hortaliças. É muito comum no meio rural haver uma divisão dos trabalhos considerados leves e do trabalho considerado pesado (PAULILO apud MELO, CAPPELIN E, CASTRO, 2008): as mulheres seriam "resguardadas" da execução dos trabalhos considerados pesados, ficando este sob responsabilidade dos homens da casa. Então, quando o trabalho envolve o manejo de animais, extração de raízes ou a própria capina as mulheres, às vezes, são "poupadas". Mas há casos, em que é a mulher que

garante a presença de hortaliças, grãos, raízes e frutas na mesa de toda a família e, ainda, responsabiliza-se pelo manejo das criações.

Os próprios assentados (as) e alegam que aquilo que plantam exclusivamente para consumir tem pouca representatividade, ou seja, quase tudo que a família consome provém do mercado. Há famílias que nada cultivam nos seus lotes que seja destinado para o próprio sustento. No entanto, não descartamos a hipótese de que o desprezo manifestado pela importância do autoconsumo acaba por se confundir com a invisibilidade do trabalho feminino nos assentamentos.

Conclusão

Pesquisar as relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária, proporciona um olhar mais apurado sobre o processo de constituição de um novo modo de vida, no qual se (re)configuram os papéis de gênero. As relações entre homens e mulheres, sobre as quais nos debruçamos aqui, analisando os recortes específicos de gestão dos lotes, além de estruturar as vidas existentes com referência ao trabalho e à produção agropecuária, também se estendem à produção da intimidade e da configuração de papéis sociais. Cabe um sinal de alerta: Ao estudar relações de Gênero na Zona Rural: precisa tomar cuidado para não atribuir ao Rural, características que são sistemáticas que ocorrem por toda a parte. Na tentativa de compreender o papel da mulher de hoje, superando aqueles legados historicamente pela sociedade patriarcal de origem colonial, encontramos a situação paradoxal das mulheres assentadas rurais, cuja contribuição à luta social garantiu o acesso à terra, mas que ainda sofrem para romper com o controle patriarcal nesses novos espaços sociais que são os assentamentos rurais.

É notória a importância do trabalho produtivo realizado pelas mulheres, sobretudo o referente à produção para auto-consumo – verificamos que é o trabalho feminino que assegura a alimentação da família. É perturbador, no entanto, a desvalorização da cultura de subsistência, algo central no modo de vida do agricultor familiar e que deve ser devidamente valorizado. Dentre as pessoas entrevistadas, foi quase unânime a afirmação de que o plantio para o consumo é uma "perda de tempo". Pode-se verificar como o trabalho quase que exclusivamente feminino, mais uma vez, é tido como sem importância, reforçando a invisibilidade do trabalho realizado pela mulher.

Com relação à titularidade dos lotes, o percentual de mulheres titulares no universo pesquisado é tímido, comparando-se ao referente à titulação dos homens. No entanto, quando comparamos os dados da pesquisa realizada nos

Assentamentos Primavera e Tupãnciretan com os dados da pesquisa realizada pelos autores MELO e SABATTO (2008) temos que o número de titulações de mulheres aqui na região é mais significativo do que nas regiões pesquisadas pelos autores¹². Do universo pesquisado 36% das mulheres eram titulares e os homens ficavam com 64% dos lotes registrados em seus nomes. Nos dados apresentados por MELO e SABATTO (2008) quanto à titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e 85,9% eram os homens os titulares.

A comparação destes dados reforça a importância das ações afirmativas e do papel de órgãos mediadores na busca pelo "empoderamento" das mulheres, contribuindo para o aumento da auto-estima e a diminuição das disparidades de direitos reservados a homens e mulheres nas relações do cotidiano.

Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”** – as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, Ed. UNESCO, 2000.

BRUMMER, A. As dimensões gênero e idade em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR., O. (Orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo/ Araraquara: INCRA/Uniará, 2005.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais – Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais. In: **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta; Whitaker, Dulce Consuelo Andreatta; Fernandes, Bernardo Mançano. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará, 2008

¹²Do universo pesquisado 36% das mulheres eram titulares e os homens ficavam com 64% dos lotes registrados em seus nomes. Nos dados apresentados por MELO e SABATTO (2008) quanto à titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e 85,9% eram os homens os titulares.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

FERRANTE, V.L.S.; BARONE, L.A.; KURANAGA, A. Reforma agraria e “desenvolvimento como liberdade”: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, n. 10. Araraquara, INCRA/Uniara, 2006.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, n. 12. Araraquara, INCRA/Uniara, 2009.

GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

LIRA, T. dos S. Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência – Juventude dos P.A. ís Primavera e Tupãciretan. 2007. 55 P. Relatório I. C. CNPq/PIBIC. Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP. Presidente Prudente.

LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs.). **Mulheres na reforma: agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

MEDEIROS, L. S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

MELO, H. P.; CAPPELIN, P.; CASTRO E. G. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens O Caso

do Pontal de Paranapanema. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. Di. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

VALENCIANO, R. C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

ASSENTADAS RURAIS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: CAPACITAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O EMPODERAMENTO?

Ariane Cristina Brughara¹

Henrique Carmona Duval²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo: O presente artigo relata o trabalho realizado, através de convênio entre a Sempreviva Organização Feminista – SOF e a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com mulheres rurais dos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista, no período de junho de 2009 a março de 2011. Este trabalho traz algumas reflexões acerca da desigualdade de gênero no meio rural a partir da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a invisibilidade do trabalho da mulher rural. A partir da vivência da autora enquanto educadora social desse convênio, o presente artigo, por fim, discute as políticas públicas para as mulheres rurais do MDA nos dois territórios trabalhados e traz algumas reflexões sobre o questionamento ou não, a partir da implantação dessas políticas e da atuação de convênios dessa natureza, das relações de desigualdade de gênero no meio rural, em especial, de assentamentos rurais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Mulher Rural; Assentamento Rural.

Abstract: *This paper describes the work of Sempreviva Organização*

¹Graduada em Serviço Social pela Unesp/Franca e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Uniara.

²Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCar. Doutorando em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP, pesquisador do Nupedor/Uniara.

³Pesquisadora 1A do CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

Feminista – SOF in partnership with Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE of the Ministry of Agrarian Development – MDA, and rural women in the Territories of Citizenship in Pontal do Paranapanema and Southwest Sao Paulo, during the period June 2009 to March 2011. This article offers some reflections on gender inequalities in rural areas, the sexual division of labor and, consequently, the invisibility of rural women's work. Finally, based on the author's own experiences as social work educator and the important role she has played in this partnership, this paper discusses the implementation of public policies aimed at ensuring equal access for women in rural areas, including those in two MDA territories, and ponders over whether or not the effectiveness of this implementation can be questioned, taking into account not only the positive effects of the policies but also the performance of the covenants, and the women's inequality and gender relations in rural areas, especially in rural settlements.

Keywords: *public policy, rural women, rural settlement.*

Apresentação

O presente artigo traz algumas reflexões sobre o enfrentamento das relações de desigualdade de gênero a partir do acesso, ou não, das mulheres rurais às políticas públicas, com base nos trabalhos realizados pela Sempreviva Organização Feminista – SOF através de convênio com a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista, no período de junho de 2009 a março de 2011. Pretende refletir sobre algumas dificuldades vivenciadas pelas mulheres rurais, que foram possíveis de identificar durante a execução do trabalho, para a construção da autonomia e a superação de desigualdades de gênero no meio rural, assim como as dificuldades de acesso a essas políticas públicas com enfoque de gênero.

As relações de gênero no meio rural e a importância das políticas públicas para mulheres

Parte-se do entendimento que o trabalho das mulheres rurais, assim como é possível identificar no conjunto da sociedade em relação às mulheres, é marcado por invisibilidades e pela divisão sexual do trabalho. Tal realidade se expressa quando analisada a mulher rural na atualidade, o seu papel e o significado do seu

trabalho nas diferentes dimensões da vida social, ou seja, na valorização/reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo, no acesso a recursos econômicos, e ainda, se compreendermos a trajetória de acesso aos direitos sociais e a participação feminina nos espaços deliberativos e de poder, dentre outros apontamentos que poderiam ser destacados.

Embora a agricultura familiar constitua-se como alternativa ao atual modelo agrícola hegemônico pela agricultura patronal e latifundiária, ela não oculta que em seu interior estejam guardados muitos conflitos internos, hierarquias entre homens e mulheres com forte expressão no acesso aos recursos econômicos e ao acesso de direitos de maneira igualitária (BUTTO, HORA, 2008, p.22). Ou seja, não significa que pelo fato de se apresentar enquanto alternativa ao modelo de desenvolvimento agrário dominante, a agricultura familiar, constituída a partir da política de assentamentos, esteja imune dos valores, costumes e traços da cultura da agricultura patronal.

Forte indicativo dessa realidade, conforme Butto e hora (2008), é o dado apresentado pela FAO que diz que apenas 1% da propriedade do mundo está nas mãos das mulheres, indicando que além da concentração de terra, que no Brasil é uma das mais elevadas do mundo⁴, há ainda uma desigualdade maior que é a do tímido, pra não dizer ínfimo, acesso das mulheres à terra. Faz-se importante também ressaltar que os sistemas de herança brasileiro, estabelecidos no código civil e nos chamados direitos costumeiros, condicionam o acesso à terra a condição civil das mulheres e à sua posição na família.

É possível identificar tal realidade ao analisar o histórico das leis agrárias no Brasil e a inserção das mulheres no processo de direito à terra ao longo dessa história. Se, por um lado, o Estado e as legislações pouco ampararam a formação do campesinato, a constituição da sociedade agrária brasileira acalentou as desigualdades entre o homem e a mulher com a reprodução da sociedade patriarcal. Ratificando:

(...) do ponto de vista patriarcal a terra é um patrimônio e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou do marido, de acordo com o direito consuetudinário ou positivo, somente tem a possibilidade

⁴O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8. (II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2.004, 11)

de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, a perda desse referencial, o patrimônio deve ser mantido como bem masculino (...) (FISCHER, GEHLEN, 2002, p.23).

Na esmagadora maioria das vezes, para manter o *status quo*, as legislações evidenciam como a sociedade é ou como deveria ser, ou, ainda, por quais coisas deve-se zelar. Mesmo representando um marco jurídico importantíssimo da questão fundiária no apontamento da democratização do acesso à terra e à política de reforma agrária no Brasil, o Estatuto da Terra criado em 1.964, também evidenciou 'anseios sociais' do não apontamento da superação das desigualdades de gênero no meio rural. Este instrumento legal concentrou-se na criação de assentamentos voltados à unidade familiar de produção e não considerou as relações de poder desiguais entre homens e mulheres no interior dessa unidade.

Sem questionar ou diminuir a importância do Estatuto da Terra, este, enquanto legislação, refletiu a dificuldade da sociedade e do Estado de identificar nas relações de gênero um dos pilares de sustentação das demais desigualdades existentes na sociedade. O não enfrentamento das desigualdades nas relações de gênero pelo conjunto da sociedade, conseqüentemente, as reproduz. Não cria, por exemplo, políticas de acesso a equipamentos e infra-estrutura para facilitar o trabalho doméstico na medida em que fomenta os insumos com a modernização conservadora.

O direito das mulheres na terra e à terra, nas legislações, só passa a fazer parte da agenda política nos anos de 1.980 com o processo de redemocratização brasileira e em decorrência das lutas do movimento de mulheres, mas ainda foi dado pouco destaque às mulheres (BUTTO, HORA, 2008). O I Plano Nacional de Reforma Agrária não considerou a situação das mulheres e manteve a noção de família como unidade de referência e a modernização identificada ao aumento da produtividade agrícola, um papel eminentemente masculino no interior da pequena propriedade familiar.

A criação de políticas públicas efetivas, assim com a dificuldade de acesso às políticas públicas, e aqui vale dizer que não somente as políticas com enfoque de gênero, contribuíram para a expulsão e/ou processo migratório das mulheres dos espaços rurais, assim como é possível ratificar nessa passagem do artigo de Gouveia (2003, p.46):

No Brasil, de acordo com os dados do Censo de 2000, entre 1991 e 2000, houve queda de 10% na população rural brasileira, sendo que, para as

mulheres, essa queda foi de 11%. Em 30 anos, as mulheres passaram de 48,47% da população rural para 47%. A razão de sexo também é um indicador importante. Se, em 1980, a razão de sexo na população rural era de 106,56 homens para cada 100 mulheres, em 2000 passou a ser de 109,22. A média brasileira (incluindo o urbano e o rural) na última contagem populacional, apresenta uma tendência inversa, são 96,93 mulheres para cada 100 homens.

Às evidenciações nas legislações, assim como a identificação do quase não acesso das mulheres à terra e a falta e/ou dificuldades de acesso às políticas públicas para mulheres rurais, é, ainda, possível acrescentar que as relações sociais no meio rural são permeadas pela invisibilidade do trabalho das mulheres. No artigo de Duval e Ferrante (2010), é apontado que os dados do PNAD/IBGE, até 1992, não consideravam o trabalho das mulheres nas atividades agropecuárias, e 40% dessas mulheres não usufruíram do *status* de trabalhadora devido ao total de horas trabalhadas semanalmente ser inferior a 15 horas e/ou porque suas atividades eram voltadas para o autoconsumo.

O trabalho realizado pelas mulheres nos espaços privados (ligado à reprodução familiar) é tido como obrigatório e, conseqüentemente, é naturalizado e/ou invisibilizado, e assim considerado uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona-de-casa e mulher. Quando ocupa os espaços públicos no trabalho agrícola, a atividade das mulheres é considerada como mera ajuda exatamente pelo fato de não gerar rendas quantificáveis monetariamente, ou por não prover a principal renda da casa. Devido a esses fatores, o trabalho das mulheres rurais não é enxergado no processo da produção agrícola no interior das cadeias produtivas, e seu trabalho sofre com uma tendência histórica de ser reduzido relegado a segundo plano, assim como é possível identificar em uma pesquisa⁵ realizada no Ceará com produtoras rurais.

Tal pesquisa mostra que dentre catorze atividades realizadas na roça, as mulheres participam, em graus variados, de todas. Em cada quatro dessas atividades, as mulheres participam nas mesmas proporções que os homens, ou seja, elas capinam, plantam, replantam e colhem. Em apenas uma dessas

⁵Pesquisa realizada em 2003 pelo SOS Corpo – Gênero e Cidadania para Projeto de Desenvolvimento Local Pnud/BNDES, in: Gouveia, 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51823673/Relatorio-Anual-do-Observatorio-da-Cidadania-2003>>, acessado em 24 mai, 2011.

atividades, o trabalho das mulheres é majoritário: o beneficiamento da produção. Somente em três atividades o trabalho das mulheres é bem mais baixo que a dos homens: brocar, destocar e vender.

A mesma pesquisa mostra que na criação de aves, as mulheres realizam todas as atividades que compõem o sistema, representando 49% dos casos como únicas executoras; nos demais casos, os homens participam, em média, de três atividades, ou seja, a participação masculina nos 51% dos casos restantes é muito baixa. Na criação de porcos, em 50% dos casos, os homens realizam as onze atividades que envolvem o processo de produção, enquanto as mulheres participam de três a cinco, já nos outros 50% restantes há equilíbrio entre o trabalho da mulher e do homem.

Gouveia (2003) ainda discute em seu artigo que embora a mulher participe das atividades produtivas, o homem não participa do trabalho reprodutivo. Das 25 atividades elencadas na pesquisa que constituem a esfera reprodutiva, apenas 20% são realizadas pelos homens com maior frequência, que são: fazer feira, buscar lenha e rachar, reparos na casa e trocar botijão de gás. Em 28% dessas atividades há frequência maior na realização compartilhada, sendo que essas responsabilidades entendidas como independente de gênero, como por exemplo, levar os filhos em postos de saúde. As mulheres são executoras exclusivas de 52% das atividades reprodutivas em especial no trabalho que demanda continuidade e periodicidade, mas nem por isso seu trabalho é valorizado tanto social enquanto economicamente.

Medeiros ainda aponta que são os homens:

[...] quem organiza a produção e gere seu desenvolvimento no cotidiano, toma as decisões a ela relativas, comercializa e decide o que fazer com eventuais ganhos ou como agir para minorar perdas, assim como para viabilizar outras possíveis fontes de renda, inclusive externas à agropecuária. É, via de regra, o homem quem coordena e distribui – a partir de práticas costumeiras entre os familiares que vivem no lote, tanto adultos como crianças – as diferentes atividades: plantio, tratos agrícolas, colheita, cuidados com os animais, administração e planejamento, a definição da finalidade dos itens da produção de seu lote (mercado/consumo), os contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc. Ao fazer esta distribuição, o homem acumula uma capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder (MEDEIROS, 2008, p.10).

Frente a toda essa problemática apresentada é possível identificar com mais clareza a carga de importância da criação e efetivação de políticas públicas específicas para as mulheres rurais. As políticas públicas específicas para as mulheres rurais disponíveis hoje, só passaram a ser discutidas com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária e em forma de programas de promoção no MDA⁶. O antigo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – Ppigre, atual AEGRE, criam políticas públicas⁷ com enfoque de gênero e, a partir daí, a assessoria vinculada àquele Ministério efetiva o segundo convênio com a SOF no ano de 2009.

Essa parceria teve como principais objetivos facilitar e divulgar as políticas públicas específicas, contribuir com a auto-organização e a emancipação econômica das mulheres rurais. A atuação desse convênio nos Territórios da Cidadania⁸, ainda possibilitou fomentar possíveis questionamentos da unidade familiar em que o chefe de família é o homem, e a incitar a importância da ocupação de espaços deliberativos e de poder pelas mulheres, dentre outros aspectos.

A criação de políticas públicas e a atuação em campo a partir de convênios entre o governo federal e organizações não-governamentais, mesmo que apoiadas na política dos Territórios da Cidadania⁹, sem retirar a importância e a necessidade dos trabalhos realizados, ainda têm muito a avançar e conhecer no campo dos direitos das mulheres rurais.

⁶As políticas públicas começaram a ser discutidas pelo Ppigre – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Atualmente o programa virou uma assessoria vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e é conhecido como AEGRE – Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia.

⁷A partir de 2003 são criadas, não necessariamente nessa ordem, as seguintes políticas públicas com enfoque de gênero no meio rural: Pronaf/Mulher, Crédito Apoio Mulher, Assistência Técnica para Mulher – ATER/Mulher, Titulação Conjunta, Programa de Documentação da Mulher Rural, e o Programa de Organização Produtiva.

⁸Vale ainda dizer que os Territórios da Cidadania fazem parte de uma política criada em 2008 a partir do conceito de Territórios Rurais, e tem o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A criação dos Territórios da Cidadania é uma forma de organização territorial que tem o objetivo de superar a pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, da melhoria de qualidade de vida e da garantia de direitos e de acessos igualitários para a garantia do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

⁹Forma de organização territorial que envolve, na presente data da escrita desse artigo, 17 Ministérios.

O desenvolvimento do convênio entre a SOF e a AEGRE nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista

O convênio iniciou-se em junho de 2009 e teve abrangência nacional (representação em todos os estados brasileiros) totalizando 50 Territórios da Cidadania. A coordenação do convênio foi feita pela Sempreviva Organização Feminista – SOF em todos os estados brasileiros com exceção do Nordeste, e pelo Centro Feminista 8 de março – CF8 que coordenou os estados nordestinos.

Antes de serem iniciadas as atividades em campo, foi realizada uma reunião com a equipe de educadoras sociais¹⁰ de todos os estados do Brasil durante duas semanas. Nessa atividade foram realizadas capacitações sobre o movimento feminista, a divisão sexual do trabalho, a invisibilidade do trabalho da mulher e também sobre as políticas públicas específicas para mulheres do MDA. Dessa maneira foi possível que houvesse um nivelamento do conhecimento de todas as educadoras sociais antes de serem iniciadas as atividades em campo.

Posteriormente, em praticamente dois meses, foi realizado um diagnóstico que identificou grupos de mulheres rurais, o grau de conhecimento de mulheres de base e lideranças, e, também, dos atores sociais que atuam nas comunidades rurais, sobre as políticas públicas de mulheres do MDA. A partir da aplicação de questionários foi possível apreender quão esses sujeitos conheciam as políticas públicas dirigidas às mulheres e, conseqüentemente, a demanda do acesso e ampliação desses conhecimentos.

Aproveitando a aplicação dos questionários ainda foi possível identificar como os atores sociais que lidam cotidianamente com os grupos produtivos de mulheres rurais absorviam ou não as demandas das mulheres, ou ainda, se eles reconheciam a existência e/ou davam abertura aos grupos de mulheres nos espaços dos Territórios da Cidadania. Assim sendo, elencamos as prioridades para iniciarmos as capacitações tanto com as mulheres quanto com os atores sociais.

Desse modo, realizamos uma primeira oficina de capacitação sobre políticas públicas para mulheres rurais nos dois Territórios da Cidadania aqui tratados, que são, o Pontal do Paranapanema e o Sudoeste Paulista. A partir desse aprofundamento foi possível identificar que embora haja muitas demandas parecidas nos dois Territórios, como por exemplo, a ampliação de canais de comercialização para as produções das mulheres, os Territórios apresentavam

¹⁰A primeira autora deste artigo foi educadora social durante todo o período de execução desse convênio nos Territórios do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista.

demandas particulares.

Essa identificação foi bastante notória no Pontal do Paranapanema, quais sejam, pela dimensão do território, que envolve 32 municípios e cerca de 110 assentamentos de reforma agrária, pela diversidade de atores sociais e movimentos sociais que atuam na região. No Sudoeste Paulista, território que envolve 16 municípios, a particularidade se dá pela diversidade do público rural que envolve desde assentamentos rurais, agricultura familiar tradicional, indígenas e quilombolas, sendo a agricultura familiar tradicional o público mais expressivo em termos numéricos e de abrangência territorial.

A partir disso, foi considerado com a coordenação do convênio que o Pontal do Paranapanema seria dividido em duas micro-regiões com a finalidade de reagrupar assentamentos por localização territorial. E a partir dessa primeira oficina ficou evidenciado que a demanda no Pontal era ampliar o conhecimento sobre o Pronaf/Mulher e o Apoio Mulher. No Sudoeste Paulista foi identificado um grande potencial para produção de alimentos orgânicos e, por isso, houve demanda de certificação para os mesmos.

No período de novembro de 2009 a março de 2011, portanto, foram trabalhados os temas que as mulheres e os grupos de mulheres rurais demandavam, assim como outros temas concernentes ao convênio, de modo a contribuir para o fortalecimento das mulheres e de seus grupos e indicar processos para a autonomia econômica e social para esse público.

Essas atividades eram realizadas por meio de oficinas de capacitação, reuniões de articulação, seminários e encontros estaduais e nacionais. Os temas tratados foram: formação de lideranças, elaboração de projetos, certificação de orgânicos, políticas territoriais, relações de desigualdade de gênero, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs para mulher, PRONAF/Mulher, Crédito Apoio Mulher, Titulação Conjunta, Programa de Organização Produtiva, Programa de Documentação da Mulher Rural, Requalificação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e formação de câmaras temáticas nos Territórios da Cidadania.

Além dos temas tratados, foram criadas e intensificadas parcerias com Prefeituras Municipais, tais como a de Euclides da Cunha Paulista, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Itapeva, Itaberá e Guapiara, assim como parcerias com o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por meio da Superintendência de São Paulo e dos escritórios regionais de Itapeva, Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio e Mirante do Paranapanema, com a Fundação

ITESP (Instituto de Terra do Estado de São Paulo), escritórios de Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio, Mirante do Paranapanema e Rosana. Além destes, também firmamos parcerias com a Delegacia Federal do MDA de São Paulo, com os Colegiados Territoriais, assim como as organizações não governamentais Cílios da Terra, Ipê e Cooperorgância, e com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itararé, Ribeirão Branco, Guapiara e Presidente Epitácio, com a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo) e com a FAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar/SP).

A partir dessas entidades e/ou organizações parceiras, foi possível alcançar um maior número de participantes nas atividades e chegar a locais pouco assistidos pelo menos nos Territórios da Cidadania. Esses parceiros ainda contribuíram com o deslocamento da educadora e em outros momentos com o das mulheres, assim como traziam a informação de novas demandas.

O interessante de articular os parceiros que teoricamente atuam cotidianamente nas comunidades é observar que muitas vezes esses parceiros encontravam-se afastados, não conheciam os grupos de mulheres, não conheciam as políticas públicas e muito menos faziam leituras das relações de desigualdade de gênero. A não percepção da realidade das mulheres rurais, por conseguinte, não abrangia as mulheres rurais e as suas demandas nos espaços de poder e deliberativo dos Territórios da Cidadania e das próprias Prefeituras.

A partir dessas parcerias as mulheres conheceram e se aproximaram de sujeitos que compõem força política, social, econômica nas reuniões do Colegiado Territorial, nas Prefeituras e outras organizações não governamentais. Aproximar-se e conhecer esses parceiros para as mulheres significa ampliar acessos a outras políticas públicas que não as do MDA, acessar recursos a partir de projetos coletivos e o conhecimento de quem conversar nessas instituições para contribuir com seus trabalhos. Parece uma ação de pouca inserção, mas a partir do momento que as mulheres descobrem quem representa qual entidade, elas também apreendem o funcionamento das estruturas sociais e tencionam/ocupam melhor os espaços democráticos, que inclusive decidem diretrizes/ações das e para suas comunidades. Isso contribui para a conquista da autonomia das mulheres rurais e de seus grupos produtivos, posterior e independente da atuação do trabalho da SOF.

Outros resultados do trabalho da SOF em convênio com a AEGRE/MDA nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista de um modo geral foram: a ampliação e qualificação do conhecimento das

mulheres acerca das políticas públicas do MDA, conhecimento da existência dos Colegiados Territoriais e das políticas territoriais, a criação de espaços de debates acerca das relações de desigualdade de gênero e da divisão sexual do trabalho tanto no espaço organizativo dos territórios quanto nas comunidades. Houve relatos de enfrentamento da violência contra a mulher e das relações de desigualdade de gênero na família e na comunidade, além da reorganização de grupos de mulheres que haviam se desestruturado anteriormente.

Mesmo se tratando de um território com grandes dimensões como é o caso do Pontal do Paranapanema, foi possível identificar que as mulheres que participaram praticamente de todas as atividades do Convênio, ficaram mais organizadas e passaram a ocupar mais espaços de poder e deliberativos, tais como associações e cooperativas. Foi possível identificar que algumas mulheres mudaram seus comportamentos no decorrer do convênio e passaram a intervir nas discussões das capacitações e oficinas criadas nos espaços do Convênio, passaram a se expressar em público (mesmo com dificuldades), há relatos de enfrentamentos das relações de desigualdade de gênero nas relações interfamiliares.

Ainda no Pontal do Paranapanema, foi criado um grupo de 20 mulheres, que envolve assentamentos dos municípios de Euclides da Cunha Paulista, Caiuá, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Rosana que estão construindo uma rede de comercialização através de um projeto para a realização de feiras de economia solidária e feminista, a ser pleiteado no Programa de Organização Produtiva e junto às Prefeituras locais ainda em 2011.

No Sudoeste Paulista, além dos resultados comuns ao Pontal do Paranapanema, foi criada uma Câmara Temática de mulheres no Colegiado Territorial. Essa câmara é composta por mulheres da agricultura familiar tradicional, assentadas e quilombolas e tem como objetivos fomentar a ampliação de canais de comercialização dos produtos das mulheres e discutir pautas de reivindicações comuns às comunidades, tais acesso a créditos e recursos para infra-estrutura dos grupos produtivos de mulheres.

Conclusão ou novos questionamentos

Considera-se, historicamente que o Estado tem pouca preocupação e/ou inserção no real enfrentamento das relações de desigualdade de gênero, especialmente no meio rural, que neste artigo tratamos. Houve mudanças recentes na política nacional com enfoque de gênero na agricultura familiar, e, assim, abrem-se novos espaços de discussão acerca das relações de gênero no meio

rural, das políticas públicas em si e sua efetividade.

Entretanto é necessário analisar o que está significando o conjunto de políticas públicas implementadas pelo MDA que são dirigidas principalmente à promoção da autonomia econômica das mulheres rurais, que não deixa de ser um elemento indispensável para o apontamento da superação das desigualdades de gênero e da desigualdade num nível mais abrangente a que estão submetidas as trabalhadoras rurais.

É de suma importância destacar que essas políticas recentemente criadas são frutos de reivindicações de movimentos sociais mistos e de mulheres ao longo do processo de redemocratização no Brasil, a partir da intervenção desses movimentos é que é posta em pauta as desigualdades de gênero para as políticas públicas. Conforme ampliou-se a participação das mulheres nos mais diversos espaços de discussão, de poder e deliberativos é que as pautas das mulheres rurais passam a ser levadas a sério pelos poderes. Ou seja, a sociedade organizada que questiona as relações de poder patriarcal põe em evidência a necessidade de enfrentamento das desigualdades, daí, dentre elas, a superação das desigualdades de gênero.

Conforme descrito acima, é pelos 'anseios' e ou interesses da sociedade (e aqui se acrescenta o poder organizativo de pressionar os poderes) que determinam as legislações e podem criar políticas públicas. A partir dessas tramas de tensões as mulheres rurais começam a apontar saídas para a invisibilidade dos seus trabalhos e avançam, passo a passo, em conquistas na Constituição de 1988 com o Programa de Assistência Técnica ao Trabalhador Rural e a entrada das mulheres rurais na Previdência Social a partir de 1992.

Sobre a Previdência vale um parêntese, pois a entrada das mulheres nesse sistema de proteção social se dá de fato em 1970, porém era condicionada à chefia da propriedade. Segundo as autoras Butto e Hora (2008) no ano de 2002, ou seja, 32 anos mais tarde, 87% dos títulos de terra emitidos pelo INCRA eram destinados aos homens. Somente em 1992 com a universalização do acesso a Previdência é que as mulheres passam terem o direito um pouco mais igualitário de acesso.

Destaca-se que embora seja possível identificar muitos avanços com a criação dessas políticas específicas para as mulheres rurais e, inclusive com a execução do convênio entre a SOF e a AEGRE, há ainda muitas dificuldades e obstáculos para a real autonomia desses grupos e muitas dificuldades de acesso às políticas públicas do MDA, principalmente no que tange ao acesso aos Pronaf/Mulher. Durante a execução do Convênio só foi possível identificar dois acessos a esse

crédito na totalidade dos Territórios do Pontal do Paranapanema e do Sudoeste Paulista aqui tratados.

A dificuldade de acesso das mulheres rurais ao Pronaf/Mulher se dá, segundo relatos das próprias mulheres, pelo não conhecimento da existência do crédito no Banco do Brasil, a inadimplência dos maridos – uma vez que o crédito é condicionado ao aval do marido para se obter acesso –, sendo esta também uma queixa das mulheres que alegam que se o crédito é para mulher, seu acesso deveria depender somente dela.

Mesmo com a criação de várias políticas para mulheres rurais há ainda grande resistência por parte do Estado em reconhecer a força de trabalho da mulher rural, quando, por exemplo, comparamos o valor do crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf¹¹ das linhas A e A/C, créditos estes mais incentivados e, desse modo, os mais acessados pelas famílias assentadas, ao Pronaf Mulher. O limite do PRONAF Mulher equivale a menos da metade do limite do Pronaf A/C e é quase 11 vezes menor que o Pronaf A. Por outro lado, o acesso ao crédito Pronaf/Mulher ainda que tenha crescido 240% no período de 2003-2005, só atinge cota de 30% dos casos investigados em comunicação apresentada por Duval e Ferrante (2010).

Essa discussão é bastante pertinente tendo em vista que os créditos, em sua maioria, quando acessados, são destinados às principais produções do lote, que, via de regra, são determinadas pelos homens. São raros os casos em que a família (e aqui se pode ler mulher, filhos e filhas) é consultada sobre a destinação dos créditos, o que resulta na não valorização do trabalho da mulher. No entanto, são elas as responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidados das criações e produção agrícola nos arredores das casas, pela produção da maioria dos alimentos consumidos pela família e diminuição dos gastos no lar. Em estudos em assentamentos na região de Araraquara, mais de 80% das mulheres cônjuges declaram realizar trabalhos na agropecuária, taxa que bem expressa o trabalho não remunerado dos membros da família do meio rural, ou seja, a contribuição da mulher como trabalhadora familiar, produzindo para o autoconsumo, embora a mesma esteja envolta em invisibilidades.

¹¹Segundo o site do Banco do Brasil que fala sobre os limites e carências de todas as linhas do Pronaf, a linha A acessa o valor de R\$21.500,00, a linha A/C acessa R\$5.000,00 e o Pronaf Mulher, que uma linha especial, pode acessar R\$2.000,00. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/TabelaAF.pdf>>

Por fim, sobre o Pronaf é ainda relevante destacar que os técnicos de ATER e ATER quando estão em campo, também em sua maioria, dirigem suas orientações às produções chamadas 'carros chefes' do lote, ou seja, produções majoritariamente masculinas. Isso dificulta a visibilidade do trabalho da mulher e conseqüentemente resulta na não criação de projetos que valorizem suas produções. O que também, por conseguinte, obstaculiza o entendimento das agências financiadoras, como por exemplo, o Banco do Brasil, acerca do reconhecimento da força de trabalho das mulheres enquanto segmento produtivo, ou seja, aquele que gera renda e que portanto é apto a pagar o financiamento.

Outro destaque sobre a dificuldade de exercício das políticas públicas para as mulheres é sobre a Titulação Conjunta. Embora na sua execução tenha conseguido mudar, no papel, os dados sobre a titularidade dos lotes, de fato, o trabalho, as decisões e os direitos das mulheres rurais ainda estão bastante subordinados ao poder masculino.

Infelizmente, a presença e participação das mulheres na constituição e desenvolvimento dos assentamentos são marcadas por uma rede de invisibilidades que muitas vezes acaba por ocultar a importância de sua atuação na produção e reprodução social.

Embora com avanços notórios nos direitos das mulheres rurais através da criação das políticas públicas específicas e também na intervenção do Estado apontando para a superação dessas desigualdades, de maneira geral ainda há manutenção e reprodução do poder que o homem já goza na sociedade. Ao vincular o direito das mulheres ao dos homens é retirado delas a possibilidade de autonomia, e coloca em dúvida a promoção da igualdade de acessos aos direitos e ainda aponta grandes obstáculos para o real desenvolvimento rural. Isso porque trata-se de papéis diferentes no interior da propriedade familiar, embora complementares, mas que demandam especial atenção às singularidades em cada caso e mecanismos sensíveis a apreensão de suas diferenças.

O desenvolvimento rural sustentável, conforme preconizado nas legislações vigentes no país e nas políticas dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, ainda enfrenta desigualdades históricas tanto no bojo do Estado, no que tange à elaboração e execução de suas políticas públicas, quanto no seio da sociedade e das comunidades. E infelizmente ainda estamos longe de superar a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho da mulher, o que, conseqüentemente, dificulta a promoção da igualdade de acessos e de direitos, conforme dita o conceito do desenvolvimento rural sustentável.

A construção de nova identidade política mediada por novos horizontes

abertos timidamente pelas políticas públicas com enfoque de gênero, também não implica necessariamente no rompimento das formas de dominação vigente no interior das famílias e no seio das comunidades. É fato que novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais e pelos formuladores das políticas públicas, mas não há com isso uma (re)socialização que inverta magicamente as posições naturalizadas da sociedade patriarcal, e que, de fato, a mulher exerça todos os seus direitos nas dimensões da vida social.

Porém, mesmo que tímidas, as políticas públicas podem contribuir com a inserção das mulheres em embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural, desde que também haja avaliação dessas políticas e readaptações com a realidade. Se ainda forem associadas à intervenção de organizações e/ou grupos de pesquisa e/ou de extensão rural e universitária nas comunidades de maneira sistemática, torna o caminho de apontamento mais eficaz da superação das desigualdades mais próximo, assim como passam a ser viáveis as perspectivas de empoderamento.

O crescimento da chefia das mulheres nas famílias, a importância da inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda, a auto-organização das mulheres, inserção cada vez maior em espaços deliberativos e de poder, a importância e a necessidade de se discutir de modelos alternativos ao agronegócio, colocam desafios que têm resultado na conquista do empoderamento das mulheres e na reordenação dos rumos das experiências na agricultura familiar.

As discussões aqui tratadas devem ser melhor aprofundadas, mas com firmeza pode-se dizer que as mulheres estão assumindo papéis centrais em experiências produtivas e organizativas diferenciadas, e porque não dizer, alternativas, pois é uma forma de contraposição ao modelos tradicionais que naturalizam a divisão sexual do trabalho e as relações de desigualdade de gêneros em diversas esferas sociais.

Referências

Brasil. **II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília. República Federativa do Brasil e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2004.

BUTTO, A.; HORA, K.E.R. Mulheres e a Reforma Agrária no Brasil. In: BUTTO, A.; LOPES, A. (Orgs.) **Mulheres na Reforma Agrária e a**

Experiência Recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008, p.19-38. NEAD Debate.

Dados do **Banco do Brasil** sobre Pronaf. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/TabelaAF.pdf>>, acessado em 14 abr. 2011.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentadas rurais no circuito da resistência: invertendo papéis? Artigo apresentado VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010. In: **Anais...**, Porto de Galinhas-PE, 2010.

FISCHER, I.R.; GEHLEN, V. **Reforma Agrária: chão masculino, pão feminino.** Fevereiro 2002. Mimeo. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso em 07 jul.2010.

GOUVEIA, T. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares.** Relatório Observatório da Cidadania: população versus mercado. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51823673/Relatorio-Anual-do-Observatorio-da-Cidadania-2003>>, acessado em 20 mai. 2010.

MEDEIROS, L.S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: BUTTO, A.; LOPES, A. (Orgs.) **Mulheres na Reforma Agrária e a Experiência Recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008, p.07-18. NEAD Debate. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acessado em 2 fev. 2011.

AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE ASSENTADA

Ana Flávia Flores¹

Silvani Silva²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo: Este trabalho teve como objetivo principal fazer um estudo sobre as políticas públicas voltadas para a juventude do assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara/SP, atualmente com aproximadamente 223 famílias assentadas pelo INCRA. No caso apresentado neste texto, boa parte dos jovens migra para a cidade por falta de perspectivas de garantirem sua autonomia como trabalhadores rurais e por falta de políticas públicas que sejam direcionadas a eles. No entanto, os benefícios que a cidade oferece são considerados ilusórios, o que, ao primeiro momento, não é percebido e para serem usufruídos, demandam recursos financeiros. Quando retornam para o assentamento os jovens passam a ter um novo olhar sobre o local. Embora percebam que as condições econômicas e as políticas públicas pouco avançaram, buscam alternativas por conta própria. A pesquisa apresenta duas formas de resistência da juventude assentada: a primeira trata-se da atuação dos jovens na produção de hortaliças, na qual tem sido obtido resultados financeiros positivos e a segunda referência é um grupo do assentamento, chamado Grupo Pé

¹Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora bolsista I.C. – Funadesp – Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Uniara (Centro Universitário de Araraquara).

²Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora bolsista I.C. – Funadesp – Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Uniara (Centro Universitário de Araraquara).

³Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

Vermelho, que desenvolve projetos de recuperação dos laços sociais e auto-estima dos moradores, com a participação da comunidade e de outros jovens.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Formas de Resistências; Juventude Assentada.

***Abstract:** This paper examines the implications of public policies for the young people in the Bela Vista do Chibarro settlement, located in Araraquara town, Sao Paulo State, where, until these days INCRA has formally settled 223 families. In this paper we present a case study evaluation, where, most of the youth in the settlement migrate to the city due to their demand for autonomy since government is needed to offer prospects enforcing labor legislation for rural workers to ensure and establish guaranteed employment programs. However, the advantages and benefits of living in a big town are illusory and, indeed, at first this perception is not understood as illusion. However, as soon as they move to those cities they realize they were living lifestyles they cannot afford. These young people, upon returning to the rural settlement of origin, have a different impression of the place, whereas observing that little progress appears to have been made in economic conditions and public policies. The research encompasses two forms of resistance identified in the youth settled: the first deals with the role of young people in vegetable production, which have been achieved positive financial results and the second, is a group in the settlement, termed Grupo Pé Vermelho, that develops projects aimed at improving the quality of life for residents, especially strengthening social ties and positive self-esteem, including the community and other youth participation.*

Keywords: Public Policy; Forms of Resistance; Youth Settled.

Introdução

O Assentamento Bela Vista está localizado no município de Araraquara/SP, foi declarado de interesse social, para fins de reforma agrária pelo Decreto 97.660, em 13 de abril de 1989. Atualmente, moram no assentamento 223 famílias divididas no mesmo número de lotes.

Este assentamento teve, em seus momentos históricos diferentes, importância em relação à região na qual está inserida, pois segundo Mascaro (2003), está constituído nas estruturas remanescentes de uma antiga fazenda do café, chamada

Bella Vista, estabelecida em fins do século XIX, na segunda metade da década de 1870⁴. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo sua estrutura física aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão de obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram ocupadas por trabalhadores rurais boias-frias e desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – para reforma agrária, no ano de 1989, na época com 176 famílias.

Desde a implantação do assentamento existe uma escassez de capital próprio e a insuficiência de recursos de crédito de custeio, acidez do solo e até a interferência de fatores naturais como estiagem e chuvas que comprometem bons resultados na produção. Além dessas condições, o tempo entre plantio e colheita é amplo, dificultando uma renda mensal regular para as famílias. A exploração agrícola se dá de forma individual, todavia vários produtores desenvolveram formas próprias de organizações (não formais) com vistas a alcançar uma maior racionalização no uso dos meios de produção.

A primeira safra comercial aconteceu em 1991/92. Dada a situação em que se encontrava o solo, infestado de gramíneas de porte alto e apresentando grandes quantidades de rebrota de cana, não foi possível uma preparação adequada da terra, o que se refletiu negativamente na produtividade. Outro fator que contribuiu para a baixa produtividade alcançada nas culturas foi o prolongamento da estiagem aos meses de verão. De outra parte, a acidez do solo existente na maioria dos lotes contribuiu para a queda da produtividade nas lavouras.

A escassez de capital próprio e a insuficiência dos recursos obtidos através do crédito de custeio impossibilitaram que se superassem as limitações antes apontadas, a fim de que se pudesse elevar a produtividade.

Segundo o INCRA, o assentamento já foi uma referência no desenvolvimento da reforma agrária brasileira. No início, os agricultores desenvolveram a agricultura dentro dos moldes ditados pelos órgãos do governo, eles se organizaram em cooperativas, buscaram créditos junto aos bancos e compraram máquinas para o trabalho em unidade diante de seus ideais. Mas não alcançaram bons resultados: as colheitas foram ruins devidos a vários motivos já esclarecidos e, com isso, os assentados ficaram endividados.

⁴Neste dado momento o nome da fazenda se escrevia Bella Vista, conforme segue a pesquisa muda para Bela Vista, mudando sua ortografia.

Deste modo, eles não conseguiram pagar os financiamentos, conseqüentemente não obtiveram mais crédito. Um fato comum à maioria dos pequenos agricultores e principalmente dos assentados de nosso país.

Muitos dos assentados perderam grande parte de suas lavouras, pois as condições climáticas não favoreceram o plantio e a chuva esperada não veio. Sem respaldo, com o sentimento de abandono, a plantação de cana foi sendo introduzida nos lotes através de parcerias com usinas locais.

É importante ressaltar que o assentamento está cercado por usinas, as mais próximas são as Usina Zanin (localizada bem ao lado) e a Corona⁵, mas como se não bastasse, Araraquara é uma das maiores regiões sucroalcooleira do país, tendo outras usinas: Maringá, Corona, Zanin, Santa Maria, Santa Cruz, dentre outras⁶. Esta característica regional favorecerá a entrada da cana no assentamento, pois aqui a cana é um produto de fácil comercialização. No entanto, Ferrante (2004) afirma que o desenvolvimento dos assentados terá, na problemática integração ao sistema produtivo da cana-de-açúcar, o maior polo de conflito, de certa maneira fechando um ciclo de contradições sociais que tem justamente na economia sucroalcooleira seu principal eixo.

Nos anos iniciais do assentamento, o órgão federal responsável esteve ausente, deixando por conta do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP a responsabilidade da assistência técnica. A falta de acompanhamento ocasionou problemas que poderiam ter sido evitados se houvesse, na trajetória do assentamento, uma fiscalização da conduta dos assentados e incentivo a outras alternativas produtivas por meio de políticas públicas.

Em 2003, o INCRA retorna ao assentamento numa tentativa de recuperação do mesmo. Neste ano, foram adotados procedimentos de regularização dos lotes, mas os assentados não acreditavam no órgão federal por conseqüência do descaso de gestões anteriores e mantiveram os mesmos posicionamentos irregulares, de modo que o INCRA entrou com ações judiciais de reintegração de posse.

Em 2007 apenas alguns assentados resistiam à cana. O INCRA dando seqüência as ações de regularização, no dia 10 de Dezembro do mesmo ano,

⁵Atualmente as Usinas Zanin e Corona foram compradas pela maior produtora de açúcar e álcool do mundo a Cosan S/A Indústria e Comércio

⁶Há que se resaltar o intenso processo de internacionalização das usinas, cujos efeitos se fazem sentir igualmente na região de Araraquara.

cumpra 11 mandados de reintegração de posse, sendo cinco lotes ocupados irregularmente (compra e venda de lotes); uma construção em área comunitária; uma ocupação e construção irregulares em área de reserva legal transformada em lote de produção; dois que acumularam lotes, nos quais desenvolviam a monocultura da cana-de-açúcar em regime de arrendamento, disfarçado de parceria/ compra e venda de insumos com uma usina local, sem contar que estes ocupavam ainda irregularmente as áreas de reserva legais e área de preservação permanente com pastagem do gado adquirido através de financiamento dos Programas Oficiais (PROCERA e PRONAF) e outras duas famílias, desenvolviam as mesmas condições de exploração.

Após a reintegração de posse, foi feita uma avaliação, para modificação do tamanho do lote, passando de 6 hectares para 3 hectares, ou seja, criou dois novos lotes com o assentamento de famílias regularmente aprovadas pelo processo de seleção com a Norma de Execução nº 45/2005.

No mesmo mês, 17 famílias, parte composta por filhos e parentes agregados e assentados e parte composta por trabalhadores rurais sem terra da região, foram assentadas nas áreas de produção retomadas. Entretanto, no dia 30 de dezembro de 2007, as famílias despejadas apoiadas por outros indivíduos, agindo cruel e criminosamente agrediram fisicamente e atearam fogo aos bens (mantimentos, carros, barracos) das pessoas recém assentadas pelo INCRA no Projeto de Assentamentos Bela Vista do Chibarro.

Mediante o conflito, boa parte das famílias que estavam irregulares procura o Sindicato Rural dos Empregados Assalariados de Araraquara ligado à Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP – para intermediar a regularização dos lotes e principalmente romper com o contrato da parceria com a usina. Todavia, um grupo não aderiu à proposta de negociação continuando irregular perante o INCRA e isto tem ocasionado vários conflitos dentro do assentamento.

Apesar do rompimento da parceria com a usina, a colheita da cana continua sendo feita pela mesma usina sob autorização do órgão gestor do assentamento, por isso desde 2008 os assentados vivem a angústia se poderão ou não cortar a cana do seu lote. Apesar da tentativa de regularização, a situação da cana ainda é um imbróglio.

Não obstante, alternativas estão sendo desenvolvidas no assentamento, merecendo destaque as experiências coletivas de cunho familiar na produção de hortaliças. Estas experiências têm apontado outro horizonte para os assentados, pois apresentam formas de desenvolvimento que são coerentes com as normas

da agricultura familiar. Todavia, mesmo encontrado um caminho possível para a coletividade, os assentados ainda estão sofrendo a falta de políticas públicas que poderá fomentar a estabilidade dos agricultores. A estabilidade econômica da família assentada estimula a permanência das futuras gerações, sem ela haverá sempre evasão, pois, para os jovens, o campo não tem oferecido muitos atrativos.

Juventude assentada: guardião do futuro do assentamento?

Vários países e instituições de pesquisa determinam juventude a partir de uma abordagem cronológica de idade. Segundo Troian, *et. al.* (2009 p.04), o Brasil "segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos". Conforme este padrão de análise, atualmente no assentamento Bela Vista, existe em torno de 300 jovens que enfrentam, de forma acentuada, a ausência de políticas públicas a eles dirigidas.

Juventude é considerado o período de autoidentificação, bem como de desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Segundo Carneiro e Castro (apud TROIAN, 2009, p.03)

O termo juventude remete a uma série de conceitos, aos quais muitos especialistas definem de maneiras divergentes. Culturalmente determinada, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária.

Esta é uma fase de mudanças, por si polêmicas, isto é, são pessoas que estão deixando de ser crianças e partindo para a fase adulta e isso requer enfrentamentos da realidade, questões hormonais, afirmação da personalidade e fase de decisões que farão diferença na vida adulta. Naturalmente, assim acontece no meio rural, é nesta fase que surgem os questionamentos quanto à permanência na propriedade dos pais e, conseqüentemente, continuidade dos afazeres da família ou distanciamento da propriedade rural familiar com interesse no modo de vida nas cidades.

Observa-se no assentamento Bela Vista do Chibarro um distanciamento por parte de alguns jovens com relação ao trabalho agrícola, um desinteresse e, talvez mesmo, rejeição à cultura camponesa. Por um lado, a ausência de perspectiva de permanência no campo e, por outro, o sonho, ou ilusão de uma vida na cidade e de um trabalho assalariado para o qual não há preparo e qualificação. Diante dessa situação, Whitaker aponta que:

Um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma "força jovem" interior a comandar mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêm a continuidade das gerações (2006, p.115).

No caso do assentamento Bela Vista não é diferente, pois boa parte dos jovens migra para a cidade por falta de perspectivas de garantirem sua autonomia como trabalhadores rurais e por falta de políticas públicas que sejam direcionadas a eles. Diante desta ausência de perspectiva, oportunidades de emprego, acesso ao lazer e à cultura são os ilusórios benefícios que a cidade oferece que passam a ser valorizados, mas, que para serem usufruídos, demandam recursos financeiros.

Como já mencionamos, a juventude em questão encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, à ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Pois, segundo Vantroba (2009) "para muitos destes, o principal motivo que os leva a abandonar o campo não é a vontade de viver na agitação das cidades e sim pela impossibilidade destes alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico através de atividades agrárias." (p.05).

Os pretextos que levam ao deslocamento dos jovens para a cidade são dificuldades da vida no meio rural, como a falta de autonomia, financiamentos, assistência técnica para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta. Com a falta de recursos os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura.

Assim, estas vantagens vão desaparecendo na medida em que as dificuldades na cidade aparecem trazendo consequências diversas que, no primeiro momento, não são percebidas, como por exemplo, o custo de vida neste novo meio social. Os empregos encontrados pela maioria dos jovens que saem do assentamento são reflexos da baixa escolarização e qualificação, possibilidades encontradas por eles são vagas em redes de supermercado ou comércio da cidade, os quais não lhes garantem autonomia nem perspectivas de ascensão social.

Apesar de saírem do assentamento, os jovens continuam contribuindo financeiramente com suas famílias e, nos finais de semana, retornam para o assentamento e ajudam na lavoura. Este costume de estar presente na vida familiar assegura a possibilidade de um retorno ao assentamento após, muitas vezes, a frustrada experiência vivenciada.

Em sua maior parte, os motivos de retorno dos jovens ao assentamento são as dificuldades financeiras causadas principalmente pelo desemprego. Quando retornam, esses jovens passam a ter um novo olhar sobre o assentamento, embora percebam que as condições econômicas do local e as políticas públicas pouco avançaram. No entanto, constatam que o custo de vida no meio rural é menor do que no meio urbano e também há relativa liberdade do agricultor, que não depende de um patrão. Além da produção agrícola (horta, fruticultura, milho e criação de animais, etc.) outros jovens retornam ao assentamento na expectativa de trabalhar em atividades que ainda não são desenvolvidas na comunidade (cultura, lazer, turismo rural, etc.). Pois, "a terra, aos olhos das famílias, é o aconchego, o porto seguro, banhado pela fecundidade da terra e da mãe, ambas nutridoras de sonhos e acalantos que povoam o imaginário e desejos de homens e mulheres que buscam um lugar para reescreverem sua história" (FARIAS, 2008, p.165).

Protagonismo juvenil: novos horizontes em cena

Podemos destacar no assentamento Bela Vista duas experiências nas quais os protagonistas são os jovens. A primeira trata-se da atuação dos jovens na produção de hortaliças, que têm sido obtidos resultados financeiros positivos. Embora esses jovens não tenham financiamentos e formação para desenvolver esta atividade, nota-se que há o empenho tanto por parte deles, quanto um incentivo dos pais para garantir o êxito da atividade.

Nota-se que o recurso para iniciar a produção advém da família, pois apesar de existir, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma linha direcionada para os jovens denominada de PRONAF-JOVEM, este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Um filho de assentado, no ano de 2010, sabendo do crédito procurou a agência do Banco do Brasil de Araraquara para obter o financiamento, mas além de não preencher os requisitos, foi informado pela gerente responsável pelo setor que na agência não houve nenhum financiamento desde a implantação do programa e por isso o banco tirou o PRONAF-JOVEM de circulação. Esta informação contrasta com a informação dada por outro jovem de uma cidade

vizinha, que disse que acessou o crédito em 2010 na agência do Banco do Brasil de Pradópolis.

Apesar de o programa existir desde 2004, observa-se que os jovens não sabem da existência desta linha de crédito, o que é também um problema, pois a divulgação se concentra em panfletos que são distribuídos nos escritórios e por técnicos, às vezes não chegam ao conhecimento daqueles que podem se beneficiar com ele.

O limite de crédito por beneficiário é de R\$10.000,00, um valor que poderia alavancar o processo produtivo, mas o atrativo principal desta linha de crédito é a carência de três anos que pode ser elevada para cinco anos. Também a taxa de juros se apresenta de forma satisfatória, de 1% ao ano. Todavia, este crédito está distante da realidade dos jovens, por ser critério o curso técnico agrícola o que nesta região já é um problema, pois apesar de existirem escolas técnicas, estas também possuem seus critérios, como os processos seletivos que são crivos que podem impedir a entrada dos jovens. O segundo fator é própria comunicação que se dá de forma insatisfatória nos assentamentos. Mas também uma falta e limitação da assistência técnica para os jovens assentados.

Apesar de não ter curso técnico agrícola, a maioria dos jovens que constitui esta iniciativa cursou o ensino médio, tiveram experiências no meio urbano e hoje manifestam o desejo de permanecer no assentamento e contribuir com o desenvolvimento da comunidade. Ao contrário dos pioneiros que conquistaram o assentamento, com poucas exceções, estes jovens são receptivos às questões que envolvem meio ambiente, tecnologia, diversificação da produção agrícola, sendo importantes atores para fomentar a agricultura familiar.

Os jovens também conseguem agregar o conhecimento transmitido pelos seus pais com outros conhecimentos, advindo de livros, cartilhas, programas televisivos e internet. Embora no assentamento os jovens não tenham acesso à internet, isso não impede, mas complica, pois eles têm que ir até a cidade atrás de casas de conexão como as *lan houses* para fazer suas pesquisas. Situação a indicar que a inclusão digital ainda está distante da realidade das comunidades assentadas. Porém, entendemos que os jovens têm interesse de atualizar seus conhecimentos e são ávidos para aprender formas de promover sua atividade através das tecnologias de informação.

Com muito esforço estes jovens têm produzido brócolis, pepino, alface, couve-flor, couve, feijão de corda, tomate, maracujá, abacaxi e milho que são comercializados nos varejões, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e terminal de Araraquara. Também entregam para a prefeitura de São Carlos e

participam da feira do produtor realizada no domingo na periferia da cidade. Em entrevista com um jovem este revelou que tem faturado em média R\$ 300,00 por fim de semana na feira de São Carlos e isto lhe tem possibilitado pagar o financiamento de um carro.

Esta experiência apresenta resultados positivos, mas estes foram alcançados através de muito trabalho e dedicação de quem tem o dom de fecundar a terra e colher seus frutos. Embora nos últimos anos tenhamos avançado em políticas públicas, ainda existe um longo caminho para garantir uma vida menos sofrida e mais digna para os agricultores e os jovens da área rural.

A segunda experiência de jovens é um grupo do assentamento, chamado Grupo Pé Vermelho, composto por estudantes do curso de Pedagogia da Terra⁷ (UFSCar) e filhos de assentados, que têm desenvolvido parcerias para atuar na comunidade. O grupo nasceu a partir da pesquisa destes estudantes sobre a história do assentamento e os vários processos de lutas desencadeados na região pela reforma agrária, pois perceberam a importância dos fatos históricos que formaram sua comunidade.

O nome do grupo foi escolhido para reafirmar a identidade dos jovens assentados com a terra e enfrentar o preconceito que sofrem no dia-a-dia da cidade, ao serem chamados de pés vermelhos. No intuito de romper com esse estigma, passaram a ser, simbolicamente, uma representação da luta pela terra. Sendo assim,

Conhecer como um determinado grupo social organiza seu conhecimento sobre o passado, quais os elementos e práticas presentes na construção/reconstrução de sua *identidade*, para si e para os outros (...), implica abordarmos as memórias constituintes dessa *identidade* que, narradas e renarradas aos diferentes indivíduos e gerações, possibilitam compreender como esse grupo tornou-se o que é (LUCINI, 2007, p. 89).

O objetivo do grupo é desenvolver projetos de recuperação dos laços sociais

⁷Curso de Graduação em Pedagogia promovido através do convênio INCRA/PRONERA, UFSCar e Movimentos Sociais do Campo: Federação da Agricultura Familiar (FAF), Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Organização de Mulheres Quilombolas e Assentadas do Estado de São Paulo (OMAQUESP).

e autoestima dos moradores, com a participação da comunidade e outros jovens, a fim de recuperar o espírito de coletividade do assentamento. Vejamos a seguir, como se deu este processo de construção e ações deste grupo.

Ações em movimento: a politização dos espaços de sociabilidade

Desde 2005 no assentamento não havia momento festivo, onde todos pudessem se encontrar. A fim de melhorar isso, a primeira ação do grupo foi uma noite cultural no dia 13 de setembro de 2008, que reuniu vários moradores do assentamento, tanto os mais antigos, quanto os mais jovens. Além disso, a participação das famílias na doação de alimentos para o lanche coletivo foi surpreendente.

Outro fator importante e um dos atrativos principais desta noite foi a apresentação dos artistas do assentamento, sendo que os mais idosos puderam cantar modas de viola, os mais jovens tocaram e cantaram músicas sertanejas, uma família de cantores tocou e cantou forró, fizeram contação de história e também a apresentação de fotos dos momentos importantes do assentamento, das pessoas pioneiras da luta e das antigas festas promovidas pelos assentados no início do assentamento, momento este cercado de emoção por lembrarem daqueles, em princípios esquecidos em suas memórias. Pois:

O trabalho de organização e seleção das memórias de um grupo efetiva-se pela mobilização de um sentimento de unidade, em que coerência e continuidade são elementos identitários, ou, como diz a autora, são a sua identidade. Nesse momento situa-se a importância de conhecer a história de memórias (ALBERTI apud LUCINI, 2007, p. 93).

A segunda ação deste grupo foi a comemoração do dia das crianças no ano de 2008, com o intuito de organizar e potencializar a participação da comunidade e proporcionar às crianças um momento alegre e festivo. As crianças tiveram, na parte da manhã, gincanas e foram divididas em equipes e à tarde puderam brincar no pula-pula, se deliciarem com algodão doce e assistiram às apresentações de fantoches e uma peça de teatro. Os jovens da comunidade e voluntários da cidade ficaram responsáveis por serem monitores das equipes no momento da gincana e também contribuir na decoração da festa e as mulheres responsáveis por fazerem os lanches.

Para a realização do dia, o Pé Vermelho teve contribuição da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo - FERAESP e do

INCRA, juntamente com outras parcerias que contribuíram financeiramente. Todos tiveram a oportunidade de proporcionar um dia que ficou na memória das crianças como o dia das crianças mais feliz que tiveram e tudo isso foi retratado em redações.

Este dia foi marcado pela participação coletiva de jovens e mulheres assentadas que contribuíram para que esta comemoração pudesse acontecer. Foi um trabalho voluntário e coletivo da comunidade. O espaço está sujeito ao movimento social e as mudanças nas dinâmicas sociais, que trazem novas significações para a retomada e valorização dos espaços de sociabilidade para jovens e moradores do assentamento.

As reuniões que se seguiram deram voz cada vez maior às manifestações coletivas. Foi no dia 28 de março de 2009 que o Pé Vermelho teve uma reunião para fazer um balanço do grupo e determinar as ações para aquele ano. Sendo uma das discussões a retomada da festa junina, que tinha ficado na memória coletiva dos assentados, como uma época onde todos se encontravam e trocavam experiências.

São esses momentos significativos que se fixam na memória da comunidade que vão provocar a retomada da festa junina, nos seus esforços de trabalho coletivo, onde todos faziam com que aquela festa divulgasse o assentamento como um lugar para festejar, bem como demonstrar ser aquele um local de trabalho e luta.

Neste sentido, um dos marcos importante para o grupo foi ter promovido no assentamento o resgate da tradicional festa junina, que ficou sem ser realizada por três anos por razões econômicas e sociais. Graças a estas lembranças, trabalho coletivo e organização dos assentados é que foi possível a retomada da festa junina na comunidade. Outro fator importante é que em abril de 2009 o assentamento comemorou 20 anos da sua desapropriação, conquista e luta, então, nada melhor para a comemoração do que o resgate da tradicional festa junina. Pois como afirma Bogo (2009) "... cultura, trabalho e existência estão interligados. Por isso definimos primeiramente a cultura como sendo tudo o que fazemos para produzir a nossa existência" (p.21).

A proposta de retomada seguiu com alguns desafios como: reunião com comunidade e mobilização da mesma; organização da parte cultural; recursos financeiros; buscar parcerias; ofícios à prefeitura; ofícios para conseguir palco, som/luz, barraca, limpeza do terreirão; material de divulgação (panfletos/cartaz); banda; decoração e arrecadação dos alimentos com a comunidade.

Na primeira reunião compareçam os jovens e alguns adultos que queriam ver

a retomada da festividade, para os jovens seria uma oportunidade de lazer, já os adultos esperavam obter uma renda complementar. Os antigos organizadores não participaram nas primeiras etapas da organização, talvez por não acreditar que os jovens pudessem reavivar a festa, eles só mudaram de posição quando viram a festa noticiada e as arrecadações sendo feitas.

A festa manteve a tradição da distribuição gratuita de algumas comidas típicas como: pipoca, mandioca frita, doce de abóbora, doce de mamão e bolo de fubá, expressão da vontade promover o assentamento e valorizar a reforma agrária. Foi feita uma mesa em que os assentados puderam expor os alimentos produzidos no lote. Esta mesa expositora foi um sucesso, pois o público ficou surpreso com a qualidade dos alimentos produzidos nesta comunidade.



Mesa expositora com os produtos produzidos nos lotes dos assentados

Assim, o esforço desse trabalho coletivo resultou em uma festa com um público de aproximadamente quatro mil pessoas vindo de Araraquara e região que puderam prestigiar a festa e conhecer o assentamento. A festa se consolida como espaço de sociabilidade dentro do assentamento, tamanha foi a repercussão da retomada, que grupos antagônicos se reuniram para discutir a organização do evento em 2010.

Desde a implantação do grupo Pé Vermelho, seus idealizadores tinham como objetivo restabelecer o diálogo com todos os grupos do assentamento que ao longo dos vinte anos foram perdendo o espírito coletivo da comunidade. Pois conforme Caldart (2003, p.57).

As pessoas não aprendem a ser humanas sozinhas; sem os laços de sua participação em coletivos elas não conseguem avançar na sua condição plenamente humana. Pessoas desenraizadas são pessoas desumanizadas, que não se reconhecem em nenhum passado e nem têm projeto de futuro.

Outra ação significativa ocorreu em outubro de 2009, com a segunda festa do dia das crianças, que reuniu crianças e representantes do assentamento Bela Vista do Chibarro, Horto Guarani (Pradópolis e Guatapar), o assentamento Vitória (São Carlos) e Comunidade Agrária 21 de Dezembro (Descalvado). Foi um dia importante para a integração das comunidades assentadas. Também, aconteceu recreação e divertimento, com jogos, caça ao tesouro e lanche coletivo. A participação das mulheres e dos jovens foi, novamente, expressiva nessa ao.

O tema norteador da festa foi "Orgulho de Ser Assentado", tinha como objetivo contribuir com a interação das crianças assentadas e aproveitar o feriado para promover a reflexão acerca da coletividade, identidade, memória e importância da reforma agrária.

12/10/09

Pé Vermelho

Dia Das Crianças

Eu gostei muito da Festa Do Dia das Crianças e o Pé Vermelho faz festas lindas as crianças de Pradópolis não muito legais e Inútil. Tava indo tão Bem mas o chuveiro fez com que parasse a Chincama mas continuamos no patio da Escola Foi legal Agradeço ao Pé Vermelho por fazer as crianças e moradores do Assentamento Bela Vista felizes

Espero que continue até o fim e a Bela Vista mude mas para melhor nós queremos que arrumem o salão para festas e alugem para Aniversários de 15 anos. e espero que e eu sei que vocês só querem o Bem do Assentamento, nós somos muito grates a vocês.

Parabéns
por
tudo

Ass: Camila Stravatti
8º ano

Redação feita por criança agradecendo o grupo Pé Vermelho e a visita das crianças do assentamento e Pradópolis e Guatapará

Nome: Larissa F. B. 8º ano.

Eu gostaria que eles fizesse mais umquinho de festas. Aqui na Bela Vista. Apesar que vocês estão fazendo. Somos muito grato a vocês. Tempo só que agradeçam vocês por essas festas que foram realizadas. O pé Vermelho eles todos são muito bacando se não fosse eles a festa sumiria não teria acontecido. eles todos do pé Vermelho são muito criativos.

No dia das crianças, que foi dia 12/10/2009.

Foi muito divertido as crianças de Pradópolis e Guataparã ficaram muito felizes que eles nunca tiveram oportunidade de estar brincando.

Tive lanche para as crianças, brinquedo para eles. Deu bola.

a única coisa que estragou foi a chuva.

Mas em fim foi legal.

Pararam por aqui

Principalmente os punte que estão fazendo coisas erradas não graças a vocês. eles pararam e pensaram aqui. Vamos ajudar o pé Vermelho.

Pararam por aqui

O pé Vermelho continue assim.

Vocês são muito legais se vocês continuarem assim vão conquistar muito mais o Voto Muroto.

Temos orgulho de ser Pé Vermelho.

E sempre tenham orgulho de ser Pé Vermelho

Nunca desisto de realizar qualquer festa tenho certeza que vai conseguir com a Voto ajuda e de todos vocês.

Se não fosse vocês o Bela Vista não ia ter mais graça. estava todo mundo desanimados. Mas vocês não deixaram o povo cair. vocês ajudaram a levantar a cabeça e seguir a vida.

Redação feita por criança agradecendo o grupo Pé Vermelho e a visita das crianças do assentamento e Pradópolis e Guataparã

Entretanto, esta comemoração do dia das crianças não foi realizada no ano de 2010, pelo fato de o grupo ter se dedicado a outro projeto em andamento, que foi o "Paiol de Arte e Cultura". Este tem a intenção de trabalhar com as artes visuais, artes cênicas, gestão/planejamento cultural, métodos/caminhos e cineclubes, em parceria com Kruppa.arquitetura.artes.cultura e o Núcleo de Estudo e Fazimento da Cena⁸. Vejamos a seguir um pouco mais sobre o Projeto Paiol de Arte e Cultura.

Paiol de Arte e Cultura: semeando novos caminhos

Outro projeto em andamento é o Paiol de Arte e Cultura, em parceria com diferentes atores sociais que pretende, através da cultura, fomentar a arte como pensamento, visando a liberdade de criar idéias e reflexões, estimulando processos autênticos de expressão cultural. Assim, Bogo (2009, p.19) diz:

Nossa tarefa imediata é desenvolver a consciência nas suas diferentes formas para que possamos superar os atrasos culturais que pairam sobre determinados aspectos de nossa existência social. Devemos corrigir desvios surgidos a partir da convivência social e possibilitar a formulação e a prática de novos valores culturais.

Cada vez mais a cultura se tornará consciência, pois é comportamento que se manifesta nas mínimas relações do cotidiano, é postura frente ao mundo em que estamos inseridos.

O paiol é o local que se destina ao armazenamento de provisões e ferramentas de acordo com as necessidades do sitiante ou de uma comunidade. O Paiol de Arte e Cultura pretende ser progressivamente um depósito de sementes criativas e seus apetrechos para a reflexão, criação, formação, produção, difusão, circulação e avaliação do pensamento, através da arte. Nele guardamos

⁸Kruppa arquitetura.artes.cultura – constituídos por um grupo de arquitetas e artista que desenvolvem atividades de arquitetura, arte e cultura em Araraquara e região e Núcleo de Estudo e Fazimento da Cena – é a junção de ações e pesquisas integradas junto a coletivos de profissionais e iniciativas de formação na área cênica, enquanto espaço de visualização e questionamento do meio em que estamos inseridos, através de apresentações, cursos, montagens, mostras, palestras, seminários e outros meios que possibilitem um aprofundamento no campo da cena.

memórias, bagagens, mantimentos e, principalmente, condições efetivas para o cultivo de "roças artísticas", para a manutenção e replantação de uma existência fecunda na sua mais instigante expressão.

Este projeto tem a intenção de trabalhar com as artes visuais, artes cênicas, gestão/planejamento cultural, métodos/caminhos⁹ e cineclube, estruturando em seis partes. A primeira, o *Planejamento* para mapeamento do local e da comunidade e avaliações para novos encaminhamentos; a segunda parte será a *Semeadura* para estimular a arte como pensamento de transformação da realidade dos assentados; a terceira parte é o *Cotejamento*, ou seja, o momento do diálogo entre o grupo local e outros grupos, confrontando assim seus conhecimentos artísticos e culturais; a quarta parte é o *Plantio*, onde os grupos locais formados farão ações na comunidade do assentamento, possibilitando a valorização do meio e sua autonomia cultural. Finalmente, a quinta e a sexta parte são a *Lavoura* e a *Colheita* que serão a montagem de apresentações artísticas e a circulação pelo assentamento e em outras localidades.

O projeto está em andamento, sendo que a primeira e a segunda parte foram concluídas no primeiro semestre de 2010, com o mapeamento do local e da comunidade, tendo, ao mesmo tempo estimulado a arte como pensamento nas aulas de arte cênicas juntos aos jovens do assentamento. O terceiro passo foi a realização de um diálogo entre grupo local (a comunidade e jovens do assentamento), com outros artistas confrontando conhecimentos artísticos e culturais e mais uma prática de intervenção. A escolha do local para esta intervenção levou em conta o seu valor histórico, o que poderia contribuir para valorização da memória do assentamento.

Através de discussões feitas entre os jovens e algumas pessoas mais velhas da comunidade, decidiu-se fazer a reforma da vasca¹⁰, pois a mesma era um

⁹Pensando na educação como novos caminhos, novas possibilidades e discussões sobre as questões que os jovens enfrentam no assentamento.

¹⁰Ao final da década de 1940, para melhor a qualidade de vida da população residente, sobretudo das mulheres responsabilizadas pelas tarefas domésticas, a usina instalou um sistema de fornecimento de água em grupo, construindo VASCAS coletivas para a lavagem de roupa. Em razão da enorme presença de italianos, desde os primeiros anos do século XX, a palavra italiana VASCA (pia) passou a ser utilizado com o significado de tanque de lavar roupa, que na área rural, também é usado para lavar louça, lavar o rosto, escovar os dentes, etc.

lugar de socialização das mulheres. Além de lavar roupa conversavam os mais variados assuntos e à noite o lugar servia como ponto de encontro. A terceira parte contou ainda com outra prática que foi uma roda de conversa com uma companhia de dança para trocas de experiências culturais entre campo e cidade.



Intervenção Vasca

Esta prática foi realizada na escola do assentamento com participação da comunidade, jovens e autoridades de Araraquara. Possibilitou, entre os jovens e a comunidade, trocas de experiências que valorizam o meio rural e sua cultura camponesa, bem como sua forma de trabalho na área cultural.

A fim de fortalecer os laços afetivos da comunidade estas oficinas procuram valorizar o patrimônio imaterial do assentamento, os lugares de memória do local, no intuito de despertar o olhar atento dos participantes para instigar a reflexão sobre questões relevantes da identidade cultural.

São projetos em parceria com diferentes atores sociais que pretendem, através da cultura, fomentar a arte como pensamento, visando a liberdade de criar ideias e reflexões, estimulando processos autênticos de expressão e valorização cultural local. Outra proposta envolve o Turismo Rural, que aparece de forma tímida, por exemplo, por meio do aproveitamento do patrimônio arquitetônico do final do século XIX através de projeto de realização de visitas locais monitoradas. Durante estas visitas notou-se que os visitantes se interessam por tudo no assentamento desde os produtos, histórias e estórias estando dispostos a pagar inclusive por estadias. E algumas famílias já receberam diárias de atividade do turismo educacional¹¹, isto acontece desde 2008 anos quando escolas particulares foram visitar o assentamento para realização de atividade escolar.

¹¹O turismo educacional, caracterizado primordialmente por viagens de estudo ao meio, é uma ferramenta de auxílio para a construção da percepção da realidade por parte dos alunos, uma vez que lhes permite entrar em contato com a realidade concreta.



Visita do projeto Turismo Social do SESC ao assentamento

A experiência foi um sucesso tanto para os estudantes que puderam aprender sobre as questões do assentamento, quanto para os assentados que puderam receber pelas diárias e alimentação. Esta atividade também promoveu o assentamento já que os estudantes criaram páginas na internet e escreveram cartas para o poder público reivindicando melhores condições para os assentamentos.

Os jovens do assentamento estão buscando alternativas de permanência. No entanto, suas atividades não têm sido contempladas com a atenção necessária, pois os projetos apresentados pelos jovens principalmente nas questões de cultura e lazer são remetidas para o clientelismo. Uma prova disso foi a promoção das festas juninas do assentamento que mesmo sendo referência cultural para cidade acabou sendo palco dos políticos que se aproveitaram da disposição e da infraestrutura emprestada pela prefeitura para se promover ou fazer suas campanhas. Os organizadores são levados a consentir com tais práticas, embora não as legitimem, pois a festa popular demanda muita infra-estrutura que o assentamento não possui. Para a continuidade da festa passam depender da lógica da troca de favores em muito sustentada por uma cultura da dádiva.

Considerações finais

É necessário criar oportunidades para que os jovens dêem continuidade à agricultura familiar. Para isso, não basta ter amor a terra e resistir, mas isso tem que estar atrelado a uma política pública que garanta aos jovens uma renda regular, seja na lavoura ou em outras atividades que eles queiram desenvolver no assentamento. Além disso, deve envolver melhores condições de estudo, mais cultura e lazer e maiores possibilidade de aposentadoria, considerando que o campo já tem seus atrativos como o custo de vida mais barato, melhor qualidade de vida, a hospitalidade, estar próximo da família e a relativa liberdade do agricultor em não depender de um patrão.

A permanência dos jovens no assentamento está relacionada à condição econômica que precisa ser ampliada e agregada com tecnologia que ajude o jovem agricultor a produzir com eficiência ou poder aderir às novas alternativas produtivas. É desejável que as tecnologias facilitem o trabalho diário na lavoura e no cotidiano do campo, para inclusive romper com a idéia estereotipada que o homem do campo é pouco dotado de inteligência e, por isso, mais propenso ao trabalho manual, no qual seria capaz apenas de lidar com a enxada. Os jovens do campo dividem algumas preferências com os jovens da cidade e o acesso às

tecnologias é de interesse de ambos, pois o jovem citadino busca, cada vez mais, novas tecnologias. E o jovem rural anseia ter acesso às mesmas por acreditar que facilitam sua permanência em seu meio social, agreguem valor ao seu trabalho e à sua produção, expectativas que não necessariamente se concretizam por meio das tecnologias.

Neste sentido, é necessário criar atrativos que transformem o meio rural em um local adequado para os projetos de vida dos jovens e a valorização da agricultura familiar deve ser um elemento estratégico para reorientação das políticas que visam o desenvolvimento rural.

Referências

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. 3. ed. São Paulo/SP: Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, 2009.

CALDART, Roseli S. **Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia**. Currículo sem fronteira [online]. v. 3. Jan/Jun 2003, p. 50-59. Disponível em <http://bibliotecadigital.conevyt.org.mx/colecciones/documentos/Catedra_Andres_Bello/Agosto%202007/Lecturas/pedagogia_sin_tierra.pdf> Acesso em: 21/03/2011

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Araraquara/SP: Uniara, 2008. p. 151-170.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº09, 2004.

LUCINI, Marizete. **Memória e História na formação da identidade Sem Terra no assentamento conquista na Fronteira**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

MASCARO, Luciana. P. **Arquitetura e Modo de Vida no assentamento**

Rural Bela Vista do Chibarro. Dissertação de Mestrado. São Carlos: USP, 2003.

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibele V. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Sociedade Brasileira de Economia.** Porto Alegre/RS: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>> Acesso em: 16/02/2011

VANTROBA, Eléia A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente.** Irati/PR: Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf?PHPSESSID=2010012508181580>> Acesso em: 18/04/2011.

WHITAKER, Dulce C. A.; SOUZA, Marinaldo Fernando de. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C.A. (Orgs.). **Retratos de Assentamentos.** n. 10. Araraquara/SP: UNIARA/ Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – NUPEDOR, 2006. p. 113 a 125

DE ASSOCIAÇÕES ÀS REDES DE SOCIABILIDADE: ANÁLISE DE RESULTADOS DE PESQUISA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

*Thauana Paiva de Souza Gomes¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker³*

Resumo: Temos como finalidade neste artigo apresentar resultados do projeto Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo (2007-2010), relacionados ao eixo de sociabilidade, especialmente, nos assentamentos de Araraquara. Neste projeto buscamos um levantamento do perfil da população assentada, através da aplicação de questionários com 20% aproximado do total de famílias. O fruto desta atualização foi um banco de dados com informações multidimensionais sobre as regiões pesquisadas. O artigo analisa situações relacionadas à sociabilidade como expressão das situações simbólicas pós conflitos decorrentes das parcerias com usinas sucroalcooleiras.

Palavras-chave: Associações; Alternativas de Produção e Reprodução Social; Assentamentos Rurais.

Abstract: *Our purpose in this paper is to show the results obtained from the studies and available data in the Rural Settlements and Development Project: tensions, blockades, and scenarios [a comparative analysis of two*

¹Mestranda do programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Unesp de Araraquara e Pesquisadora do Nupedor.

²Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

³Professora/pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP Araraquara.

areas within the state of São Paulo (2007-2010)], related to the sociability axis, particularly in the settlements of Araraquara. In this Project we seek to investigate the profiling of the settlers community through the use of questionnaires which were completed by approximately 20% of total families. The information collected from the whole survey allowed to optimize a multidimensional database. The paper examines the social situations as symbolic expressions underlying tensions caused by post-conflicts they experienced in their agreements and partnerships with sugarcane mills.

Keywords: *Associations; Alternative Systems for Production and Social Reproduction; Rural Settlements.*

Caminhos da pesquisa

Este artigo se refere a dados e informações coletadas no curso do projeto "Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo)", financiado pelo CNPq e desenvolvido sobre a coordenação dos professores doutores Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Luis Antonio Barone. Buscou-se a verificação dos espaços de sociabilidade e associação nos assentamentos da região de Araraquara, particularmente, o Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre.

Os dados coletados e discutidos aqui estão relacionados ao eixo de pesquisa voltado à análise dos laços afetivos e simbólicos, que podem interferir em aspectos políticos e econômicos do assentamento. Para tanto, é necessário levantar alguns caminhos teóricos para relacioná-los as questões relativas aos laços afetivos e às possibilidades de interferência nos aspectos produtivos e reprodutivos dos espaços pesquisados.

Assim ao tratarmos o homem como um ser essencialmente social, estamos nos propondo a levantar uma discussão de que o homem somente é em relação à coletividade e esta coletividade possui aspectos intrínsecos às formas como os seres se relacionam entre si. Este encontro de identidades entre membros de uma mesma coletividade se dá quando um reconhece algo em comum no outro. Este reconhecimento pode provocar manifestações de consciência coletiva que tem sentido na sociedade, que é o estar com o outro através de vínculos e impulsos ou de propósitos ligados aos conteúdos e interesses materiais ou individuais de cada um. Para discutir o vínculo e a satisfação que este processo oferece aos participantes, Simmel (2007) reconhece este fenômeno como sendo a sociabilidade. Para ele a sociabilidade é exatamente o conjunto nos quais os

conteúdos específicos das associações entre os membros proporcionam uma satisfação, que não pode ser individual, mas coletiva, tendo como objetivo dar aos outros e receber deles prazer.

Para analisarmos os assentamentos que nos propusemos a pesquisar, acreditamos ser possível estudá-los por várias óticas para melhor compreensão dos fenômenos sociais. Assim, nosso recorte temporal de análise é de 2007 a 2010. Neste período de trabalho acompanhamos um processo de intensa discussão sobre a inserção das parcerias voltadas ao agronegócio nos PAs. E em especial, em 2007 presenciamos conflitos sérios, como já mencionados em outros artigos:

...em junho de 2007, o ápice da ruptura entre favoráveis e não favoráveis às parcerias agroindustriais sucroalcooleiras, levou à invasão de alguns lotes do assentamento, por parte de alguns plantadores de cana, como forma de exigir a inclusão dos que não plantavam às parcerias. Tal conjuntura resultou na intervenção da polícia com o grupo de assentados. O desenrolar da questão foi que, no Bela Vista, as parcerias agroindustriais possibilitaram um alastramento da produção de cana-de-açúcar dentro dos lotes e a diminuição da diversificação de culturas, o que permitiu que alguns produtores com processos judiciais antigos fossem novamente processados por não estarem de acordo com a legislação vigente (já que tal parceria estava sendo caracterizada como arrendamento). Assim, cerca de 11 famílias foram desapropriadas e outros que não apresentavam processos jurídicos antigos, mas que também plantavam cana em grande parte do lote, fossem, aos poucos, sendo obrigados a desistir da parceria. Melhor explicado, os assentados em desacordo com a política de terras de Reforma Agrária também teriam de responder a um processo jurídico. Neste contexto de "vai e vem de parcerias", as pressões por parte do INCRA e da FERAESP foram aumentando, as relações de conflito permanecendo à flor da pele e as relações interpessoais cada vez mais diluídas. A tensão tomou conta do assentamento e as pessoas deixaram de frequentar o âmbito público e se restringiram ao particular. Neste momento, tudo que se relacionava à rua era visto como perigoso, um campo minado (GOMES, p. 3, 2009).

Tais acontecimentos nos levaram a uma análise aprofundada não apenas de aspectos políticos e econômicos, mas também de aspectos simbólicos ligados à sociabilidade.

No decorrer da pesquisa algumas hipóteses foram levantadas por conta do cenário desta correlação de forças: a interrupção de momentos festivos, a não permanência de jovens, a intensificação de conflitos, a diminuição da produção voltada à subsistência, a diluição e esgarçamento das relações sociais e, por consequência, um certo esquecimento do patrimônio imaterial dos assentamentos. Todos estes pontos estavam, segundo nossas hipóteses, sendo prejudicados em decorrência deste longo processo de disputa de poderes entre assentados e usinas sucroalcooleira.

Quando buscamos entender a sociabilidade nos assentamentos, é preciso perceber que as formas de trocas estão inseridas em um sistema social, os quais influenciam, por condições simbólicas e materiais, a própria permanência dos indivíduos nos projetos de Reforma Agrária. A sociabilidade contém características únicas que somente têm valor se os indivíduos estiverem ligados de alguma forma entre si. Este vínculo se torna possível com a existência de locais onde haja íntima troca de laços afetivos que deem força às relações interpessoais.

Sendo assim, podemos salientar espaços específicos onde há ocorrência mais fluida de trocas simbólicas. Estes lugares no sentido afetivo da palavra são as igrejas tanto pentecostais como católicas, as festas, os espaços esportivos/comunitários e, em algumas situações, a escola.

Os núcleos religiosos: a construção de um "nós"

Dentro desta complexa rede de troca destacamos a religião como um fator de contínua aglutinação mesmo em situações de conflito e ruptura. Nas igrejas mais fervorosas como a Congregação Cristã do Brasil, seus integrantes possuem uma espécie de cooperação mútua que é regida pela ordem de um pastor. A exemplo desta relação de cooperação destacamos a fala de uma moradora da agrovila do núcleo II do assentamento Monte Alegre, que não possui lote e tem que sustentar 8 pessoas, cuja preocupação é sublimada pelo fato de contar com os "irmãos" da Igreja:

"a única associação que tem aqui é a da Congregação Cristã para ajudar as outras pessoas, o material que ganhei para construção da casa foi o pastor que me deu...eu dependo da ajuda deles para dar o que comer para as crianças, a ajuda deles é importante"(fala de M., diário de campo 2/02/06).

Ainda no Assentamento Monte Alegre, no núcleo IV, o catolicismo se faz

bastante presente na comunidade que se esforçou para construir a capela e para o pagamento das contas. A moradora católica mais assídua diz ter contraído dívidas para a reforma da Igreja. Tamanho ato de doação faz a comunidade reconhecer a fé da senhora, em alguns momentos nos revelou que na falta de padre, ela ministra (como ministra da eucaristia) as missas. Também no Núcleo III se encontra uma família que cedeu parte de seu lote à comunidade cristã. No espaço existem uma capela, um grande salão onde a cada 3 meses ocorrem retiros e todas as quartas feiras grupos de oração. A família ainda cedeu parte do salão para fazer uma mini biblioteca que conta com uma caixa de livros doados pelo Governo Federal e outros por ele. Em depoimento afirma que Deus é providencial, em resposta à pergunta de como ele construiu e mantinha toda aquela estrutura:

"olha eu nunca me preocupei, quando eu menos esperava ou espero chega gente querendo comprar as coisas que produzo aqui ou no caso da capela e do barracão, os caminhões com material de construção chegavam e eu nem sabia de onde...e era apenas para eu receber e construir. Deus é divino!" (fala de J., Caderno de Campo 2007).

É importante mencionar que em alguns núcleos do Monte Alegre o padre vai apenas a cada 15 dias para celebração de missas, justamente porque este mesmo padre tem que celebrar em outros núcleos da Fazenda. Entre uma semana e outra, os ministros se revezam para a realização dos eventos religiosos.

No assentamento Bela Vista encontramos na agrovila, três diferentes templos sagrados oficiais: um católico considerado o mais antigo (Capela de São Judas Tadeu), a Congregação Cristã do Brasil e a Assembléia de Deus (sem mencionar as casas onde encontram-se núcleos espíritas e outras religiões). Durante os momentos de maior conflito deste assentamento houve resistência por parte dos chefes ou líderes espirituais para permanência da união e ajuda mútua de cada grupo específico. Todos os participantes consideram importante a comunidade religiosa, pois entendem que se tornam um corpo único em que todos se ajudam mutuamente. Há ainda um grupo de jovens bastante ativo da igreja católica que se chama JAC- Jovens Amados de Cristo, os quais se reúnem para orações e se encontram com frequência.

Os dados colhidos nos mostraram, mesmo diante de muitas rupturas, que o número de fiéis declarantes manteve-se sempre alto, resultado da força que as Igrejas exercem nos assentamentos. A saber:

No Monte Alegre, os declarantes de participação em organizações sociais são 69% dos entrevistados: no maior número de respostas, 21%, afirmaram participar de Pastorais ou Igreja Católica. No assentamento Bela Vista, das 79,5% das respostas, ao menos 20% participam de Igrejas Evangélicas e mais 3% em Igrejas ou Pastorais católicas. É importante salientar que a participação nas religiões é bastante forte nos assentamentos. Curiosamente, das 23,5% das respostas em relação à participação em movimentos religiosos do Bela Vista, 20,5% são de Igrejas Evangélicas. No Monte Alegre, este montante é parecido, 22,3% de participantes, com diferença de que a maior parte é católica e a menor de evangélicos.

Com relação às organizações nos assentamentos foi possível constatar que há uma maior diversidade na participação coletiva em grupos associativos no Monte Alegre em relação ao no Bela Vista. Enquanto que no primeiro, há citação de nove associações diferentes, no Bela Vista foram apenas relacionadas seis.

Como podemos observar nas tabelas abaixo, as organizações mais importantes, superando até os grupos produtivos estão na primeira tabela em ordem crescente: Sindicato, Grupo produtivo e as igrejas. Na segunda tabela relacionada ao Bela Vista temos a seguinte ordem decrescente: Igreja evangélica, Sindicato/Unicampo.

Tabela 1– Tipo de Organização que participa atualmente no Monte Alegre.

Participação em organizações	%
Não participa	32,10
Sindicato	4,90
Pastoral da Terra	2,50
Outras pastorais da Igreja Católica	21,00
Partido Político	1,3
Associação de Produtores	1,3
Cocamp	1,3
Igreja Evangélica	1,3
Grupo de produção ou máquina que não é associação	18,50
Mais de uma organização Sindicato e Unicampo	15,80
Total	100

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 2 – Tipo de organização que participa atualmente no Bela Vista.

Participação em organizações	%
Não participa	20,5
2 – Sindicato	32
3-Pastoral da Terra	0
4-Outras pastorais da Igreja Católica	3
6-Partido Político	0
7- Associação de Produtores	3
8-Cocamp	0
10-Igreja Evangélica	20,5
11-Grupo de produção ou máquina que não é associação	3
2-13- Mais de uma organização Sindicato e Unicampo	18
Total	100

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Esta grande concentração de pessoas participantes do Sindicato se dá por fatores históricos da presença e influência deste no assentamento, no processo de organização para sua constituição. Como no episódio dos conflitos associados às parcerias agroindustriais, a forte presença do sindicato proporcionou, de um lado, maior segurança para aqueles que não plantavam cana e estavam se sentindo pressionados pelo grupo produtor, de outro para que os associados às agroindústrias fossem, aos poucos, rescindido os contratos com as Usinas.

Todo este cenário e pressão levou o Sindicato a desenvolver forte atuação no assentamento pressionando para o fim das parcerias, o que provocou conflitos diretos com alguns assentados.

As associações: o significativo papel das mulheres

Ao fazermos um levantamento dos aspectos de sociabilidade nos assentamentos é preciso salientar espaços que, mesmo burocráticos, contribuem para o aumento dos laços afetivos dos grupos envolvidos. O aumento das associações ao longo dos projetos de pesquisa realizados pelo Nupedor nos mostrou uma relativa contribuição para a afirmação de certos programas e associações dos assentamentos.

No perfil realizado em 2005-2006 concluímos que as associações nos dois

assentamentos eram muito distintas. Enquanto no Bela Vista 62,5% dos entrevistados declaravam existir associações, apenas 11,1% no Monte Alegre faziam tal afirmação (como indicado no quadro 3).

Tabela 3 – Existem associações?

Existem associações de moradores	Sim	Não
Bela Vista	10(62,5%)	06(37,5%)
Monte Alegre	05(11,15%)	40(89,2%)

Fonte: Pesquisa Nupedor 2005/2006.

É importante destacar que estes dados não devem ser interpretados em si mesmos, já que a continuidade/descontinuidade das associações faz parte da trajetória dos assentamentos. Constatamos nesta primeira atualização um número muito reduzido de entrevistados tanto no assentamento Bela Vista quanto no Monte Alegre que consideravam que as associações eram uma forma organizacional positiva. Os demais trabalhadores nos responderam que viam as associações como algo ruim ou regular, chegando-se a encontrar trabalhadores que não tomavam conhecimento da existência desse modo organizacional nos assentamentos. Alguns nos relataram que as experiências de tentativas anteriores na organização de cooperativas e associações foram infrutíferas, e, em alguns casos, faliram, deixando um rastro de inadimplências e frustrações.

Já na atualização dos registros feitos em 2008-2009, o número de entrevistados no Monte Alegre que declararam participar de associações foi muito maior do que na primeira atualização, cerca de 69% e, no Bela Vista cerca de 67%. Podemos dizer que este aumento pode relacionar-se às possibilidades oferecidas por órgãos gestores, ao amadurecimento de programas municipais ou federais como Direto do Campo e PAA, respectivamente, que possibilitaram o aumento de pessoas participantes, resultados de orçamento participativo que concluíram obras como a padaria industrial e a cozinha, bem como desdobramentos do ciclo de conflitos gerados pela cana. As associações se ampliaram em certo sentido. Podemos encontrar mesmos que em alternativas esparsas, associações autônomas como produtores de hortas, leite, pães e doces. Como verificado nas Tabelas 4 e 5:

Tabela 4 – Tipo de Organização que participa atualmente no Monte Alegre.

Participação em organizações	%
Não participa	32,10
Sindicato	4,90
Pastoral da Terra	2,50
Outras pastorais da Igreja Católica	21,00
Partido Político	1,3
Associação de Produtores	1,3
Cocamp	1,3
Igreja Evangélica	1,3
Grupo de produção ou máquina que não é associação	18,50
Mais de uma organização Sindicato e Unicampo	15,80
Total	100

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 5 – Tipo de organização que participa atualmente Bela Vista.

Participação em organizações	%
Não participa	20,5
2 – Sindicato	32
3-Pastoral da Terra	0
4-Outras pastorais da Igreja Católica	3
6-Partido Político	0
7- Associação de Produtores	3
8-Cocamp	0
10-Igreja Evangélica	20,5
11-Grupo de produção ou máquina que não é associação	3
2-13- Mais de uma organização Sindicato e Unicampo	18
Total	100

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

É importante destacar que em relação à evolução dos dados de 2005 para 2008 houve um amadurecimento do grupo em relação inserção no questionário, tanto da identificação de associações estabelecidas de forma burocráticas legais

como formas de associações não estabelecidas oficialmente. Tal alteração é decorrência da própria mudança constitutiva do movimento dos assentamentos. Esta avaliação nos proporcionou uma visão mais completa do mosaico das relações sociais existentes no assentamento.

Assim ao analisarmos as relações de compromisso, estas nem sempre são dadas de forma oficializada como se espera em um primeiro olhar. Ao observarmos mais atentamente é possível verificar estas associações entre pequenos grupos do assentamento que se juntam de forma organizada sem necessariamente montarem regras ou hierarquias. É neste sentido que podemos verificar uma participação bastante relevante identificada na pesquisa e que abarcou um maior número de categorias e grupos informais.

Um caso bastante relevante de associação oficial, ou seja, com registro, estatuto e hierarquia é a Associação de Mulheres Assentadas Irene Biazzicões, produtoras de pães que hoje além de venderem seus produtos nos assentamentos, escoam para a cidade. Em acompanhamento de campo pudemos perceber que a padaria tornou-se um ponto de referência de sociabilidade, no que se refere ao aumento de relações entre as produtoras com os compradores. Em relato de caderno de campo Dona M.J. salienta: *"aqui nós somos como irmãs, uma ajuda a outra... aqui nós trocamos confidências"* (caderno de campo 19/03/09).



Associação Ama de mulheres produtora de pães e bolos

No Bela Vista registramos vários grupos alguns ligados a instituições como a Unicampo. Em levantamento de pesquisa com assentados foram registrados em diário de campo os seguintes grupos formais ou informais do assentamento Bela Vista:

Grupos ligados a UNICAMPO:	
Corte costura e artesanato	Grupo de mulheres
Farinheira	Grupo mesclado de homens e mulheres
Campo de semente de milho	Grupos de homens, algumas mulheres acompanham seus maridos
Vassoura	assentado que produz junto a sua família
Trator	Grupo de homens
Informática	Variação de homens, mulheres
Grupos independentes:	
Horta: 3 a 4 jovens entre 23 a 30 anos	Uniram-se para fazer plantio de legumes
Horta Pedra D'Água formados por 7 assentados (dentre os pioneiros)	Produção de hortaliças.
Horta do Seu Deuzinho	Assentado mais dois ajudantes
Grupos não ligados à produção agrícola:	
JAC (Jovens Amadas em Cristo)	Grupo de oração de jovens católicos
Grupo Hip Hop	Jovens estão tendo aulas de Hip Hop, que participavam do Kizomba grupo da cidade
Grupo Pé Vermelho	Grupo de jovens que desenvolvem alternativas para cultura e lazer no assentamento.

Levantamento realizado em caderno de campo da pesquisadora Ana Flores

Destas destacamos o grupo de mulheres de corte e costura, grupo da Farinheira (misto), famílias do "Zé da Palha", lotes produtores de milho que retiram a palha para a venda de um comprador comum chamado Zé. O grupo do trator que se organizou com o intuito de adquirirem um preço mais viável da hora/utilizada do trator e uma família que produz vassouras para venda na cidade. Ainda há um grupo misto de homens, mulheres e jovens ligados à Unicampo que

recebem aulas de informática.

Todos os grupos citados iniciaram como às parcerias agroindustriais e pós-exigências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com o INCRA para retirada da cana dos lotes. É importante destacar que o maior projeto deles, cujo objetivo era a construção de uma Farinheira para beneficiamento da mandioca e venda da farinha para a região, caminha muito lentamente. Mais de dois anos se passaram e a mesma não está pronta. As mulheres do corte e costura chegaram a terminar o primeiro módulo, ficaram paradas em torno de 6 meses, apenas agora vão retomar o segundo módulo. Em relação à farinha, um assentado desabafa em conversa com pesquisadora descrita em diário de campo:

"Com relação ao projeto da farinha conversamos um pouco sobre seu andamento, segundo Sr. A. mais um mês de serviço a farinha está pronta para funcionar, entretanto por conta do dinheiro vir através do Governo (via Incra) e haver recesso, provavelmente este ano não sai. O que o deixa preocupado, pois dos 16ha que ele tem em seu lote, 10 estão plantados de mandioca, ele alertou que a mandioca que ele tem só agüentará até o período de fevereiro a março do ano que vem e espera que a farinha fique pronta até este período. Sr. A. nos disse que já teve certo prejuízo por conta do atraso da inauguração da farinha, pois ele havia plantado logo no início do projeto e acreditava que haveria a inauguração rapidamente, portanto ele terá que vender estas mandiocas que já estão quase passando do ponto, resultado, terá que o prejuízo do frete. Segundo ele, só falta o acabamento (piso de cimento, de cerâmica e azulejo) e a balança para a farinha começar a funcionar" (Diário da pesquisadora Carolina Hepe de 30/10/2009).

As fotos abaixo mostram duas etapas diferentes da Farinheira:



Farinheira no início da construção e em fase de finalização

Fora deste grupo vinculado à Unicampo existem grupos independentes ligados à produção e venda de verduras e legumes. Dentre eles destacamos o grupo dos 3 irmãos mais um, jovens que sozinhos mantêm quase 2 hectares de plantação. O outro grupo é o chamado Pedra d'água formado por 7 amigos e familiares que produzem em uma área equivalente a um lote todo e fornecem verduras para Araraquara e São Carlos. Ainda há um grupo de 3 assentados que também produzem horta no lote de um assentado.



Sítio Pedra D'água

Estas associações nos mostram que existem alternativas para as organizações formais, não precisam estar necessariamente vinculadas a instituições ou possuírem oficialidade. Nestes últimos pode-se acompanhar uma frutífera parceria entre os envolvidos, gerando trabalho, renda e vínculos afetivos que possibilitam maior integração do grupo, numa reinvenção do que vem sendo a existência dos assentamentos.

A educação e as novas alternativas de sociabilidade

Ao nos aprofundarmos nas questões educacionais do assentamento percebemos que no Belo Vista os conflitos gerados pelas parcerias chegaram ao âmbito escolar. A escola que antes era considerada ambiente de discussão e decisão comunitária deixou de ser aberta e as reuniões de fundo deliberativos/decisórios de projetos e políticas públicas deixaram de ser feitas. O medo tomou os espaços comunitários,

desconfiava-se de que a tomada de uma posição dentro da escola pudesse gerar retaliações para os envolvidos. Expressões das divisões semeadas pelo sistema de controle e poderes impostos pelas parcerias com as usinas.

Um grupo de moças estudantes de Pedagogia da Terra, pensando reverter este cenário resolveu desenvolver um projeto capaz de dar novos rumos à sociabilidade local.

Esta iniciativa começou quando oito meninas do Bela Vista foram fazer um curso de Pedagogia da Terra oferecido pelo PRONERA⁴ em parceria com outras instituições. Ao término do primeiro módulo do curso as jovens deveriam entregar como trabalho de conclusão a história do assentamento em que viviam. Sensibilizadas com todas as informações que recolheram, resolveram se juntar para montar um projeto que intitularam Pé Vermelho que atuaria em várias frentes, mas, se iniciou com a retomada das festas, valorização da história oral e futuramente embelezamento do assentamento (GOMES, 2009)

Diante desta iniciativa o grupo foi recrutando pessoas e criando corpo, promovendo no assentamento manifestações culturais com o objetivo de retomar a história e cultura local.

A primeira ação que marca este projeto, como salientado anteriormente, foi uma Noite Cultural. Conseguiram reunir os tocadores típicos do local e fizeram um lanche coletivo remetendo à fartura das festas Juninas. Uma das meninas lembra: "teve presença dos mais jovens e mais velhos e contou com a parceria do INCRA para fazer e levar os convites em cada lote do assentamento" (Diário de Campo dia 28/03/09).

A festa renasce e se renova

As reuniões que se seguiram deram voz cada vez maior às manifestações coletivas. O ambiente escolar voltou a funcionar como centro de reuniões e decisões. Como exemplo desta retomada, uma integrante do Pé Vermelho escreve em diário de campo:

"como no ano passado, a escola não fez uma festa do dia das crianças, o Pé Vermelho se dispôs a fazer essa comemoração, neste ano a escola também

⁴O PRONERA em parceria com algumas universidades públicas desenvolveu alguns cursos de graduação destinados aos movimentos sociais ligados a terra. O que destacamos aqui é especificamente o de pedagogia que está sendo ministrado em parceria com a UFSCAR.

deixou a cargo do Pé a organização da festa, mas a contribuição da escola não foi negada, houve a disponibilização de funcionários, professores, espaço da escola, material didático, contribuição com a alimentação, merendeira, pois como neste ano o dia caiu em uma segunda-feira foi dia letivo" (Diário de Ana Flores 12/10/09).

A proposta de retomada da festa em 2009 tinha o sentido de resgatar o que havia sido interrompido durante dois anos, comissões para arrecadação de alimentos, organização da decoração, dos equipamentos necessários para a festa foram criados. O empenho dos adolescentes foi grande. Imediatamente houve uma eleição de princesa da Festa e a apresentação de duplas e grupos musicais do próprio assentamento Bela Vista fizeram os assentados sentirem-se mais envolvidos. As bancas montadas com alimentos produzidos nos lotes pareciam sinalizar caminhos restauradores; materializados em vivas cores e apetitosos sabores.



Produtos expostos na Festa Junina de 2009

Representou, sem dúvida, uma grande mudança no assentamento, já que no final de 2008 em nosso acompanhamento do perfil dos assentados, apenas 65% dos entrevistados do Bela Vista haviam declarado a ocorrência de festas tradicionais, em contrapartida, no Monte Alegre 84% dos entrevistados afirmaram ocorrer festas típicas que reuniam grupos dos assentamentos. No entanto sabemos que no Monte Alegre as festas juninas, das crianças e os

almoços caipiras ocorriam separadamente nos núcleos, não envolvendo efetivamente toda a comunidade assentada. Isto por conta das formação em núcleos, ao total seis, que impedem, de certa forma, a unidade do grupo. Mas a tradição da festa das crianças no núcleo 1 é muito forte, devido a insistência de assentada Zefinha e sua filha que todo ano junto a outras vizinhas se organizam para realização desta comemoração. No núcleo 3, os almoços Caipiras são organizados pela turma da Igreja católica que promove a festividade para levantar fundos para a própria igreja.

É importante lembrar que a retomada da festa no assentamento Bela Vista, ao que tudo indica, veio mostrar que as experiências coletivas contêm significados simbólicos e ritualísticos, ligados a uma tradição que resgata a memória do grupo.

O fazer e o organizar da "festa instauram uma transformação, não só na rotina da vida da sociedade local, como na própria vida de seus participantes" (BRANDÃO, 1978, p.49). É como se os comprometidos com a festa se tornassem um corpo único, que só possui valor na situação da festa e nos rituais que ela contém. Em sentido amplo "investe-se um capital emocional em ocasiões festivas. Muitos dias de trabalhos e dieta escassa são compensados pela expectativa (ou lembrança) dessas ocasiões, quando a comida e a bebida são abundantes, os namoros florescem e todo tipo de relação social que estava esquecida retoma a vida" (THOMPSON, 1998).



Momento da quadrilha festa Junina 2009

Este ciclo, ao se manter, integra os conhecimentos nele embutidos, superando a idéia inapropriada, superficial, de que a festa não contém significados simbólicos, ainda mais em um contexto histórico de rupturas. A exemplo destes saberes podemos destacar a feitura de doces e bolos, as técnicas específicas da colheita até o mutirão para arrecadação dos produtos da festa. Os rituais desenvolvem ações que em um primeiro momento são invisíveis, mas quando observadas mais cuidadosamente significam um ciclo de esperança, de compartilhamento e reorganização social do assentamento. O que está em jogo é a reestruturação dos laços afetivos, as relações interrompidas que no ciclo da festa ou na troca de conhecimentos tradicionais identificam os envolvidos através de um objeto único de interesse.

Frutos da luta pela cultura: esperança e perspectiva futuro.

É importante destacar ainda que este grupo de jovens que lutam pela melhoria no Bela Vista, o Pé Vermelho, tiveram, na retomada da festa Juninas de 2009, o pontapé para uma nova fase no assentamento. O grupo ainda promoveu neste mesmo ano a Festa do dia das Crianças que reuniu crianças do Horto Guarani, Pradópolis, Guatapará, além das crianças do Bela Vista. Foi um dia de recreação e divertimento, com jogos, caça ao tesouro e lanche coletivo no final do evento. Como expressão desta aproximação, o "orgulho de ser assentado", destacado em redações produzidas por eles ao final do evento. O saldo foi tão positivo que os jovens do assentamento Bela Vista passaram a desejar mais espaços de sociabilidade e contato com jovens de outros assentamentos. Como indicado nas redações abaixo:

11 dias das Festas Crianças

FUNNY LOVE

STOQSSM

Nesta festa tinha diversão
Todas as crianças alegres
Com a festa de comemoração.

No dia das crianças
a festa aconteceu
animando todo mundo
que nela permanece.

Neste dia especial
as crianças brincaram
mesmo com a chuva
a alegria e a felicidade não acabaram.

Todos foram felizes
até a turma de Tradópolis
Porque a diversão e a alegria
tomaram conta do pátio
com toda a queda folia.

Obrigado **Pé VERMELHO**
pela comemoração
todos ficaram felizes
mesmo com aquele Chuvaão.

Pé
Vermelho



FORONI
© V002 www.pucetclub.com

Redação feita no evento realizado, registro de diário de campo da pesquisadora Ana Flávia Flores

12/10/09

Pi Vermelho

Dia Das Crianças

Eu gostei muito da Festa Do Dia das Crianças e o Pi Vermelho faz festas lindas as crianças de Padroaria são muito legais e divertidos Tava indo tão Bem mas a chuva fez com que parasse a brincadeira mas continuamos no patio da Escola Foi legal Agradeço ao Pi Vermelho por fazer as crianças e moradores do Assentamento Bela Vista felizes

Espero que continue até o fim e a Bela Vista mude mas para melhor nós queremos que arrumem o salão para festas e alugem para Aniversários de 15 anos. e espero que eu sei que vocês só querem o Bem do Assentamento, não somos muito grates a vocês.

Parabéns
por
Tudo

Ass: Camila Stravatti
8º ano

As atividades no ano de 2010 foram ainda mais organizadas, a repercussão ainda maior. O Pé em parceria com o KRUPPA e o SESC montaram uma visita monitorada às capelas rurais no entorno de Araraquara. Entre um dos pontos de paradas estava o assentamento Bela Vista. O grupo de turistas visitou a capela e o antigo Casarão com direito à contação de histórias locais.

Destacamos que tal evento foi importante por dois motivos, o primeiro, por colocar o Bela Vista não mais como lugar de pouca visibilidade ou como chamados por algumas pessoas de "favela rural". Quebra-se esta visão e ainda coloca-se o assentamento num circuito de possibilidades turísticas voltas à valorização do patrimônio material histórico e cultural. O segundo ponto importante é que o grupo envolveu com tais iniciativas outras pessoas do assentamento. Neste dia, muitos se juntaram em mutirão, para limpar e consertar o sino da Igreja que há muito tempo não tocava e para fazer o almoço para os convidados. Explicações que sinalizam o despertar para uma nova sociabilidade no assentamento, recriando espaços anteriormente perdidos. É o refazer das memórias anteriormente esfaceladas com a dureza das relações materiais, com o peso indigesto dos conflitos e confrontos.

Destacamos ainda como iniciativa do grupo a recente reforma do Paiol, que anteriormente, quando o Bela Vista ainda era fazenda produtora de café, era um lugar onde as mulheres da fazenda lavavam as roupas, e que, durante o assentamento, virou depósito de madeira e entulho. A reforma promovida por este grupo de jovens, com direito a história nas paredes, desenhos em mosaico e novo jardim de flores tem sutilmente indicado um caminho criativo para permanecer no assentamento e torná-lo cada vez melhor para se viver.

Conclusão

Enfim, dentre todos os aspectos destacados, cabe maior atenção, não aos conflitos, mas às iniciativas e alternativas criativas que vêm sendo demonstradas tanto pelo grupo Pé Vermelho, quanto pelas associações não oficiais que vêm se destacando pela perspectiva de permanência e de interferência no futuro dos assentamentos. Igualmente, a associação das mulheres produtores de pães que no papel de associação legal tem se constituído, de maneira sólida, em um espaço também legal no mercado regional, lutando para se integrar à nova lei da merenda escolar. Alternativas estas, que têm surpreendido em originalidade e eficiência as políticas públicas dirigidas aos assentamentos, muitas deles inadequadas para quem está na terra, nela trabalha e dela vive. É preciso olhar e aprender, não deixar de

fazer críticas, mas caminhar junto para que as políticas tornem-se mais eficientes por um lado e, por outro, que os assentados vejam, nas políticas, possibilidades de se manterem efetivamente incluídos na Reforma Agrária.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O Divino o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro: Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1978.

_____. **Os deuses do povo**: um estudo sobre religião popular. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GOMES, T. P. de S. Um estudo das relações sociais e políticas do assentamento Bela Vista de Araraquara através da festa junina. Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, Araraquara, de 28 a 30 de setembro, 2005. In: **Anais...**, CD-ROM.

_____. Sociabilidade x Conflito: projetos de assentamentos na região de Araraquara. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia-GO, junho, 2006. In: **Anais...**, CD-ROM.

_____. Do cotidiano ao futuro dos assentamentos: alternativas, reivindicação e permanência. Simpósio Nacional Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas, Uberlândia - MG, maio, 2006. In: **Anais...**, www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br

_____. Redes de Associação e Sociabilidade nos assentamentos rurais de Araraquara-SP a partir da atualização de perfil. Simpósio Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, Araraquara, junho, 2010. In: **Anais...**, CD-ROM.

_____. Entre a casa e a Rua: uma etnografia de saberes no assentamento Bela Vista do Chibarro-Araraquara-SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara/Incrá-SP, p.243-258, 2009.

SIMMEL, G. Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DO ROMPER DA CERCA AO ACESSO À TERRA: RESGATE E REGISTRO DOS CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS FAMÍLIAS PIONEIRAS DA COMUNIDADE AGRÁRIA 21 DE DEZEMBRO, DESCALVADO-SP

Ana Carolina Hepe Teixeira¹

Henrique Carmona Duval²

Maria Cristina dos Santos Bezerra³

Resumo: Este texto foi produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, a ser apresentado em agosto de 2011, como requisito principal para a formação no curso de Pedagogia da Terra/UFSCar. O trabalho tem como principais objetivos resgatar e registrar a trajetória de um grupo de famílias na busca por um pedaço de terra, desde a primeira ocupação, em 1999, até o momento em que foram consideradas assentadas pelo INCRA, no ano de 2006. Teve-se como princípio metodológico dar ênfase à importância do resgate da memória coletiva com as cinco das seis famílias pioneiras, para que fosse possível a coleta das histórias e o registro dos caminhos percorridos. Nestas entrevistas, buscamos os fatos marcantes desta caminhada de luta pela terra, quais os aprendizados adquiridos desde a organização para as ocupações, na vivência nos acampamentos, quais as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, como foi a relação das famílias com os diversos contatos com órgãos políticos, religiosos, sindicais até os dias de hoje e em que esta formação beneficiou ou não as famílias.

¹Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar/São Carlos.

²Doutorando em Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/UNIARA.

³Doutora em Educação pela UNICAMP e Professora Adjunta no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos DED/UFSCar.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Luta pela Terra; História/Memória Coletiva; Educação Não-escolar.

Abstract: *This text summarizes the contents of the Graduate Level Research Paper, which will be presented in August, 2011 as a major UFSCar graduation requirement in Land Use Pedagogy. The main purpose of this study was to investigate and gather information seeking to recover and record them through the reconstruction of the trajectory of a group of families during their struggle for a plot of land, since 1999 when they first occupied the land until they were in fact recognized by INCRA as settled families in 2006. The methodological approach of this work emphasized the importance for the recovery of collective memory from five among six pioneer families to allow data collection using oral history research to record their historical trajectories. Through these interviews, there was an attempt to highlight the key events in the struggle for land, learning acquired through the organization for land occupation, their experience of living in rural settlements, the difficulties they had to overcome since they first occupied the land until they gained the rights to a plot of land, family relationship between various political, religious, and trade union bodies until these days, and the extent that families might have been benefitted or not from these experiences.*

Keywords: *Rural Settlements; Struggle for Land; History/Collective Memory; Non-school Education.*

Introdução

Então por que valeu a pena? Porque a gente teve um sonho, acreditou nesse sonho, e hoje esse sonho está realizado. Estou aqui contando essa história porque tive esperança e fé.⁴

Este texto foi produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, a ser

⁴Fala registrada durante uma das entrevistas feitas com os participantes da trajetória de luta pela terra desde 1999.

apresentado em agosto de 2011, como requisito principal para a formação no curso de Pedagogia da Terra/UFSCar. O trabalho tem como principais objetivos resgatar e registrar a trajetória de um grupo de famílias na busca por um pedaço de terra, desde a primeira ocupação, em 1999, até o momento em que foram consideradas assentadas pelo INCRA, no ano de 2006.

Teve-se como princípio metodológico dar ênfase à importância do resgate da memória coletiva com as cinco das seis famílias pioneiras⁵, para que fosse possível a coleta das histórias e o registro dos caminhos percorridos. Nestas entrevistas, buscamos os fatos marcantes desta caminhada de luta pela terra, quais os aprendizados adquiridos desde a organização para as ocupações, na vivência nos acampamentos, quais as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, como foi a relação das famílias com os diversos contatos com órgãos políticos, religiosos, sindicais até os dias de hoje e em que esta formação beneficiou ou não as famílias.

Procurou-se, nesta pesquisa, apontar a importância do registro desta história, tanto para as famílias que vivenciaram este processo de conquista da terra, quanto para a divulgação da luta pela conquista da terra dentro do projeto de Reforma Agrária implantado no Brasil, especificamente deste grupo de famílias inseridas neste projeto de assentamento.

MEMÓRIAS VIVAS: o lugar dos sujeitos na história

...registrar as histórias de assentamentos significa manter viva a memória histórica de todos aqueles e aquelas que já conquistaram a terra e que precisam continuar lutando pela Reforma Agrária e pela transformação social.
Schewndler e Guerke

No decorrer dos sete anos de busca pela terra, as seis famílias pioneiras vivenciaram vários momentos bons e ruins até a obtenção de um lote de terra e

⁵A pesquisa abordou para as entrevistas cinco das seis famílias pioneiras, pois o representante da sexta família não se dispôs a participar. São consideradas pioneiras nesse assentamento porque permaneceram no mesmo grupo desde as primeiras ocupações de terras que resultaram na conquista do mesmo.

adquiriram grande experiência em suas vivências. Em vista disso, o resgate e registro desta história/memória vivenciadas por elas é de muito valor para o assentamento em si e para a sociedade como um todo.

A importância disto consiste no fato de divulgar as dificuldades enfrentadas por uma família para ser assentada, os relacionamentos com outros atores sociais e os vizinhos do assentamento e registrar esta história – contada pelos próprios participantes do processo – para que as gerações futuras re-conheçam a luta social de seus familiares. É neste sentido que podemos justificar a relevância deste resgate e registro desta história para a Comunidade Agrária 21 de Dezembro, pois, apesar de a memória deste grupo estar viva pela oralidade, a escrita da mesma é fundamental para que esta história se mantenha viva e lembrada.

Le Goff (apud LUCINI, 2007) afirma que o surgimento da escrita está ligado à transformação da memória coletiva. Assim, Lucini (2007) defende que, com o aparecimento da escrita, a memória possibilitará e promoverá a sua permanência em duas formas: a expressão e a manutenção. A primeira forma se refere à comemoração, à celebração dos acontecimentos importantes e determinantes da história de um povo. A segunda refere-se à inscrição de um fato, um ato ou acontecimento que deverá se perpetuar em um documento.

Contudo, a autora ressalta que as duas formas, de comemoração e de documentação, devem caminhar juntas para que perpetuem a permanência da memória. Para a autora, a escrita é um poder que pode ser democratizado, transformando-se numa ferramenta importante não somente para um determinado grupo social, mas como também para os grupos que tiveram suas memórias silenciadas nas páginas da história (LUCINI, 2007).

Neste sentido, salienta que o suporte da memória são os "símbolos que lembram e materializam a trajetória" (LUCINI, 2007, p.88) de um grupo, assim, a "memória é materializada no espaço", e quando socializada e materializada cumpre três importantes funções: de identidade, de relação e de história. Assim sendo, a memória concretizada nos símbolos, sempre plenos de significados para o homem do campo, contribui para a formação dos sujeitos Sem Terras.

A autora defende que:

Conhecer como um determinado grupo social organiza seu conhecimento sobre o passado, quais os elementos e práticas presentes na construção/reconstrução de sua identidade, para si e para os outros (...), implica abordarmos as memórias constituintes dessa identidade que, narradas e renarradas aos diferentes

indivíduos e gerações, possibilitam compreender como esse grupo tornou-se o que é (LUCINI, 2007, p. 89) [grifos dos autores].

Para que fosse possível a compreensão do que é memória, como ela age, como se constitui, o que a compõe, o que ela lembra e o que ela esquece, Lucini faz referência à Ricoeur, e afirma que as respostas para estas indagações podem ser buscadas tanto nos elementos exteriores aos seres humanos, ou seja, nos símbolos, em suas narrativas, nas comemorações, como também na constituição humana interior, "(...) no foro íntimo do ser em relação aos artefatos que produzem e sustentam as lembranças e os esquecimentos, que são também sociais." (LUCINI, 2007, p. 92). Neste sentido, a memória não existiria sem os aportes materiais e estes não valeriam se não tivéssemos do que lembrar e porque lembrar.

Lucini (2007) resume as considerações sobre a história da memória e seus significados, embasando-se na obra de Le Goff "História e Memória", na qual o autor possibilita a reflexão acerca dos percursos da memória em diferentes contextos, o que viabiliza pensarmos a memória historicamente situada e permitenos compreendê-la "em suas permanências e reelaborações", pois:

(...) os lugares ocupados pela memória na história nem sempre se sucedem. Ao contrário, coexistem, variando o grau (...) em relação às permanências e reelaborações da estrutura das sociedades, suas determinações políticas, econômicas, sociais e culturais, manifestas nas representações sociais da memória e expressas no ato narrativo. (LUCINI, 2007, p. 92 e 93).

Portanto, a memória centralizada na oralidade, muito presente nas sociedades sem escrita, cumpre um papel transmissor de conhecimentos considerados secretos e a vontade de manter viva as memórias, mais no sentido formador do que repetitivo. Pois, conforme afirma a autora, a oralidade é um elemento constitutivo tanto da memória individual quanto coletiva:

(...) pela narrativa do passado permanece e é reelaborada, atualizada pelo ato narrativo de quem narra, e também de quem recebe. Independente do conteúdo, mas em relação com a narração, a oralidade produz conhecimentos e saberes que compõem a formação das gerações, na tessitura temporal da identidade dos indivíduos e das coletividades (LUCINI, 2007, p.94).

Assim, "... registrar as histórias de assentamentos significa manter viva a

memória histórica de todos aqueles e aquelas que já conquistaram a terra e que precisam continuar lutando pela Reforma Agrária e pela transformação social" (SCHEWNDLER; GUERKE, 2003 apud LUCINI, 2007), daí a necessidade de escrever esta história para que ela não se perca no tempo, pois, apesar da importância da oralidade para a manutenção da memória, segundo Brandão (2001):

Palavras ditas voam com o vento, dizem os ditados em várias línguas. Mas as escritas ficam [...] e se multiplicam, como uma benção, como uma praga. Depois de grafadas elas permanecem gravadas e fixam as minhas palavras. Elas ganham o poder repartido desigualmente em nossas culturas ocidentais, de perenizar no tempo os meus pensamentos: o que eu disse por escrito sobre o que eu penso; [...] com o que imagino; [...] porque eu creio; [...] com o que sinto; [...] o que eu repito porque assim me disseram. (BRANDÃO, 2001, p. 20).

Conforme afirma Lucini (2007) a memória é materializada no espaço, em que marca, delimita, circunscreve o passado para não esquecer e permitir que o lugar conte por suas marcas a história aos predecessores, ou seja, que o lugar possa oferecer às gerações futuras o suporte material das memórias de um grupo social. Pois:

(...) memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja a memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1996, p. 476).

Portanto, a memória coletiva é também um instrumento de poder que a classe trabalhadora herda de suas experiências vividas e que deve ser escrita para que mais tarde possa ser conhecida e fazer parte da história das pessoas, ou seja, a memória é "... uma atualização do passado ... e é também o registro do presente para que permaneça como lembrança". (CHAUÍ apud ANDRIOLI [et all] 2006, p. 65). Assim, nas palavras de Le Goff (1996), a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro e, neste sentido, devemos tratar a memória coletiva de forma que ela sirva para a libertação e não servidão dos homens.

O ROMPER DAS CERCAS: vivências formadoras dos caminhantes da luta pela terra

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único representante.
Carlos Rodrigues Brandão

Nesta parte, buscaremos compreender a educação em seu sentido mais abrangente, uma educação que esteja presente além dos muros de uma escola, ou seja, tratamos neste texto de uma educação formadora que também está presente nos processos de luta pela terra. Assim, pensar e discutir a educação não-escolar, é um grande desafio lançado.

Brandão, em sua fala referenciada acima, nos introduz ao debate sobre as várias formas de educação presentes em nossa sociedade e nas diversas relações sociais. Pois, assim como afirma o mesmo autor, ninguém escapa da educação, seja na igreja, na escola, casa ou na rua e, de um jeito ou de outro, nos envolvemos com ela, para aprender, ensinar e/ou para aprender-e-ensinar "... Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações." (BRANDÃO, 2007, p. 7). Assim, podemos incluir nesta ampla lista de relações sociais, que formam e educam, os acampamentos dos trabalhadores que lutam pelo acesso à terra e, portanto, os movimentos sociais que contribuem na organização das famílias.

A LDB de 1996, em seu primeiro artigo declara que "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." (LDB, 1996, artigo 1º). Portanto, nesta parte do texto, com mais prioridade, buscaremos trazer à tona os processos educativos construídos nos caminhos da luta pela terra e pela reforma agrária, especificamente na trajetória das cinco famílias inseridas nesta luta desde 1999, que atualmente são assentadas na Comunidade Agrária 21 de Dezembro em Descalvado/SP.

Nesta perspectiva, o sem-terra também aprende desde o momento em que começa a participar das reuniões de trabalhos de base, pois é naquele momento

em que ele passa a construir, a partir de uma formação coletiva, uma consciência crítica com relação ao mundo em que vive.

... Ao processo global que tudo envolve, é comum que se dê o nome de socialização. Através dela, ao longo da vida, cada um de nós passa por etapas sucessivas de inculcação de tipos de categorias gerais, parciais ou especializadas de saber-e-habilidade. Elas fazem, em conjunto, o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida de um grupo social. Elas fazem, também, do ponto de vista de cada um de nós, aquilo que aos poucos somos, sabemos, fazemos e amamos... (BRANDÃO, 2007, p.23).

Para Brandão (2007, p.23), a socialização é um dos processos fundamentais para a formação humana, pois ela "... realiza em sua esfera as necessidades e projetos da sociedade, e realiza, em cada um de seus membros, grande parte daquilo que eles precisam para serem reconhecidos como "seus" e para existirem dentro dela".

Assim aconteceu com as seis famílias que participaram da luta por terra durante sete anos no interior do Estado de São Paulo. Primeiramente as famílias passaram a conhecer o que era de fato um acampamento de sem terras e reconstruíram seus conceitos a respeito do local desconhecido até então. Posteriormente, já como parte daquele contexto, passaram a ter consciência e compartilhar dos objetivos daquelas famílias. Reivindicaram, resistiram e se reafirmaram enquanto uma categoria. Após anos de participação nesta luta, se vêem como responsáveis em melhorar a sociedade e deixar um futuro melhor para as gerações futuras.

Estava trabalhando lá em Minas na colheita de café e vi uns acampamentos, mas eu não conhecia e nem sabia o que era, e me falaram "Olha, é o pessoal lá do sem-terra.". Mas eu não tinha conhecimento, porque eu não tinha consciência política. (...) No dia 18 de dezembro de 1999 nós ocupamos a fazenda. Nós chegamos e mais tantos outros carros, caminhões e ônibus chegaram, eram 1.200 famílias. Dali começamos esta luta. (...) Nós tínhamos que fazer um ato na Chimbó que foi cercar a estrada para sermos vistos pela sociedade. Cercamos a estrada e fizemos nossa reivindicação, aí o grupo decidiu que nós íamos em marcha para São Paulo e nessa caminhada, nós íamos denunciando e fazendo a propaganda da Reforma Agrária. (...) A luta está continuando. Porque nós temos o entendimento que depois que pega a terra a luta continua e é pior ainda, pois têm muitas outras coisas

para reivindicar. Por que nós somos políticos e temos compromisso com a sociedade. (Paulo da Silva⁶, diário de campo 28/09/2010).

Conforme o depoimento acima, podemos reafirmar o que Caldart (2004) chama de "trajetória da formação dos sem-terra", em que se resume em três momentos: *"Sem Terra como trabalhador sem (a) terra que passa a lutar pela terra; Sem Terra como membro de uma organização social de massas que luta pela Reforma Agrária; Sem Terra que, aos poucos, vai se transformando em um lutador do povo."* (CALDART, 2004, p. 162) [grifos dos autores].

Assim, desde então, o sujeito sem a terra se forma e é participante de uma formação coletiva, mútua, recíproca. Passam portanto, a se identificarem como um grupo, de uma determinada classe social, que está em um constante movimento em busca de melhores condições de vida, de garantia de direitos e de compromisso com a sociedade em que vive.

OS CAMINHOS: as ocupações de terra como um modo de fazer afirmações

É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa... Mas é verdade também que cada vez mais caem cercas a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome.

Pedro Tierra

Nesta parte, tem-se como objetivo trazer à tona a questão das ocupações de terra no Brasil: como se dão, quais os passos seguidos e por que se fazem tão importantes nos movimentos sociais da luta pela terra. Busca-se *colocar no papel* a história e a trajetória feita pelas cinco famílias caminhanes da luta pela terra a partir de suas próprias memórias, ou seja, das memórias coletivas.

⁵Para não expor os entrevistados, decidimos chamá-los por nomes fictícios.

Conforme Fernandes (1999), desde a chegada dos colonizadores portugueses, há 500 anos, a estrutura fundiária do Brasil vem sendo mantida aos mais altos índices de concentração de terras do mundo, ou seja, desde as capitânicas hereditárias concedidas aos nobres portugueses – que deveriam explorar as terras, povoá-las e pagar impostos à coroa portuguesa – aos latifúndios modernos, as grandes propriedades de terras vêm sendo mantidas nas mãos de poucas pessoas.

A criação da propriedade de terra se deu no século XIX para o avanço do sistema capitalista, ou seja, 30 anos antes do fim do sistema escravocrata. Aconteceu de tal forma que as terras pudessem se tornar cativas e os escravizados, posteriormente livres, porém sem terra.

Assim, ex-senhores de escravos passaram a ser senhores da terra, donos de grandes latifúndios no Brasil e, para que isso fosse possível, tornaram-se grileiros de terras. Isso significa dizer que as terras devolutas do Estado foram adquiridas por meio de falsificação de documentos, suborno dos responsáveis pela regularização fundiária e muitos trabalhadores assassinados e explorados. Para que as grandes áreas florestadas pudessem ser transformadas em fazendas produtivas de café ou de gado, os fazendeiros exploravam a mão de obra dos trabalhadores imigrantes e, posteriormente, os expropriavam e os expulsavam das terras.

Os diversos enfrentamentos geraram a morte, muitas vezes o massacre e o genocídio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação dos latifúndios frente a resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária. (...) A migração e a peregrinação como esperança de chegar à terra liberta, são marcas da história do campesinato brasileiro. Na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. (FERNANDES, 1999, p. 3).

É neste sentido que é possível pontuarmos diferentes formas de resistência, e de luta pela terra, acontecidas no decorrer da história brasileira, seja nas lutas contra a exploração, contra o cativo, contra a expulsão dos povos indígenas de suas terras com a chegada dos portugueses, lutas através da resistência dos escravizados nos quilombos, dos imigrantes europeus – trabalhadores "livres" – contra os grileiros de terras. Lutas presentes desde as lutas messiânicas⁷ ao

⁷ As lutas messiânicas se caracterizam pela existência de uma liderança religiosa. Isso ►

cangaço e das ligas camponesas às organizações sindicais e movimentos que lutam pela terra. Pois, conforme Bezerra Neto (1998)

É nesse processo de conflitos e lutas pela posse da terra, que se tornou importante a atuação de movimentos organizados, primeiro em defesa da ocupação da terra como forma de reivindicar a redistribuição da propriedade possibilitando a democratização do acesso à terra entre aqueles que delas foram de alguma forma alijados. (p. 32).

Podemos então afirmar que a Reforma Agrária é uma política recente se comparada com o processo de formação dos latifúndios e da luta pela terra. Esta luta toma força com o início das organizações políticas camponesas e emancipação das ligas camponesas na década de 50.

Nesta perspectiva, se faz necessário destacarmos a diferença entre a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária. Pois assim como nos afirma Fernandes (1999, p.1), e como vimos até então, a luta pela terra acontece muito antes da luta pela Reforma Agrária, ou seja, desde as lutas contra os cativeiros, pela liberdade humana, os camponeses lutaram para entrar na terra sob as mais diferentes formas e construíram organizações históricas e diversas formas de resistências.

Uma das formas de resistência que neste texto tratamos é a ocupação de terras. A ocupação de terras é uma forma de resistência dos trabalhadores – expropriados, explorados e excluídos – afirmarem algo ao governo e à sociedade, ou seja, é uma forma de apontar para a população que algo que está errado, algo está faltando em suas vidas, algo lhes foi tirado, roubado.

Juntamente ao Golpe Militar de 1964, segundo Fernandes (1999), veio o retrocesso do país, pois os projetos de desenvolvimento implantados pelos militares aumentaram a desigualdade social, a concentração de renda e terras nas mãos de poucos, a política fundiária, a miséria e, conseqüentemente, o maior êxodo rural da história.

► significa que a fé era a ligação entre ele e seus seguidores. É por isso que alguns autores chamam as revoltas camponesas do período de lutas messiânicas. Dentre elas podemos destacar: a Revolta de Canudos (de 1896 a 1897) no sertão da Bahia; Guerra do Contestado (de 1912 a 1916), ocorrida na fronteira entre Paraná e Santa Catarina; e Guerra do Caldeirão (de 1926 a 1937) na chapada do Araripe, no Ceará (SILVA, 2006).

Durante este período, apesar de muitos trabalhadores estarem em luta pela terra, as ocupações das propriedades foram proibidas e as terras conquistadas por meio deste ato foram devolvidas aos proprietários e os militantes dos movimentos tornaram-se alvos da repressão daquele dado momento histórico (SIGAUD, 2004).

Segundo Sigaud (2004), a partir do final da década de 70, as intenções e características das ocupações de terras eram diferentes das que aconteceram anteriormente aos anos 60, pois após o período militar – inclusive com a expansão dos movimentos sociais e das ocupações de terras em vários estados – estes atos teriam outra finalidade: denunciar e chamar a atenção do governo para os latifúndios improdutivos nas mãos de poucos enquanto havia muitas famílias necessitando de terra. No entanto, atualmente podemos dizer que o ato da ocupação de terras vai além da denúncia das injustiças e má distribuição de terras do país, pois assim como nos definem Görden e Stédile (apud BEZERRA NETO, 1998, p.47):

...as ocupações devem servir para corrigir a injustiça presente e para a mudança da legislação. Ocupar é um direito de legítima defesa de quem já foi ultrajado e expropriado de seus direitos fundamentais. Pois a terra e os bens da terra se destinam a todos os homens, e não apenas a alguns privilegiados.

Podemos também destacar que um dos importantes argumentos dos movimentos sociais que estão na luta pela terra e em busca da Reforma Agrária é que as terras ocupadas, sendo improdutivas, não cumprem sua função social. Esta definição surgiu em 1993, no Congresso Nacional em que estabeleceu-se que a improdutividade das terras caracterizava o não cumprimento de sua função social, caso já previsto no artigo 184, § 2º da Constituição Nacional de 1988, segundo a qual

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...) § 2º – O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação

(BRASIL, Constituição Federal, artigo 184, parágrafo 2º, 1988).

De acordo com Sigaud (2004), neste período, o INCRA – que até então não tinha uma atuação eficaz – passa a desapropriar terras improdutivas e destiná-las à Reforma Agrária, distribuindo-as às famílias acampadas naquele momento. Conforme a autora nos afirma, estas ocupações de terras passíveis de desapropriação tiveram como exemplo as ocupações feitas no Rio Grande do Sul também organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) naquele período.

Os acampamentos eram muito mais do que mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Compreendiam técnicas ritualizadas para realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo como a bandeira do movimento e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos de um acampamento (SIGAUD, 2004, p.14).

É esta combinação de aspectos, que é chamado pela autora de "forma acampamento", modelo este, que foi engendrado no Sul do país, ao longo do processo que encadeou a constituição do MST. Segundo ela, posteriormente, com a locomoção de alguns militantes para o Nordeste, houve a implantação deste modelo progressivamente ajustado às condições locais.

Assim, as ocupações de terras e construções de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, ou seja, meio pelo qual os *movimentos* dizem para o INCRA que precisam de terras; aos proprietários grileiros ou improdutivos que querem as suas terras; e aos outros *movimentos*, que tal ocupação tem dono. Portanto, a "forma acampamento" tornou-se a maneira dos movimentos e os sindicatos, representados pelos trabalhadores rurais, reivindicarem seus direitos, legitimar as demandas da busca pela terra e fazer com que os órgãos responsáveis reconheçam esta demanda e cumpram com seus deveres. Portanto,

(...) Embora parte dos políticos, das instituições governamentais e de pesquisadores da questão agrária não reconheça a ocupação como importante forma de acesso à terra, esta tem gerado a implantação de assentamentos rurais e promovido impactos socioterritoriais em diversos municípios, contribuindo para o desenvolvimento local e regional (FERNANDES, et al, 2003, p.81).

Dentro desta lógica, há de um lado, o Governo afirmando – teoricamente – que a Reforma Agrária será feita dentro dos termos da Lei, sem a necessidade de haver ocupações e, de outro, os movimentos mostrando que, na realidade, só há desapropriações e instalações das famílias na terra quando se coloca em prática esta forma de reivindicação: as ocupações.

Segundo Sigaud (2004), não há uma massa de sem-terra em busca do acesso à terra. Quem cria esta demanda são os *movimentos* ao convidarem os trabalhadores para as ocupações. A partir do momento em que reivindicam a terra, sonham com ela, participam das ocupações e da vida dos acampamentos, estes trabalhadores passam a fazer parte da categoria e são vistos pelos demais, do campo e da cidade, como *sem-terra*.

Isso significa dizer que, na prática, o Estado depende dos movimentos para a seleção dos trabalhadores que serão beneficiados por esta política de distribuição de terra, para a denúncia das terras improdutivas para que as desapropriações sejam possíveis e para a organização das famílias após a conquista da terra.

Por outro lado, os *movimentos* dependem fortemente do Estado para levar adiante estas ações, pois a cada desapropriação de terras e implantação de um assentamento pelo INCRA, mesmo que com problemas, é a confirmação de que o que é anunciado – no momento do trabalho de base – acontece. O que é altamente favorável para a aceitação de novos convites para futuras ocupações.

Neste sentido, podemos assim afirmar que o "Incrá e cada *movimento* estão assim vinculados por relações de dependência recíproca e de cooperação tácita (...). A demanda por terra é produzida pelos *movimentos* e alimentada pelas práticas do Estado." (SIGAUD, 2004, p.22). [grifos da autora].

O Estado é a instituição competente para desenvolver uma política de reforma agrária, mas não tem conseguido efetivá-la. Nas últimas décadas há evidências irrefutáveis que o MST tem se territorializado por todas as regiões brasileiras, principalmente por meio da luta pela terra e, dessa forma, tem impulsionado as políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais (FERNANDES et all, 2003, p.81).

Conforme nos afirma Fernandes (1999), "... A política de assentamentos do governo federal e de alguns governos estaduais é apenas uma resposta às ações do sem-terra. Essa política não existiria sem as ocupações." A partir dos autores citados anteriormente, podemos afirmar esta relação entre os movimentos sociais com o INCRA, mas no entanto, esta relação não é nada tranquila ou estável,

muito pelo contrário, as ocupações, os atos políticos, os embates e pressões contra o Estado são algumas ferramentas que os movimentos utilizam para pressionar o Estado a cumprir, minimamente e ainda falho, seu trabalho, ou seja, desapropriar terras e assentar as famílias.

A HISTÓRIA: um registro a partir das falas dos caminhantes

*E viva a vitória no chão
Sem a concentração
Dos latifundiários
Seguimos ocupando terra
Derrubando cercas
Conquistando chão
Zé Pinto*

Em dezembro de 1999 teve início o acampamento "Dom Hélder Câmara" na fazenda Chimbó, localizada na rodovia Brigadeiro Faria Lima no município de Matão, interior do estado de São Paulo. Mil e duzentas famílias se juntaram ao MST e acamparam no local. Todas com a mesma esperança de conseguir um lote de terra.

No dia 18 de dezembro de 1999 nós ocupamos lá. Nós chegamos e havia mais tantos outros ônibus, caminhões, carros com as mudanças chegando. Foi aquela festa danada e na verdade, foram 1.200 famílias, era uma cidade praticamente. Éramos organizados em 32 grupos, cada grupo tinha o seu coordenador, de vários tipos: coordenador da segurança, da saúde, da higiene, da alimentação, da educação, da cultura. Uma coisa bem estruturada mesmo. E dali começamos esta luta. (Paulo da Silva, diário de campo 28/09/2010).

Inicia-se para estas famílias uma trajetória que traria muitas experiências e lições de vida, corajosas e esperançosas de um futuro melhor. Deixaram uma vida toda para trás nas respectivas cidades de origem, abandonaram tudo, para iniciar a luta por um pedaço de terra.

Após três meses neste acampamento, estas famílias foram notificadas que seriam despejadas. Apenas uma das várias ameaças que viriam pela frente. Logo após a notícia, várias famílias desistiram. Apenas 122 famílias das 1.200 permaneceram na luta, mudaram para a fazenda Santa Avóia no município de

Barretos/SP. Em condições sub humanas, famílias que não podiam arcar com as despesas da mudança individual, tiveram que se submeter às condições que o caminhão coletivo gratuito podia lhes oferecer. Crianças, idosos, animais e pertences pessoais foram transportados em um caminhão de boi. Percorreram mais de 100 km, partiram para um local onde jamais haviam estado, em direção a um futuro incerto.

Neste local, não havia água e as condições de sobrevivência eram muito precárias. Algumas famílias se juntaram em comissões e arrecadaram alimentos nas cidades vizinhas, a moradia era um barraco de lona preta à beira da estrada onde os moradores sofriam com os veículos imprudentes que ali transitavam.

O grupo era dividido em subgrupos de base e "todos" deviam participar de alguma coordenação. Havia equipes de saúde (viabilizava condução para ir ao médico e remédios para os acampados), de educação (que resolvia as questões relacionadas à educação: ônibus escolar, matrícula, material escolar, etc.), almoxarifado (montava as comissões que iriam arrecadar alimentos e os distribuíam para as famílias), com coordenadores e seus suplentes. A grande união do grupo era cativante, aquele ânimo do início movido por esperança de um futuro feliz, um espírito de luta que poderia superar qualquer tipo de dificuldade.

Em meio a várias reintegrações de posses e muitas mudanças da estrada para a fazenda e vice-versa, as famílias permaneceram por dois anos no local. O tempo passava e a dificuldade de permanência na luta aumentava.

Algumas famílias mudaram para outros acampamentos e foram assentadas muito antes do que aquelas que ali permaneceram⁸. Restaram naquela estrada, apenas 55 famílias que ficaram sem a coordenação do MST e decidem se desvincular desta organização.

Lá no acampamento nós "baixamos a bandeira" do MST e continuamos com o Padre Noel como liderança dando apoio às famílias e o Piauí como segundo líder. Nós não tínhamos mais como ficar ali, porque éramos em poucas famílias. Até que o prefeito da cidade começou a "rondar", mandou algumas pessoas da pastoral para investigarem quantas crianças nós tínhamos, quantas pessoas éramos. Era um acampamento muito extenso e

⁸Neste período, algumas famílias ocuparam uma fazenda próxima a Ribeirão Preto e foram assentadas.

eles achavam que haviam muitas famílias e não daria para mexer com nós, mas feito este mapeamento, descobriram que não havia muitas pessoas assim (Vanderlei, diário de campo 28/09/2010).

Como vimos no depoimento acima, somente com a direção política do Padre Noel e do Piauí, o grupo sofre uma nova ação de despejo da estrada e decidem se refugiar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barretos. Neste processo seus pertences foram retidos no almoxarifado municipal, por isso precisaram fazer arrecadações de comidas, roupas, colchões, roupa de cama entre outras coisas de primeiras necessidades. Entretanto, após terem recusado uma proposta de ocupação em outra fazenda, estas famílias foram expulsas do Sindicato por outras 20 famílias organizadas pelo próprio presidente desta entidade

Mais uma vez sem destino, crianças, idosos, adultos, dormiram em uma Praça até que o Bispo da cidade oferecesse moradia em uma propriedade da igreja que se localizava a cerca de 50 km de Barretos, chamada Povoado Prata. Foram muito bem acolhidas nesse local, entretanto, não havia muitas condições de subsistência ali; os pais tinham dificuldade de sustentar seus filhos, não passaram fome, mas quase isso. A refeição principal era composta pelos alimentos arrecadados na cidade de Barretos e os peixes pescados do rio que havia próximo ao acampamento.

Neste momento, algumas famílias já não agüentavam mais a pressão e as condições de vida que lhes eram possíveis, algumas voltaram para suas respectivas cidades. Já para as outras, voltar para casa seria muito difícil, pois já não restava mais nada, uma vez que se desfizeram de seus pertences para morar no acampamento. Para estas pessoas haviam apenas duas saídas: esperar para ver o que aconteceria ou, com muita força de vontade, mudar aquela situação.

Reuniram-se em assembleia, organizaram-se e decidiram, todos juntos, que teriam que mudar esta realidade. O coordenador, Piauí, buscou ajuda junto ao presidente da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Élio Neves, que aceitou dar apoio político⁹ às 40 famílias que restaram.

Na direção da FERAESP, juntaram-se com um grupo também dissidente do MST que estava acampado na beira da estrada da Fazenda Experimental de Colina/SP, por mais de 6 anos. Neste momento formou-se um grupo maior.

⁹Além do apoio político, a FERAESP auxiliou no transporte e distribuição das cestas básicas para os acampados, fez negociações com a polícia e o prefeito da cidade para impedir os despejos e mostrou caminhos para o grupo.

Organizados e com apoio se fortaleceram, fizeram trabalho de base, formaram um grupo de 150 famílias e ocuparam a fazenda. Logo em seguida, na reintegração de posse da fazenda houve conflito com a polícia, o qual terminou com 10 acampados feridos e três presos pela Polícia Militar.

Depois desse conflito, o grupo mudou novamente para a estrada, mas após alguns meses receberam a notícia de um novo despejo. Sem muito sucesso em continuar no local, estas famílias se mudaram para um lote irregular em um assentamento no município de Ibitiúva (próximo a Pitangueiras, interior de São Paulo). Permaneceram no local por aproximadamente 2 anos e, depois, migraram para o assentamento Monte Alegre na região de Matão.

Alguns meses depois se mudaram para um acampamento muito antigo na região de Boa Esperança do Sul chamado Cachoeirinha e logo na próxima mudança várias famílias ficaram neste acampamento, na expectativa de conseguirem seu lote mais rápido. Infelizmente, estas famílias ainda não conseguiram o tão esperado lote de terra.

Após várias mudanças, tendo em vista que as fazendas de Descalvado já vinham sofrendo um processo de transferência da União para o INCRA, o pequeno grupo se dividiu em subgrupos e um deles acampou no escritório do INCRA em Araraquara. Os outros acamparam em São Carlos na fazenda Santa Helena e em Descalvado, quando tiveram a informação que o MST iria ocupar estas fazendas, mesmo antes da aprovação do INCRA. Decidiram então ocupar estas terras. E no dia 21 de dezembro de 2005, 66 famílias ocuparam a fazenda Santa Clara, tendo como principal objetivo em comum um lote de terra para o sustento de seus filhos e melhores condições de vida. Seria o início do Assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro.

Posteriormente aos longos processos judiciais, lutas e desafios, o INCRA, no dia 16 de outubro de 2006, considerou como oficial o assentamento chamado por todos de PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro, nome inspirado na data da ocupação destas terras. Naquele momento, após sete anos de sonhos e lutas, das 36 famílias que compunham este grupo original¹⁰, apenas seis famílias fazem parte do assentamento. As demais vieram de outros trabalhos de base feitos na região¹¹, no decorrer desta longa caminhada.

¹⁰Grupo originário da 1ª ocupação na cidade de Matão. Vindos das cidades do estado de São Paulo Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Teresina do estado do Piauí.

¹¹Monte Alto, Bebedouro e Campinas.

Considerações finais

No decorrer destes anos de luta pela terra, na condição de acampada, vivenciei vários dos momentos bons e ruins pelos quais passamos até a obtenção de um lote de terra. Hoje, na condição de filha de assentado e universitária, tenho a oportunidade de reconstruir esta história/memória que está guardada em muitas pessoas que sentiram este processo na pele.

Por um lado, o registro da história de luta pela terra é importante para mostrar como são difíceis as condições para que uma família seja assentada, seja no relacionamento com outros atores sociais ou pela própria persistência de continuar na luta. Por outro, é importante para a trajetória deste assentamento e para as gerações futuras saberem o valor da luta social de seus familiares.

Atualmente, 18 famílias estão assentadas na comunidade Agrária 21 de Dezembro e, destas, apenas seis desde a primeira ocupação em 1999. São famílias que aprenderam, ensinaram e fizeram muitas afirmações durante esta caminhada da luta pela e terra conseguiram alcançar parte de seus objetivos para reconstruir suas vidas. Entretanto, ainda continuam a luta após a constituição do assentamento, pois a entrada na terra não significa o final de suas reivindicações, frustrações e conquistas.

Referências

ANDRIOLI, Joceli. [et all]. Sujeitos adultos do Campo: sua formação nos movimentos sociais. IN: CALDART, Roseli S.; DOLL, Johannes; PALUDO, Conceição. [orgs]. **Como se formam os adultos do campo?** Idosos, adultos, jovens crianças e educadores. Brasília/DF: PRONERA: NEAD, 2006. pp. 51-72

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina:** Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp: Campinas/SP, 1998

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ler e escrever: as palavras e o mundo. Cap. 1. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [org]. **De Angicos a ausentes:** 40 anos de educação popular. Porto Alegre?/RS: MOVA-RS; CORAG, 2001. pp. 13 - 41.

_____. **O que é educação.** São Paulo/SP: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos, 20)

BRASIL, **Constituição Federal** (1988). Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/01/2011.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3 ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2004

FERNADES, Bernardo M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Revista de Cultura Vozes n°2, 1999. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/43541772/Brasil-500-Anos-de-Luta-Pela-Terra>> . Acesso em 18/01/2011

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra.** Vozes Sem Terra. novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=OCCUPATI778&ng=p&sc=3&th=42&se=0>>. Acesso em: 05/03/2011

_____; MENEGUETTE, Arlete ; LEAL, Gleison M. ; FAGUNDES, Diana C. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP. IN: BERGAMASCO, Sonia M. P. P. ; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera L. S. B. [orgs] **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP ; Araraquara/SP: UNIARA ; São Paulo/SP : INCRA, 2003. pp. 79-104 Cap. V.

LE GOFF, Jacques. Memória. IN: LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 pp. 423-477

LUCINI, Marizete. **Memória e História na formação da identidade Sem Terra no assentamento conquista na Fronteira.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil.** Quadernos de Antropologia Social, n. 20, 2004. p. 11-23. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n20/n20a02.pdf>>. Acesso em: 06/01/2011

SILVA, Maria do Socorro. **A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural.** I Módulo do Curso de Formação Política da Escola Nacional de Formação da CONTAG, de 14 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.lecampo.com.br/arquivos/textos_artigos/Texto_A_HISTORIA_DAS_NOSSAS_RA%C3%8DZES_Socorro_Silva.pdf> Acesso em: 14/04/2011

AMBIGUIDADES E ASSIMETRIAS DE INFORMAÇÕES NO PROCESSO DE PARCERIA AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: EQUÍVOCOS DA MEDIAÇÃO

Reginaldo Barbosa de Almeida¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: A proposta deste artigo é analisar a mediação das condições contratuais envolvendo a Fundação ITESP, a partir da parceria para fornecimento de cana-de-açúcar entre usina e os assentados do Horto de Bueno de Andrada. Tal discussão é feita através de uma cuidadosa pesquisa documental e de diálogos, registrados em diários de campo, com os assentados. O Itesp, legalizado como proprietário das terras do assentamento, a opção pela parceria, até certo ponto contestada, o papel da usina como parceira põem em questão equívocos da mediação e o fato dos assentados permanecerem à margem dos projetos, decisões e possibilidades de uso da terra.

Palavras-chave: Parceria; Mediação; Fundação Itesp; Assentamentos Rurais.

Abstract: *This paper aimed at the analysis of the terms and conditions of a Mediation Agreement involving the ITESP Foundation, a third-party mediator, and a partnership between sugar mill and rural workers settled in the Horto de Bueno de Andrada settlement, for sugarcane supply. This investigation involved a careful examination of documents and dialogues held with settled workers, which are recorded in field diaries. The Itesp,*

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Área de Concentração Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade), UNIARA (Centro Universitário de Araraquara).

²Coordenadora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA (Centro Universitário de Araraquara).

legitimate owner of the land within the settlement areas, an implied covenant to meet the requirements of the partnership, and which is disputed to some extent by one partner, the sugar mill, that makes claims against mediation errors or omissions and the fact that the settled workers remain on the sidelines of the projects, decisions, and possibilities for land use.

Keywords: *Partnership; Mediation; Itesp Foundation; Rural Settlements.*

Introdução

A proposta deste artigo é poder trabalhar algumas condições contratuais envolvendo a Fundação ITESP e os assentados do Horto de Bueno de Andrada. A Fundação ITESP representa um papel de grande importância para o bom e adequado desenvolvimento dos assentamentos sob sua administração, ainda que permeado por ambigüidades. Para propormos uma melhor compreensão da proposta do texto, tivemos que trabalhar alguns conceitos como o conceito de parceria, uso, posse e propriedade.

Propõe-se um esclarecimento, através da análise jurídica e sociológica dos contratos já existentes entre parceiros, nos assentamentos rurais, através da discussão de sua verdadeira efetivação legais das ambigüidades aí contidas. Esta efetivação legal seria o enquadramento dos contratos ao rol dos requisitos exigidos pela portaria 77/2004, dando assim legalidade à parceria. Uma das metas da comunicação é analisar também os benefícios adquiridos com a parceria e os seus prejuízos.

Procuro me diferenciar, sem desconsiderar, as análises já feitas sobre a parceria com a cana, as quais incidem sobre a assimetria de informações e sobre o sistema de controles e poderes subjacentes a esta paradoxal situação. Tais análises, (FERRANTE, 2007/2008, QUEDA et al., 2009) discutem o peso das parcerias nos rumos dos assentamentos rurais.

Tratam de parceria, mas não adentram na análise jurídica dos fatos, o que torna este artigo uma contribuição ao conteúdo já publicado sobre as parcerias, uma possibilidade para esta pesquisa de complementar o tema.

A proposta de pesquisa para este artigo analisa as possíveis ambigüidades nas relações de parcerias no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. Pensava-se, no princípio, na ocorrência de imprecisões que estariam restritas à relação usina-assentado. Mas ao discorrer sobre a literatura pertinente, com o auxílio da pesquisa documental e do diálogo travado com os assentados, foi possível compreender que havia uma trama nas relações contratuais que ia além

da bipolaridade do contrato de parceria firmado com a Usina. Tais contradições apareceram no assentamento muito antes da chegada da cana.

Com o auxílio da pesquisa de campo e a construção de um diário (caderno de relatos), foi analisado, passo a passo, o desenrolar da parceria. O pesquisador obteve cópias do Termo de Permissão de Uso do ano de 1997 e de 2008 e o contrato de parceria entre o assentado do Horto de Bueno de Andrada com a Usina. Com documentos cedidos pelos assentados, houve em campo, a oportunidade de trabalhar com o assentado através de questionário aberto, sem a utilização de gravadores e, muito raramente, a utilização da fotografia. A proposta era de não constranger o assentado com perguntas formais ou questionários fadigosos. Por meio de um diálogo aberto, a conversa caminhava por temas diversos. Percorremos vários trajetos históricos da construção dessas parcerias ocorridas no Horto (WHITAKER, 2002).

I.2. A parceria no campo jurídico

Ao tratar de parceria, diante das múltiplas opções para desenvolver uma pesquisa, a proposta foi trabalhar a parceria buscando conceituá-la através do com o dispositivo da Lei fornecido pelo Estatuto da Terra. Trabalhando com um conceito legal de parceria, poderão ser suprimidas possíveis divergências sobre o termo.

Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos
Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964

Entretanto, o conceito de parceria indicado pela Lei não pode ser considerado único. Pois o Direito não é uma ciência de caráter absoluto. Pelo contrário, o Direito ou a Ciência Jurídica tem, em seu bojo, um campo enorme de subjetividade, principalmente quando esta aparece auxiliada por outra ciência como a Sociologia, Antropologia dentre outras.

Para uma argumentação de parceria com base no Estatuto da Terra, temos a

necessidade de conceituar também alguns institutos do direito civil, tais como o instituto do uso, o instituto da posse e o usufruto. No dia a dia é comum encontrar pessoas falando sobre estes três institutos como se fossem sinônimos, o que é um equívoco.

Diferente do arrendamento rural, no contrato de parceria rural não há a fluência plena da posse pelo parceiro-outorgado, mas tão somente o uso específico de um determinado imóvel rural. Em outras palavras, o parceiro-outorgante cede o bem imóvel mas mantém sobre ele alguns direitos, como o de fiscalizar a produção no caso dos frutos ou a real existência dos danos, no caso furtivo ou de força maior. (BARROS, 1999, p.50)

Na ocorrência de possíveis lacunas envolvendo estes institutos do direito civil: posse, uso e usufruto, o levantamento jurídico desses termos surge justamente para elucidar o tema, evitando prováveis confusões. A utilização de forma vulgar destes termos induz ou pode levar os resultados da pesquisa para um caminho obscuro e a análise do pesquisador a possível impropriedade.

A Fundação ITESP: Papel de proprietária da terra?

Para conduzirmos este artigo, trabalharemos a constituição da Fundação ITESP sob a perspectiva Legal, suas obrigações e responsabilidades. Ao se falar em Fundação, devemos nos lembrar que a constituição de uma pessoa jurídica trata-se de uma idéia hipotética e abstrata a qual o direito atribui uma personalidade. Mera convenção social, e não uma pessoa física. O que é uma Fundação, pessoa jurídica de direito público? Sua competência e finalidade?

Foi possível observar, através das pesquisas realizadas no assentamento do Horto de Bueno de Andrada, município de Araraquara-SP e no levantamento documental, que esta Instituição é apresentada não apenas como uma prestadora de serviços aos assentados e remanescentes de quilombolas. No caso dos projetos de assentamentos de reforma agrária, o que inclui o projeto de assentamento do Horto de Bueno de Andrada, a Fundação ITESP representa o papel de proprietária das terras. Assim é o que dispõe a Lei que institui a Fundação ITESP.

Artigo 5º – O patrimônio da Fundação será constituído por: II.bens móveis e imóveis atualmente destinados ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", ou por ele utilizados;III.bens

imóveis da administração direta que vem sendo utilizados nos planos públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, assim como bens imóveis das entidades da administração indireta utilizados na forma da mesma lei, que vierem a ser por estas transferidos; IV. terras devolutas estaduais, apuradas em ações discriminatórias e destinadas aos projetos de assentamento fundiário;
(Lei 10207/99 do Estado de São Paulo)

O levantamento desses dados permitiu ao pesquisador fazer uma análise da relação existente entre assentados e a Fundação ITESP, primeiro sob a base do Estatuto da Terra. A argumentação percorre no sentido de que a Permissão de Uso fornecida para o assentado está mais próxima de uma parceria agrícola. Como é comum encontrarmos contratos com uma nomenclatura que diverge do seu conteúdo, isso não invalida as cláusulas contratuais. Mas pode levar um dos contratantes ao desconhecimento de alguns direitos essenciais para o equilíbrio da contratação. Situação que pode gerar assimetria de informações.

Podemos dizer que isto ocorreu com os assentados do Horto de Bueno de Andrada. Ao receberem o Termo de Permissão de Uso, não poderiam imaginar que aquele documento foi construído sob as bases da Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964, isto é, o Estatuto da Terra, e não um contrato civil para regulamentar o uso da terra fornecido ao assentado.

Analiseemos de fato um contrato de parceria entre a Fundação ITESP e o assentado do Horto de Bueno de Andrada. Mesmo que esse contrato possa ser atípico tanto para o direito civil como para o direito agrário, levaria qualquer outro sujeito, pessoa física ou jurídica, numa união contratual para a exploração da terra à condição de subparceria no contrato de parceria com o assentado.

A subparceria é um contrato derivado. Sua existência depende, pois, de prévia existência de um contrato de parceria. Pode ser inserido na categoria de um subcontrato agrário e como tal, sobre ele incide todas as regras que são pertinentes a este tipo de relação jurídica. Para ele são transferidos todos os direitos e obrigações do parceiro-outorgado, ou apenas parte dele. Sua validade, entretanto, depende de um consentimento expresso do parceiro-outorgante. Sem ele não existe subparceria válida e o sub-parceiro outorgante pratica ato que possibilita a denúncia do contrato de parceria através de ação de despejo de rito sumário (BARROS, 1999, p. 55).

No caso, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é apresentado como órgão regulador das questões fundiárias em terras da União. A princípio, sugere uma falsa impressão pensar que a fundação ITESP está submetida à hierarquia do INCRA. O INCRA é uma autarquia federal, compõe a administração indireta da União, pessoa jurídica de direito público (MEDAUAR, 2002). Não existe um conflito de competência. As atribuições da Fundação ITESP, mesmo contendo finalidades equivalentes ou iguais, são de caráter estadual. Atua em terras pertencentes única e exclusivamente ao Estado de São Paulo. Não se esquece, porém, que através de um consórcio, a Fundação ITESP atuou como prestadora de serviço aos assentados do assentamento Bela Vista, sob a administração do INCRA.

Além das "lentes" jurídicas a opção forçada

Ao adentrarmos a análise de um contrato de parceria representada pelo ITESP e relacioná-lo com a portaria 75/2002, revogada pela 77/2004, surpreendentemente, o contrato firmado entre Usina e assentado do Horto de Bueno de Andrada não se enquadra nas exigências da portaria 77/2004, pois como se segue o artigo 5º, *"O projeto técnico deverá incluir, plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvido o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada.* (PORTARIA Nº 77/2004) Não ocorreu qualquer cumprimento destes requisitos.

Também o contrato de parceria assinado pelo assentado do Horto de Bueno e a usina Maringá indústria e Comércio LTDA parece ser atípico no universo do Direito Agrário, pois foge à regra e não se regulamenta pelo Estatuto da Terra no que diz respeito à parceria rural. Esta incongruência do contrato de parcerias dificulta determinar do que trata especificamente o contrato entre os parceiros.

Para o Direito, o trabalhador rural assentado se torna um dos pólos da relação de parceria, sujeito dotado de personalidade e capacidade civil. Tem plena responsabilidade sob os atos de sua vontade. Ao contratar, toma para si a obrigação de cumprir na íntegra todas as cláusulas contratuais.

Observa-se que a Fundação ITESP representa o papel de proprietária das terras onde está o assentamento do Horto de Bueno, segundo o dispositivo legal; parceira-outorgante. Este dispositivo legal condiciona a Fundação como proprietária das terras ou possuidora direta. Consolida-se essa argumentação quando através da portaria 77/2004, o ITESP autoriza o assentado a contratar parceiros para explorarem a terra mediante a tutela da Fundação. O assentado

surge como parceiro-outorgado, desde que se considera que existe entre a Fundação ITESP e o assentado uma relação contratual para que este último possa explorar a terra.

O parceiro-outorgante, no caso específico o assentado, mediante a autorização da Fundação, acaba por contratar a Usina Indústria e Comércio LTDA para explorarem a terra em conjunto. Esta usina, só está autorizada a contratar com o assentado, trabalhador rural do Horto de Bueno de Andrada mediante determinação legal expressa pela portaria 77/2004, condicionando a usina Maringá como subparceira-outorgada. (BARROS, 1999).

A cana surge como uma possível proposta de produção agrícola e como estratégia da Fundação ITESP para o desenvolvimento econômico do assentamento como forma de parceria. Junto a esta proposta aparece o domínio da Fundação ITESP nos interesses do "assentamento", ou seja, na área de terra destinada à reforma agrária, agregando à ela capital econômico e valorização no mercado imobiliário. Já existe uma dificuldade em pensar uma parceria entre trabalhador rural e uma Usina. O esperado, em princípio é um universo de conflitos, como foi assinalado por Queda em seu artigo, Assentamentos Rurais: Alternativas Frente ao Agronegócio:

A produção de cana-de-açúcar, qualquer que seja a relação com a agroindústria açucareira, bem como a produção de espécies arbóreas exóticas (Eucalipto e Pinus) para a indústria de papel e celulose, são exemplos de conflitos que surgem não somente entre as famílias dos assentados e as agroindústrias, mas também entre as próprias famílias. Deste modo, a cooperação, um componente básico na organização social dos assentamentos, e fundamental na agricultura alternativa, fica abalada. (QUEDA, 2009 p.54)

Se remetermos o pensamento à constituição da Fundação ITESP: suas atribuições, formação jurídica e econômica, deve-se analisar a mudança da personalidade jurídica do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) para a Fundação ITESP. Como fundação, o ITESP deixa de ser uma autarquia estadual, e adentra no universo do domínio privado. Cria-se, com este fato um vazio de representatividade do órgão gestor do assentamento, o que acaba por reforçar a impotência dos assentados. Podendo, através da soberania administrativa e financeira da Fundação, os assentados são submetidos à condição de objetos possíveis de especulações econômicas.

Dos contratos que foram analisados no assentamento do Horto de Bueno de

Andrada, não foi possível encontrar qualquer distinção de conteúdo relativo às cláusulas contratuais, pois os contratos com a Usina Maringá são uniformes para todos os contratantes do Horto. Todos os assentados que optaram por fazer a parceria assinaram um contrato com uma única usina. *Como parceria rural, entendemos as relações contratuais envolvendo o uso do imóvel rural* BARROS (1999, p. 41) e que é regulamentado pelo Estatuto da Terra e a Lei 59566/64. Com isso, surge a padronização contratual com estes assentados. Este contrato³ contém, em sua formação, a figura de três sujeitos, todos os três interligados diretamente nessa relação de que foi denominada como parceria agrícola. Temos como sujeitos nessa relação contratual a Fundação ITESP, o trabalhador rural assentado e a Usina Maringá Indústria e Comércio LTDA.

A Fundação ITESP, pessoa jurídica de Direito Público

Tratar do tema fundação pública tem sido um paradoxo para os operadores do Direito. Neste sentido, a Fundação ITESP como uma instituição do Direito público se insere num conflito teórico entre os operadores e doutrinários juristas sobre o caráter desta personalidade jurídica. As fundações no seu conceito histórico sempre estiveram regulamentadas pelo Direito privado, pois era o que distinguia uma fundação de uma autarquia. Para alguns civilistas, a fundação privada é assunto consolidado com a aceitação de sua existência, enquanto para outros, há a aceitação da transposição da fundação também para o ramo do direito público. *"De tal modo foi a fundação delineada pelos cultores do direito privado que ainda em nossos dias há os que não admitem a existência das chamadas fundações públicas, realidade aceita por autoridades incontestes, nacionais e internacionais.* CRETELLA (1971, p. 46).

Mesmo com a resistência da doutrina brasileira em conceber a fundação como entidade do direito público, esta foi tomando espaço e consolidou-se, criando desta forma uma distinção entre fundação de direito privado e fundação de direito público. Talvez a distinção mais marcante entre ambas ocorra na origem de sua instituição, ou seja, se privada, seu instituidor e o patrimônio a ela destinado devem ser particulares. Enquanto a fundação pública deve ser instituída pelo poder

³Esse contrato tem como título: COMPROMISSO PARTICULAR DE INTENÇÃO DE PLANTIO, CULTIVO E FORNECIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR NAS SAFRAS 2008 A 2112 no lote.14. Bueno de Andrada em Bueno de Andrada – Araraquara-SP Firmado entre USINA MARINGÁ LTDA. e a família residente neste sítio.

executivo na forma da lei através de um decreto que ao estabelecer o seu patrimônio, pode ser tanto da iniciativa privada quanto pública (Di PIETRO, 2002).

A Fundação ITESP, pessoa jurídica de direito público, tem, pois, um fim objetivado e autonomia financeira, administrativa com patrimônio próprio.

Dentre o patrimônio sob sua administração temos toda a terra destinada aos projetos de assentamento do estado de São Paulo, exceto as terras sob administração do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Aparece como sujeito dessa relação jurídica, pois como cabe a ela, Fundação ITESP tem com exclusividade o poder de ingerência sob as terras de sua administração. Segundo a lei 10207/99 do Estado de São Paulo, temos:

Artigo 2º – A Fundação terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado. II. implantar assentamentos de trabalhadores rurais nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e

Artigo 5º – O patrimônio da Fundação será constituído por: II. bens móveis e imóveis atualmente destinados ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", ou por ele utilizados; III. bens imóveis da administração direta que vêm sendo utilizados nos planos públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, assim como bens imóveis das entidades da administração indireta utilizados na forma da mesma lei, que vierem a ser por estas transferidos; IV. terras devolutas estaduais, apuradas em ações discriminatórias e destinadas aos projetos de assentamento fundiário;

(Decreto legislativo n 10207/99 do Estado de São Paulo)

O artigo 5º da lei 10207/99 fala sobre a constituição do patrimônio da Fundação ITESP e os incisos seguintes dizem taxativamente que todas as terras de caráter público ou que estejam destinadas a projetos de reforma agrária, constituídas ou não no estado de São Paulo são de sua propriedade. Para desenvolver a idéia de proprietário utilizaremos a conceituação jurídica do art. 1228 do Código Civil brasileiro: "*O proprietário tem a faculdade de usar, gozar, dispor da coisa e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.*" (VENOSA, 2005, p.160). Com o direito de uso e gozo garantido ao proprietário, este por sua vez pode se bem lhe interessar, ceder o bem imóvel por meio de locação, comodato, arrendamento,

usufruto, parceria para fins legais não havendo qualquer impedimento. Outra figura importantíssima para garantir o direito de propriedade é a posse. Segundo Venosa *"a posse constitui o fato que permite e possibilita o exercício do direito de propriedade"* VENOSA (2005, p.43). Encontramos na figura do instituto da Posse dois atributos fundamentais para a sua manutenção: o usucapião e a proteção possessória.

Com a intenção de resguardar a propriedade das terras que são destinadas para projetos de reforma agrária, a Fundação ITESP concede ao trabalhador rural apenas uma autorização de uso. Esta autorização de uso impossibilita que o assentado venha a adquirir qualquer um dos direitos garantidos pela posse, isto é, usar, gozar e reavê-la quando ocorrer a perda por meio ilícito. A autorização de uso fornecida para o assentado do Horto de Bueno de Andrada nada garante em termos de Direito. O assentado está apenas autorizado a usar a área e o uso não pode ultrapassar o suficiente para suprir as suas necessidades e as necessidades de sua família. O Código Civil brasileiro no seu art. 1412 diz que: *"O usuário usará a utilidade da coisa dada em uso, quanto o exigirem as necessidades pessoais e de sua família"* VENOSA, (2005, p.449).

Alicerçado no instituto do uso é que a autorização permissionária de uso⁴ do assentado contém condições expressas de proibição e as encontramos na cláusula terceira do TPU (termo de permissão de uso)⁵: *"Esta autorização de Uso, gratuita, não reconhece qualquer direito possessório ou dominal, a qualquer título, a(o)(s) beneficiário(a)(s) porque concedida por mera liberalidade e a título precário"* TPU (1997). Em consonância com a cláusula terceira, a cláusula quarta letra "e" diz: *"Não ceder o uso da área por alienação, cessão, aluguel, empréstimo ou por qualquer outra forma, no todo ou em parte"*.

O fato de haver uma cláusula proibitiva de parceria no TPU, como consta a cláusula quarta letra "e" determina que apenas a Fundação ITESP possa retificar a proibição e impor novas condições de explorar a terra, possibilitando uma abertura para a produção agroindustrial. A portaria 77/2004 da Fundação ITESP é a retificação necessária para que os assentamentos sob a administração da Fundação pudessem contratar parcerias com a agroindústria. Sem a presença da Portaria 77/04, qualquer relação contratual envolvendo a terra, poderia

⁴Decreto Estadual nº 33.706/1991, – SECRETÁRIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

condicionar o assentado em condição irregular, possibilitando a retirada imediata do trabalhador rural da terra.

O que propusemos até o momento foi desenvolver um raciocínio com a pretensão de apresentar a Fundação ITESP como proprietária e possuidora direta das terras que por ela são administradas. Ao conceder a permissão para o assentado contratar parcerias, gerou para este o ônus de qualquer tipo de prejuízo advindo do envolvimento contratual. Requisito que também foi lembrado no contrato de parceria com a citação do art. 9º inciso V, que diz: *"responsabilidade pessoal e exclusiva dos contratantes (empresa e assentado), ficando a Fundação ITESP isenta de qualquer obrigação proveniente desse contrato"*. Portaria 77/2004.

Esta não é a única possibilidade de análise do TPU, se submetermos este termo ao crivo analítico do Estatuto da Terra, e à lei 59566/66 que o regulamenta, podemos reafirmar que a propriedade da terra do projeto de assentamento do Horto de Bueno de Andrada no município de Araraquara-SP está sob o domínio da Fundação ITESP, como também concretizarmos que o trabalhador rural sem terra não tem qualquer garantia dominal sob a terra em que está assentado.

Observa-se que a parceria rural em quase nada difere do Instituto do Uso, nos é apresentado é que a Fundação ITESP está estritamente resguardada pelo Estatuto da Terra para fundamentar suas relações contratuais com o assentado. Pois não poderia ser diferente, isto é, todas as relações de cunho agrário estão submetidas ao crivo do Estatuto da Terra, ficando o Código Civil como subsidiário naquilo que o Estatuto não tratar especificamente. Comparamos direitos e obrigações do usuário e do parceiro outorgado, no caso, o assentado. O TPU é composto das regras do contrato de parceria, o que nos possibilita concluir que o assentado é parceiro da Fundação ITESP. O que não fica claro é a forma de vantagens ou o pagamento feito para a Fundação ITESP pelo assentado por estar usando a terra. Fica subentendido, segundo cláusula sexta do TPU, que o pagamento pelo uso da terra são as benfeitorias feitas na gleba, sejam elas uteis ou necessárias.

Partindo de um raciocínio hipotético e abstrato, de que o assentado contrata financiamento junto ao Banco do Brasil, é beneficiado com Procer e Pronaf. Constrói casas, fura poços, faz cerca, capina os brotos provenientes do cerrado, mantendo o lote "limpo", joga calcário no solo, retira eucalípido da terra nas costas tal qual um animal de carga, sacrifica a família impondo uma atividade laboral superior as suas capacidades, utiliza de ferramentas rústicas para manuseio do solo, faz a carpa das plantações com enxadas, busca sustento para o gado na

beira dos bréjos, vende o leite a R\$ 0,53 o litro, adquire dividas superiores a sua capacidade econômica. Todo este trabalho não garante sequer uma subsistência, pois falta acesso à saúde, educação, lazer, cultura e após vinte anos de labuta, é tirado da terra por meio de uma simples notificação ou com uma ação de despejo de rito sumário sem ao menos ter direito da ampla defesa e o contraditório.

As relações assimétricas de poder Ferrante (2008), aparecem em grande constância nos dados levantados e apresentados nessa pesquisa.

Outro fato não menos importante é a condição em que está a Usina nesse contexto jurídico-contratual. Se levarmos em consideração que existe de fato e de Direito uma parceria rural entre assentado e a Fundação ITESP, a Usina irá ocupar o papel de subparceira rural pois o contrato entre assentado e a usina trata-se de um contrato derivado.

O parceiro-outorgado não pode dar o objeto do contrato de parceria, no caso estudado a terra, a qualquer título, seja ele gratuito ou oneroso. Esta regra do Direito Agrário, estruturada pelo Estatuto da Terra tem com o objetivo resguardar os direitos de posse e propriedade do seu dono. Se trazermos para a discussão a cláusula terceira do TPU, teremos quase que o mesmo texto. Ficando vetado ao assentado como parceiro outorgado "*ceder o uso da área por alienação, cessão, aluguel, empréstimo ou por qualquer outra forma, no todo ou em parte*". Considera-se a parceria rural dentre as outras formas de cederem o uso do solo, mesmo não sendo mencionadas no TPU, a parceria rural fica proibida sem a prévia permissão expressa do parceiro-outorgante, ou seja, o proprietário da terra que neste caso é a Fundação ITESP.

A parceria "consentida"

A atitude do assentado em contratar parceria com a usina no Horto de Bueno se deu com a prévia autorização do proprietário, parceiro-outorgante. Esta autorização torna-se expressa e pública com a portaria de nº74/2002 que é revogada com a portaria de nº77/2004, como todos os atos da administração pública devem ser. A Fundação ITESP permitiu a parceria rural com empreendedores do agronegócio que exploram a atividade agroindustrial na região. No ato da autorização, isto é, com a portaria de nº77/2004 a Fundação ITESP resguardou para si os direitos de proprietário, isto é o que consta no seu art. 8º, "*Caberá à Diretoria Adjunta de Políticas de desenvolvimento: inciso I- aprovar e acompanhar a execução dos projetos técnicos*"; podendo fiscalizar, aprovar as propostas de parcerias, fazer balanceamento dos gastos e ganhos anuais, bem como determinar a área a ser cedida e o seu percentual.

A Fundação ITESP apesar de ter sido fundada em 1999 surge de uma sequência de outras instituições estatais. Com a consolidação do assentamento do Horto de Bueno de Andrada no ano de 1997, o órgão gestor responsável na ocasião ainda era conhecido como Departamento de Assuntos Fundiários, mesmo com a criação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Em 1999, com a criação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo ITESP, passa a ser órgão gestor do assentamento Horto de Bueno por uma determinação legal. Atribui-se a esta instituição os poderes de ingerência sobre a administração de terras públicas e sua regularização. A inovação ocorre com o estabelecimento dos poderes de mediação de conflitos fundiários, capacitação de trabalhadores rurais e atendimento às comunidades de quilombos funções que o destituído DAF não tinha atribuição.

Ao ser inserido o ônus da capacitação de trabalhadores rurais ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o instituto deixa de ser apenas um órgão gestor nas questões fundiárias do estado, passa a ser um prestador de serviço aos trabalhadores rurais e as comunidades quilombolas. O que obriga esta instituição investir nestas comunidades com a finalidade de promover um aprimoramento das técnicas de produção no campo. Obrigações que não vem sendo cumprida.

Toda prestação de serviços fornecida pela Fundação ITESP, conta com um orçamento anual, e que este deve ser aprovado pela Câmara dos Deputados e computado com o restante das verbas orçamentárias do Estado de São Paulo. Foi possível levantarmos o orçamento destinado à Fundação ITESP do ano de 2010 e a proposta orçamentária de 2011. Contou a Fundação ITESP, com um orçamento anual destinado a 2010, num montante de R\$ 39.000.000,00 (trinta milhões de reais). Se fosse possível destinar esse valor de uma maneira aritmética para cada família, de assentados ou remanescentes quilombolas sob a coordenação da Fundação ITESP, obteríamos um orçamento anual de aproximadamente R\$ 3.482,14 (três mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e quatorze centavos), o que seria o mesmo em dizer que esta verba renderia R\$290,00 (duzentos e noventa reais) mensais.

Falando do assentamento do Horto de Bueno, e sua trinta e uma famílias, diríamos que este assentamento contou com um orçamento para o ano de 2010 num total de R\$107.946,00 (cento e sete mil e novecentos e quarenta e seis reais), anual. Sugere o mesmo que dizer que este assentamento poderia dispor de R\$8995,50 (oito mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) por mês. Talvez este valor fosse insuficiente para poder empregar um veterinário

e um engenheiro agrônomo em caráter permanente, com um contrato por tempo indeterminado. Entretanto, estes mesmos R\$8995,50 (oito mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) mensais, tornam-se recursos econômicos mal utilizados pela Fundação IITESP.

A Omissão da IITESP: Institucional ou involuntária?

Segundo o levantamento que obtivemos através de pesquisa de campo e registrado em diários, observamos que a presença da Fundação IITESP no Horto de Bueno de Andrada, não é periódica, acontecendo tais visitas pelos técnicos somente quando solicitados, ou eventualmente quando a Fundação necessita de alguma informação do assentado ou do assentamento.

Palavras que ficaram transparentes no dialogo que tivemos com o assentado senhor José. *"Eu vim com a minha família da cidade de Ibaté para o assentamento do Horto de Bueno de Andrada no ano de 1997, na ocasião, viemos eu e minha mulher e quatro filhos ainda crianças. Estou aqui já há 14 anos e poderia falar muito sobre a Fundação IITESP e a prestação de serviços que ela tem prestado no assentamento do Horto de Bueno. Para isso, teria que falar de coisas que aconteceram com outras famílias além da minha. Não gostaria de fazer isto, mas posso contar uma experiência que tive com a Fundação IITESP a uns anos passados. O último financiamento do que tivemos aqui no Horto de Bueno, projeto da Fundação IITESP e financiado pelo Banco do Brasil, entre as propostas possíveis como gado, horta, ou outro tipo de cultura agrícola, escolhi trabalhar com a produção de coco da Bahia. Na ocasião do recebimento do dinheiro, de imediato comprei um pouco mais de uma centena de mudas. Preparei o solo, fiz as covas e plantei as mudas. Foi um sucesso, as mudas adaptaram bem ao solo, e tive pouca perda. Aconteceu nos meses posteriores, a uns 8 meses depois do plantio surgiu um tipo "peste" nos pés de coco. Era um tipo de broca, um inseto que corrói o pé de coco pelo interior. Solicitei apoio técnico da Fundação IITESP por mais de uma vez, desesperado com a perda que estava sofrendo, e pensando no prejuízo que deveria arcar com o Banco, insisti. Mas quando o auxílio chegou, foi de pouca valia, pois o técnico não possuía conhecimento do que estava acontecendo. O resultado foi que me sobraram além da dívida junto ao Banco do Brasil, pouco mais do que umas dezenas de pés de coco"*(diário de campo 2009).

Este não foi um caso isolado, se fosse pretensão desta pesquisa, o tema prestação de serviços da Fundação IITESP no assentamento do Horto de Bueno,

teria um enumerado de casos ocorridos na história desse assentamento. Não relataremos os inúmeros casos de omissão ocorridos nesse assentamento. Mas relatamos mais um caso que aconteceu com o vizinho do senhor José. O vizinho do senhor José, que por coincidência também é José, ou Zé como é conhecido, é morador do Horto de Bueno de Andrada, natural de Araraquara, veio para o assentamento em 1994, quando ainda era apenas um acampamento. Na ocasião, estava ele, a mulher e duas filhas.

De acordo com o senhor Zé: *"Tenho dois tanques artificiais para a produção de peixes, não são grandes, cada tanque tem aproximadamente 100 metros quadrados. Num dia de manhã, como de costume, foi tratar dos peixes. Enquanto percorria o caminho da minha casa até aos tanques de peixes, vi no pasto alguns animais caídos. Ao me aproximar, observei que aqueles animais estavam mortos, tratava-se de sete novilhos entre fêmeas e machos. Andando um pouco mais, ao chegar próximo do tanque dos peixes, observei que tinha uma quantidade enorme de peixes mortos. Levei um grande susto com aquela imagem. Notifiquei a Fundação ITESP para que viessem ao meu sítio ver o acontecido e colher material genético para análise. Devido à morosidade da Fundação, eu me adiantei e colhi o material genético para levar ao laboratório para análise. A fundação ITESP não compareceu para fazer a coleta dos materiais, eu por minha conta, levei um pedaço de fígado de boi e as entranhas de alguns peixes para a Faculdade de Veterinária de UNESP no campos de Jaboticabal. O laboratório da faculdade colheu o material que levei e arquivou para fazer a análise, mas para que isso acontecesse, o laboratório necessitava de um aval da fundação ITESP, pois o ocorrido aconteceu em uma área sob a administração da Fundação. Como eu não tinha levado nenhuma autorização da Fundação ITESP, o responsável pelo laboratório deu um prazo de até 30 dias para que eu levasse a autorização, depois desse prazo, o material seria descartado. Os técnicos da fundação ITESP não vieram até o meu sítio para observar o acontecido e auxiliar-me nas providências a serem tomadas. Nem mesmo forneceram autorização no prazo dos 30 dias. Eu, até hoje não sei o que matou os meus sete novilhos e os peixes que estavam nos dois tanques"*(diário de campo 2009).

Como mencionamos R\$ 8.995,50 (oito mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) mensais, pode ser insuficiente para que as 31 famílias do assentamento do Horto de Bueno de Andrada possam ter uma assistência técnica diária no assentamento. Incluindo um engenheiro agrônomo e um

veterinário, o básico. Mas para o tipo de prestação de serviço que a Fundação ITESP tem prestado ao assentado do Horto de Bueno de Andrada, como podemos observar no ocorrido com o senhor José, e o senhor Zé Celindo, os R\$8995,50 (oito mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) mensais, é dinheiro jogado ao vento.

Nem sempre a Fundação ITESP, seja na forma de Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), ou como o antigo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) andou no caminho oposto do desenvolvimento do assentamento do Horto de Bueno de Andrada. No ano de 1997, ocasião da distribuição dos lotes nesse assentamento, relata os assentados, que a autoridade competente para efetuar a distribuição dos lotes nessa data era do DAF, pois não conheciam ainda o Instituto de Terras, mesmo tendo sido fundado em 1991. Segundo artigo Publicado pelos pesquisadores Ferrante e Paladini encontramos o Departamento de Assuntos Fundiários trabalhando em parceria com o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara. Essa parceria foi um período promissor para o assentamento, pois ambas as instituições, trabalhavam em favor de um objetivo comum.

No que se refere à cana, os assentamentos mais antigos da Fazenda Monte Alegre, setores I e II, foram os primeiros a contratar uma parceria agrícola com a Usina Santa Luiza LTDA, principal empregadora dos moradores de Motuca e região, município onde está localizado os assentamentos I e II. Atualmente, esta usina foi comprada pelo grupo Cosan e fechada. O que nos importa nessa história, é que os órgãos responsáveis para avaliar as condições contratuais da parceria foram todos contra a contratação.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado (FERRANTE, 2004, p.137).

O Departamento de Assuntos Fundiários aparece nessa ocasião em atividade junto com o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara com o objetivo de resguardar o assentado para que o mesmo não contratasse com a usina sem melhores condições para o assentamento. Mas não apenas isso, pois o DAF posicionava-se contra o consórcio entre a usina e o assentado. É importante observarmos a evolução do pensamento que ocorreu na instituição, primeiro com o Departamento de Assuntos Fundiários, o Instituto de Terras do Estado

de São Paulo, e por fim a Fundação José Gomes da Silva (ITESP).

O posicionamento político e econômico do Departamento de Assuntos Fundiários sobre os consórcios, principalmente o da cana, atualmente mais conhecidos como parcerias, percorria o Instituto de Terras do Estado de São Paulo na ocasião da consolidação do assentamento do Horto de Bueno. Foi imposto aos assentados, entre outras obrigações, a de hipótese alguma contratar sob qualquer forma parceria para a produção de cana-de-açúcar. *"Fomos assombrados por muito tempo pelo ITESP. Quando pegamos a terra, os responsáveis pelo setor eram a Marta e o Ivã. Eles faziam questão de estar sempre nos lembrando que plantar cana no lote era uma atividade irregular.*

Por esse motivo que muitos dos moradores do assentamento resistiram até o último momento para contratar com a usina Maringá. Quando o ITESP surgiu com a proposta do projeto de parceria nós desconfiamos no primeiro momento. Depois de muitas reuniões os assentados foram aderindo à parceria, outros ainda desconfiados optaram por esperar o resultado. Uma hora o ITESP proíbe, outra ele permite esse tipo de atividade econômica no assentamento. O que nos preocupa atualmente é a presença do INCRA no Horto de Bueno, apesar da autorização do ITESP para o plantio da cana, sabemos que o INCRA não tem o mesmo posicionamento sobre a cana que tem a Fundação ITESP".

A Fundação ITESP teve uma crescente evolução no seu quadro econômico, o que resultou num grande investimento na infra-estrutura da instituição com a finalidade de prestar serviço aos seus administrados. Em menos de dez anos da existência do assentamento do Horto de Bueno de Andrada, a Fundação no município de Araraquara conseguiu efetuar a construção do prédio próprio. Antes o Fundação permanecia no mesmo prédio que a secretaria da agricultura de Araraquara-SP. Também foi possível renovar a frota dos veículos que dispunha a Fundação ITESP no município de Araraquara. Carros como Fuscas e Variantes foram torçados por carros novos entre corsas e gols.

A Fundação ITESP parece ter crescido nos últimos anos, a infra-estrutura para a prestação de serviço, principalmente. Mas a estrutura econômica não foi a única coisa a ser alterada. Com estas transformações, o quadro de funcionários da Fundação sofreram muitas alterações. Pensamos que com o surgimento de novos administradores e técnicos, prestadores de serviços ao assentado, e responsáveis pela terra onde o assentado esta vivendo, começam a evoluir a idéia de possíveis parcerias como forma de exploração da terra. Técnicos como o Ivã e a Marta que presenciaram a luta que os trabalhadores tiveram para

conseguir a desapropriação do Horto, os anos de acampamento vão para outra região, o vínculo de amizade e confiança existente entre estas pessoas são rompidos e os novos técnicos costumam a se afeiçoarem com o trabalho no assentamento

Considerações Finais

Conforme a proposta inicial e a pesquisa ia se desenvolvendo, a usina que era o foco principal tendia a distanciar-se do objeto proposto. A proposta ideal era fazer uma análise da relação contratual entre usina e assentamento do Horto de Bueno de Andrada. Buscando auxílio na legislação que rege as relações de parceria no universo agrário, aos poucos fomos percebendo que a relação contratual existente entre assentado e a Fundação ITESP é mais conflituosa do que a parceria com a cana. Diante do empasse optamos por diluir este aparente conflito.

Para falarmos da Fundação ITESP temos que nos reportar à portaria 77/04. Essa portaria é conteúdo cabal do poder que a Fundação Itesp exerce sobre as terras so assentamento do Horto de Bueno e, por consequência, nas escolhas que o assentado faz em relação à terra. Reafirmamos o que já foi dito no corpo do texto, a Fundação é ou está na condição de proprietária das terra do assentamento do Horto de Bueno de Andrada.

Segundo o que estabelece o Estatuto da Terra sobre as relações envolvendo a parceria agrícola, encaixa perfeitamente nas disposições do Termo de Permissão de Uso um contrato dessa natureza. O que torna este contrato mais complexo e ambíguo caracterizado por incertezas, "ou uma assimetria de informações" (FERRANTE, 2008) envolvendo o assentado numa permanente desinformação sob sua condição na gleba, direitos e deveres.

Com a constituição da fundação ITESP, o governo do Estado de São Paulo onerou suas responsabilidades ao atribuir competência para administrar e prestar acessoria no assentamento. O contrato que une a Fundação ITESP e as famílias de trabalhadores assentados, propõe que o assentado sem qualquer intenção dominal sobre a terra onde está vivendo a desenvolva. Todo o processo de desenvolvimento da terra fica a cargo do trabalhador e sua famílias, mesmo com os projetos de financiamento como PRONAF ou PROCERA, os recursos são sempre insuficientes, além dos risco da produção. A Fundação ITESP se obriga pelo mesmo instrumento particular a prestar o serviço indispensável à produção agrícola no assentamento, ter o mapiamentto anual de produção, balanço dos custos e lucros pois o recurso econômico utilizado para tais produções saí dos

cofres públicos, a Fundação deve seguir a risca esta contabilidade. Pois destes apontamentos técnicos é que o assentado poderá negociar o pagamento do financiamento caso a safra não tenha um bom resultado.

Com o levantamento documental e a análise na legislação estadual e federal no que diz respeito à questão agrária, o que conseguimos apontar uma sequência de atos imprudentes e outros por imperícia por parte do corpo técnico da Fundação. Depois que os contratos foram assinados, a Fundação tirou a assistência técnica do assentamento e deixou o assentado a mercê.

A Fundação ITESP tomou o lugar do vilão nessa história, e as relações no assentamento de Bueno de Andrada ainda são marcadas pela vontade da fundação. Os moradores desse assentamento não procuram ter conflitos com o ITESP, deixando sempre as coisas de lado. A cana surge como uma cilada para muitos assentados, pois a fundação ITESP arcou com suas responsabilidades. E pelo que pudemos levantar no decorrer dessa pesquisa, é que o assentado, mesmo sabendo que Fundação ITESP tem responsabilidades com o contrato de parceria com a usina Maringá, procura evitar conflitos. Mas isso é um assunto que não se fala no assentamento, todos aceitaram, resignados, o acontecido sem qualquer queixa.

A inércia do assentado frente aos problemas vividos com a Fundação ITESP, é motivada pelo temor de serem tirados da terra. Parece que o assentado, por mais correto que possa viver em seu sítio, sempre estará cometendo uma pequena irregularidade. Esse imposição submissiva que a Fundação impõe ao assentado produz silêncio dentro do assentamento privando o assentado de liberdade para tomar as suas decisões.

Apesar da Fundação ITESP ter tomado lugar principal nessa pesquisa, a usina enquanto parceira se resguardou na ineficiência da Fundação para fazer um contrato com os assentados de Bueno de Andrada. As informações sobre os resultados econômicos foram muito contraditórios, mas o que ficou certo é que o gango foi irrisório.

Foi o que aconteceu no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. Após a contratação com a usina o assentado demarcou a área a ser plantada a cana e permaneceu apenas assistindo, de longe, o trabalho. A falta de experiência do assentado com esse tipo de contratação facilitou para que o prejuízo fosse certo. Com um sentimento firmado da boa fé o assentado do Horto não esperava que a usina fosse fazer um trabalho ruim em suas terras, mas não levou em conta que a empresa que prestava serviços no assentamento apenas queria saber das horas trabalhadas para receber.

A tragédia da cana no assentamento do Horto de Bueno de Andrada teve o seu resultado, segundo avaliação dos moradores e parceiros contratados, como um negócio ruim. Tudo parece ter sido consequência de falta de formação desse assentado para melhor lidar com relações de cunho econômico, como fazer investimento, garantir a produção, avaliar gastos e lucros. Fornecer terra para o assentado e não criar possibilidades de aprendizagem para estes assentados faz com que os resultados, como a parceria da cana no assentamento do Horto de Bueno se repitam em outros assentamentos.

Apesar das relações dissimuladas da Fundação ITES vivenciadas pelos assentados do Horto de Bueno, e a experiência da cana que não foi produtiva, o assentamento mostrou-se totalmente capaz de se recuperar. Por todos os lados foi possível observarmos uma vasta produção alternativa à produção da cana. Encontramos plantações de feijão, milho, mandioca, muitas hortas para produção comercial, mel, leite e muitas criações de animais de pequeno porte como galinhas e porcos. Essa produção mostra o assentado buscando alternativas para não ficar preso apenas à renda produzida pelo plantio de cana. Expressão de que a parceira com a cana convive com práticas de diversificação agrícola, em um contexto de contrapontos e complementaridades.

Referências

ALTVATER, E. **O Preço da Riqueza**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

ALVARENGA, O. M. **Política e Direito Agroambiental – Comentários à nova lei de reforma agrária**. Rio de Janeiro: Forense, 2º edição, 1995.

BARROS, W. P. **Contrato de Parceria Rural**: doutrina jurisprudência e prática: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

BOAVENTURA. S. **O discurso e o Poder**: Ensaio sobre a Sociologia Jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1988.

BUENO, R. **Por que faltam alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

PRADO, C. Jr. **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997.

COUTINHO, L. (2004). Regimes Macroeconômicos e Estratégias de Negócios: uma política industrial alternativa para o Brasil no Século 21. In: LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO (Orgs.). **Sistemas de Inovação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: RedeSist, 2004.

Código Civil brasileiro. São Paulo: Editora Forense, 2010.

Decreto Estadual nº 33.706/1991, **SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA** (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2007.

ELI, J. V. **O que é reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, C. O Processo de desenvolvimento: enfoque analítico. In: FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Segunda Parte. São Paulo: Ed. Nacional. p. 89-134, 1977.

FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimentos – Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**: Brasília: MDA, 2008.

_____ **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo) Processo nº 306351/2003-0 – Solicitação de renovação de Bolsa/produktividade, 2007.

_____; AMARAL, D.T.do. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. **Raízes**, Campina Grande, v.26, n. 1 e 2, 2007.

_____ **Os parceiros da cana" – dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol**, 32º Encontro Anual da ANPOCS-GT 41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do "rural".

Caxambu/MG, 2008.

GRAZIANO, J. da S. **O que é questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRINOVER, A. P. **Defesa do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

JOLLIVET, M. (org). **Pour une agriculture Diversifiée**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1988.

JUNIOR, J. C. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Forense, 1971.

LOBATO, J. B. M. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2008.

_____, **Conferencias, artigos e crônicas**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____, **Cartas Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____, **A Barca de Gleyre**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

MEDAUAR, O. Direito Administrativo Moderno. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2002.

MONTORO, A. F. Introdução à Ciência do Direito. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2005.

MITSUE, M. **A História da Luta Pela Terra**, São Paulo: MST, 2001.

PRADO, C. Jr. **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MIRANDA, P. de. **Tratado de Direito Privado**. Campinas: Editora Forense, 2000.

NEGRÃO, R. **Manual de Direito Comercial**. Campinas: Bookseller, 1999.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.P. dos. Assentamentos Rurais: Alternativas Frente ao Agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, p.47-68, UNIARA/INCRA/SP, 2009.

VENOSA, S. S. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Direitos Reais**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contratos em Espécies**. São Paulo: Atlas, 2005.

Decreto Estadual nº33.706/1991, SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA (Instituto de Terras do Estado de São Paulo)
Termo de Lei nº 10207 De 08 de Janeiro de 1999, Estado de São Paulo

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovação na agricultura**. São Paulo: FAPESP/ANNABLUME, 1998.

O SISTEMA PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO CÓRREGO RICO, JABOTICABAL-SP: DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO

Dorival Borelli Filho

José Gilberto de Souza

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Resumo: O principal objetivo dessa pesquisa é analisar o sistema produtivo do projeto de assentamento estadual Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal que, por sua vez, integra a região de Ribeirão Preto, localidade essa do estado de São Paulo caracterizada pela produção sucroalcooleira. O assentamento originou-se da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico em maio de 1998. Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Feraesp, ocuparam a referida área, reivindicando-a para fins de reforma agrária. Muitas dessas famílias eram oriundas do município de Guariba (SP), sendo que vários desses trabalhadores rurais, em 1984, participaram da greve dos "boias-frias". Desde a implantação deste projeto de assentamento, os assentados vêm desenvolvendo no local uma policultura orgânica, destinando parte dessa produção ao autoconsumo e o excedente ao comércio. No ano de 2005, mediante uma parceria estabelecida com uma empresa do setor de cosméticos localizada no município de Botucatu, quatro famílias de trabalhadores rurais iniciaram o cultivo, em uma área de 2,5 hectares, do popular jambu, uma espécie típica da região amazônica utilizada na indústria de cosméticos. A parceria com a empresa

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara – Uniara. E-mail: dorivalborelli@ig.com.br.

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp/Rio Claro (IGCE). E-mail: prof_gilberto@terra.com.br.

³Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara. E-mail: vbotta@techs.com.br.

também foi estabelecida no assentamento Horto Guarani. Além dessa parceria, o assentamento possuiu um contrato com uma indústria alimentícia para a qual destinava a sua produção de goiaba, com o laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz para a produção de plantas medicinais, além de terem exportado quiabo e pimenta para o mercado europeu mediante um contrato firmado com uma empresa de exportação instalada no município de Jaboticabal. No entanto, essas parcerias não obtiveram êxito no transcorrer de sua execução.

Palavras-chave: Assentamento Córrego Rico; Sistema Produtivo; Diversificação Produtiva; Sistema de Parcerias.

Abstract: *The main objective of this research is to evaluate the production system in Córrego Rico state settlement project, located in Jaboticabal town within the area encompassed by Ribeirão Preto, a city in the countryside in Sao Paulo State characterized by ethanol production. The settlement originated with the occupation of the Horto Florestal in Córrego Rico (a tree farm), in May, 1998, when nearly 50 families of landless rural workers, led by Feraesp (a rural worker trade union), occupied the area in their struggle for the agrarian reform. Most of these families were originally from Guariba, a small town also in the countryside in São Paulo State; among them, a number of rural workers participated in the widespread and highly significant strike movement known as "boias-frias" (rural workers), in 1984. Since the implementation of this settlement project, the settlers are taking up opportunities to develop an organic polyculture at that site, assigning a share of the production for consumption within the community and the surplus food is sold at market. In 2005, through a partnership with a cosmetics company located in Botucatu town, and in an area of 2.5 hectares, four family farmers have engaged in the popular jambu growing, a particular species of trees native to Amazon region and used in the cosmetics industry. Likewise, a partnership between this company and Horto Guarani settlement was also established. Furthermore, similar agreements were made between the settlement and other companies, as a food industry, to sell its guava production, and Farmanguinhos Laboratory, a Pharmaceutical Division of Oswaldo Cruz Foundation, for medicinal plant production. In addition, they have already exported okra and pepper to the European market under an agreement with a foreign import/export company established in Jaboticabal town. However, these partnerships did not succeed in accomplishing their goals.*

Keywords: *Córrego Rico Settlement; Production System; Production Diversification; Partnerships System.*

Introdução

O principal objetivo deste artigo é analisar o sistema produtivo do projeto de assentamento estadual Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal, especialmente, no que se refere à policultura orgânica desenvolvida pelas famílias assentadas e parcerias estabelecidas pelos grupos familiares com empresas privadas do setor alimentício, de exportação e de cosméticos, parcerias essas que não obtiveram êxito no transcorrer de seu processo de implementação. Dessa maneira, a principal intenção deste estudo é contribuir com a vasta literatura existente sobre assentamentos na região de Ribeirão Preto, podendo auxiliar na formulação de um referencial analítico, que considere os assentamentos como instâncias em permanente transformação e evolução nos distintos tempos sociais e trajetórias de vida, caracterizadas por pressões, conflitos e lutas.

Os dados qualitativos referentes à pesquisa de campo foram coletados junto às famílias assentadas no mês de abril de 2010, mediante a aplicação de uma entrevista semiestruturada, das quais muitos trechos encontram-se transcritos no texto a seguir a fim de melhor fundamentar esta pesquisa. Por ocasião da pesquisa de campo, o ambiente estava tenso no assentamento. A princípio, não fomos muito bem recebidos no assentamento, vistos com certa desconfiança, pois esse projeto de assentamento está passando pelo processo de federalização, sua administração ficará a cargo do INCRA, o que, por sua vez, vem gerando conflitos entre as famílias assentadas e as lideranças do assentamento com os técnicos da Fundação Itesp, que inclusive foram impedidos de entrar no local até que se coloque o ponto final nesse processo.

Além desse fato, somava-se à situação a ação de despejo que dois grupos familiares estavam sofrendo, assim como nos relata uma família assentada. Contudo, os demais grupos familiares permanecem no local desde o processo de assentamento:

Nós acabamos de sofrer essa reintegração de posse, há tempo que eles estão aqui, eles entraram como agregamento, como força de trabalho no passado, porque os titulares foram embora e eles ficaram no lote e eles vêm pedindo um encaminhamento para o Itesp para serem regularizados, mas eu não sei não, por irregularidade jurídica, não conseguiram legalizar eles e aí como tem uma lista de espera, dizem

que as pessoas têm que passar por uma seleção para ficarem aptas a serem assentadas, mas como eles não fizeram isso o tempo passou e o Itesp quer colocar outras famílias selecionadas, pediu o despejo, porque o Itesp julga eles serem irregulares.

Com relação às parcerias estabelecidas entre assentados rurais com o setor sucroalcooleiro, afirma Ferrante *et al.* (2006) que a produção de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos da microrregião de Araraquara, por intermédio do arrendamento dos lotes para as usinas, constitui, sem sombra de dúvida, a alternativa mais arriscada em termos da gestão familiar do trabalho e do território, pois, além dos prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente, essa forma de produção, ao que tudo indica, parece seguir a lógica da agricultura patronal, podendo resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias assentadas, pois, em muitos casos, com o passar do tempo, todo o processo produtivo passa a ser feito pela usina, especialmente, o corte que é realizado por empresas de mão de obra rural.

Não obstante, faz-se importante salientar que a política nacional de reforma agrária⁴ faz emergir uma nova categoria social, a dos trabalhadores rurais assentados, propiciando, por sua vez, a formação de mosaicos na paisagem rural, que podem vir ainda a transformar o espaço das monoculturas. Esta reconstrução socioespacial se traduz na reterritorialização do assentamento e na mudança nas vidas dos assentados, os quais, mediante o regate de seus hábitos culturais, voltam a produzir uma parcela de consumo alimentar (DUVAL *et al.*, 2008).

Embora, em âmbito nacional, a agricultura familiar possua uma importância secundária no encaminhamento das políticas públicas agrícolas, esta vem resistindo e, atualmente, representa um significativo setor da economia nacional. Apesar de o estado de São Paulo possuir uma agricultura altamente modernizada e industrializada, a agricultura familiar ainda faz parte da paisagem agrícola e, em inúmeros casos, assume a forma de assentamentos rurais (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

Possuindo um papel de destaque no cenário de programas de reforma

⁴De acordo com Bergamasco (1997), as discussões em torno da temática da reforma agrária emergem na sociedade brasileira a partir das décadas de 1950 e 1960, passando a ser compreendida como um instrumento para a resolução da questão agrária nacional.

agrária, atualmente, entre assentamentos estaduais e federais administrados pelo Incra e pela Fundação Itesp, o estado de São Paulo possui 219 assentamentos, acolhendo 13.095 famílias de trabalhadores rurais em uma área total de 289.239,32 hectares desapropriados para fins de programas de reforma agrária (INCRA, 2008). Dentre as inúmeras e distintas conceituações existentes na vasta literatura voltada a assentamentos rurais, optou-se pela perspectiva que define assentamentos rurais como:

(...) novos espaços sociais em construção, onde famílias de diversos lugares e diferentes culturas começam a se relacionar e criar um novo tecido social. São constituídos de pequenas áreas em terras que, na maioria das vezes, se encontravam totalmente ociosas ou com baixa utilização para produção agrícola e são ocupados por pequenos agricultores familiares que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). (...) (SIQUEIRA; BERGAMASCO, 2008, p.1).

Ou ainda como:

(...) de forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Por sua vez, Carmo (2005, p. 229) afirma que "o assentamento rural constitui a forma sui generis que o Estado brasileiro encontrou para realizar a reforma agrária como saída às pressões dos movimentos sociais na militância pela posse da terra". A criação de novos assentamentos rurais pelos órgãos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária, em resposta às ações de ocupações de latifúndios públicos ou privados que estão deixando de cumprir sua função social, podem propiciar: a inserção social de trabalhadores urbanos e rurais sem-terra que até então viviam marginalizados, especialmente, nas periferias urbanas; uma desconcentração fundiária, modificando e diversificando a paisagem rural, sugerindo ainda modelos alternativos de produção sustentável aos implementados pelo agronegócio brasileiro, tais como: produção de cana-de-açúcar para fabricação de álcool combustível; plantações de grandes extensões

de laranja para exportação e/ou produção de sucos; produção de soja visando à alimentação do frango e do gado europeu, dentre outros.

De acordo com Fernandes (2003), a implantação de uma política agrária de caráter compensatório ocasionou uma distribuição geográfica generalizada de assentamentos por todo o país, circundados de todos os lados por latifúndios, o que traz à tona a não existência de uma política pública estruturada de reforma agrária por parte do Estado, pois estes latifúndios constituíram-se a partir de ocupações promovidas pelos movimentos camponeses. Compreendida como uma política de desenvolvimento territorial, a reforma agrária, necessariamente, deverá estabelecer áreas para o rearranjo fundiário e anexação de diversos assentamentos, pois, isoladamente, comporta grandes dificuldades de estruturação, inclusão, enfrentamento e oposição ao mercado.

O Cenário: A Região de Ribeirão Preto

O projeto de assentamento estadual Córrego Rico localiza-se na região nordeste do estado de São Paulo, a cerca de 10 km do município de Jaboticabal⁵, que, por sua vez, integra a região de Ribeirão Preto, localidade essa caracterizada pela predominância quase que absoluta da produção sucroalcooleira. De acordo com Delgado (2005) o agronegócio, na concepção nacional do termo, caracteriza-se como uma agregação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade rural, agregação essa que atinge uma estratégia econômica de capital financeiro, almejando o lucro e a renda do latifúndio, sob a tutela de políticas públicas de governo.

⁵Córrego Rico é um distrito do município de Jaboticabal (SP) que comporta cerca de 3.000 moradores, o mesmo número de habitantes desde 1907, que era de 2.296. A economia desse distrito é caracterizada por propriedades rurais, sendo que 95% de sua área territorial é constituída por plantações de cana-de-açúcar destinadas a duas usinas de açúcar e álcool que se localizam em seu entorno.

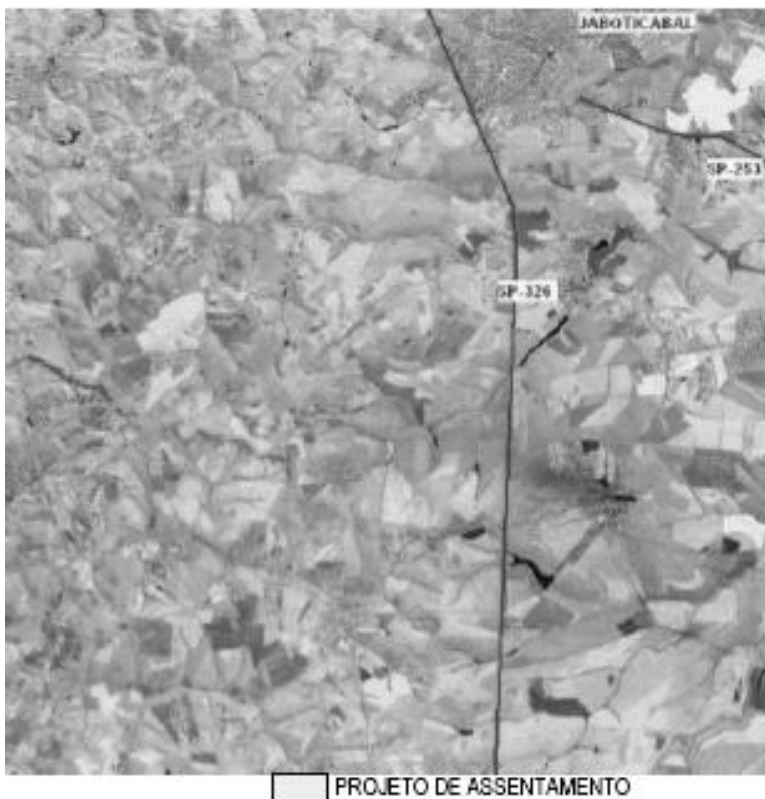


Figura 1 – Localização do Assentamento Córrego Rico.

Fonte: Miranda, Coutinho *apud* Oliveira, 2006.

De acordo com dados do INCRA (2005), do ponto de vista tecnológico e econômico, a região de Ribeirão Preto situa-se entre as regiões mais ricas do estado de São Paulo. A boa qualidade do solo e do clima possibilitou o desenvolvimento agrícola de uma das principais regiões do estado de São Paulo e do país, com principal destaque para a cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, do amendoim, da fruticultura em geral, entre outras, além de possuir um amplo complexo agroindustrial.

Embora apresente bons indicadores econômicos e sociais, a região tornou-se um grande foco de conflitos agrários. O crescimento do índice de desemprego na região, ocasionado, principalmente pela crescente mecanização do corte de cana-de-açúcar, do fechamento de usinas de açúcar e álcool e da presença de movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra são elementos que

contribuíram para uma maior ocorrência de ocupações de terra improdutivas e famílias acampadas na região (INCRA, 2005).

Com relação ao setor sucroalcooleiro, a região possui 384,758 hectares plantados em cana-de-açúcar e cerca de 40 usinas produzem 30% do álcool e do açúcar do país (SILVA, 2005). Na cidade de Pradópolis, a Usina São Martinho, tritura mais de seis milhões de toneladas/ano, produzindo oito milhões e meio de sacas de açúcar de 50 quilos e quase 267 milhões de litros de etanol (ABAGRP, 2004).

Observa Silva (2005) que na região de Ribeirão Preto e, em especial, no setor sucroalcooleiro, a utilização de máquinas e de tecnologia altamente avançada caminham lado a lado com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos, casos de escravidão por meio de dívidas, sem mencionar os registros de mortes, ocasionadas pelas altas exigências de produtividade e usos de entorpecentes estimulantes durante o horário de trabalho. A permanência da mão de obra migrante, falsamente denominada temporária, constitui o alicerce do modelo lucrativo do agronegócio das usinas canavieiras paulistas.

Conforme Olivette e Camargo (2009), na região de Ribeirão Preto, em razão da incorporação de grandes somas de terras para a produção de cana-de-açúcar, entre os anos de 2006 a 2008, o Índice de Gini⁶ teve um leve aumento, mantendo-se nos níveis de forte a muito forte, verificando-se uma elevação em áreas de 500 a 1.000 hectares.

⁶O Índice de Gini mensura o grau de desigualdade social existente na distribuição de bens sociais, sendo muito utilizado para medir a distribuição da terra e da renda. O resultado do cálculo varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1 maior é a concentração e, conseqüentemente, menos indivíduos possuem uma quantidade maior de determinado bem social (INCRA, 2005).

Tabela 1 – Concentração Fundiária na Região de Ribeirão Preto

Área em hectares	1995/96	2007/08
(0 a 20)	8,97	9,17
(20 a 50)	32,23	31,95
(50 a 200)	102, 56	99,79
(200 a 500)	318, 58	318,38
(500 a 1.000)	694,31	702,16
(1.000 a 5.000)	1.882,53	1.844,35
Acima de 5.000	9.101,27	9.038,80
Total	107,10	91,27
Índice de Gini	0,78	0,78

Fonte: Olivette; Camargo, 2009.

Comportando um alto índice de desemprego ocasionado pela mecanização da agricultura e com uma enorme concentração fundiária, com cerca de 7% de proprietários detendo a posse de, aproximadamente, 70% de suas terras, a região de Ribeirão Preto configura-se, atualmente, como uma região extremamente tensa, como verdadeiro "barril de pólvora" preste a eclodir no interior do estado de São Paulo (GRAZIANO, 2004).

Breve Histórico do Local

Os hortos florestais com origem ferroviária vêm sendo utilizados para a implementação da política de reforma agrária no estado de São Paulo desde a década de 1980. O Horto Florestal Córrego Rico foi criado no ano de 1935 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) e, posteriormente, convertido para assentamento rural em setembro de 1998 (OLIVEIRA, 2006). O projeto de assentamento Córrego Rico originou-se da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico, em 29 de maio de 1998, que à época era administrado pela Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo). Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ocuparam a referida área reivindicando-a para fins de reforma agrária.

A primeira tentativa de ocupação da área ocorreu em 1990, momento em que o horto florestal se encontrava muito bem vigiado, pois a informação acerca do processo de ocupação liderado pela Feraesp havia "vazado". Nesta primeira

tentativa, em um ambiente de muita tensão, as famílias permaneceram três dias no local sob a vigilância de seguranças e policiais militares que não os deixavam dormir. As famílias sofreram reintegração de posse, instalando um acampamento provisório em frente à atual entrada do assentamento, local onde permaneceram por cerca de três anos, às margens da rodovia SP 253, Deputado Cunha Bueno. Durante esse período de três anos, o Der (Departamento de Estradas e Rodagens) os ameaçava constantemente de despejo do local.

Nesse intervalo de três anos, as famílias voltaram a ocupar a área, em 1992, sendo novamente despejadas. No entanto, o grupo fortaleceu-se, recebendo famílias oriundas dos municípios de Araraquara, São Carlos e Sumaré, que ocuparam o atual assentamento Horto Guarani, sendo assentadas no local. Ao término do processo de assentamento dessas famílias, formou-se um novo grupo, que após algumas tentativas frustradas de ocupação de outros hortos florestais, em 1998, obteve êxito na terceira tentativa de ocupação do Horto Florestal Córrego Rico. Esta ação contou inclusive com a participação do ex-bispo da Diocese de Jaboticabal.

Segundo Oliveira (2006), quando do momento da ocupação da área, a floresta plantada havia sido explorada, restando somente a área de dois lotes, pois, à época, o horto estava arrendado a uma empresa de celulose e papel. A madeira remanescente foi utilizada para a construção das moradias ou trocada por blocos, que foram divididos entre as famílias. Existia um grupo que administrava a retirada da madeira e a distribuição dos recursos. As madeiras eram árvores de eucalipto que estavam no interior de área de preservação permanente do assentamento. O dano ambiental ocasionado por essa ocupação resultou em um inquérito judicial. Atualmente, os grupos familiares assentados e a Fundação Itesp estão recuperando a área, mediante parcerias estabelecidas com empresas que possuem passivo ambiental.

(...) teve no começo uma ação, quando nós chegamos aqui recebemos, um processo, na época, ambiental, todos nós fomos envolvidos nesse processo ambiental. No trâmite desse processo, lá atrás, o Itesp tentando tirar o corpo um pouco da responsabilidade, começou a jogar a responsabilidade em cima dos assentados, chegou na hora do processo, nós entendemos que essa terra era da União, que não era terra do estado, se era terra da União, não cabia a competência de um juiz aqui de Jaboticabal julgar esse processo, porque era federal e aí foi tramitando esse processo até que chegou num ponto do processo que o

juiz interpretou que a terra era da União, que o responsável do dano ambiental também caberia à União (...)

Com relação à trajetória de vida dessas famílias, pode-se afirmar que os grupos familiares são oriundos do município de Guariba (SP), sendo que diversos desses trabalhadores rurais, no ano de 1984, participaram ativamente da intitulada "Revolta de Guariba" ou "Revolta dos Boias-Frias"⁷, mobilização trabalhista rural de grande importância social, que, posteriormente, possibilitou a implementação das ações de reforma agrária na região de Ribeirão Preto.

A Revolta de Guariba teve grande repercussão nacional e inclusive internacional, possibilitando aos trabalhadores rurais do estado de São Paulo a conquista do acordo coletivo de salário no meio rural brasileiro, a definição do corte manual de cinco ruas de cana-de-açúcar, a obrigatoriedade, pela empresa contratante, do fornecimento de equipamentos de proteção individual, o estabelecimento de um piso salarial mínimo para a categoria profissional, entre outros benefícios.

(...) A maioria das famílias que estão aqui são de Guariba, quando eles vieram para cá, todos eles trabalhavam de boia-fria, naquele impasse de estar perdendo o emprego, por estar procurando uma melhoria, um pouco de terra para trabalhar, a gente formou uma organização legal de grupo de pessoas, encontramos essa terra que

⁷Motivados pelas tensões sociais num campo de disputas e conflitos, norteados por ações de acomodação e resistência, a relação patrões x empregados ou "usineiros x bóias-frias" dá mostras de que o barril de pólvora foi aceso na conhecida revolta de Guariba - SP, ocorrida em maio de 1984, com a greve dos boias-frias como retaliação à "proposta" dos usineiros de aumentar o número de ruas no corte da cana com intuito de "elevar" a produtividade do trabalho, sem nenhum ganho real para estes trabalhadores, ou seja, cristalizando a intensificação e exploração do trabalho. Este fato foi apenas a ponta do iceberg de um intenso contexto social caracterizado por rupturas, explorações, expulsões e principalmente, sem qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores (as) rurais (BARONE, 1996 apud CAMPOI; FERRANTE, 2006).

Com relação aos boias-frias, observa Ferrante (1992) que o processo de proletarização vivenciado não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de "desenraizamento", fato que, por sua vez, remete à exigência de "remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural".

era do Estado, naquela vida difícil de perder o emprego lá de boia-fria ai a gente ocupou essa área aqui ai se estendeu todo o processo aqui, nós somos uns dos primeiros.

(...) Eu fiquei sabendo que essa terra era do Estado, porque a gente é da região, sabia que essa terra aqui era da FEPASA, que é um órgão do Estado, com levantamento de documentos, passamos a conhecer essa terra aqui. A Fepasa também já havia extinto, por exemplo, aqui as ferrovias, só tinha as terras do lado, as ferrovias já não existiam mais, então a gente não via tanta necessidade da Fepasa ter essas terras para plantio de eucalipto, para fazerem dormente. As usinas eram que estavam arrendando essas terras aqui, o plantio de eucalipto era muito pouco (...)

Ao término dos trabalhos de uma comissão de seleção, foram assentadas no local 47 famílias de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2006). Todas as famílias que participaram da terceira tentativa de ocupação da área foram assentadas. No decorrer do processo de negociação, o Itesp intencionava assentar no local 32 famílias, proposta esta que foi rejeitada pelas lideranças do assentamento, pois não contemplava todas as famílias que participaram do processo de ocupação, que não entendiam como sendo correto que quinze famílias não fossem assentadas. Dessa maneira, a área dos lotes familiares foi reduzida a fim de que fossem assentados todos os 47 grupos familiares. À época, não havia também terras disponíveis para as famílias que não fossem assentadas no Horto de Córrego Rico.

O assentamento comporta 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, tendo recebido assistência da Fundação Itesp (BELLENTANI; SOUZA, 2006). Os lotes familiares possuem a dimensão de 7,7 hectares. As áreas destinadas à Reserva Legal e Preservação Permanente (APP) possuem um total de 97,02 hectares. O tipo de solo predominante no assentamento é o latossolo vermelho, distroférico típico A, moderado e proeminente, textura argilosa relevo suave-ondulado e plano (OLIVEIRA, 2006).

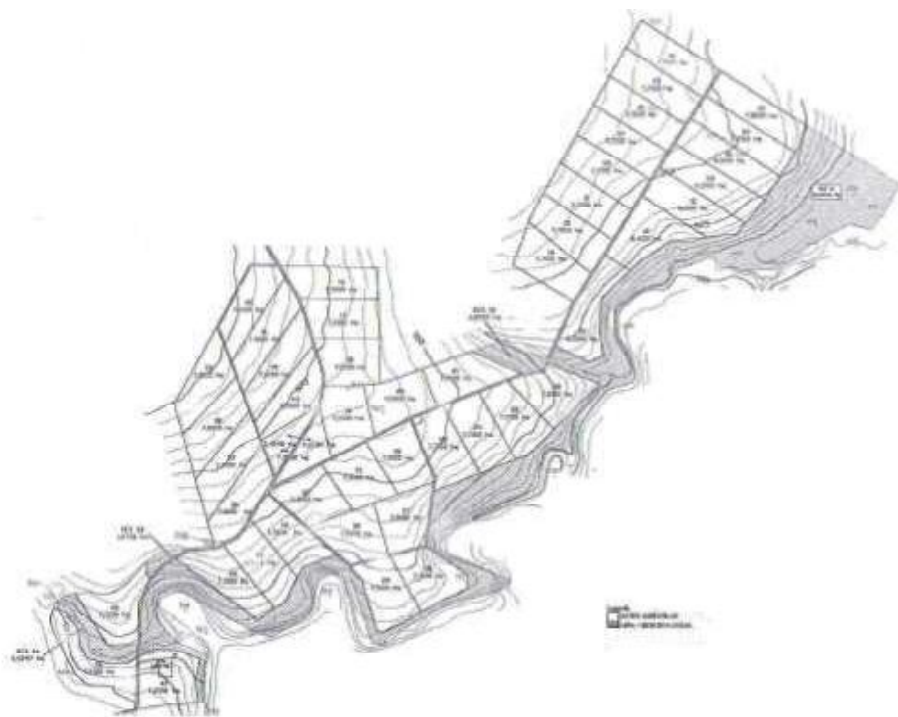


Figura 2 – Divisão dos Lotes Familiares do Assentamento Córrego Rico.
Fonte: Oliveira, 2006.

Com relação à infraestrutura do assentamento, pode-se verificar que a Associação "Terra Rica" dispõe de um trator de uso coletivo. As estradas encontram-se em um péssimo estado de conservação. No entanto, em razão da atuação do poder executivo municipal no assentamento, este dispõe de rede de distribuição de água em todas as moradias a partir de fonte de dreno, com 8.700 metros de água encanada, coleta de resíduos domésticos, energia elétrica e transporte escolar. A respeito da atuação do poder público municipal no assentamento, nos relata uma família assentada:

O município é o seguinte, se você cobrar, se você pedir, se você for insistente, você busca alguma coisa, às vezes nós estamos com problemas na estrada, nós vamos lá e cobramos (...) quando nós lutamos, eles vêm, o prefeito, na medida do possível, também não vou generalizar, que eles não façam porque não querem. O transporte

escolar não temos que reclamar, se o dia que não chover, eles vêm, eles buscam todos os dias de manhã, vêm na parte da tarde, vêm na parte da noite, os alunos vão todos para a escola (...) nessa área do município, não podemos nos queixar.

Ainda com relação às moradias, verificou-se que todas foram construídas de alvenaria, com recursos provenientes do crédito habitação, sendo que, atualmente, algumas estão passando por um processo de reforma. O grupo de jovens do assentamento, criado em 2002, também tem conseguido algumas conquistas para o local, tais como: cursos de informática; biblioteca; um apiário-escola e vagas no Colégio Agrícola de Mirassol. O projeto de assentamento possui dois técnicos agrícolas formados, mas que não atuam no local, mas no setor sucroalcooleiro da região.

O Sistema Produtivo do Assentamento Córrego Rico

O projeto de assentamento estadual Córrego Rico vem produzindo uma variedade de gêneros alimentícios desde a sua criação, gerando sustentabilidade e renda para as famílias assentadas, dentre os quais se destacam: a produção de mandioca, milho-verde, limão, abóbora, alface, couve, abacate, feijão de corda e colorau (urucum), entre outros, que estão sendo utilizados em parte para o autoconsumo e comercializados individualmente no próprio assentamento. A produtividade não é alta nos lotes familiares, no entanto, as famílias não sentem dificuldade em escoarem essa produção.

(...) Aqui hoje nós não temos plantio nenhum de cana aqui dentro, o assentamento ainda se mantém (...) Algumas parcerias, mas ninguém ainda não arrendou nenhum lote aqui, o INCRA fiscaliza (...) Nós não temos aquela grande quantidade, vamos produzir bastante (!), porque vamos levar para o comércio, não temos, mas o que produz aqui é de fácil escoação, produzir milho é fácil, produzir mandioca é fácil, não temos muita dificuldade, tem é que mais que produzir, um pólo de distribuição, também não tem (...)

As famílias estão também comercializando os produtos em uma feira localizada no município de Guariba e também através da Associação dos Produtores de Agricultura Familiar de Córrego Rico, "A Terra Rica", desde o mês de abril de 2010, na feira livre de Jaboticabal. A Fundação Itesp cedeu uma barraca padronizada

da instituição para a realização desse comércio, uma exigência da Secretaria Municipal de Agricultura, seguindo orientações do Serviço de Vigilância Sanitária. A feira é realizada aos domingos pelo período da manhã, na Esplanada do Lago, em frente à sede da Prefeitura Municipal de Jaboticabal. No entanto, o assentamento não possui convênio com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), nem com a Prefeitura de Jaboticabal para o repasse de alimentos para a merenda escolar. Acerca desses programas, nos relata um assentado rural:

(...) Têm esses programas da merenda escolar, da doação simultânea, mas eu falo a verdade, isso é tão burocrático, que ainda, na verdade, o programa eu acho que está sendo mais bonito no papel, porque na prática, no dia-a-dia, ó, a coisa está indo bem, não acontece isso. Não que os assentados não têm capacidade de produzir, são eles que não têm capacidade de estarem gerenciando isso para os assentados, que está ficando a desejar, isso aí só está bonito no papel, acho que isso aí está muito bom na propaganda (...) como assentado, nós temos um grande entrave ainda, não sei se é preconceito, ainda não deu para entende o que é que está acontecendo (...), não temos muito espaço não (...)

Indagada a respeito da assistência técnica desenvolvida pela Fundação Itesp no projeto de assentamento, as famílias criticaram essa atuação, afirmando que: *A assistência técnica é o seguinte: eles têm uma assistência técnica voltada para a burocracia, ainda não vi os técnicos do ITESP ou do INCRA, aquele de produção, nós só temos aqui técnicos burocráticos. Quando eles vêm aqui, eles vêm cuidar da burocracia, da fiscalização do assentamento, com 100 quilos de pasta e a 100 por hora, a prática do técnico no dia-a-dia não existe.* Afirmaram que as famílias que aprenderam a produzir com a experiência acumulada nesses anos todos.

(...) Nós aprendemos bastante na lida do dia-a-dia. Aí diz um técnico: quanto mais vocês tiverem tecnologia é melhor, porque vocês não têm muita terra, se vocês errarem esse ano, vocês ficarão prejudicados cinco, seis anos para frente, porque é pouca terra, vocês não podem errar, precisa de técnico mesmo, explorar o máximo, mas esse técnico você não tem, você só tem o burocrático mesmo, nem vou pedir para aumentar mais, para ter esse técnico aí, porque o Itesp tem setecentos técnicos, entre aqueles que trabalham em escritório (...)

(...) aqui, no ano passado, nós acessamos o Pronaf, acessamos o custeio, na época, como nós estávamos chegando e por causa dessa precariedade de assistência técnica e, às vezes, o técnico já faz muito tempo que ele está trabalhando para o órgão, ele sabe aonde que erra, já sabe de alguns assentamentos, onde foi errado, mesmo ele sabendo que algumas coisas foram erradas, ele também aplicou aqui (...), saímos lá de boia-fria, nós, às vezes, sabíamos plantar cana, plantar banana, mas era o patrão quem mandava, o patrão cuidava e tinha o técnico. Hoje mesmo, se eu estivesse chegando aqui hoje no assentamento e tivesse uma parcela de terra para eu trabalhar, como isso que eu passei lá atrás, chegasse todo esse dinheiro na minha mão, eu falo a verdade, eu não iria errar não (...)

A partir do ano de 2004, as famílias assentadas passaram a estabelecer parcerias com empresas do setor privado, acordos esses que, no entanto, tiveram uma duração efêmera. A primeira parceria foi firmada com uma empresa de exportação de nacionalidade portuguesa que havia instalado uma filial no município de Jaboticabal e que passou a adquirir a produção de quiabo e pimenta malagueta dos assentados por meio de um intermediário a fim de exportar essa produção para o mercado europeu. A respeito dessa parceria, nos relata um assentado rural:

(...) Nós fizemos uma parceria com um gringo aventureiro, na questão da pimenta e do quiabo e manga, mas só vimos que ele era um aventureiro, ele não era um exportador, veio aqui fazer umas cobaias, pegou nós na reta, acabou também não dando certo, porque, no auge, que nós precisamos, produzimos muito quiabo, produzimos muita pimenta, nós já estávamos fazendo uma parceria da compra de muitos pés de manga para plantarmos, mas vimos que o cara era aventureiro, não aguentou a coisa, tomamos prejuízo também, acabou terminando essa parceria (...)

No ano de 2005, mediante uma parceria estabelecida com uma empresa do setor de cosméticos, localizada no município de Botucatu, através de um programa denominado "Parcerias para um Mundo Melhor", quatro famílias de trabalhadores rurais iniciaram, em uma área de 2,5 hectares, o cultivo do popular jambu (*Spilanthes oleraceae*), uma espécie típica da região amazônica, cujo extrato é utilizado pela indústria de cosméticos.



Figura 3 – Plantio e Colheita do Jambu.

Fonte: Instituto Ethos, 2005.

Na região de Ribeirão Preto, a mesma parceria foi estabelecida no assentamento Horto Guarani, localizado no município de Pradópolis. No entanto, frente à ausência de um aporte financeiro por parte da empresa contratante, somado ao fato dessa hortaliça não ter se adaptado ao clima da região de Ribeirão Preto, essa parceria foi desfeita, assim como nos relata um assentado rural:

(...) Nós fizemos uma produção com a Centroflora, de Botucatu, uma parceria com eles, mas uma parceria assim, chegaram, deram assistência técnica, planta do jeito que vocês puderem plantar, do melhor jeito, planta uma produção orgânica, com todas as exigências que tem para produzir o jambu, sistema de horta, tudo o que plantar eu compro, mas não entraram com incentivo nenhum, não entrou com nenhum tostão, não entro com nada, ele é uma planta que gosta de muito calor, muita água, o primeiro corte foi uma beleza, o segundo já não foi beleza, o terceiro então nem se fala, acabou também no fim dando prejuízo (...)

Além dessa parceria, o assentamento Córrego Rico já possuiu um contrato com o laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz, visando à produção de plantas medicinais, mas, em razão de procedimentos técnicos, relacionados à compra de um tanque e um trator, cuja procedência foi questionada pelos técnicos da empresa contratante através de um laudo, a parceria foi desfeita. Ao término dessa parceria, as famílias se sentiram usadas, como uma espécie de "cobaias em um laboratório". Sobre este projeto, nos relata, em uma longa fala, um assentado rural:

Era um projeto muito bonito, nesse convênio, era uma parceria com uma empresa do Rio de Janeiro, parece que ia ter uma farmácia em Ribeirão Preto, era um projeto de dois, três milhões na época, nós entraríamos com os viveiros de mudas, com a produção, era uma coisa linda, mas linda, linda mesmo, nós aqui ainda conseguimos fazer a nossa prática, fizemos nosso barracão, que é dessa parceria, compramos máquinas para secar, aí nós compramos tratores, as máquinas para fazermos irrigação, compramos as mudas, foi essas plantas para o viveiro, mas eu acho que teve algum pano de fundo nisso aí, que não deu para entender muito.

Os engenheiros que coordenavam ficaram muito em cima, por um simples desentendimento, que o rapaz foi lá, não chegou a comprar um tanque, o tanque tinha procedência, tinha sido usado com outros tipos de produtos químicos, mas não chegou nem a comprar, um maldito relatório de um técnico que estava acompanhando a gente da Prefeitura de Jaboticabal, a esposa dele que estava coordenando esse trabalho, fez um laudo dizendo que o tanque que a gente queria comprar não era de boa procedência e que o trator que a gente ia comprar não era de boa procedência, mas era e fez um laudo muito vantajoso e esse laudo foi para a firma e aí começou a ter um desentendimento de técnicos, que não se sabe qual era o pano de fundo dessa coisa, qual era a intenção deles e aí ficou aí, muita produção, produziu bem, só que depois a farmácia não existiu, não veio mais dinheiro, só veio aqueles 140 mil reais, aí a gente segurou, conseguiu investir esse dinheiro aqui dentro, porque a intenção daquelas pessoas estava de má fé, queriam tirar esse dinheiro ainda da gente, nós fizemos a nossa parte, mas teve gente maldosa no meio.

A partir do ano de 2007, as famílias passaram a cultivar goiaba no assentamento, destinando essa produção para uma indústria do setor alimentício instalada no distrito de São Lourenço do Turvo, pertencente ao município de Matão. O projeto inicial objetivava o processamento artesanal da produção pelas mulheres assentadas, em cozinha comunitária, que seria comercializada nas redes do comércio local.

Frente à impossibilidade de processar a produção no assentamento, o projeto direcionou-se para uma nova meta: comercializar a produção com indústrias do

setor alimentício da região, mas, em razão da alta quantidade da fruta presente no mercado no período de safra e da variação do seu preço verificada no período de entressafra, esta parceria também foi encerrada, sentindo-se estas famílias, ao final desse processo, manipuladas pelo estabelecimento dessas parcerias.

O comércio entre as famílias assentadas e a empresa do setor alimentício ainda se mantém, sendo esta produção comercializada ocasionalmente, não mais na forma de uma parceria como nos revela a fala a seguir:

"As pessoas conseguiram aí comprar as mudas de goiaba, fizeram o plantio, na verdade, os pés de goiaba se mantêm, mas não tem uma parceria que eles compram toda essa goiaba de produção, uma coisa firmada, a goiaba é o seguinte: tem hora que lá no mercado tem muita goiaba demais, as empresas não querem nem saber de goiaba, quando não tem goiaba que a coisa está difícil, eles começam a procurar pequenos produtores para salvarem a produção deles".

Considerações finais

Ao término deste artigo, podemos ainda considerar que o projeto de assentamento estadual Córrego Rico de Jaboticabal se constituiu em um importante foco de luta e resistência dos grupos familiares assentados pela posse da terra nessa região, contra o latifúndio monocultor e explorador de trabalhadores rurais boias-frias. A trajetória de formação e consolidação deste assentamento insere-se em um contexto social mais abrangente, caracterizado por situações de acomodações, tensões e atritos entre o *capital x trabalho* (*usineiros x boias-frias*), cujo momento mais tenso e intenso ocorreu na denominada "Revolta de Guariba" no ano de 1984.

A partir dos dados coletados em campo, tornou-se possível verificar que o programa de reforma agrária desenvolvido pela Fundação ITESP neste projeto de assentamento vem cumprindo o que podemos considerar como o principal objetivo de um projeto de assentamento rural, a elevação do nível de vida dos trabalhadores rurais beneficiados, o que também pode ser entendido como a elevação do nível de consumo das famílias assentadas, sem, necessariamente, ocasionar uma elevação do nível de renda, mediante o aproveitamento de um determinado lote de terra com a utilização do trabalho familiar, complementado pelo acesso às políticas públicas de reforma agrária imprescindíveis e complementares à distribuição da terra e o estabelecimento de uma associação ("Terra Rica"), que objetiva criar laços de solidariedade entre as famílias

assentadas e defender seus interesses.

Neste projeto de assentamento, não foi constatada nenhuma forma de arrendamento total ou parcial dos lotes familiares, somente o estabelecimento de sistemas de parceria com empresas da iniciativa privada que tornaram este assentamento nacionalmente conhecido, mas que não redundaram em grandes êxitos para as famílias assentadas, em razão de interesses econômicos duvidosos destas empresas. A exploração dos lotes familiares vem sendo realizada mediante uma produção diversificada de alimentos e com o uso do trabalho familiar, o que, por sua vez, propiciou um enraizamento dos grupos familiares assentados, embora se tenha também verificado o pagamento por dias trabalhados fora do lote familiar no próprio assentamento em atividades rurais e urbanas.

Há que se destacar também que esta produção diversificada vem ocorrendo sem a utilização de agrotóxicos, o que a faz contrastar com a atividade monocultora e insustentável do ponto de vista ambiental desenvolvida nesta região pelo agronegócio local (produção de cana-de-açúcar), objetivando o autoconsumo e a comercialização do excedente produzido em feiras do produtor, tornando possível, dessa maneira, o escoamento desta produção. Contudo, verificou-se a partir dos dados coletados que neste assentamento vem ocorrendo a oferta de trabalho pessoal e/ou familiar fora do lote, em atividades tipicamente urbanas, especialmente, no período da estiagem. Referenciações que se fazem presentes no circuito das complexidades que cercam a constituição e a trajetória dos assentamentos.

Referências

ABAGRP. Selo marca definitivamente a Capital Brasileira do Agronegócio. **Agronegócio**. Ribeirão Preto, ano 5, n. 39, p. 1-4, maio 2004.

BELLENTANI, Natália Freire; SOUZA, José Gilberto de. **Indicadores de Desenvolvimento Humano em Assentamentos Rurais e Periferia Urbana**: Estudo de Caso dos Assentamentos de Córrego Rico (Jaboticabal – SP), Reage Brasil (Bebedouro – SP) e Área Periférica Urbana (jardim Alvorada) Jaboticabal – SP. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento", Fortaleza, 2006.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luís Antônio Cabello. **O Que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CAMPOI, Antonio Marcos; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Sistemas de Produção e Estratégias de Permanência na Terra: Assentamentos Rurais no Coração da Agroindústria. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (orgs.). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, n. 10, p. 45-66, 2006.

CARMO, Maristela Simões do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY Júnior, Osvaldo (org.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. 2.^a ed. São Paulo: INCRA, ABRA, UNIARA, 2005, p. 219-234.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica a Configuração Atual**. São Paulo: Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DUVAL, Henrique Carmona *et al.* Autoconsumo num Assentamento Rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 11, p. 101-132, 2008.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. In: _____. (Org.) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, n. 10, p. 19-43, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. In: **OSAL**. Buenos Aires, ano IV, n. 11, p. 31-40, maio/ago. 2003.

GRAZIANO, Francisco. Barril de Pólvora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, dez. 2004.

INCRA. Superintendência Regional de São Paulo. **Guia da Reforma Agrária em São Paulo** – Introdução às Questões Agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: INCRA – SP, 2005.

_____. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. **Acampamentos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/saopaulo/arquivos/0626702029.pdf>. Acessado em: 26 abr. 2008.

OLIVEIRA, Alessandro Silva de. **Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara, 2006.

OLIVETTE, Mario Pires de Almeida; CAMARGO, Felipe Pires de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39, n.6, jun./2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e Trabalhadores na Região do "Mar de Cana e do Rio de Álcool". **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa. **Mulheres Assentadas e Agroecologia: Impactos e Desafios**. In: III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Araraquara - SP, 2008.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A presença do MST e da Comcamp nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 10, p. 143-155, 2006.

A PRODUÇÃO LEITEIRA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: RENDA, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Martha Esthela S. Silva¹

Luís Antônio Barone²

Laís Túbero Izidoro³

Resumo: Este artigo se propõe a estudar a produção leiteira em assentamentos de reforma agrária a partir da organização dos agentes envolvidos no circuito produtivo. Nosso universo empírico de pesquisa são dois assentamentos localizados na cidade de Presidente Venceslau/SP, no Pontal do Paranapanema. A pecuária leiteira nestes dois assentamentos se destaca, sendo a produção mais encontrada dentro dos lotes. Analisamos toda a cadeia produtiva do leite dentro do assentamento, verificando o manuseio do gado, a venda da produção e a importância dessa atividade econômica para os assentados. A questão da produção leiteira nos despertou interesse, pois é a atividade mais encontrada nos assentamentos rurais de reforma agrária e em pequenas e médias propriedades do Pontal do Paranapanema.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Pecuária Leiteira; Organização da Produção.

Abstract: *This paper aims to examine the milk production in agrarian reform settlements, analyzing operations within agent organization at milk production premises. Our empirical research studies encompass two settlements located in Presidente Wenceslau town (SP), in the region of Pontal do Paranapanema. These two settlements have very distinctive*

¹Geógrafa, Mestranda do programa de Pós-Graduação em Geografia, IBILCE-UNESP – Rio Claro.

²Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT-UNESP – Presidente Prudente.

³Graduanda de Geografia, FCT-UNESP – Presidente Prudente. Bolsista PIBIC/CNPq.

markings and outstanding milk production. We evaluated the whole milk supply chain through settlement, checking and verifying the livestock handling, sales performance, and the importance of economic activity for the settlers. As a matter of great interest, this work looks at the issue of milk production, since this is the most common type of activity developed within rural settlements of agrarian reform and in small and medium-sized farms of Pontal do Paranapanema.

Keywords: *Rural Settlements; Dairy Farming; Production Organization.*

Introdução

A ocupação do Pontal do Paranapanema se deu por meio de brutal violência social e ecológica, sendo os índios dizimados e as florestas destruídas; posteriormente, os posseiros foram destituídos de suas terras e o processo de grilagem ocorreu por toda a região. O Pontal do Paranapanema, região localizada no oeste do estado de São Paulo, foi (e tem sido) palco de constantes conflitos pela terra. Desde o início do século XX, na região ocorreram diversos conflitos entre grileiros, posseiros e trabalhadores sem terra. (FERNANDES, 2000).

Nosso universo empírico são dois Projetos de Assentamentos (P.A.s) localizados no município de Presidente Venceslau: P.A. Primavera e P.A. Tupanciretan, os dois assentamentos com terras contíguas, implantados no mesmo período (final da década de 1990). O P.A. Primavera conta com 125 lotes e o P.A. Tupanciretan 72 lotes. Nos dois assentamentos estudamos a questão da produção leiteira. Neste trabalho nos utilizamos de questionários aplicados no P.A. Primavera, entrevistas nos dois P.A.s e no laticínio da região ao qual os assentados vendem seu leite.

Além dessa caracterização inicial, trazemos um estudo sobre as políticas para a produção de leite no Brasil no decorrer da década de 1990, período em que o setor sofre constates alterações. Analisamos, também, a importância da produção leiteira na manutenção da "reforma agrária" com um estudo sobre a intensidade desse labor nos lotes, o manuseio com a produção e sua contribuição em termos de renda. A partir de entrevistas, avaliamos a relação entre os laticínios, associação e assentados, segundo a ótica dos assentados e da empresa compradora, bem como a experiência de um assentado que se tornou um grande produtor de leite. Constatamos o papel estratégico da produção leiteira, bem como seus gargalos em termos de potencializar ainda mais o desenvolvimento dos assentamentos.

Políticas para a Produção Leiteira

A produção leiteira no Brasil passou por diversas modificações na década de 1990. Vários fatores atingiram de maneira marcante o sistema agroindustrial do leite, começando pela liberação (liberalização) do preço do produto em setembro de 1991, que trouxe como consequência a extinção de vários programas sociais que absorviam grandes volumes de leite pasteurizado e em pó. O governo deixou de ser importador exclusivo de produtos lácteos, abrindo, desta forma, o mercado.

A produção de leite no Brasil está passando, desde então, por um processo de regulamentação, que contempla uma revisão dos padrões de qualidade e de fiscalização do produto. Assim, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que visa estabelecer novos padrões para a cadeia produtiva do leite, no que concerne à produção da matéria-prima e seu processamento (STEVANATTO, 2002).

O PNMQL tem por objetivo alavancar o setor leiteiro com base em padrões de qualidade, visando à oferta de produtos com melhor nível sanitário para o mercado nacional e ampliação da participação brasileira no mercado internacional. O programa foi oficialmente lançado pelo Governo Federal em maio de 1998 e regulamentado pela Instrução Normativa n.º 51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (MAPA), de 18 de setembro de 2002, que fixou os padrões sanitários para a produção, identidade e qualidade dos diversos tipos de leite produzidos no país, bem como a coleta e o transporte a granel do leite refrigerado. O PNMQL está em vigor nas regiões sul, sudeste e centro-oeste desde julho de 2005 (www.mapa.gov.br, acessado em 20/09/2010).

Essas medidas, apesar de atingirem diretamente todos os produtores que comercializam o leite, são voltadas principalmente para os interesses de grandes empresários ou grupos do ramo leiteiro, que produzem para exportação e necessitam de adequação deste produto às necessidades e "exigências" do mercado internacional.

Na prática dos pequenos produtores familiares do ramo leiteiro, que abastecem internamente os laticínios processadores do leite e derivados de suas regiões, isso pouco contribui para o aumento da renda e da produtividade do leite. Esses produtores, em geral, não possuem ordenhas mecanizadas e um sistema de alimentação e trato do gado além do pasto. Ou seja, dispõem de poucos recursos para garantir sua produção que, somada, é responsável pela quase totalidade da produção nacional.

Até o presente, o programa eliminou a comercialização do leite tipo C, que

passou a ser denominado "leite cru" – refrigerado tanto para consumo como para produção de outros derivados – ou, leite pasteurizado, quando envasado e submetido ao tratamento térmico. Até 2012, o PNMQL pretende acabar com a diferenciação entre os tipos de leite, pois será produzido um tipo-único com padrão internacional de qualidade (STEVANATTO, 2002).

Para incentivar os produtores rurais a investirem na melhoria da qualidade do leite e produzir de acordo com os padrões exigidos, as indústrias estão adotando a postura de pagamento pela qualidade. Esta postura, no entanto, não contempla uma política de qualidade na infraestrutura dos lotes e no manuseio com o gado. Cada produtor deve, neste caso, procurar os meios "por si mesmo" para aumentar a qualidade do leite. Os poucos produtores que conseguem se adequar às exigências, certamente receberão mais, porém, quando pensamos na maioria dos pequenos produtores, vemos que a renda obtida com o leite não possibilita uma "modernização" da produção pecuária.

De acordo com estudiosos (MARIANI, 2006; NEUMANN *et. al.*, 2009), existe um caráter elitista no PNMQL, pelo qual se direcionam medidas ao agronegócio do leite.

Segundo Mariani:

A cadeia produtiva do setor leiteiro brasileiro registra no ano de 2005 a marca histórica de início da vigência da lei nacional que tem por objetivo alçar o setor a novos padrões de qualidade, visando a oferta de produtos com melhor nível sanitário ao mercado nacional e condições de ampliar sua fatia de participação no mercado internacional. Trata-se da Instrução Normativa 51 (IN 51), norma que resulta do debate que construiu o Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), iniciado em 1996. Entre as regras da IN 51 estão as exigências de coleta do leite cru, com padrões de resfriamento da matéria-prima, que demandam modernização tecnológica do produtor. (MARIANI, 2006, p. 03).

Dado o fato de que na atividade leiteira brasileira predominam pequenos produtores, cuja capacidade de investimento em modernização é bastante reduzida e em muitos casos é nula, o atendimento desta exigência depende de fontes financiadoras. Se não temos políticas de créditos destinados a este segmento não teremos modernização alguma.

O sistema agroindustrial do leite sofreu várias alterações, após uma série de

mudanças que a precederam, a partir da década de 1990. Entre essas mudanças, destacam-se a desregulamentação do preço do leite, que alterou a relação do produtor com o mercado, a 'entrada das multinacionais', o processo de concentração das empresas e a expansão para o mercado externo. O preço do leite não seria mais tutelado pelo governo, deixando os pequenos produtores de leite a mercê do mercado.

De acordo com a Normativa 51, no que tange à coleta, todo leite produzido não deveria sair mais "quente" (leite sem refrigeração) do lugar de produção. O leite deve ir direto para um tanque resfriador de leite e, somente depois, ser comercializado.

A situação do pequeno produtor fica difícil, pois se coloca maiores dificuldades para a aquisição de um tanque resfriador de leite, uma vez que a produção de leite é reduzida e não proporciona lucros significativos. Uma alternativa para estes produtores estaria em tanques comunitários.

Isso gerou um grande impasse para os pequenos produtores de leite que não teriam como comprar tanques resfriadores de leite. Seriam, então, obrigados a colocar o leite no tanque do laticínio, impossibilitando o produtor de realizar uma negociação favorável do preço do leite. Então essa normativa acabou por incentivar a doação de tanques resfriadores de leite para os assentamentos de reforma agrária.

O Projeto de Tanques Resfriadores de Leite, uma parceria do Governo Federal e Governos Municipais, através do Programa "Territórios da Cidadania", propiciou a entrega de tanques resfriadores de leite aos assentamentos, com o que se teve um ganho político e econômico, pois é neste contexto que pode se consolidar o associativismo (BARONE *et. al.*, 2008). A doação dos tanques pode ser considerada uma tentativa de modernização de uma parte específica do circuito produtivo, já que a produção de leite seria resfriada em sua origem. Isto, porém, ainda é tímido para um grau maior de modernização dentro de toda a produção leiteira.

Os assentamentos pesquisados neste estudo foram contemplados pelo Programa de Melhoria do Sistema Produtivo da Pecuária de Leite de Pequenos Produtores, política inserida no Programa Territórios da Cidadania, com a doação de tanques resfriadores comunitários. Há três resfriadores funcionando nos assentamentos pelo Programa, sob controle de duas associações.

Este foi um projeto que de fato ajudou no desenvolvimento da comercialização da produção leiteira, na qual os assentados passaram a ter a possibilidade de melhorar a renda familiar e também a qualidade do leite que, imediatamente, passa a ser resfriado. A venda também passa a ser feita de forma conjunta,

aumentando o volume de leite e garantindo negociações mais simétricas com o laticínio (BARONE *et. al.*, 2008).

O manuseio da produção leiteira

Neste tópico será descrito como os assentados criam o gado leiteiro, trazendo as principais características do manuseio que eles têm com o gado de leite. Desde já, constata-se que não há investimentos significativos na renovação dos pastos dos assentamentos⁴. A alimentação utilizada nos períodos de estiagem é feita com o uso de ração balanceada, complementada com sal mineral e sal comum e uso de cana-de-açúcar. É bem comum encontrarmos, no lote, alguns hectares de cana que se destinam para a alimentação do gado na estiagem.

Em alguns lotes visitados há "piquetes", que se caracterizam por uma alternativa técnica barata e eficiente. Os assentados deixam o gado em uma área cercada do lote (piquete) até que acabe o capim do local; enquanto isso, há uma recuperação do capim do outro "piquete", que receberá os animais em seguida (piquete-rotativo).

A baixa produção leiteira dos assentados deve-se, sobretudo, às pastagens degradadas, com baixa capacidade produtiva. Faltam reservas alimentares para o rebanho no período da seca, manejo sanitário e alimentação adequada do rebanho. Isso se deve ainda à incidência de solos esgotados, dependência de insumos externos e seus altos custos, baixo nível de conhecimento técnico por parte dos produtores, falta de recursos financeiros e técnicos.

O sistema de criação deve ser melhorado, para obter aumento na produtividade do rebanho e propiciar aumento de renda do assentado. Para que isso ocorra, torna-se necessário uma conscientização e capacitação dos produtores em alimentação do rebanho e orientações técnicas sobre cuidados com o animal, por meio de palestras, visitas e presenças periódicas de um técnico com conhecimento na atividade, algo ainda muito distante da realidade dos assentamentos estudados.

A pecuária leiteira é a atividade predominante nos assentamentos de reforma

⁴A única forma de renovação de pasto observada é uma espécie de "parceria" entre os assentados e as empresas produtoras de semente (muito presentes na região): as empresas plantam o capim nos lotes dos assentamentos e colhem as sementes para comercialização. A "remuneração" dos assentados que arrenda seu lote é o capim renovado que a empresa deixa. Mais adiante será apresentado o único caso em que observamos um assentado investindo na renovação do pasto.

agrária pesquisados. Apesar da baixa tecnificação e produtividade em geral, esses agentes buscam alternativas para melhorar o sistema de produção. Todas as famílias assentadas no P.A. Tupanciretan produzem leite, sendo destinado para a venda 95% da produção; somente 5% são destinados para o consumo das próprias famílias. No P.A. Primavera, 88% dos produtores têm como principal fonte de renda a pecuária leiteira. Isso evidencia a importância desta atividade como fonte de renda mensal para os assentados.

A Produção Leiteira e o Associativismo

De acordo com Norder (1994), assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, gerados pelo surgimento de novas formas de organização, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. No contexto da pecuária leiteira, no qual se inserem os agricultores familiares assentados, o associativismo tem um estímulo concreto, via organização para comercialização e, mais recentemente, gestão dos tanques.

Entre os temas emergentes acerca da agricultura familiar, destaca-se a comercialização vinculada ao associativismo. Embora não seja inédita, esta temática retorna em novo cenário, caracterizada pelo crescimento da expressão dos movimentos sociais e das experiências conjuntas de produção e comercialização na economia, tanto no meio rural quanto no urbano.

Com o projeto dos Tanques Resfriadores de Leite, as associações, pouco ativas, tiveram uma maior autonomia sobre o preço do leite produzido, podendo elas mesmas escolher o laticínio ao qual forneceriam sua produção leiteira. Antes, os tanques eram dos laticínios e isso limitava os assentados na negociação do preço do leite, tendo os assentados, desse modo, uma participação praticamente nula nessa transação.

Cada associação que atendeu aos requisitos do programa federal ganhou de 1 a 2 tanques resfriadores de leite, com capacidade de armazenar dois mil litros de leite diariamente. Em nosso universo empírico, temos duas associações que têm, como a principal atividade econômica, a produção leiteira: a associação Campos Verdes (do assentamento Primavera) e a associação Tupanciretan, do P.A do mesmo nome (conforme quadro abaixo).

<i>Associações</i>	<i>Ano de Fundação</i>	<i>Atividade Econômica</i>	<i>Assentamento</i>	<i>Sócios</i>
<i>Campos Verdes</i>	2003	<i>Leiteira</i>	<i>Primavera</i>	20
<i>Tupanciretan</i>	2003	<i>Leiteira e Hortaliças (PAA)</i>	<i>Tupãciretan</i>	38

Quadro 1 – Associações "Leiteiras" dos assentamentos.

Dados: Trabalho de campo – Maio/2009.

O projeto dos tanques foi levado a esses assentamentos através da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio-ambiente (DAAMA) do município de Presidente Venceslau/SP. Segundo o depoimento da diretora do órgão que acompanhou este projeto:

Fizemos várias reuniões com as associações para organizar isso, onde eles iriam organizar os produtores de leite e colocariam o leite no tanque da associação e isso melhoraria a renda deles, pois eles iriam vender o leite gelado a um preço melhor; até a época que eu estava lá, a gente levou dois tanques para o assentamento Primavera e dois tanques para o Tupanciretan (Valdirene, ex-diretora da DAAMA, 2010). sic

O pequeno produtor de leite assentado coloca sua produção de leite nos tanques da associação ou entrega diretamente para o laticínio (ainda há os que fazem isso). O produtor (ou associação) fornece o leite para o laticínio que ofereça o melhor preço. Em agosto de 2010, a remuneração tem sido considerada baixa pelos assentados, variando de R\$ 0,52 a R\$ 0,53 centavos na região. A média estadual do preço do leite na mesma época era de R\$ 0,64 centavos (MILKPOINT, 2010).

A figura abaixo traz um esquema dos caminhos percorridos pelo leite, de modo a representar melhor os trajetos que a produção leiteira do assentamento faz.

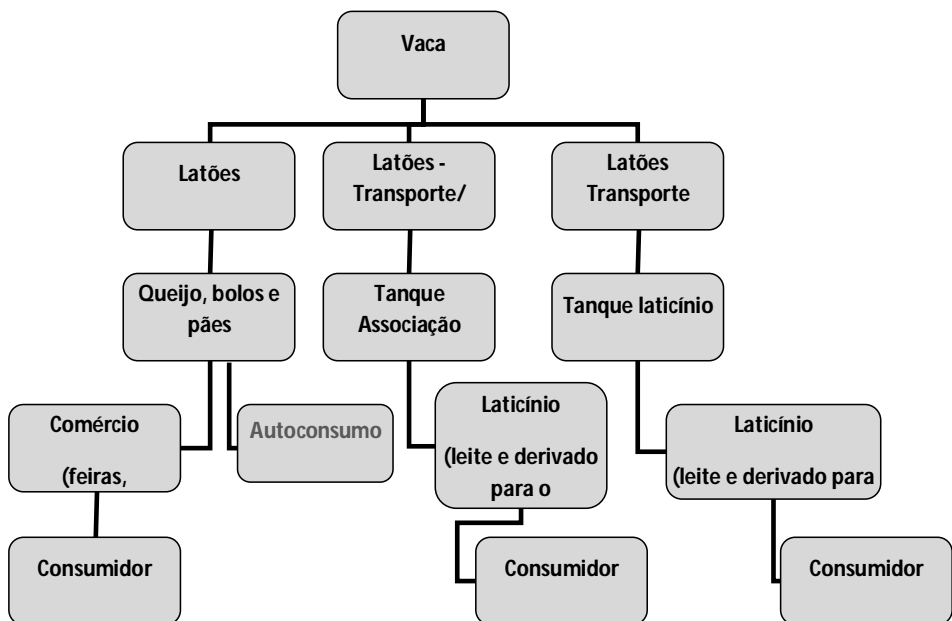


Figura 1 – Caminho do Leite: da Propriedade Rural ao Laticínio.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de ATHIÉ, 1998.

O organograma é de certo modo simples. Para produzir leite não há necessidade de muito conhecimento, organização, mão de obra especializada. Mas a família concentra, nos animais, parte de um capital inicial via compra ou criação das matrizes.

A venda de um bezerro ou boi é uma renda adicional e as matrizes também são vendidas quando já não produzem o suficiente. Esses animais se tornam a poupança ou reserva de valor dessas famílias e a única coisa que podem vender regularmente é o leite e os derivados. O esterco desses animais pode ser aproveitado no lote ou vendido, servindo de adubo para as hortas e pomares.

O leite que é entregue nos tanques das associações vai para a venda, que será negociada pela diretoria da associação com o laticínio escolhido por ela a partir da oferta do melhor preço. Há casos em que os produtores vendem o leite diretamente ao laticínio como ilustra o diagrama. Isto pode ser considerado uma vantagem, devido ao tanque resfriado, eliminando um intermediário, de forma a aumentar o lucro do produtor. Outros assentados produzem derivados do leite e vendem em feiras e no comércio como produtos artesanais, pois deste modo não é necessário ter alvará de comercialização de alimentos.

Os assentados sempre estão em busca de novas alternativas para driblar o baixo preço do leite e encontram outras formas de escoar sua pequena produção. A produção leiteira é a opção dos pequenos produtores, pois sua produção se dá de forma artesanal e/ou pouco mecanizada lhes permitindo com pouco capital sua participação na cadeia produtiva de leite na região. Outro fator determinante é o fato deles terem a garantia de renda mensal com a comercialização do leite.

De acordo com Neumann *et.al.*:

*Os diversos tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que se adaptam ao meio ao qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma perspectiva econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano. (NEUMANN *et.al.*, 2009, p. 20).*

Alguns assentados produzem outros derivados do leite, na tentativa de melhorar a renda, agregando maior valor ao produto. Vide o produtor abaixo:

[...] inclusive eu, devido ao preço do leite, estou fazendo queijo e levando pra vender no centro da cidade, aproveitando o soro pra eu dar para um porquinho e levando o leite e o queijo para cidade. Eu ajudo minha esposa a fazer o queijo, o leite eu consigo vender a R\$1,25 na garrafa e consigo, também, vender o queijo a R\$ 7,00 – um queijo com 7 litros de leite, que sairia R\$1,00 o litro e ainda tenho o aproveitamento do soro, para mim está sendo viável no momento. Agora não está compensando. Vendo o leite só se ele subir R\$0,80 ou R\$0,70 – vamos esperar que chega a este preço – aí não compensa devido ao transporte também, né? Aí tem a quebra do carro, tem combustível e os afazeres que você acaba deixando. (Fernando, produtor assentado e presidente da Associação Campos Verdes, 2009).

Outros assentados também redirecionam a produção de leite para a confecção de doces, pães e queijos e levam para vender nas feiras da cidade.

A atividade leiteira proporciona autonomia relativa para os produtores que contam com a mão de obra de cunho familiar no desempenho das práticas

produtivas, que, como constatamos, vai além de ordenhar o leite. Além de ser um produto indispensável na alimentação humana, o leite apresenta-se como uma atividade econômica de suma importância na economia do Brasil e, em especial, para um número significativo de agricultores familiares.

Em dados colhidos em 2004⁵, temos uma estimativa da produção leiteira e da renda que esta possibilita. Segue abaixo a organização dos dados.

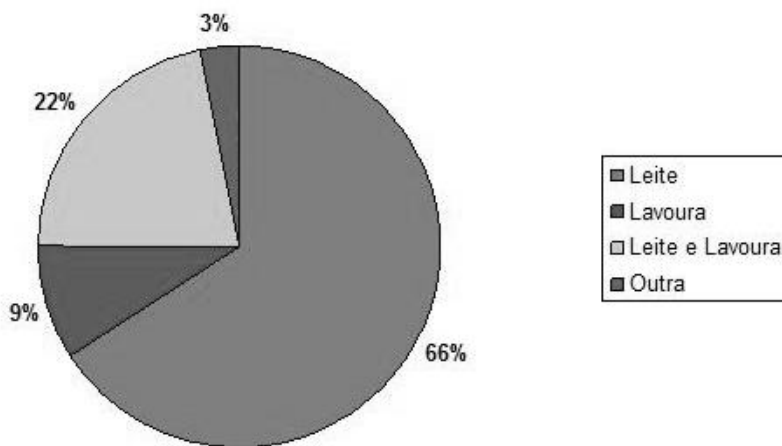


Gráfico 1 – Origem da renda do lote – P.A. Primavera.

Fonte: Trabalho de Campo 2004.

No gráfico 1 esclarecemos a origem da renda dos assentados entrevistados. De acordo com nossa pesquisa e com os dados de 2004, o número de famílias que vivem com a renda apenas do leite é de 66%. Juntando o montante da alternativa que soma o leite com outra produção, podemos identificar que a produção leiteira está em 88% dos lotes, sendo a principal fonte de renda. Nas outras alternativas, 9% declararam que a obtenção de renda vem apenas da lavoura e 3% declaram outro tipo de fonte de renda (aposentadorias e/ou aluguéis de casas na cidade).

⁵Dados recolhidos por Gustavo de Freitas Agostini, a quem agradecemos a colaboração. Estes questionários foram aplicados apenas no assentamento Primavera, em 32 lotes (25,6% do assentamento), sendo esta uma amostra livre, não construída estatisticamente.

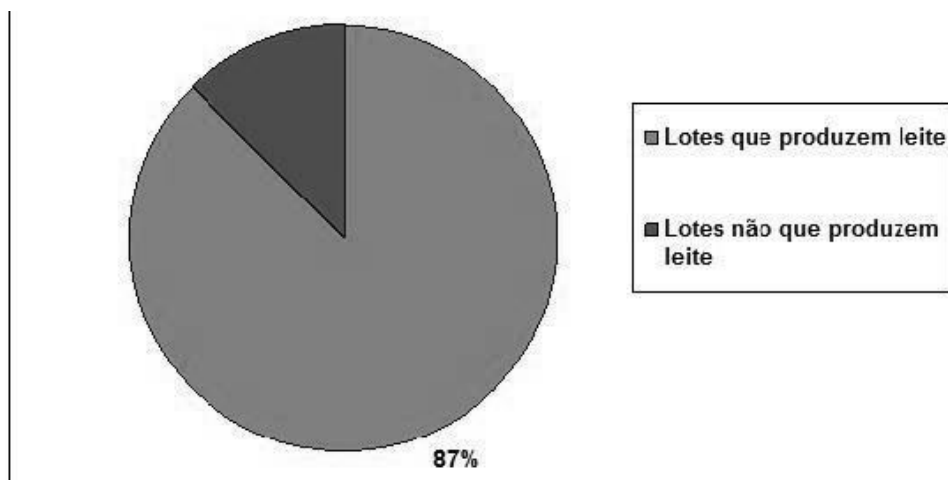


Gráfico 2 – Lotes que produzem leite – P.A. Primavera.

Fonte: Trabalho de Campo 2004.

O gráfico 2 reitera as informações do gráfico anterior. Temos 87% dos lotes visitados produzindo leite, o que confere com o gráfico anterior, onde temos 88% dos assentados com a renda provinda da produção leiteira. Temos 13% dos lotes que não produzem leite (o que confere, pois temos 12% dos assentados com renda advinda de outros meios).

É evidente a importância da pecuária leiteira dentro dos assentamentos rurais, tendo esta produção destaque na agricultura familiar. A partir dos dados de 2004, foi possível levantar a renda mensal da produção de leite (dados atualizados para o salário mínimo de 2010). Obtivemos que 6% obtêm até meio Salário Mínimo (S.M.) por mês com a produção; temos 29% dos lotes entrevistados que recebem de meio a um S.M. – o que corresponde ao fato de que havia, em 2004, 35% das famílias que contavam com uma renda de meio a um S.M. por mês advindo da produção leiteira. Dos entrevistados de 2004, 27%, obtinham uma renda mensal de 1 a 1,5 S.M.. Já 9% conseguiam uma renda que variava de 1,5 a 2 S.M. e apenas 6% acima de 2 S.M. mensais com o leite.

Esses dados comprovam que o leite proporciona ao assentado uma renda mensal que permite ao mesmo fazer frentes as despesas básicas, ainda que com o preço defasado.

A produção diária leiteira, apurada em 2004, é pequena devido ao baixo grau de investimento, de mecanização e baixa tecnologia empregada. Por isso, obtivemos que 36% dos assentados produziam, então, entre 12 a 20 litros; 21% tinham produção de 21 a 30 litros. Ou seja, temos mais da metade (57%) produzindo até

30 litros de leite/dia. Temos, por outro lado, 29% dos entrevistados produzindo entre 31 a 50 litros e 14% acima de 60 litros por dia.

A Produção Leiteira e seu papel na reforma agrária, segundo os produtores

O leite é um dos produtos mais importantes dentro dos assentamentos rurais de Reforma Agrária, sendo este um produto que "não depende" tanto do clima como é o caso da lavoura, que está sujeita às secas (estiagem) e a outras variações climáticas. Em entrevista com um destacado produtor, ele nos afirma:

As plantações caíram 90% desde que começamos a produzir no assentamento, tínhamos plantio de algodão, feijão, milho, mandioca e hoje tem uns 10% de plantação, mas agora com a CONAB, a turma vai começar a plantar mais, pois teremos para quem vender. (Roque Paulino, assentado do P.A. Tupanciretan 2008).

Uma das grandes dificuldades de se cultivar a lavoura é no momento de venda, pois em geral os produtos (verduras, frutas, e leguminosas) são de baixa durabilidade, podendo o assentado perder sua produção por não encontrar comprador. Esta dificuldade está sendo sanada com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que se iniciou nos assentamentos no final de 2007. Porém, antes da instalação deste programa, os assentados contavam somente com a produção leiteira que lhes confere uma renda garantida, com pouquíssimas perdas.

A produção de leite proporciona vantagem pelo baixo percentual de perdas (durante períodos secos) e pela rápida recuperação após a época das chuvas. Também não requer alto capital para sua produção, sendo esses os fatores que levam grande parte dos assentados a optarem por este tipo de produção. Deve-se considerar que a população assentada ao (re)iniciar a vida dentro dos assentamentos, se encontra em situação total ou parcial de descapitalização. De acordo com um produtor assentado:

Assim como todo mundo aqui produz leite que é mais seguro, hoje a gente não tem investimento para estar produzindo, por mais que esteja defasado o leite é mais garantido, o preço é baixo, mas ainda é o que garante a renda pra sobreviver (Fernando, 2009).

Para grande percentual dos assentados, a produção leiteira é a principal fonte de renda e em muitos casos é praticamente a única. A produção do leite tornou-se estratégica na agricultura familiar, permitindo uma renda quinzenal ou mensal.

Isso, mesmo em pequenos valores, possibilita as famílias fazerem frente às despesas essenciais para sua subsistência como a compra de alimentos, vestes, luz, farmácia, etc.

A atividade leiteira para os pequenos produtores não deve ser analisada somente do ponto de vista da renda líquida imediata que proporciona, mas também do ponto de vista do fluxo de receita que proporciona mensalmente aos produtores, constituindo-se, portanto, num fator de segurança financeira que não pode ser ignorado.

De qualquer forma, as questões mencionadas merecem uma reflexão profunda por parte dos órgãos de assistência técnica, pois o Estado não deve desperdiçar recursos escassos e nem esquecer a sua função social de promoção dos segmentos que apresentam elevado potencial de produção de um bem.

Um dos pontos determinantes na produção leiteira em assentamentos de reforma agrária deve-se ao fato de que o projeto de aquisição do gado leiteiro é um dos primeiros viabilizados pelo INCRA e o ITESP para os assentados, ou seja, é preestabelecido pelos órgãos governamentais.

Laticínios x Assentados: o "acordo de boca" sustenta a relação

Nos assentamentos estudados, as associações que têm como atividade a produção leiteira (Campos Verdes e Tupanciretan) fornecem sua produção de leite para o laticínio Quatá, localizado no município de Teodoro Sampaio (SP). O laticínio Quatá tem sua matriz na cidade de São Paulo e mais três filiais no interior do país: em Vazante (MG), Mercedes (PR) e Teodoro Sampaio (SP). O laticínio produz queijos-minas (principal produto), requeijão industrial, queijo para churrasco e queijo ralado.

Desde 2010 o laticínio tem capacidade de armazenar 140 mil litros de leite por dia, mas, em média, opera com 120 mil litros de leite diários – segunda a agrônoma da empresa, informante da pesquisa. Em 2010, mais de 90% do leite recebido pelo laticínio vem de produtores assentados. O laticínio compra leite dos assentamentos de toda a região.

Em sua maioria, este leite vem de associações de pequenos produtores. O laticínio conta com 63 tanques resfriadores de leite que lhes fornecem leite. Destes 63 tanques resfriadores, 40 são de associações (Programa Territórios da Cidadania) e os 23 restantes são do laticínio e estão instalados em vários assentamentos. Cada tanque do laticínio, em média, atende a grupos de quatro a seis produtores.

O laticínio tem um programa de controle de qualidade da produção do leite, no qual os técnicos vão a campo para verificar as condições de manuseio dos produtores com o gado leiteiro, verificam a alimentação do animal e as condições de higiene para o manuseio do leite. É uma equipe formada por cinco técnicos agrícolas e uma agrônoma.

Esta equipe é responsável pela melhora da qualidade do leite dos assentados. Segundo a agrônoma, a equipe verifica as condições do pasto, higiene na ordenha do leite, condições de higiene do tanque resfriador. Ela relata que o trabalho deles é bem aceito dentro do assentamento, pois é carente a assistência técnica nestes núcleos.

Na última ida a campo para a obtenção de informações (agosto/2010), as associações Campos Verdes e Tupanciretan forneciam leite para o Laticínio Quatá. Não é feito nenhum tipo de contrato entre o laticínio e os assentados. Firma-se um acordo de "boca", no qual os assentados entregam o leite durante o mês para o laticínio e recebem no fim do mês, na maioria das vezes o preço é cotado com base no valor do mês anterior.

Uma experiência bem-sucedida: trajetórias de um assentado

Embora a produção média de leite por unidade seja relativamente baixa nos assentamentos, observamos o caso de um grande produtor de leite do assentamento Primavera. Seu Adeíson, mais conhecido como "Paraíba", veio do estado de Alagoas para São Paulo em 1998, com o intento semelhante a de outros muitos nordestinos, que migram impulsionados pela pobreza de suas localidades em busca de melhores condições de vida na região sudeste.

Ele chegou à cidade de Presidente Epitácio, onde trabalhou em um frigorífico por oito anos. "Seo" Paraíba chegou a participar de Movimentos Sociais de luta pela terra, mas, devido aos confrontos com armas por parte dos grandes grileiros, resolveu não participar mais desse tipo de manifestação, temendo morrer e não ter como criar seus oito filhos.

No ano de 2003, ele decidiu "comprar um lote" em um assentamento. Pede as contas do serviço e compra o direito de um lote no Assentamento Primavera, que no momento da compra tinha uma parte que estava arrendada por dois anos. O novo assentado, sem saber de tal fato, tem que esperar vencer o contrato de arrendamento feito pelo ex-assentado do lote. O valor pago pelo lote foi de R\$11.000,00 (em valores de 2003).

Houve problemas para o lote ser passado para o novo proprietário, mas, no fim tudo se resolveu. "Seo" Paraíba, com a ajuda do prefeito da época, conseguiu legalizar sua posse no lote. Sem recursos financeiros para tocar o lote, "Seo" Paraíba obtém um empréstimo de R\$5.000,00 com uma amiga. Este dinheiro foi destinado para a compra de 5 vacas. Após 120 dias de assentado, Paraíba obteve uma verba que o "estado" destina aos assentados. Com esse dinheiro comprou mais 6 vacas. Ele já possuía experiência na lida na terra e com rebanho, pois em Alagoas já trabalhava com esse tipo de atividade.

"Seo" Paraíba tornou-se, em menos de cinco anos, um grande produtor de leite do município de Presidente Venceslau, ganhando, em 2006, o prêmio de maior produtor de leite da cidade - tirando cerca de 800 litros de leite por dia. "Seo" Paraíba trabalha com vacas 'boas'— para ele "é melhor ter uma vaca boa do que cinco ruins". A qualidade do seu rebanho é o principal segredo do seu excelente desempenho de produtor.

Sua produção leiteira já lhe propiciou uma renda mensal de R\$ 7.000,00. O produtor tem um tanque resfriador de leite próprio, o que lhe garante maior autonomia no preço do leite. Ele fornece leite ao laticínio Jussara, sendo o leite deste laticínio bastante comercializado na região. No momento da pesquisa, "Seo" Paraíba havia vendido metade do rebanho devido à queda do preço do leite. Sua produção era de 350 litros de leite por dia. Também estava investindo na propriedade, instalando cocheiras e melhorando o pasto. "Seo" Paraíba trabalha também com carneiros e galinhas para complementar a renda familiar e planta algumas verduras e legumes para o consumo próprio.

O assentado revelou, também, que tem projeto de "comprar um novo lote" para expandir a produção de leite. Assim não precisará arrendar pasto para seu rebanho. Tal projeto revela como a atual organização produtiva nos assentamentos (caso dos P.A.s estudados) acaba por não alterar a tendência à concentração de renda e até de terras, mesmo no interior dos projetos de assentamentos.

Considerações Finais

A criação do gado de leite está presente na maioria dos lotes dos dois assentamentos, sendo o leite o produto mais garantido para os assentados, pois sua comercialização é demandada pelos laticínios da região. A pecuária leiteira tem papel de destaque na renda da família assentada, por ser uma renda mensal permanente e assegurada. A "vocação" para o cultivo do leite é determinada por fatores de baixa fertilidade dos solos para as culturas agrícolas, a existência de pastagens já formadas antes da implantação dos Projetos de Assentamento, impossibilita o cultivo de outras culturas. A atividade leiteira tem poucos riscos de perda da produção e permite as famílias assentadas fazerem pagamentos de suas despesas básicas.

O leite é um produto típico da agricultura familiar, porém, ainda com pouco investimento governamental e pouca tecnologia para os pequenos produtores mecanizarem e modernizarem essa atividade. Para que isso seja alterado é preciso que o Governo Federal adote outras medidas favoráveis, além do crédito. A falta de assistência técnica e recursos para modernizar a produção travam o desenvolvimento desta atividade que tem sido de suma importância para as condições dadas nesses assentamentos estudados. Destaca-se, neste quesito, porém, a ação governamental,

através do Programa de Melhoria do Sistema Produtivo da Pecuária de Leite de Pequenos Produtores, gerido pelos "Territórios da Cidadania", que tem dotado os assentamentos de tanques resfriadores – o que propicia adequação às normas sanitárias e maior poder de barganha nos preços frente aos laticínios.

A pecuária leiteira é mais adotada dentro dos assentamentos devido ao baixo grau de tecnologia para produzir e é uma atividade que não requer grandes custos, além de seu fator determinante ser a garantia de venda. No entanto, verificando o custo de produção, os produtores de leite sem tecnificação sustentam o valor médio de preço de leite satisfatório para as grandes beneficiadoras, garantindo um valor do leite que os fazem permanecer no limite econômico. Desse modo, produzir pouco e com baixa qualidade faz perdurar uma descapitalização progressiva daqueles que apenas vendem leite ou o fazem sem as boas práticas comerciais – conforme as que o "Seo" Paraíba adota. Sobreviverão ou terão sucesso os que tentarem agregar valor ao leite e comercializarem outros produtos, assim como o associativismo deve ser aperfeiçoado.

As associações são importantes alternativas para os produtores de leite, pois possibilitam aos mesmos uma maior autonomia diante da venda do leite, não ficando mais os assentados reféns dos laticínios, tanto oferecendo quantidade como adequação sanitária (com os tanques coletivos). O leite também proporciona outras atividades, como a produção de queijos, pães, bolos e outros derivados, que acaba por inserir outros membros da família na atividade pecuária que começa na ordenha do leite, sendo seu fim o mais diverso, desde a venda para o laticínio até fabricação de derivados para a venda no comércio (feiras e consumidor "de porta em porta"). Além disso, a manutenção do rebanho é importante. Ainda tem valor cultural, no país, ser possuidor de animais ou uma "poupança sobre quatro patas" – mesmo que a baixa qualidade do rebanho os aprisione a uma condição de tão somente aparente auto-suficiência e sustentabilidade econômica.

A produção leiteira, assim como o associativismo rural, é uma forma de resistência dos assentados na terra, sendo esta uma atividade que proporciona a permanência na terra. A terra tem o papel de liberdade, mas como a produção não é livre da dinâmica capitalista, os camponeses precisam de maior profissionalização para que melhorem suas condições de produção. Isto exige mais investimento e conhecimento. A manutenção da atual situação beneficia apenas os mais "fortes" (como o "Paraíba"), que tenderão a engolir os mais "fracos" – desigualdade que não pode perdurar, sob pena de tornar a produção leiteira um gargalo para o desenvolvimento dos assentamentos.

Referências

ATHIÊ, F. **Gado leiteiro, uma proposta de manejo**. São Paulo: Nobel, 1998.

BARONE, L. A.; MACIEL, M. C.; SILVA, M. E. S.; FERRANTE, V.L.S.B. O associativismo como estratégia de ressocialização e gestão nos assentamentos rurais em São Paulo. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n.11, NUPEDOR, p. 45-70, 2008.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 2.ª Ed., 2000.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

NEUMANN, P. S.; DALCIN, D.; TROIAN, A.; VASCONCELOS, S. O.; AAtividade leiteira no contexto da agricultura familiar: um estudo de caso. Congresso. Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. Ano 47. In: **Anais...**, Porto Alegre, 2009.

NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamentos e Localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. São Paulo: Wageningen Universiteit, 1994.

SANTOS, J. C. **O Sistema Agroindustrial do Leite na Região de Presidente Prudente-SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

SILVA, M. E. S. Associativismo e organização produtiva em assentamentos rurais: resistência social e políticas públicas na reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n.12, NUPEDOR, p. 349-368, 2009.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na região de Presidente Prudente**: O caso da Cooperativa de Laticínios Vali do Paranapanema (COOLVAP). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

Sites consultados: Acesso em 20/09/2010.

www.mapa.gov.br

www.milkpoint.com.br

ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES: ENTRE A MOLDAGEM DA INTENSIFICAÇÃO PRODUTIVA E A CONSTRUÇÃO DE FORMAS DIFERENCIADAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Antonio Lázaro Sant'Ana¹

Resumo: A discussão empreendida neste trabalho tem como fundamento duas pesquisas, relativamente extensas, realizadas na região. A primeira foi realizada entre 2004 a 2006, com 169 produtores, e consistiu no estudo das experiências de produção e de comercialização que têm contribuído para a realização dos projetos de vida das famílias assentadas, seja por meio do aumento da renda seja pela evolução de outros fatores que, na percepção das famílias, resultaram na melhoria de seu bem-estar, em oito assentamentos da região de Andradina (SP). A segunda, desenvolvida entre 2007 e 2009, investigou as estratégias de inserção dos agricultores familiares em processos de comercialização diretos, como a venda ao consumidor, ou semidiretos, como aquela destinada ao comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional, assim como as estratégias de produção que visam legitimar esta inserção diferenciada no mercado. Esta última pesquisa envolveu 148 produtores de três microrregiões do noroeste do Estado de São Paulo: Andradina (50), São José do Rio Preto (49) e Jales (49), mas neste trabalho foram abordados apenas os resultados desta última microrregião. A análise do conjunto dessas pesquisas permitiu constatar que os agricultores familiares empregam sua criatividade e tenacidade para desenvolver várias estratégias de produção e de inserção no mercado que tem resultado em melhorias em suas condições de vida e, no caso da comercialização diferenciada, apontam para uma re-significação do papel que desempenham enquanto

¹Prof. Dr., Unesp Ilha Solteira, e-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br.

produtores e para uma revalorização de seu modo de vida. No entanto, na grande maioria dos casos são iniciativas individuais ou de grupos muito restritos, sem uma articulação que aglutine e amplie as experiências positivas, apesar de que grande parte da região estudada está inserida em áreas de abrangência das políticas de desenvolvimento territorial do governo federal.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Estratégias; Comercialização Diferenciada; Modo Vida; Noroeste do Estado de São Paulo.

Abstract: *The discussion reported in this paper is based on two extensive surveys conducted in the region. The first survey was carried out from 2004 to 2006 and focused on the study of producers' expertise and experience in farming and marketing. Altogether 169 participant producers shared their experience that have contributed to the progress of these settled families towards achieving their goals, either through an increase in income or the evolution of other factors, which in the households' perception, resulted in welfare improvement within eight settlements in the region of Andradina (SP). The second survey, which was carried out between 2007 and 2009, investigated the integration strategies adopted by small farmers to be used in direct marketing processes such as the retail or semi-direct sales, as the sales for retail trade, small industry, and / or institutional market, as well as the production strategies that aim to legitimize this differentiated insertion into the market. A total of 148 producers were involved in this latter study. They are from three micro-regions, located in Northwest Sao Paulo, as follows: Andradina (50), São José do Rio Preto (49), and Jales (49). However, in this work, only the results obtained from the latter micro-region were discussed. Analyses of all these surveys revealed that family farmers demonstrated their creativity and tenacity to develop various production and marketing integration strategies that have resulted in livelihood improvements and, concerning the differentiated marketing, highlighted a new classification of their roles as producers, and a revaluation of their way of life. However, in most cases initiatives were isolated or within limited groups, without a relationship that brings together and extend the positive experiences, although a great part of the studied region is embedded in areas covered by territorial development policies of the federal government.*

Keywords: *Family Agriculture; Strategies; Differentiate Marketing; Way of Life; Northwest São Paulo.*

1. Introdução

Este trabalho é uma síntese e uma reflexão sobre pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, que tratam das estratégias de produção e de comercialização dos agricultores familiares tradicionais e assentados do noroeste paulista, acrescida de alguns apontamentos preliminares sobre a questão do desenvolvimento rural, suas possibilidades e limites diante das dinâmicas sociais e econômicas da região no período recente.

A discussão empreendida neste artigo tem como fundamento duas pesquisas, relativamente extensas: a primeira, desenvolvida entre 2004 e 2006, consistiu no estudo das experiências de produção e de comercialização que têm contribuído para a realização dos projetos de vida das famílias assentadas, seja por meio do aumento da renda seja pela evolução de outros fatores que, na percepção das famílias, resultaram na melhoria de seu bem-estar, em oito assentamentos da região de Andradina (SP), abrangendo um total de 169 produtores. A segunda, realizada, entre 2007 e 2009, envolveu os estudos sobre as estratégias de inserção dos agricultores familiares em processos de comercialização diretos, como a venda ao consumidor, ou semidiretos, como aquela destinada ao comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional, de produtos *in natura* ou com algum tipo de agregação de valor, assim como as estratégias de produção que visam legitimar esta inserção diferenciada no mercado. Esta última pesquisa envolveu 148 produtores de três microrregiões do noroeste do Estado de São Paulo: Andradina, São José do Rio Preto e Jales, mas serão abordados os resultados apenas desta última microrregião, pois os produtores de Andradina que comercializam diretamente sua produção também são quase todos assentados e a microrregião de São José do Rio Preto apresenta particularidades (como a presença de uma cidade relativamente populosa) que não cabem abordar em função do escopo deste trabalho.

2. Características do noroeste do Estado de São Paulo

2.1 Caracterização da microrregião de Andradina

A região de Andradina² situa-se no noroeste do Estado de São Paulo e é formada por 12 municípios. De acordo com a Fundação Seade (2009), apresenta índice de escolaridade bem superior à média estadual e de longevidade

²A região de Andradina considerada neste trabalho é a Região de Governo, pois esta é a mesma divisão territorial adotada pela Cati, com a denominação de Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), no censo do LUPA, o que facilita a comparação dos dados.

ligeiramente inferior à média, mas em termos de riqueza, situa-se bem abaixo da média do Estado, com uma renda per capita de 1,93 salários mínimos (S.M.), enquanto a média estadual é de 2,92 S.M, o que reflete também na quantidade maior de domicílios (em relação à média do Estado) com renda *per capita* menor do que $\frac{1}{4}$ do S.M. e menor do que $\frac{1}{2}$ S.M.

Em relação à escolaridade apesar do índice sintético de escolaridade indicar um bom desempenho da região, esta ainda possui uma taxa de analfabetismo de 10,7% e um percentual de 62,9% da população com o ensino fundamental incompleto, enquanto média estadual é de 6,6% e 55,6%, respectivamente. Somente no caso da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo é que a região possui um percentual maior do que a média estadual (FUNDAÇÃO SEADE, 2009).

A importância da agropecuária para a região é significativa se comparada com o peso desta no Estado, pois contribui com 12% do emprego total, enquanto a média estadual é de apenas 3,2% (apesar de que este índice subestima o trabalho na agropecuária, pois só conta os empregos registrados, enquanto prevalece o autoemprego nas unidades familiares). A participação da agropecuária no Valor Adicionado geral é de 5,6%, acima da média estadual que é de 2,1% apenas.

Os dados do LUPA 2007/08 mostra que, em termos de número de unidades agropecuárias, na região de Andradina há ampla predominância das pequenas propriedades com 76,9% das propriedades do EDR na faixa até 20ha, mas quanto à área ocupada representam apenas 13,2% do total. No outro extremo, as unidades agropecuárias com mais de 500ha, embora sejam apenas 1,8% do total, ocupam uma área 35,3% (Tabela 01), o que mostra um alto grau de concentração fundiária na região (PROJETO LUPA, 2009).

De acordo com Carvalho e Kuhn (1999), na década de 90, a região de Andradina estava entre as três regiões do Estado com maior concentração da estrutura agrária³.

A região ficou conhecida como a terra do "rei do boi", por ter a predominância de grandes fazendas que criavam extensivamente bovinos de corte. A construção do complexo hidrelétrico do Urubupungá (formado por três usinas: Jupuíá; Ilha Solteira e Três Irmãos), entre 1960-90, agravou os problemas fundiários da

³Três regiões têm uma grande incidência de propriedades com mais de 500 ha: Andradina, Presidente Venceslau e Presidente Prudente eram as únicas regiões do Estado em que as propriedades com mais de 500ha ocupavam mais da metade da área agrícola regional disponível (CARVALHO e KUHN, 1999, p. 32).

região, pois o enchimento dos lagos desalojou a população ilhéu e ribeirinha. Também ocorreram mudanças na população, pois houve um grande afluxo de pessoas das mais diversas regiões brasileiras para trabalharem na construção das hidrelétricas, mas após o término das obras, parte destes trabalhadores não encontrou ocupações na região.

A CESP (Companhia Energética de São Paulo) buscou amenizar a situação criando três reassentamentos (Jupiá, Três Irmãos e Hortifrutigranjeiros) e um assentamento na região (Cinturão Verde de Ilha Solteira), mas em condições diferentes (áreas de sequeiro) daquelas que viviam a população atingida pela construção das barragens, causando dificuldades de adaptação.

Em função das lutas dos movimentos sociais da região (a organização do MST no Estado de São Paulo originou-se na região de Andradina), o Incra também desapropriou algumas fazendas improdutivas e que foram ocupadas por famílias de trabalhadores sem terras.

Até o final da década de noventa, a forte concentração fundiária não se alterara e muitas fazendas mantinham a criação extensiva de bovinos, com índices muito baixos de produtividade. O número de assentamentos rurais era relativamente pequeno na região de Andradina: apenas 11 projetos e 938 famílias assentadas (excluídos os (re) assentamentos da CESP que seguiram outra dinâmica).

No início da presente década, o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo)⁴, por meio de um convênio com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), realizou um amplo trabalho de vistorias em propriedades da região e identificou um grande número de propriedades que apresentavam índices de ocupação da terra (Grau de Utilização das Terras – GUT) e de produtividade (Grau de Eficiência na Exploração – GEE) abaixo de 50% dos valores necessários para que um imóvel seja considerado produtivo. Os movimentos sociais rurais, ao tomarem conhecimento destes resultados, promoveram vários acampamentos nas imediações dessas fazendas para pressionar o governo a realizar a desapropriação dos imóveis por interesse social e destiná-los à criação de novos

⁴No Estado de São Paulo o Itesp, até a época desta pesquisa, em 2006, era o órgão estadual responsável pela assistência técnica e extensão rural nos assentamentos, pois o quadro de funcionários do Incra era bastante reduzido e a maior parte dos projetos na região eram acompanhados pelo Itesp. Posteriormente o Incra implantou um Escritório em Andradina com mais de quarenta funcionários, embora a quase totalidade contratada mediante convênio, por tempo determinado.

assentamentos. Esta estratégia, na maioria dos casos, foi vitoriosa e resultou na instalação de um grande número de novos assentamentos rurais. De acordo com o Incra (2010), já foram criados 34 assentamentos somente na microrregião de Andradina (parte destes em implantação).

A região teve como uma das principais atividades a pecuária de corte, mas também o café, assim como em outras regiões do Estado de São Paulo, destacou-se como uma cultura importante até a segunda metade da década de 80. Dentre as culturas anuais, o algodão, o milho e o amendoim chegaram a ocupar uma área expressiva.

Os dados do LUPA de 2007/08, indicam que as pastagens, destinadas à pecuária, continua ocupando a maior área plantada (360,2 mil hectares), mas ocorreu o deslocamento de parte significativa do rebanho bovino para a produção de leite.

Nesta década também ocorreu aumento vertiginoso do plantio de cana-de-açúcar que passou a ocupar o segundo lugar em termos de área plantada (240,7 mil hectares). Com área bastante inferior, menos de 10% da área ocupada pela cana, aparece a cultura do milho, embora esteja presente em um grande número de propriedades, pois é utilizada nas pequenas unidades agropecuárias para a alimentação dos animais.

Em relação às frutíferas, o destaque é o abacaxi, cultivado especialmente em algumas cidades da região, que alcança mais de cinco mil hectares, enquanto as outras frutas que aparecem em seguida, como a manga, a laranja e a banana, ocupam menos de um quarto desta área.

O grande número de assentamentos e os índices de pobreza maiores do que a média estadual levou o Ministério do Desenvolvimento Agrário a escolher Andradina como uma das cinco regiões beneficiadas pela política Desenvolvimento Territorial do Estado de São Paulo⁵, que dentre outros aspectos, concede recursos para serem aplicados em ações e obras que contribuam para estimular o desenvolvimento do território.

4.2 Caracterização da microrregião de Jales

A região Jales⁶ situa-se no extremo noroeste do Estado de São Paulo e é

⁵As outras regiões são o Pontal do Paranapanema, o Vale da Ribeira (estas duas tornaram-se depois Territórios da Cidadania), o Sudoeste do Estado (Itapeva) e a região de Jales.

⁶A região de Jales considerada neste trabalho também é a Região de Governo, pelas mesmas razões expostas para a região de Andradina.

formada por 22 municípios. De acordo com a Fundação Seade (2009), apresenta índices de longevidade e escolaridade superiores à média estadual, mas em termos de riqueza, situa-se bem abaixo da média do Estado, com uma renda *per capita* de 2,08 salários mínimos (S.M.), enquanto a média estadual é de 2,92 S.M., mas não se trata de pobreza extrema, pois quando se observa percentual de domicílios com renda *per capita* menor do que $\frac{1}{4}$ do S.M., a região está um pouco melhor do que à média do Estado.

Assim como Andradina, o índice sintético de escolaridade indica um bom desempenho da região de Jales, mas esta mantém uma alta taxa de analfabetismo (12,7%) e um percentual de 68,9% da população com o ensino fundamental incompleto, enquanto média estadual é de 6,6% e 55,6%, respectivamente (FUNDAÇÃO SEADE, 2009).

A importância da agropecuária para a região revela-se no percentual de vínculos empregatícios ligado à agropecuária que é mais do que o dobro do que a média estadual (apesar de estar subestimado o trabalho na agropecuária, conforme já mencionado). A participação da agropecuária no Valor Adicionado geral é de 13,7%, bem acima da média estadual que é de 2,1% apenas.

Na região de Jales predominam as pequenas propriedades, como se pode constatar pelos dados do LUPA 2007/08: 87,5% das propriedades do EDR de Jales possuem menos de 50ha e ocupam 40% da área total. Se considerarmos as unidades de produção agropecuária até 100ha, que corresponde aproximadamente a 4 módulos fiscais da maioria dos municípios, estas ocupam 53,8% da área e 94,3% do número total. Quando comparada com outras regiões do Estado de São Paulo, trata-se de uma região com menor concentração fundiária, pois o valor da terra mais baixo, na primeira metade do século XX, permitiu que parceiros de café de outras regiões próximas comprassem terras ali. Alguns municípios, como Jales, tiveram um processo de loteamento planejado, em que as áreas menores ficavam mais próximas do núcleo urbano (MONBEIG, 1984; SANT'ANA, 2003).

A cultura do café foi durante várias décadas a principal atividade econômica da região, mas com a decadência deste a partir dos anos 80, a predominância da produção familiar baseada na pequena propriedade (a parceria era menos importante do que em outras regiões) contribuiu para que opções intensivas em mão-de-obra fossem adotadas e atualmente a região caracteriza-se por grande diversidade em termos produtivos, com destaque para a presença de várias frutíferas e da pecuária de leite. No entanto, em termos de área ocupada, há predominância das pastagens (bovinocultura) com 240,2 mil hectares, seguida

da laranja (17,3 mil hectares), cana-de-açúcar (16,5 mil hectares), milho (3,6 mil hectares) e seringueira (3,2 mil hectares). As culturas da cana e seringueira têm apresentado crescimento significativo nessa última década. São também importantes, do ponto de vista econômico e social, a uva fina, a banana, o limão, a manga, a uva rústica (niagara) e as anonáceas (LUPA, 2007/08).

A cultura do café ocupa 1.081 hectares e mantém a tendência de contínua diminuição da área plantada. A produção comercial de olerícolas, de modo geral, atende ao mercado regional e embora seja importante para parte dos produtores familiares, possui pouca expressão no âmbito regional em termos de número de propriedades envolvidas.

A forte presença da agricultura familiar e a reivindicação articulada por alguns atores locais contribuíram para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário incluisse também esta região na política de Desenvolvimento Territorial do Estado de São Paulo, assim como Andradina.

3. Estratégias, habitus e modo de vida

A perspectiva teórica adotada na concepção e interpretação dos resultados das pesquisas realizadas baseou-se em algumas categorias analíticas que concebem a realidade e ações humanas como um processo complexo em que não há determinações irreversíveis e unívocas.

Tal como Wanderley (1999) parte-se da hipótese de que as transformações ocorridas na agricultura familiar para que esta se reproduzisse nas sociedades modernas, não produziu uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores.

Na exploração familiar "*cada decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir*" (LAMARCHE, 1993, p. 19).

Carneiro (1997), estudando a agricultura familiar nos países desenvolvidos, acrescenta que pesquisadores europeus constataram que tem partido da *cultura camponesa tradicional* a formulação de saídas à crise da economia e do ecossistema provocadas pelas medidas modernizadoras.

No caso dos assentamentos, Antuniassi (1993) destaca o importante papel do resgate de práticas e estratégias tradicionais de ajuda mútua ligadas ao parentesco para a manutenção das famílias na área, mesmo em condições adversas.

A tradição não deve ser interpretada, portanto, como um apego irracional a elementos arcaicos e nem "*diz respeito apenas à celebração de um passado*

inalterável ou à defesa do 'status quo'", pois é também uma forma de olhar o futuro (GIDDENS, 1995, p. 127).

Bourdieu (1974; 1983; 1990) utiliza o conceito *habitus* para explicar essa relação entre mudança/permanência e condicionamento/autonomia do sujeito (agente). O *habitus* enquanto um "*sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas (...) tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas*". (BOURDIEU, 1974, p. 201-2)

Essa característica durável e determinada não é absoluta e não impede, segundo Bourdieu (1983), que o *habitus* tenha um caráter histórico. O conceito de *habitus* é particularmente adequado para se pensar as estratégias dos produtores familiares, pois estas tendem a ser edificadas com base em uma tradição bastante forte e se constituem em reações, alternativas ou adaptações referentes a alguma restrição imposta pelas condições objetivas de trabalho e de vida. O *habitus* gera:

[...] estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação (BOURDIEU, 1990, p. 23).

Bourdieu busca esclarecer a relação contraditória entre determinação e autonomia na configuração das estratégias. O princípio dessas estratégias não é:

[...] a procura consciente da maximização do lucro específico, mas uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo. As estratégias [...] são ações objetivamente orientadas em relação a fins que podem não ser os fins subjetivamente almejados (BOURDIEU, 1983, p. 94).

Há uma dupla (in)determinação: as condições sociais, econômicas e políticas de um determinado contexto e o *habitus* influenciam decisivamente as estratégias utilizadas em termos de objetivos e em relação às finalidades efetivamente alcançadas; mas nem tudo é mecanicamente determinado externamente ao sujeito, este também têm possibilidade de respostas ativas; ao mesmo tempo que nem todas as ações/práticas desenvolvidas pelo sujeito têm uma finalidade consciente (SANT'ANA, 2003).

A análise da agricultura familiar a partir das estratégias dos produtores se

contrapõe às vertentes que atribuem um caráter transitório à agricultura familiar, pois esta tenderia a desaparecer com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Sem desprezar os determinantes estruturais, este enfoque considera necessário examinar o papel desempenhado pelas ações dos sujeitos na construção de suas estratégias de vida, ainda que parcialmente subordinados e limitados pela sociedade envolvente e pelo processo histórico mais geral.

As estratégias estão fundamentadas em um *habitus*, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio *habitus* e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas (SANT'ANA, 2003).

Esses projetos podem ser mais bem compreendidos, quando analisados como parte de determinados modos de vida. Para Lobo (1992), as análises realizadas a partir da noção modos de vida enfatizam as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna, suas representações, tanto quanto a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência.

O conceito de modo de vida é abrangente, não se limita aos indicadores objetivos das condições materiais de vida e trabalho e nem mesmo ao *habitus*, às dimensões que estão incorporadas no modo ser, pensar e agir do indivíduo (ou grupo) e que são resultado dos condicionamentos objetivos; este conceito abrange também um projeto. É o modo de vida que dá sentido às inter-relações entre as estratégias, embora nem sempre seja produto de escolhas racionais e lógicas e, como elemento histórico, esteja em permanente construção (SANT'ANA, 2003).

Deve-se ressaltar que a existência de um projeto não é um *a priori*, um dado, mas uma possibilidade.

As estratégias, portanto, são construídas na relação tensa entre um campo, um *habitus* e um projeto, expressam e são expressão de um modo de vida; buscam configurar e, ao mesmo tempo, sofrem a mediação desse mesmo modo de vida.

As estratégias tanto podem buscar conservar um modo de vida, reagindo às pressões restritivas advindas de mudanças em um campo, como podem orientar esforços práticos e simbólicos para mudar a composição de forças internas ao jogo ou ainda para subverter suas regras, visando à (re)construção de um outro modo de vida projetado (embora, este também seja produto da memória e do vivido).

Na construção de um modo de vida também não cabe tentar separar as

dinâmicas interna e externa desse processo, pois estas estão imbricadas e se retroalimentam (FERRANTE e BARONE, 2008).

Bourdieu (1994) divide as estratégias de reprodução em cinco classes que estariam presentes em todas as sociedades, mas com formas e pesos diferenciados: as estratégias de investimento biológico (das quais as mais importantes são aquelas ligadas à fecundidade e as profiláticas – o cuidado com o corpo); as estratégias sucessórias; as estratégias educativas (escolar e familiar, esta última, inclui a estratégias éticas que visam inculcar a submissão dos interesses dos indivíduos aos do grupo/família); as estratégias de investimento econômico; e as estratégias de investimento simbólico que visam conservar ou ampliar o capital de reconhecimento (social, político, etc.) do grupo.

Ainda de acordo com este autor, as estratégias formam um sistema cronologicamente articulado, de modo que uma estratégia pode substituir a função de outra ou ser mais importante do que outras em determinado contexto ou de acordo com o ciclo de vida da família. Pode-se acrescentar que há também uma complexa rede de inter-relações e combinações entre essas diversas classes de estratégias.

As estratégias dos produtores familiares podem abranger, portanto, os aspectos produtivos, de comercialização, de crédito, de organização, de formação técnico-profissional e de administração, como também outros aspectos ligados à vida social e à cultura dos produtores, como os valores, as tradições e as normas que informam as relações familiares, a educação dos filhos, as relações comunitárias tradicionais, as alianças, as relações de parentesco e descendência, os casamentos, o tipo de partilha, a migração, o desenvolvimento de atividades não agrícolas, dentre outras (SANT´ANA, 2003).

4. Caracterização geral dos produtores e da produção

Os resultados que serão apresentados a seguir referem-se às duas pesquisas já citadas, uma sobre oito assentamentos da região de Andradina e a outra sobre produtores da região de Jales que comercializam diretamente sua produção.

Em ambas as pesquisas constatou-se que a faixa etária dos responsáveis pela unidade familiar era relativamente avançada, sendo que a maioria possuía mais de 50 anos. Quase todos os responsáveis se encontram ativos, mas notou-se uma adaptação da função ou tipo de atividade (culturas e criações) que exercem com suas possibilidades físicas atuais e com a maior ou menor disponibilidade de mão de obra. Quando não podem contar mais com o trabalho dos filhos, implantam mudanças no sistema de produção do estabelecimento,

seja no sentido de introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra (como a ordenhadeira mecânica), seja reduzindo ou descartando determinadas culturas e atividades.

Quanto ao grau de escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos, observou-se que não houve diferença significativa entre homens e mulheres no universo pesquisado. Em ambas as pesquisas tanto produtores como produtoras apresentaram baixo grau escolaridade: os homens entre 83 e 90% e as mulheres entre 73 e 85%, não ultrapassaram o ensino fundamental, sendo que, dentre os assentados, mais da metade do total estudou no máximo até a 4.^a Série do Ensino Fundamental.

A situação melhora significativamente quando se analisa a escolaridade dos filhos maiores de 14 anos. No caso da pesquisa dos oito assentamentos, em torno de 70% dos filhos frequentaram (ou frequentam) o ensino médio e 7,2% alcançaram o ensino superior, e na pesquisa que investigou os produtores que comercializam diretamente a produção em Jales pouco mais da metade (52,4%) tinha alcançado o ensino médio, mas um percentual significativo (23,8%) estava cursando ou havia completado o ensino superior (a maioria em faculdades particulares da região). Nesta última pesquisa somente foram considerados os filhos que estavam engajados no trabalho do estabelecimento, excluindo aqueles que apenas residiam com os pais.

Embora uma parte dos pais elabore várias estratégias para manter o filho na propriedade, como lhe dar maior autonomia por meio da implantação de atividades independentes ou a compra de presentes (motocicletas, por exemplo), o maior grau de escolaridade dos filhos aumenta a possibilidade de sucesso na busca de um emprego fora da propriedade/lote. Na região de Andradina, em função da expansão significativa da quantidade de assentamentos, nas famílias mais numerosas, observou-se a estratégia dos filhos (com o apoio dos pais) de acampar e buscar conquistar terra em outros assentamentos. Foram observados casos de famílias do Assentamento Primavera de Andradina (o primeiro implantado na região) que tiveram seus filhos instalados no Assentamento Belo Monte (Andradina) e cujos netos foram assentados no Estrela da Ilha (Ilha Solteira).

Há, no entanto, pais que não desejam que seus filhos sofram as mesmas dificuldades pelas quais passaram e veem o estudo como uma forma de encaminhá-los para outras profissões, embora também manifestem não gostar da vida no meio urbano. Como constatou Battestin (2009) os pais e parte dos jovens estão insatisfeitos com os resultados do trabalho agrícola, mas são apegados ao modo de vida rural. Os depoimentos dos assentados sobre o

significado da conquista da terra demonstram que valorizam a vida no assentamento, apesar do trabalho pesado e das dificuldades de geração de renda. O modo de vida que traz esta satisfação abrange não só aspectos materiais, mas também dimensões subjetivas, como o gosto, a alegria de estar em um lugar marcado pela tranquilidade, pela amplitude, pelo convívio mais próximo com a terra e com a natureza (SANT'ANA *et al.*, 2009).

A maioria das famílias, das duas regiões pesquisadas, utiliza rendas não-agrícolas para compor o orçamento familiar, provenientes do trabalho e/ou de aposentadorias/pensões. No caso de trabalho de membros da família (especialmente dos filhos) a renda é destinada tanto para cobrir as despesas individuais e familiares, como, em alguns casos, para investir no estabelecimento.

Na pesquisa sobre os assentamentos foi investigada a experiência anterior de trabalho do responsável pelo lote. Em todos os assentamentos a grande maioria dos titulares de lote teve algum tipo de experiência de trabalho agrícola antes de entrar na terra. (SANT'ANA *et al.*, 2007). Quando se detalha o tipo de ocupação anterior, verifica-se que as maiores frequências são de trabalhador rural diarista (boia-fria) e de empregado rural mensalista, a primeira extremamente precária e a última sujeita à baixa remuneração. Além disso, dentre os 30,8% (do total) que possuem experiência de trabalho não-agrícola a quase totalidade destas atividades está, da mesma forma, vinculada a profissões de baixa remuneração e/ou precárias. Estes dados mostram que os assentamentos cumprem também um importante papel de inclusão social, pois a grande maioria famílias além de revelar que teve melhoria na condição de vida, passando a ter no mínimo uma casa e meios de subsistência, ainda elevou sua autoestima ao ver o sonho da conquista da terra se realizar.

Na região de Jales, quando se analisa o tempo de trabalho na agricultura dos produtores pesquisados, observa-se que a maioria desempenha atividades agrícolas há décadas. Dentre os titulares das propriedades, 75,5% declararam que trabalham há pelo menos 26 anos como agricultor, mas metade deles está no máximo há 15 anos na mesma área, o que indica que estes produtores tiveram que mudar de propriedade no momento da partilha ou para se adaptar a situações de dificuldades ou ainda em busca de melhores áreas para produção e comercialização.

Dentre as famílias assentadas da região de Andradina predominam os lotes entre 14 e 16 hectares, enquanto em Jales dentre os produtores pesquisados a média é de 12,8 hectares, sendo que 59,2% possui entre 2,1 e 10 hectares, enquanto 20,5% está na faixa de 10 a 20 hectares.

A grande maioria das famílias assentadas da região de Andradina entrou no assentamento sem nenhum recurso, seja porque não dispunham de bens que pudessem ser vendidos e aplicados no lote, seja porque após anos de acampamento esses recursos foram exauridos. De modo geral, a infraestrutura dos lotes pesquisados é precária, especialmente em relação aos equipamentos e benfeitorias destinadas à produção, pois foi necessário aplicar os créditos de investimento recebidos em bens que gerassem renda imediata (SANT'ANA, 2009). Em Jales a infraestrutura básica está presente em quase todas as propriedades, mas a maioria precisa de reforma e/ou adequação.

No início desta década a exigência de granelização do leite (Instrução Normativa n.º 51, de 18/09/2002, do Ministério da Agricultura) colocou um novo desafio para os assentados e produtores familiares em geral. A granelização que em princípio foi apontada como um fator de exclusão do pequeno produtor, nos assentamentos rurais da região levou à criação de vários grupos informais e depois associações ou cooperativas. Em todos os assentamentos pesquisados a comercialização do leite é realizada com a mediação dessas organizações que gerenciam os tanques de expansão (mantém resfriado o leite) comunitários ou que foram cedidos pelas empresas compradoras. Na região de Jales os produtores tiveram mais dificuldade de organização e em muitos locais receberam em média preços menores pelo litro de leite comercializado.

Nos assentamentos de Andradina o rebanho bovino é a principal atividade em quase todos os lotes, mas apresenta grande variação do tamanho do plantel. A maior parte (44%) dos produtores possui entre 21 e 40 cabeças de animais; 30,9% possuem mais de 40 animais; já outros 24,7% possuem no máximo 20 cabeças. Em Jales, dentre os produtores pesquisados, a bovinocultura está presente em 35 propriedades (71,4%), com um número médio de 23 cabeças por estabelecimento. Na maioria dos casos é uma atividade secundária ou complementar na geração de renda do estabelecimento, pois as atividades predominantes são as hortícolas (produção de frutas e hortaliças). Nesta região a pecuária leiteira é também uma atividade importante para os agricultores familiares, mas a amostra de produtores pesquisada é composta apenas por aqueles que comercializam de forma diferenciada a sua produção, o que é mais frequente dentre as referidas culturas. Em muitos casos o leite é utilizado para a fabricação de queijos e outros derivados para comercialização.

A maior parte (44,4%) dos produtores assentados apresenta produtividade de 4,1 a 6,0 litros diários por vaca ordenhada (semelhante à média do Estado de São Paulo⁷), 18,8% de 6,0 a 8,0 litros/dia e somente 13,8% tem obtido

produtividade média por vaca acima 8,0 litros/dia. Por outro lado, um percentual significativo dos produtores (23,2%) apresenta produtividade muito baixa, de até 4,0 litros/dia por vaca (SANT'ANA, 2009).

A sazonalidade da produção de leite é muito significativa dentre os produtores pesquisados das duas microrregiões, sendo que em Andradina a média de produção no período chuvoso é de 75 litros/dia por produtor e na seca é de 50 litros/dia. Já dentre os produtores pesquisados de Jales a média observada durante o período das águas é de 43 litros/dia, enquanto no período seco a média cai para 26 litros/dia, uma drástica redução de quase 60%.

A predominância da pecuária de leite é justificada pelos produtores, em função desta atividade garantir uma renda mensal (pois tem comercialização garantida), oferecer poucos riscos de queda brusca da produção, ter uma oscilação de preços relativamente previsível e trazer um ganho adicional com a venda dos bezerros.

As principais culturas plantadas pelos assentados de Andradina (além da braquiária que ocupa em média 70% da área dos estabelecimentos) são: o milho, que devido a sua grande versatilidade, integrou-se ao sistema de produção da pecuária de leite; a mandioca, presente em todos os assentamentos e cultivada basicamente para autoconsumo, mas em alguns assentamentos também é destinada à venda; e diversos tipos de feijão (carioca, catador, adzuki). Outras culturas como o eucalipto, o quiabo, a manga, o abacaxi, embora sejam importantes alternativas de diversificação da renda para alguns produtores, ocupam áreas menores e estão presentes em um número relativamente pequeno de lotes.

Também em Jales, a pastagem está presente na maioria das propriedades pesquisadas (75,5%), já que mesmo que não esteja sendo direcionada à pecuária leiteira, é utilizada na atividade de recria de animais de corte. Presente em 30,6% das propriedades, o milho foi a segunda cultura mais citada, mas neste caso, um terço dos produtores que semeia a cultura, informou cultivar milho verde destinado a comercialização direta. A produção de laranja pelos produtores também é bastante significativa, está presente em 24,5% das propriedades, seguida de outras frutíferas, como a uva, banana e limão.

⁷Deve-se considerar, no entanto, que a média brasileira e do Estado de São Paulo é baixa quando comparada, por exemplo, à dos Estados do Sul do país que apresentaram produtividade média 60% maior do que a média brasileira (IBGE, 2007).

5. Principais estratégias dos produtores

O perfil dos produtores e da produção dos assentados na região de Andradina e dos agricultores familiares pesquisados da região de Jales mostra que ambos possuem várias características comuns, embora algumas estratégias tenham a marca do contexto regional e da inserção ou não em lutas pela conquista da terra.

Do ponto de vista dos sistemas de produção, dentre os assentados pesquisados na região de Andradina, há ampla predominância da pecuária de leite, enquanto na região de Jales, embora esta atividade tenha também se ampliado nas últimas décadas, há maior diversificação de culturas, especialmente a fruticultura.

No caso dos assentados da região de Andradina, o histórico de lutas pela conquista da terra e a maior presença de movimentos sociais resultaram em uma maior capacidade de organização para formar associações/cooperativas e de articulação para ter acesso ao crédito e a outras políticas públicas, como a inserção dos filhos em outros assentamentos da região. No entanto, a condição inicial dos assentados é mais desfavorável, pois adentram áreas sem nenhuma benfeitoria, muitas vezes com solos desgastados e, parte deles, sem experiência de gestão de uma atividade agropecuária, pois, como foi já mencionado, a maioria tivera como ocupação anterior o trabalho assalariado agrícola e/ou urbano. Na região de Jales a propriedade herdada ou adquirida mediante a compra envolveu muito trabalho, mas não lutas sociais pela terra. De modo geral, em termos de infraestrutura as propriedades em Jales encontram-se em situação melhor e a experiência familiar na agricultura também era mais ampla, envolvendo duas ou três gerações.

As estratégias predominantes em relação à produção e à comercialização seguem duas linhas principais, que embora não sejam contraditórias, pois podem ser combinadas, muitas vezes são adotadas alternativamente em função da capacidade de investimento dos produtores ou de suas opções em termos de modo de vida. A primeira linha abrange produtores que têm procurado investir no aumento da produção e da produtividade da principal atividade que realizam, na grande maioria dos casos, a pecuária leiteira, seja via especialização produtiva ou combinando esta atividade com diversificação produtiva e da renda. A segunda linha adota como estratégia a inserção diferenciada no mercado, por meio da venda direta ao consumidor e/ou ao mercado varejista, institucional ou ainda pequenas indústrias no âmbito local/regional.

Os agricultores familiares que adotam a primeira linha ganham maior visibilidade dentre atores internos e externos ao assentamento/comunidade rural,

são reconhecidos como inovadores, produtivos e empreendedores, e em alguns casos tomados como modelos. Observa-se, muitas vezes, a criação de uma dinâmica virtuosa em que o aumento da produção e produtividade gera maiores rendas, estas permitem melhorias na condição de vida, reinvestimentos no estabelecimento familiar e, ao mesmo tempo, motivam a busca de maior capacitação técnica, a construção de parcerias com órgãos ligados à extensão rural e outras instituições, além de manter maior número de membros da família em torno do estabelecimento. Mas nem sempre o caminho da tecnificação convencional significa maiores rendas líquidas, pois em parte o ganho de produtividade é absorvido pelo aumento dos custos de produção e/ou é acompanhado de maior nível de endividamento e elevação dos riscos, com alguns resultados desastrosos, como no caso dos produtores de uva da região Jales diante da perda total da produção ou de calote dos compradores da safra. Embora a pecuária leiteira apresente maior estabilidade relativa da renda anual, também já ocorreram casos de falência de agroindústrias e permanentemente há a dependência dos preços ditados por estas grandes empresas.

As pesquisas realizadas indicam que dentre as famílias que optaram pela intensificação produtiva, são aquelas que combinam esse processo com a diversificação de culturas e atividades ou, no mínimo, adotam uma gestão cautelosa dos investimentos, em que as decisões não são avaliadas apenas em função de seu retorno, da racionalidade econômica, mas principalmente com base em seus riscos potenciais para reprodução social da família e para a estabilidade de um certo modo de vida, que conseguem realizar seus projetos com solidez. Persiste, no entanto, a necessidade do agricultor se moldar a uma forma específica de organizar a produção e seguir itinerários técnicos estritos, ditados pelas grandes agroindústrias.

Esse tipo de produtor que investe no aumento da produção e produtividade, dentro do padrão da agricultura convencional, no caso dos assentamentos de Andradina, representa entre 20 e 30% do total, ou seja, a grande maioria não consegue se inserir nesse processo, seja por não dispor de recursos, equipamentos ou formação técnica adequada, ou em função de preferir outros caminhos.

Uma segunda linha das estratégias dos produtores familiares, presente também em ambas as regiões, mas que foi abordada especificamente na pesquisa realizada na microrregião de Jales, consiste na construção de formas diferenciadas de inserção no mercado, como a venda direta ao consumidor e/ou a venda para o comércio varejista, pequenas indústrias ou mercado institucional (no período recente ampliou-se com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos).

Especialmente na venda direta ao consumidor constatou-se uma grande diversidade de tipos de produtos comercializados (mais de 50 produtos diferentes), sendo que em alguns casos ainda há vários produtos dentro do grupo, como os cárneos, os lácteos e os resultantes de panificação.

A diversidade se manifesta ainda nas estratégias que os produtores utilizam para colocar seus produtos no mercado, pois embora as feiras-livres sejam predominantes, os produtores também realizam vendas nos estabelecimentos, nas ruas/residências, barracas, pequenas casas comerciais, mercado institucional, outros produtores, por meio de rede de parentesco, pontos comerciais informais na cidade (uma esquina em determinado horário), supermercados com abrangência local/regional ou até mesmo enviam pelos correios.

Outro aspecto marcante nessa segunda linha de estratégias é a diversidade de itinerários técnicos: alguns produtos exigem alto grau de domínio técnico convencional (*moderno*), outros um saber-fazer específico e transmitido de uma geração à outra dentro de uma família, e ainda outros são produtos do quintal que exigem poucos recursos técnicos e normalmente são destinados exclusivamente para consumo próprio, mas que eventualmente atendem às preferências de determinados clientes.

Embora sejam atividades quase invisíveis, especialmente quando desenvolvidas por mulheres, com cultivos do entorno da casa ou a partir da fabricação de produtos artesanais, a renda obtida por meio da comercialização diferenciada é muito importante para a maioria das famílias. Pode-se verificar tal relevância quando se compara com a renda obtida pelo leite, que é a principal atividade produtiva da região, e constata-se que a grande maioria dos produtores que comercializa diretamente ao consumidor conseguiu uma renda bruta superior (SANT'ANA *et al.*, 2010).

Além da importância em termos de geração de renda, vários produtores mencionaram que a comercialização direta proporciona maior autonomia para organizar a produção e permite-lhes ter maior poder de negociação de preços, já que tratam diretamente com os consumidores ou pequenos varejistas. Alguns destacaram ainda a ampliação de suas relações sociais, como um aspecto que lhes trazia satisfação, pois ao sair do cotidiano da propriedade rural, tornavam-se mais conhecidos e suas habilidades e saberes para produzir determinados produtos passavam a ser reconhecidas e valorizadas.

6. Considerações finais

A análise dessas pesquisas permite constatar que os produtores desenvolvem,

com criatividade e perseverança, várias estratégias de produção e de inserção no mercado que têm resultado em melhorias concretas em suas condições de vida e, no caso da comercialização diferenciada, apontam para uma re-significação do papel que desempenham enquanto produtores e para uma revalorização do modo de vida dos agricultores familiares.

Embora seja maior a visibilidade das estratégias que se orientam para o aumento da produção e da produtividade, via tecnificação convencional e especialização, somente uma parte dos produtores tem conseguido se estruturar para seguir essa trajetória, além de que, nesse caso, quase sempre a comercialização se faz em cadeias longas ou para grandes agroindústrias, o que restringe muito a autonomia dos produtores.

Já as estratégias diferenciadas de inserção no mercado e a diversificação produtiva, que a acompanha, podem se tornar um outro caminho capaz de contribuir para a reprodução social da agricultura familiar, ao mesmo tempo, que revaloriza seu modo de vida e seus conhecimentos. Nesta forma de comercialização a família tem maior autonomia técnico-produtiva, pois a qualidade dos produtos muitas vezes não é resultado de sofisticação tecnológica ou da conformidade estrita a normas e procedimentos padrão, mas resultado de um saber-fazer tradicional, mediado por relações de confiança, possível devido ao contato direto do produtor e consumidor. Além disso, o produtor ao eliminar agentes de intermediação, consegue obter um preço melhor para seus produtos e, às vezes, negociar margem de lucro em função da especificidade e tipicidade dos produtos que oferece. Observou-se, no entanto, que a grande maioria dos casos de comercialização diferenciada é resultado de iniciativas individuais ou de grupos muito restritos, e com apoio tênue de organizações públicas (governamentais e não-governamentais), portanto com poucas possibilidades de se expandirem, sem comprometer a renda daqueles que já estão inseridos nesse mercado.

Ambas as regiões estudadas estão em áreas de abrangência das políticas de desenvolvimento territorial do governo federal, mas este fato ainda não resultou em uma articulação que aglutine e amplie as experiências positivas. Esta articulação seria fundamental para criar as condições permitam aproveitar as oportunidades que políticas recentes oferecem, como a participação da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos e na merenda escolar, ou para ampliar e consolidar a participação dos produtores em equipamentos públicos, onde possam vender seus produtos (*in natura* e processados) diretamente ao consumidor (como as feiras livres). Desta forma, não teríamos apenas experiências

pontuais exitosas, fundadas no talento e esforço de famílias isoladas, mas um processo de desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões estudadas.

Referências

ANTUNIASSI, M. H. R. Estratégias familiares na organização do trabalho em núcleos de reforma agrária. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, supl. 01, p. 17-21, 1993.

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES**. Viçosa (MG), 2009. 206p. Dissertação (*Magister Scientiae*) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal Viçosa.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 361p.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208p.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, abril, p.70-82, 1997.

CARVALHO, Y.M.C., KUHN, V.L. (1999) Agricultura familiar no estado de São Paulo: política e condições econômicas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, nº 8.

FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A. Assentamentos na agenda das políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V. L. S. B., WHITAKER, D. C. A. (Orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara (co-editor), 2008, p. 272-307.

FUNDAÇÃO SEADE Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>, Acesso em 10/09/2009.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK; U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995, p. 73-133.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Produção da Pecuária Municipal 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em 01/02/2007.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 1, 1993, 336p.

LOBO, E. S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 7-15, 1992.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Instrução Normativa n.º 19. Disponível em: <http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Agricolas/visDetalhes.as...> Acesso em 03/08/2009.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392p.

SANT´ANA, A. L. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. Araraquara, 2003. 246p. Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

_____. Caminhos e descaminhos das estratégias familiares de diversificação produtiva em assentamentos rurais da Região de Andradina (SP) In: IV CONGRESO ARGENTINO Y LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA RURAL, 2009, Mar del Plata (Argentina). **Anais...** INTA: , 2009. Cd-rom.

SANT´ANA, A. L. et al. Estratégias de Produção e Comercialização dos Assentados da Região de Andradina, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n. 5, maio 2007, p.29-41.

SANT´ANA, A. L., TARSITANO, M. A. A., SILVA, F. C., MODENESE,

V. S. O significado da terra para os assentados da região de Andradina-SP. **Retratos de Assentamentos**, n. 12, p. 275 - 290, 2009.

SANT´ANA, A. L., SILVA, F. C., MODENESE, V. S., SANT´ANA, D. Z., SOUZA, G. S. A inserção diferenciada no mercado como importante estratégia de geração de renda dos agricultores familiares do noroeste paulista In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná, 2010. Cd-rom.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo – LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 01/07/2009.

SILVESTRO, M. L. et al. **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis (SC) – Brasília: Epagri; – NEAD/MDA, 2001. 102p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

PENSAR E AGIR LOCALMENTE: A MEDIAÇÃO PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, UM CAMINHO POSSÍVEL PARA ASSENTAMENTOS RURAIS?¹

Maristela Simões do Carmo²

Resumo: O fenômeno da globalização está diretamente associado à pobreza e à degradação ambiental, especialmente na América Latina. Pensar globalmente está intimamente associado à internacionalização do capital, e apesar do *slogan* Pensar Globalmente Agir Localmente ter se originado no mundo do *marketing* empresarial foi na ECO-92, no Rio de Janeiro, que se generalizou na formulação da Agenda 21 Global, como um instrumento para se construir o desenvolvimento sustentável. Refletir sobre mediação para novas propostas paradigmáticas passa pela abordagem multidisciplinar do desenvolvimento e, portanto, por um pensar local. Tendo os princípios da Agroecologia como marco teórico é possível colocar a diversidade biológica e sócio-cultural no centro do desenvolvimento que se pautem como sustentável, sem que isso implique em um isolamento da realidade mundial. Significa ter por base as necessidades sociais e ecológicas, e a potencialidade local dos recursos, ao propor modelos que privilegiem as pessoas que ali se encontram. O pensar globalmente acaba por submeter as decisões dos atores sociais, em especial os agricultores familiares, ao jugo do comércio global, fazendo-os atuar como agentes unicamente econômicos na defesa de interesses externos. Ademais, ao se respeitar a natureza e sua abrangência produtiva localizada, sob a ação social solidária e coletiva nos moldes de um

¹Este artigo foi originado da apresentação e debates da mesa "Mediação, Gestão e Políticas Públicas nos Assentamentos" durante o IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento, em Araraquara de 9 a 11 de junho de 2010.

²Professora-adjunta da FCA/UNESP – Botucatu e professora-colaboradora do Programa de Pós-Graduação da FEAGRI/UNICAMP, stella@fca.unesp.br; stella@agr.unicamp.br.

desenvolvimento endógeno, é de se esperar que as interconexões locais contribuam fortemente na resolução dos problemas globais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Endógeno; Agroecologia; Agricultura Familiar.

***Abstract:** The process of globalization is considered to be directly related to poverty and environmental degradation, especially in Latin America. The internationalization of capital has been closely associated with globalization and despite the fact that the slogan "Think globally, act locally" has been coined for the marketing world, at the 1992 Earth Summit in Rio de Janeiro (ECO-1992) the use of the slogan has become more widely known in the formulation of Agenda 21, as an instrument for sustainable development. Reflections on the practices of mediation towards new paradigm of sustainable development applying a multidisciplinary approach and, thus the concept "Think locally". Since agroecology draws upon basic ecological principles for its conceptual framework, the socio-cultural context of ecosystem and biodiversity valuation should be considered key issues of sustainable development, without incurring any unwanted consequences, as the isolation from the reality of the world. The means of achieving the desired goal of sustainability that meets social and ecological needs includes local resources and capabilities, aimed at encouraging residents to use the proposed moulds. However, the decisions of social actors, especially farmers, who were encouraged to "think globally", have suffered under the yoke of international market, which makes them to acting as agents only to protect economic interests abroad. Furthermore, while protecting the environment and localized food production in accordance with the social solidarity and collective action in an endogenous development mould, it is likewise expected that the local interconnections strongly contribute to solving global problems.*

Keywords: Endogenous Development, Agroecology, Family Agriculture.

"Nunca duvide de que um grupo de cidadãos comprometidos e preocupados possa mudar o mundo. Na verdade, esta é a única forma de mudança que pode dar certo"

Margaret Mead

Introdução

O tema globalização está diretamente associado à pobreza e ao desenvolvimento rural, especialmente nos países da América Latina. Refletir sobre a mediação às novas propostas paradigmáticas passa pela abordagem multidisciplinar do desenvolvimento, o que nos remete às tentativas de absorver um novo paradigma para o campo.

A crise ecológica é parte de uma crise civilizatória pela qual passamos hoje e vai precisar de um novo padrão, um novo modelo de evolução das sociedades contemporâneas, sob pena de inviabilizarmos a vida no planeta.

Nos anos 1970/1980 ouvimos insistentemente, e ainda ouvimos, o *slogan* "Pensar Globalmente e Agir Localmente" e nunca nos perguntamos se ele atende realmente às necessidades terceiro-mundistas de desenvolvimento.

Essa expressão, embora tenha surgido na área de *marketing*, a partir das idéias de Phillip Kotler³ quando se pensava na expansão do comércio internacional, também foi apropriada pelos militantes do movimento ambientalista e, por tantos outros, vigorando até hoje. Porém, é tempo de fazermos uma reflexão e questionamentos mais profundos sobre essa máxima dos anos 1980, principalmente no que diz respeito aos agricultores familiares, assentados rurais e outras comunidades tradicionais que estão à margem do desenvolvimento.

Esse pensamento tinha e tem até hoje, a intenção de difundir tecnologias geradas nos países centrais, induzindo aqueles em desenvolvimento a aceitar a base técnica e padrões de consumo do chamado primeiro mundo, e mais, agora com a preocupação (menor é verdade) de incluir as diferenças das especificidades regionais/locais. Mas isso sem comprometer a reprodução, dita "sustentável", das condições originais de valorização da "tecnologia global". No fundo a globalização, ou se quisermos, o aprofundamento das conexões internacionais, conduz a uma racionalidade global dos desejos mercantilistas do capitalismo, que vão ditar quais são as necessidades que o mundo interconectado deve ter.

Um exemplo emblemático dessa racionalidade diz respeito ao Mc Donald's

³Phillip Kotler foi professor de Marketing Internacional na cadeira S.C. Johnson & Son da Kellogg Graduate School of Management, Northwestern University em Chicago. Considerado o pai do marketing, cunhou a idéia de Pensar Globalmente e Agir Localmente, com a intenção de vender junto com os produtos propagandeados, a preocupação com o meio ambiente e os costumes locais das populações de diferentes países. Foi, realmente, um pioneiro ao analisar as reais potencialidades da globalização, a partir do local, mas com o olhar no comércio internacional.

que usou muito esse slogan com o Big Mac, da sua rede de *fast-food*. Esse é um sanduíche vendido em mais de 100 países de forma absolutamente padronizada. Porém, na Índia, onde não se come carne bovina, o Big Mac é feito com carne de carneiro, visto que a vaca é um animal sagrado para a maior parte dos indianos.

O McDonald's pensa globalmente mas age localmente, "respeitando" a cultura de cada país. De acordo com seus dirigentes os

países e as pessoas do mundo são diferentes, isso significa que uma técnica de marketing bem sucedida em um país não irá automaticamente funcionar em outro". Daí "é importantíssimo saber como ajustar o conceito a um produto ou negócio em particular, ou seja, precisamos ter a capacidade de PENSAR GLOBALMENTE E AGIR LOCALMENTE. O "produto global" pode ser o mesmo em todos os lugares e ainda assim diferente. <http://icom2009.blogspot.com/2009/03/pensar-globalmente.html> (acesso em 10 de abril de 2011)

Esse slogan foi adaptado para o pensamento ambientalista, principalmente no que se refere às alterações globais, sendo o exemplo mais importante as mudanças climáticas, com proposta de soluções, via mecanismos de desenvolvimento limpo – MDLs, para os seqüestros de carbono. Com isso, o movimento ambientalista abraçou esse slogan sem questionar o modelo de desenvolvimento proposto pela economia globalizada e países centrais, atribuindo ao mercado as soluções para os problemas ambientais, inclusive o aquecimento global.

Hoje, a globalização, com uma roupagem centrada em atitudes pretensamente corretas do ponto de vista ambiental, apregoa tecnologias com possibilidades de exploração intensiva dos recursos naturais numa visão que se diz preservacionista, mas que não se desliga do mercado enquanto instância regulatória máxima para internalizar custos e realizar lucros. Mas, será que o mercado tem estofa para impedir os desequilíbrios ecológicos e a destruição cultural de sociedades e populações tradicionais?

Globalização e o Pensar Global: Caminhos na contramão da sustentabilidade

O que significa pensar globalmente? A quem serve pensar e agir globalmente?

O pensar globalmente está intimamente associado ao fenômeno atual da

internacionalização do capital, melhor expressado como globalização⁴, mas que de fato aprofunda a hegemonia dos países desenvolvidos na produção e distribuição da riqueza. Essa é uma dinâmica em que há a necessidade crescente de criação e expansão de mercados, da ampliação da produção e consumo de bens e necessidades ditadas pelas regras e costumes dos países hegemônicos. A globalização serve muito mais ao comércio globalizado do que ao meio ambiente. A "Aldeia Global" nos dá a sensação de que o mundo ficou menor e isso em tempo real.

No entanto, as promessas que serviram de suporte à globalização foram refutadas por muitos economistas e sociólogos, inclusive pelo prêmio Nobel de Economia 2001, Joseph Stiglitz⁵, que nos mostra que a nova ordem econômica mundial, com menos desigualdades e injustiças, não aconteceu sob a égide da globalização e, muito pelo contrário, transformou o que poderia ser uma força propulsora para a sustentabilidade no ideal da unicidade do desenvolvimento.

A unicidade da verdade científica, em contraponto a uma pluralidade de vias de desenvolvimento, causou mais concentração, miséria, desemprego e exclusão social. E concretamente, hoje, pensar globalmente é pensar o comércio internacional, gerenciado pelo capital financeiro em seus movimentos especulativos. Globalização é comercializar tudo o tempo todo em toda parte do mundo.

Nessas circunstâncias, mesmo quando cooptado pela visão ambientalista, o Pensar Globalmente significa entregar às relações comerciais, em mercados específicos, as soluções para problemas de caráter global como vender créditos de carbono aos países que não querem diminuir suas próprias emissões de CO₂ e nem abrandar sua pegada ecológica.

Na realidade há uma saturação do termo globalização enquanto pensamento único e homogeneizante. Segundo Leff (2002, p.6), esse slogan acabou se convertendo

⁴A globalização, enquanto fenômeno recente, é um processo de aprofundamento das relações internacionais entre os países, interligando o mundo nas questões políticas e econômicas, tendo ainda implicações sociais e culturais. Esse fenômeno foi impulsionado pela revolução nas comunicações e transportes, supondo a generalização dos benefícios da tecnologia a todos indiscriminadamente, pobres e ricos. Acabou se constituindo num movimento gerado pelo capitalismo para a expansão dos mercados dos países centrais já saturados em seus mercados internos.

⁵STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida dos benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

numa armadilha para gerar um pensamento único sobre nosso futuro comum:

Por ello el slogan "pensar globalmente y actuar localmente", tan tenazmente promovido por el discurso del desarrollo sostenible, ha sido en realidad una artimaña para generar un pensamiento único sobre "nuestro futuro común", ante los retos del desarrollo sustentable alternativo, induce en las culturas locales un pensamiento global que no es otro que el discurso economicista del crecimiento sostenible, cuando el reto de la sustentabilidad es pensar las singularidades locales y construir una racionalidad capaz de integrar sus diferencias, asumiendo su inconmensurabilidad, su relatividad y su incertidumbre.

Segundo esse autor, as saídas propostas que não trazem o olhar econômico do mercado como solução para todos os problemas, inclusive os ambientais, está na "política da diferença", da necessidade do diverso, do direito de ser diferente. Deixar à mostra as singularidades existentes, emergir para uma racionalidade ambiental que nos leve a repensar a produção e a distribuição a partir dos potenciais do ambiente natural e os significados que as diferentes culturas lhes apontam. É preciso dialogar com a natureza e com os homens que com ela convivem.

A reafirmação da identidade em paralelo à globalização traz o território como o espaço social em que os atores têm maior compromisso com a realidade, as verdadeiras ligações com a natureza e o mundo no qual estão inseridos. É o lugar onde vão disputar o poder para mobilizar projetos de construção da identidade cultural, reconhecimento da autonomia (PLOEG, 2008) e do domínio sobre o uso e manutenção dos recursos naturais.

Si la economía global genera el espacio donde las sinergias negativas de la degradación socioambiental hacen manifiestos los límites del crecimiento, en el espacio local emergen las sinergias positivas de la racionalidad ambiental y de un nuevo paradigma de productividad ecotecnológica (LEFF, 2002).

A luta pelo direito de ser diferente, segundo esse autor, está emergindo da saturação das promessas da globalização frente aos limites impostos pela natureza, e mais, como resistência ao aprisionamento de seres diversos a um pensamento único e homogêneo.

O desafio também se coloca na qualidade do desenvolvimento para além do consumo e da redução das desigualdades sociais. A ausência de oportunidades e de acesso aos recursos, o desenvolvimento como liberdade, nas palavras de Amartya Sen (2000), a fome e a pobreza, levam à desintegração social e perduram na insustentabilidade das práticas globalizadas de desenvolvimento impostas pela economia mundial.

E daí vem à idéia de, se quisermos ajudar o meio ambiente global, pensar e agir localmente tem, de fato, o potencial regenerador da diversidade biológica e cultural. A diversidade e o direito de ser diferente trazem autonomia aos povos, o ponto central de um desenvolvimento endógeno com base na Agroecologia.

Agroecologia como Marco Teórico para Transformações: o resgate das práticas agrícolas tradicionais, o acento na diversidade

Primeiramente, precisamos conceituar o que seja a Agroecologia, para que não haja interpretações errôneas. Não se trata de confundir Agroecologia com agriculturas de bases ecológicas, associação linear feita frequentemente pela grande maioria das pessoas. Trabalhando com a conceituação de Caporal e Costabeber, 2002, entendemos a Agroecologia como:

o campo do conhecimento que proporciona as bases científicas para promover a transição do padrão de agricultura convencional para estilos de agriculturas ecológicas, na direção de também transformar o modelo convencional de desenvolvimento para modelos sustentáveis de Desenvolvimento Rural.

Pensamos então a Agroecologia, não apenas como uma base técnica de produção de agricultura "limpa" de insumos químicos (condição necessária para uma outra agricultura, mas não suficiente), mas sim como uma proposta para se galgar um desenvolvimento sustentável para o campo brasileiro, incluindo aí suas populações mais pobres.

É vista então como uma nova abordagem científica, de caráter multidimensional, uma vez que busca a contribuição das várias disciplinas do conhecimento para construir seu corpo teórico, procurando o novo das interações disciplinares. Nesse enfoque, a unidade de estudo da Agroecologia, o agroecossistema⁶, é por si só o

⁶O agroecossistema é visto como um produto social da comunhão homem-natureza, configurando histórias co-evolutivas diferentes dependendo das condições sócio-culturais e ambientais.

locus de complexas relações entre seres vivos e o meio abiótico, o que nos indica os limites dos elementos naturais na exploração para a produção de bens e serviços da sociedade contemporânea.

A matriz do conhecimento agroecológico interliga dois princípios fundamentais, quais sejam, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas na direção da 'saúde ecológica' e a preservação da etnodiversidade das populações, 'a saúde cultural'. A incorporação do conhecimento acumulado das populações tradicionais na evolução conjunta do homem e da natureza na matriz epistemológica da Agroecologia deixa claro a importância de outros saberes que não somente aquele da ciência moderna oficial.

O etnoconhecimento tem um papel primordial na inovação e geração de tecnologia, uma vez que está ligado ao conhecimento de gerações no manejo do agroecossistema no qual estão inseridos, trazendo contribuições tecnológicas na solução dos problemas locais e, conseqüentemente, propiciando menor impacto na exploração dos recursos naturais e maior autonomia à comunidade.

A abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores e extensionistas a penetrarem nas práticas, no saber empírico dos agricultores e populações tradicionais, resgatando seu conhecimento para desenvolver agroecossistemas com dependência externa mínima de insumos químicos e energéticos. A revalorização e o resgate das práticas agrícolas tradicionais, com muito mais pertinência, podem contribuir para geração de novos conhecimentos orientados ao desenvolvimento de uma agricultura assentada em bases ecológicas e menos dependente de inputs industriais intensivos em capital. O que significa agregar a sabedoria popular nas investigações científicas.

Em resumo, entendemos que para desenhar modernos sistemas agrários sustentáveis, com base em agroecossistemas singulares, a Agroecologia parte de que é necessário compreender o funcionamento dos ecossistemas naturais e revalorizar os conhecimentos e capacidades dos atores locais.

Nesse contexto, a transição se orienta por meio de um modelo de desenvolvimento com características endógenas, ou seja, aquele cujas bases se assentam na potencialidade do local. Endógeno, nesse caso, se refere aos ganhos associados aos valores do local estabelecidos sobre os recursos ali existentes, de tal sorte que a decisão das escolhas, o comando e os resultados do processo sejam parte e fiquem no lugar, exprimindo um processo auto centrado. Não se trata do isolamento do resto do mundo, mas sim de acrescentar as características ecológicas e as identidades culturais na formatação do desenvolvimento, fazendo com que as escolhas e o domínio do processo estejam na localidade.

Esse modelo é, portanto, caracterizado pelo conjunto de recursos que vão gerar estratégias na promoção do desenvolvimento local em bases permanentes em função dos agroecossistemas particularizados, situando-se na capacidade do lugar de gerar diversidade de opções de desenvolvimento sustentável.

A verdadeira evolução se manifesta e se efetiva nas alterações de paradigmas que melhor interpretem a realidade no tempo e no espaço em questão. É, de fato, o resultado de uma complexa construção social localizada, em que pesem todas as pressões do processo global da internacionalização do capital.

Desenvolvimento Endógeno: o potencial local na geração de CT&I

O potencial local de desenvolvimento está incorporado na visão do desenvolvimento endógeno como um dos pontos chave da Agroecologia, para a qual a sustentabilidade só adquire sentido através da clarificação teórica de tal conceito. Desde a Agroecologia o endógeno é um repertório cultural e ecológico próprio surgido de uma relação entre o homem e a natureza.

A autêntica dimensão do endógeno aparece nos processos de trabalho e nas instituições sociais geradas em torno a eles. A Agroecologia pretende ativar tal potencial 'de dentro' com o objetivo de produzir novas respostas e de fazer ressurgir as antigas, se estas forem sustentáveis. Desta perspectiva, o endógeno é algo dinâmico que digere o de fora mediante a adaptação à sua lógica etnoecológica de funcionamento (CASADO, MOLINA, SEVILHA-GUZMÁN, 2000).

Ao pensarmos nas influências de uma matriz tecnológica exógena, respaldada pelos princípios globalizantes de crédito, assistência técnica e mercantilização da produção agrícola, deixamos de lado as práticas locais de agricultores e sociedades camponesas, que possam se apoiar num modelo particular, para em contextos específicos, construir estratégias de superação atreladas fundamentalmente aos recursos ali disponíveis. Pensando em um "paradigma endógeno", a capacidade criadora e a inovação são condições necessárias para diminuir ao máximo a dependência da matriz exógena na produção agrícola, ficando, ao mesmo tempo mais amoldada ao ecossistema e utilizando melhor o trabalho humano.

Porém, é bom esclarecer que desenvolvimento com base no potencial endógeno não significa o isolamento das localidades e seus territórios, mas sim a oferta de produtos obtidos com as características locais na promoção de uma coerência entre elementos internos e externos ao agroecossistema, na direção de harmonizar recursos sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Não há, portanto, ausência de elementos de fora, pois o processo pressupõe um diálogo

constante entre ambientes internos e externos.

Nesse modelo, desenvolvimento é aquele onde os elementos locais são a referência para promover uma nova integração entre os elementos tradicionais e os do exterior, buscando conciliar as condições ecológicas, socioculturais e econômicas da localidade. Mesmo dentro de uma globalização em níveis exacerbados, as escolhas e o controle do desenvolvimento devem ser locais e os benefícios adquiridos devem lá ficar. Nesse sentido, há muito mais a preocupação de acrescentar as características ecológicas e as identidades culturais na localização do desenvolvimento, do que um isolamento do resto do mundo, muito embora dentro dessa concepção, esteja implícita a vontade de não tornar as localidades meros apêndices dos processos globais.

É óbvio que não se trata apenas da produção e comercialização dos produtos da agricultura, aspectos em que a globalização impõe práticas, na maioria das vezes incompatíveis com as realidades locais, mas de se analisar as interfaces entre globalização e localidade como resultado de complexas interações entre atores na direção de criar espaços de manobra para propostas de programas e projetos que considerem, inclusive, as relações de poder existentes. Porém, mesmo na perspectiva endógena do desenvolvimento rural é preciso um esforço para que não nos tornemos consumidores de modelos culturais amalgamados pelo mercado.

Para Remmers (2000) o desenvolvimento endógeno é um

processo social em que as pessoas progressivamente percebem que têm um maior controle sobre a direção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro de um contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade de seu lugar de vida, tanto na sua vertente de recursos naturais e humanos como na vertente de controle do processo de desenvolvimento.

O potencial da localidade se situa na capacidade dos atores que lá residem de gerar diversidade de estratégias a partir do conjunto de recursos disponíveis, culturais e ambientais, que podem ser utilizados para o desenvolvimento, sem esquecer dos vínculos com o mercado e as diferentes políticas a que estão sujeitos. Assim, é no sentimento de localidade que afloram as condições para se observar o potencial endógeno e se buscar soluções singulares e diferenciadas, com base nas forças sociais do lugar que, se devidamente acionadas podem alavancar iniciativas mais condizentes com um desenvolvimento sustentável.

Tanto as especificidades sociais quanto as formas de apropriação dos recursos

naturais têm a finalidade de orientar as pesquisas por tecnologias mais condizentes com as possibilidades dos agroecossistemas singulares, únicos, particularizados. É, portanto, um desenvolvimento de técnicas para as condições de produção localizadas, num processo interno de mudanças que impulsiona e fomenta a capacidade dos atores na exploração dos recursos naturais.

Para os agroecologistas, o equilíbrio dos agroecossistemas, no que diz respeito às diversas interações entre o solo, plantas, luz solar, umidade, fauna (micro, meso e macro), que co-habitam aquele espaço, é que vai originar o vigor daquele ambiente para gerar sua própria fertilidade e reagir às pragas e doenças (ALTIERI, 1999). Logo, o potencial de geração de tecnologia está diretamente associado ao conhecimento dos agroecossistemas como um produto social da comunhão homem-natureza para que tenham seu equilíbrio restabelecido por meio dos princípios agroecológicos e de orientação tecnológica adequada.

Segundo os autores que trabalham com as bases epistemológicas da Agroecologia, não existem verdades universais na aplicação tecnológica das ciências agrícolas e humanas, uma vez que cada agroecossistema se desenvolve com uma história co-evolutiva diferente (NORGAARD, SIKOR, 1999). A natureza das partes só é esclarecida no contexto da evolução conjunta da sua totalidade, o que não quer dizer que se rejeite a ciência analítica convencional, visto que é da composição desta com o conhecimento tradicional que a Agroecologia busca seu embasamento epistemológico.

A inovação tecnológica, então, não se dá uniformemente para todos os agroecossistemas, mas tem a ver com as características do ambiente natural, base do processo produtivo. E é aí que entra o conhecimento empírico das pessoas que conviveram naquele local, podendo, portanto, aflorar na prática a potencialidade daquele agroecossistema para a produção agrícola. E isso em perfeita consonância com o que há de mais avançado na ciência agrônoma para a obtenção de melhores produtividades com sustentabilidade agroecossistêmica.

A compreensão do funcionamento desses sistemas possibilita integrar os princípios ecológicos, agrônomicos e sócio-econômicos para avançar no âmbito da CT&I, com tecnologias adequadas tanto aos sistemas agrícolas quanto às populações que os exploram. Aí reside o significado do potencial endógeno, pois ao agirmos de acordo com as características dos agroecossistemas, na busca da maior resiliência ambiental, estaremos buscando tecnologias que atuam o mais próximo possível das condições naturais locais.

Tecnologias com estas características comprometem bem menos a qualidade

dos recursos naturais, em especial o solo e mantêm a produtividade em níveis perto do ótimo da sustentabilidade do ecossistema. Ademais, tem a tecnologia como um instrumento para o desenvolvimento rural sustentável, voltado às demandas sócio-ambientais. Portanto, para avançar no âmbito da CT&I na agricultura sustentável, é essencial reavivar a potencialidade específica de cada agroecossistema, integrando os princípios ecológicos, agronômicos e sócio-econômicos, tendo como referência que a tecnologia voltada às demandas sócio-ambientais é um instrumento para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

As estratégias como "*arte de explorar as condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos*" (Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa) fluem por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, o que possibilita, com muito mais propriedade, o surgimento de sistemas agropecuários de bases ecológicas, potencializadores da biodiversidade e da diversidade sociocultural.

Os pesquisadores e técnicos agroecológicos levam em consideração, nas suas atuações junto às comunidades, o forte sentimento de localidade dos agricultores, de pertencer a um sítio, paragem ou região. Nesse sentido, é intenso o chamamento de alguns movimentos sociais quando adotam como *slogan* de suas campanhas "terra para trabalhar e morar", "local de trabalho e vida", ou ainda "solo para produzir, terra para viver e deixar para os filhos".

No âmbito deste trabalho, o potencial endógeno encontra espaço nas possibilidades locais de gerar alternativas de estratégias de desenvolvimento rural nos eixos multidimensionais da sustentabilidade, sem deixar de pontuar na capacidade de recriar as condições de existência da agricultura familiar, o segmento social *par excellence* para atuar na quebra do paradigma da modernização conservadora. Modelos endógenos de desenvolvimento e políticas públicas de extensão rural, em conexão com a Agroecologia, são, sem dúvida, mais adequados para a evolução dos agricultores familiares, assentados rurais e comunidades tradicionais.

A Mediação Para a Transição Agroecológica: Novas perspectivas para o desenvolvimento rural

Como então praticar uma mediação para a transição agroecológica? A resposta nos parece está na alteração do *slogan* Pensar Globalmente e Agir Localmente, para "Pensando e Agindo Localmente".

Existem processos de ecologização da agricultura em curso por meio da disseminação de estilos de produção ambientalmente mais amigáveis, que também

auxiliam os agricultores a se contraporem à exclusão social e econômica a que estão sujeitos. Gliessmann, (2000), propõe a transição para a Agroecologia enquanto sistema produtivo em três etapas:

- a) diminuir a dependência dos insumos externos químicos na produção usados pela cartilha da modernização conservadora;
- b) substituir esses insumos;
- c) redesenhar os agroecossistemas com base nos princípios agroecológicos da potencialidade do local.

A Agroecologia, como campo da produção do conhecimento, está voltada à aplicação de seus pressupostos no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza e na organização social dos agricultores, respeitando as culturas locais. Tem uma abordagem multidisciplinar através do qual rompe com o método da forma única e fragmentada da ciência convencional. O processo de transição implica em mudanças tecnológicas e sociais, resultado de estratégias de personagens e grupos comunitários, surgidas da confrontação de interesses distintos e contraditórios.

A mediação enquanto processo pelo qual uma ou mais pessoas, o(s) mediador(es), se interpõem na resolução de problemas ou conflitos, auxiliando outras pessoas a construir uma resposta, é, na forma de ver da Agroecologia, instrumento importante para a construção do desenvolvimento rural sustentável.

O mediador para a transição agroecológica é, na realidade, um facilitador do processo de destruição de formas de produção da modernização conservadora e construção de um outro modelo que leve em consideração a endogenia local no desenvolvimento.

A mediação a ser feita é, então, no sentido de desenvolver a potencialidade endógena do local para a transição por meio de estratégias que conduzam às mudanças tecnológicas, organizacionais e sociais dos múltiplos atores em confrontos e disputas conflituais.

Na Agroecologia, a transição é o processo social orientado à obtenção de níveis mais equilibrados de produtividade, estabilidade e equidade na atividade agrária, utilizando estilos mais respeitosos com o meio ambiente, efetuadas pela ação social coletiva. Essas formas de ação social elevam o grau potencial transformador do desenvolvimento endógeno, são importantes na mobilização dos atores locais, abrindo espaço para um maior protagonismo e participação na formulação de alternativas com base nas suas necessidades, capacidades, potencialidades e limitações materiais, naturais e humanas.

Considerando que as forças sociais existentes na localidade são heterogêneas,

de maneira que são gerados diversos estilos de manejo dos recursos naturais, alguns incorporam acriticamente o ambiente da modernização e outros os repelem por ser agressivos e anti-éticos. Podemos pensar a Agroecologia como catalizadora da energia dos elementos de resistência específicos de cada local, por intermédio de *performances* sociais coletivas que possuem uma potenciação endógena transformadora.

Estratégias podem ser efetuadas por meio da atuação da coletividade para fortalecer o intercâmbio de experiências ecológico-ambientais entre os agricultores e entre estes e os agentes mediadores na busca do procedimento de câmbio tecnológico e organizacional. O mediador tem que cultivar e incentivar as táticas associativas e as ações conjuntas, procurando recriar as condições favoráveis de existência dos agricultores e agindo na interação entre os processos de ecologização e de ação social coletiva. A mediação exercida pelos agentes do Estado e da sociedade civil precisam ir na direção do último nível da transição, o de redesenhar os agroecossistemas locais alterados pela agricultura moderna para restabelecer o equilíbrio social e ambiental em direção à sustentabilidade.

Ao pensarmos globalmente para agirmos localmente estaremos atendendo às necessidades do comércio internacional, sujeito apenas às determinações do mercado e seus preços. Voltados a essa máxima, é muito mais provável que estejamos destruindo os recursos naturais do ecossistema produtivo e, com muita probabilidade, as condições sociais e econômicas dos atores locais. Pensando globalmente não vamos mudar o padrão de desenvolvimento no que se refere ao meio ambiente, muito menos na questão social. É fundamental subordinarmos os avanços técnicos aos valores éticos e objetivos da sociedade, em especial os menos favorecidos.

Em resumo, a mediação exercida pelo extensionista agroecológico, uma vez que a unidade básica é o agroecossistema, tem que caminhar em direção ao redesenho da paisagem produtiva, não apenas na substituição tecnológica de insumos na produção, fato que nos remete a pensar localmente e agir localmente.

Considerações Finais

A sobrevivência em níveis globais, presa ao lema pensar globalmente e atuar localmente, não tem gerado tendências claras para atingir as metas do desenvolvimento sustentável. Os mecanismos de mercado não dão conta de materializar economias menos entrópicas na direção da menor degradação ambiental, e muito menos em relação ao posicionamento da humanidade para uma lógica mais distributiva e incluyente.

A deterioração ambiental e a desigualdade social, fortemente articuladas são macrotendências globais inquestionáveis e seria de se esperar que uma agenda mais responsável das lideranças econômicas mundiais levasse em conta políticas nacionais pró-ativas no apoio aos programas que contribuam para autonomia e valorização das populações locais.

Não se nega a influência mútua localidade - globalização, mas precisamos pensar as formas de articular a produção agrícola como potencial produtivo endógeno e as múltiplas maneiras de se desenvolver o meio rural. Um novo projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável passa pelo redesenho de uma nova agricultura, menos dependente de insumos químicos externos à nossa realidade biofísica e sócio-cultural.

A Agroecologia constitui-se num forte instrumento de ruptura da visão unicista da ciência convencional, porque pressupõe o emprego da transdisciplinaridade, instala questionamentos e possibilidades diversas, valida os conhecimentos tradicionais das populações e procura redesenhar os agroecossistemas alterados pela agricultura moderna no sentido de restabelecer o equilíbrio social e ambiental em direção à sustentabilidade. Com isso, não queremos afirmar que negamos a importância de se avançar no conhecimento científico e na inovação para se garantir os objetivos de maior produtividade e sustentabilidade.

No seu contraponto ao agronegócio, a Agroecologia propõe práticas de resistência da agricultura familiar ao processo de exclusão que lhes sujeita a modernização.

Nas relações produtivas entre homem-natureza, as práticas agroecológicas estão em conformidade com os agricultores familiares e assentados, numa nova configuração de sistemas produtivos complexos e adaptados às condições locais, e enquanto paradigma científico comprometido com as demandas populares. Baseia-se nas dinâmicas da natureza e do homem como participante intrínseco desse processo e coloca a vida como valor supremo, o que pode representar uma força potencial de transformar a sociedade na busca da sustentabilidade.

No contexto de sustentabilidade, a dimensão local do desenvolvimento é o contraponto necessário à dimensão global. O desenvolvimento endógeno de cada agroecossistema, ao procurar ir além da constatação das carências e dos problemas, se dirige às potencialidades locais das soluções possíveis. A noção de território proporciona as oportunidades de inclusão da localidade no global, pelas chances de desenvolvimento de potencialidades particulares que adquirem visibilidade e se valorizam.

Se o agroecossistema é a unidade básica da Agroecologia, então temos que

pensar e agir localmente, porque assim, estaremos contribuindo para a eficiência global no que se refere à exclusão social e à questão ambiental. Não podemos separar o pensamento local do global, mas podemos, a partir das interconexões das ações locais, contribuir fortemente para a resolução dos problemas globais.

Desenvolvimento Sustentável, apesar de conceitualmente ambíguo, remete também à discussão da degradação ambiental e, com muito mais propriedade, às causas da pobreza e da busca de padrões de produção e consumo dentro dos limites da capacidade física de renovação dos ecossistemas. Nesse caso, deveríamos estar na condição de consumidores e não de consumidos pela voracidade de um processo global de mercantilização da vida e dos recursos naturais.

A incapacidade de perceber os benefícios da pluralidade de modelos de desenvolvimento para além do pensamento do crescimento econômico dificultou a emergência de um pensar e agir localmente em bases territoriais. Dessa forma, a preservação das identidades culturais das populações locais e a diversidade ambiental são componentes fundamentais para tornar possível o desenvolvimento sustentável em escala local e, da sua somatória, viabilizar o desenvolvimento em escala global.

Práticas de uso da natureza que revalorizem as culturas de diferentes estilos étnicos devem ser recuperadas por se constituírem em elementos alternativos a uma racionalidade global que homogeneiza e domina sem avaliar seus efeitos nefastos na população e no ambiente.

Tanto as particularidades sócio-culturais quanto as formas de apropriação dos recursos naturais têm a finalidade de orientar as pesquisas por tecnologias mais condizentes com as possibilidades dos agroecossistemas singulares e particularizados. É, portanto, importante um desenvolvimento de técnicas para as condições de produção localizadas, num processo interior de mudanças a partir do local. Pensar localmente e agir localmente parece estar mais de acordo com propostas de desenvolvimento sustentável, pois técnicas e práticas bem sucedidas em um país não necessariamente serão as melhores em outros.

Hoje, em países subdesenvolvidos, não existe qualquer política científico-tecnológica voltada ao desenvolvimento sustentável, com o intuito de gerar conhecimentos próprios mais de acordo com o aproveitamento dos recursos humanos e da natureza, de forma autônoma, considerando os limites e possibilidades de exploração. Há uma monotonia das paisagens de cultivo em um campo vazio de pessoas.

A atual crise econômica e ambiental abre espaços para um repensar e reformular o paradigma produtivo e econômico de prevalência sobre os recursos ambientais e sócio-culturais em direção à sustentabilidade.

Assim, pensar e agir localmente levará a um "agir globalmente", porque cuidar do agroecossistema local é cuidar do seu território, cuidar do território é cuidar da Nação e, portanto, é cuidar do mundo globalizado.

Para os assentamentos rurais torna-se vital estimular proposições de políticas públicas baseadas na Agroecologia enquanto modelo transformador da base técnica e da realidade de pobreza dos agricultores para uma vida mais digna.

Políticas públicas e investimentos generosos em ciência e inovação em modelos endógenos, tendo por base o marco teórico da Agroecologia como eixo central das modificações necessárias, sem dúvidas, acrescem as possibilidades de mudanças. As possibilidades de transformação aumentam, ainda que o futuro dos assentamentos rurais permanece incerto.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999

CAPORAL, FR; COSTABEBER, JA 2002. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.13, jul/set.

CASADO, MOLINA, SEVILHA-GUZMÁN **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

GLIESMANN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Trad.: Maria José Guazzelli. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LEFF, E. **Limite y desafíos de la dominación hegemónica**: La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. CECEÑA y SADER (comp.). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

NORGAARD, R.; SIKOR, T. O. Metodología y práctica de la agroecología. In: ALTIERI, M. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

PLOEG, Van der J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008 (Coleção Estudos Rurais)

REMMERS, G. El Desarrollo Endógeno en Zonas Rurales: acertando en un blanco móvil. In: **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**, Guzmán Casado, G; Gonzáles de Molina, M.; Sevilla Guzmán, E. (eds) Madrid: Mundiprensa, cap 15, pág411-429, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida dos benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

A GESTÃO DO INCRA E A QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO PAULO: PERÍODO 2003-2010

Raimundo Pires Silva¹

Resumo: Este artigo faz um balanço geral da gestão do INCRA/SP no período 2003-2010. Aborda as dificuldades institucionais encontradas para exercer uma atuação mais presente nas diversas regiões do estado de São Paulo e eficiente do ponto de vista dos assentados. Apresenta as principais diretrizes e ações implementadas pelo INCRA, novas perspectivas para a assistência técnica, para a execução das políticas públicas e como isso pode se refletir positivamente no desenvolvimento dos assentamentos. Igualmente, aponta desafios não apenas para a reforma agrária, mas para a questão agrária mais geral ao inserir a discussão do uso e da posse de terras públicas, a internacionalização das cadeias produtivas de commodities e o indispensável repensar as políticas públicas superando a dicotomia rural-urbano.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Gestão Pública; INCRA/SP; Desenvolvimento.

***Abstract:** This paper provides an assessment of the management of INCRA/SP during the period 2003-2010. The institutional challenges were also debated as an opportunity for INCRA to renew its commitment to work closely with rural workers from different areas in São Paulo State, and from the rural settled people perspective, this initiative should improve its performance. Moreover, the main strategies and action plans implemented by INCRA, new forms of integration into the global economy with the provision of technical assistance to contribute to the implementation of public policies, and estimates of the extent to which such an event can positively impact the development of settlements were demonstrated as well.*

¹Engº Agrônomo, Superintendente do INCRA-SP, Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente – área de concentração: Economia Agrícola e Agrária/UNICAMP.

Likewise, challenges not only in land tenure but in agrarian reform as a whole were highlighted with the insertion of the debates about land tenure and land reform, the internationalization of production and spread of global commodity chains, and rethinking public policy in agriculture to overcome the rural-urban dichotomy.

Keywords: *Agrarian Reform; Public Management; INCRA/SP; Development.*

Introdução

Esse arrazoado analítico decorre de um debate realizado no mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da UNIARA (Centro Universitário de Araraquara), em um diálogo com professores, pesquisadores e estudantes que atuam em assentamentos agrários no estado de São Paulo.

O texto foi dividido em três seções: a primeira inicia com a contextualização da questão agrária e aponta os limites da instituição INCRA para intervir nessa realidade fundiária, na qual se observa um pacto agrário entre as oligarquias e as cadeias agroindustriais sob patrocínio de políticas públicas, convivendo com baixas condições de vida e de não-trabalho da população pobre rural e/ou marginalizada nas cidades.

A segunda seção apresenta a construção da gestão do INCRA, as estratégias para atingir seus objetivos, o ritmo dos resultados obtidos, utilizando para tanto, uma pesquisa do IPEA nos assentamentos agrários do estado, realizada em 2010.

Por fim, o debate da questão agrária e da questão agrícola nos dias de hoje e suas conseqüências para o mundo do trabalho e, diante dessa situação, buscamos apontar quais são os desafios para reforma agrária.

1. Situação Agrária e Institucional

No período entre 2003 até 2010, na recente democracia brasileira, o governo central sob comando de um trabalhador – Lula – impôs uma participação mais ativa do Poder Público na melhoria das condições de vida da população rural. A população dos sem terra, a população pobre do campo estava praticamente alijada dos benefícios do nosso progresso, que vinha agravando as contradições e as desigualdades da estrutura agrária do país.

A alta concentração fundiária aliada à modernização técnica do sistema produtivo e à indústria convivendo com baixas condições de vida e de não-

trabalho da população pobre do campo (empregados rurais, pequenos agricultores familiares e sem terra) configuram a questão agrária.

Em certo sentido, esta modernização integrada à indústria tendo sob seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade definiu um pacto agrário.

Embora esse pacto agrário tivesse um papel na conformação dos problemas agrários nacionais, a expressão desses problemas se dava no plano da população, que Kageyama (1994) descreve revisitando autores clássicos: "seja sob a forma de um excedente estrutural da mão de obra (população sobrando de Rangel); seja sob formas extorsivas e extra-econômicas de exploração do trabalho (Alberto Passos); seja sob o sistema de baixos salários e desamparo legal que perpetua a pobreza rural (Caio Prado e Celso Furtado).

O enfoque da questão agrária era a condição de vida da população rural pobre de fora de um arranjo econômico e político: intensificação da modernização técnica conduzida pela oligarquia rural e pelas cadeias agroindustriais, sob forte patrocínio das políticas públicas de Estado. Esse arranjo estava calcado na grande propriedade, monocultura de *commodities* e relações de trabalho precárias, de um lado e, por outro, situava amplos contingentes da população e territórios que ficaram excluídos desse arranjo (DELGADO, 2011).

É importante destacar que, a questão agrária se expressa na seguinte equação: o êxodo rural converte o excedente populacional rural em excedente urbano.

Para se estabelecer uma política pública fundiária que intervenha nesse quadro agrário, e que também se refletisse no estado de São Paulo, foi necessário considerar dois aspectos de formulação da política pública: o primeiro a conceituação da reforma agrária e o segundo, os limites institucionais para a sua realização.

Para fins de sua conceituação tomou-se como referência o Artigo 1º da Lei 4.504 – Estatuto da Terra: "Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade".

O INCRA-São Paulo, apresentava limites de gestão fundiária, pois se encontrava desprovido das condições mínimas de funcionamento: um quadro funcional abaixo das necessidades e, ainda, estava afastado dos problemas agrários e do ordenamento fundiário do Estado.

No plano da estrutura administrativa ocorria a centralização institucional do processo decisório; morosidade no trâmite técnico-administrativo; as estruturas físicas e funcionais da instituição encontravam-se localizadas somente

na capital, não correspondendo às necessidades de parcela significativa do público a ser atendido.

O aparato legal (Estatuto da Terra – 4504/64, Constituição Federal de 1988, Lei Agrária – 8629/93) e os normativos impuseram limites à atuação da instituição na área fundiária. Por exemplo, na ação para fins de desapropriação por interesse social, com relação à sua abrangência (art. 185 da CF/88) e ao estabelecimento da exigência do pagamento antecipado (art. 184 da CF/88).

Portanto, o INCRA não tinha condições de gestão para executar a reforma agrária. A Instituição encontrava-se praticamente paralisada frente às demandas fundiárias e agrárias do Estado.

Assim, ao iniciar a gestão 2003-2008, o processo de desapropriação de grandes propriedades improdutivas, a aquisição de terras públicas, a compra de imóveis rurais para a realização de assentamentos agrários, as competências voltadas à regularização e ao ordenamento fundiário estavam desestruturadas.

Haja vista que os procedimentos fundiários e os programas de assentamento eram executados por uma instituição do governo paulista, a Fundação ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Contudo, ao assumir o INCRA-SP havia estabelecido alguns singelos objetivos:

- mostrar que no Estado com a agricultura mais moderna e industrial do país, ainda se fazia necessário um processo massivo de acesso à terra, dinamizando o processo de criação de assentamentos;
- resgatar o papel e a competência da Instituição como órgão de terra, dando-lhe condições administrativas e operacionais, além de descentralizar sua gestão pelo território paulista.

2. Ações Desenvolvidas pela Instituição

O INCRA é uma instituição federalizada, com estruturas operacionais e administrativas distribuídas em todos os estados da nação, isto é, em todo território nacional há uma estrutura com certo grau de autonomia administrativa e financeira, portanto, são unidades que têm a competência para executar a política fundiária no âmbito dos territórios estaduais.

As competências institucionais podem ser descritas de forma genérica assim:

- ordenamento fundiário, que engloba o cadastro das propriedades rurais; as ações de regularização fundiária, desapropriação por interesse social e/ou público, apropriação de terras públicas e compra de imóveis rurais;
- o acesso à terra pelos trabalhadores em condição de desemprego e, os

excluídos no meio rural e/ou urbano.

Dentro desse universo de competências institucionais, do ordenamento fundiário ao acesso à terra, nesta análise, vai-se concentrar em ações que desenvolvidas para a realização de assentamentos agrários.

A Superintendência Regional do INCRA de São Paulo, dentro dos limites institucionais e legais, por ser uma estrutura administrativa executora de política pública e não formuladora, competência esta que é atribuição da unidade central (Brasília), estabeleceu como forma de gestão na sua trajetória três conceitos estratégicos que nortearam suas ações.

O *primeiro* deles: política pública se faz com pessoas, e isto implicou na melhoria do quadro funcional e, além disso, foi necessário dotar a instituição de condições operacionais. O *segundo*: a descentralização/interiorização administrativa, porque o INCRA-SP é um local de gestão de conflitos sociais e fundiários de todo o estado de São Paulo. Portanto, suas ações e sua estrutura devem estar distribuídas pelo território estadual. Em *terceiro*: a opção pela radicalização das políticas públicas, que consistiu em massificar as ações de governo, isto é, levar a todos os assentados os seus direitos e seus deveres.

O aumento do quadro funcional só foi possível por conta dos concursos públicos (uma determinação nacional) e, também, por intermédio da realização de contratos de prestação de serviços que permitiram adicionar técnicos de assistência técnica aos quadros de servidores da instituição.

Para a reestruturação administrativa se promoveu uma série de iniciativas nacionais e locais com vistas à qualificação da gestão, com substancial aumento dos recursos orçamentários a serem executados no Estado. Ainda, várias parcerias foram realizadas com prefeituras, assim, o processo de descentralização efetivou-se com a criação de diversos escritórios regionais.

Na região oeste do Estado foi estabelecida uma Unidade Avançada com sede localizada em Andradina, que tem a maior concentração de assentamentos, com mais quatro escritórios espalhados nesta região, nos seguintes municípios: Lins, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio.

Outros escritórios foram criados em outras localidades: Araraquara, Santa Bárbara, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira e Itapeva.

A interiorização do INCRA, além de reduzir o número de problemas que chegavam à sede (situada na cidade de São Paulo) e de oferecer a possibilidade de solução a partir da própria localidade/região, permitiu efetivar a presença do Estado nos assentamentos.

Nessa trajetória de "arrumar" a casa, a superintendência aportou para o

território paulista 70 novos projetos de assentamentos agrários beneficiando 4.494 famílias totalizando, em 2010, 10.857 famílias em áreas federais. Esse total chega à 16.163 famílias quando se adicionam as famílias assentadas em áreas públicas estaduais. No período de 2003-2010 o governo federal passou de 4,3 famílias assentadas para 10,8 mil, um crescimento de 139%.

O conceito da radicalização da política pública consistiu em promover um processo de aceleração de sua execução, reduzindo o intervalo entre as sucessivas etapas que constituem o seu ciclo, a contar da imissão na posse, do parcelamento das glebas/lotes até as políticas de fomento e de desenvolvimento do assentamento. Segundo a pesquisa do IPEA² coordenada por Brancolina Ferreira (2011), os princípios que nortearam essa estratégia foram tempestividade e agilidade, sobretudo em relação à liberação dos recursos de fomento e créditos iniciais, destinados às primeiras ações de estruturação produtiva dos lotes e a construção das famílias assentadas.

De acordo com a pesquisa ainda, "A entrada da política pública nos PA's novos realiza-se de maneira mais completa, com maior grau de encadeamento entre as etapas; com maior volume de recursos, assim, a velocidade de sua aplicação e a agilidade administrativa na prestação de serviços de assistência técnica aos assentados na fase de investimento dos créditos iniciais acabam por colocar os assentamentos recém-construídos em um estágio de desenvolvimento e organização mais adiantados que o dos PA's antigos".

A pesquisa mostra também que essa presença no Estado repercutiu positivamente na ampliação das ações de extensão; regularização documental; resolução de conflitos; nos processos de elaboração de projetos junto aos assentados; nas iniciativas à organização de grupos; na promoção de assistência técnica de qualidade. Além disso, o INCRA pôde funcionar como catalisador de atividades de outros agentes públicos envolvidos na implantação de políticas conexas ao desenvolvimento dos assentamentos, como as de compra institucional de alimentos/merenda escolar, por exemplo.

O aprofundamento e aceleração das políticas públicas, segundo a pesquisa do IPEA, foram fatores de sucesso da gestão, nos aspectos abordados a seguir.

²Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária: fatores de sucessos ou insucessos – versão preliminar. Coordenação de desenvolvimento Rural/DISOC/IPEA. Equipe: Alexandre Arbex Valadares, Antonio Teixeira Lima Filho, Brancolina Ferreira, Fabio Alves e José Juliano de Carvalho Filho.

Em relação à execução das políticas de fomento e crédito, à exceção do apoio inicial (recebido por 55,91% dos assentados em São Paulo, pouco abaixo do índice nacional de 62,61%, talvez em virtude da antiguidade de parte dos assentamentos paulistas), em todos os demais créditos no Estado o índice é maior do que o nacional:

- crédito para a aquisição de materiais de construção, 67,49% contra 62,55%;
- crédito para a recuperação de casas/materiais de construção, 31,87% contra 16,11%;
- crédito de apoio à mulher, 2,68% contra 0,52%;
- fomento, 60,96% contra 25,62%,
- adicional fomento, 10,9% contra 2,26%.

Em relação ao PRONAF, 75,34% dos assentados declararam já ter tido acesso, ao passo que a média nacional fica em 52,22%. Quanto a isso, é importante ressaltar ainda que a redução do tempo de execução das políticas próprias do INCRA – quando não ocorrem problemas orçamentários – permite que os assentados recebam seus créditos de estruturação produtiva, inclusive o Pronaf A e o de construção da moradia em um tempo médio de 2 a 3 anos, quando estão em franca consolidação produtiva. Segundo o relatório do IPEA (FERREIRA et al., 2011), são visíveis os resultados dessa forma de gestão (velocidade de aplicação de recursos e agilidade administrativa na prestação dos serviços de assistência técnica) quando se compara o desenvolvimento dos assentamentos mais novos com os mais antigos.

Sobre as condições de vida e de produção dos assentados, a pesquisa revelou que 76% das casas têm seis ou mais cômodos - no país esse índice é de 48% – cerca de 70% dos beneficiários avaliam como ótima e boa a qualidade da moradia – contra 48%, no restante do país.

A etapa complementar da política de ampliação do acesso ao crédito é a inclusão dos assentados em programas de aquisição pública da produção: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, conhecido como merenda escolar). A inclusão dos assentados nesses programas tem efeito estruturante do ponto de vista do planejamento da exploração, da diversificação da produção e da aplicação mais conscienciosa de métodos de produção mais eficazes e menos nocivos ao meio ambiente. Os assentados do Estado apresentaram participação notável no PAA, em termos absolutos, superam todos os demais Estados: são 3,3 mil produtores assentados envolvidos no programa. Em termos relativos, isto representa cerca de 20% do total de assentados, uma proporção maior que

a verificada, por exemplo, nos estados do Rio Grande do sul (15%) e Sergipe (11%), onde se encontraram, respectivamente, o segundo e o terceiro maior conjunto de assentados fornecedores para PAA. Em relação à merenda escolar iniciaram experiências importantes na região de Andradina, Lins e com a prefeitura de São Bernardo do Campo.

A atuação do INCRA não ficou restrita às suas políticas próprias, a gestão na sua trajetória desenvolveu articulação com outras instituições públicas para o desenvolvimento dos assentamentos, sendo que essas parcerias foram principalmente no campo tecnológico.

Através da parceria realizada com a FEPAF/UNESP (Fundação de Estudos Agrícolas e Florestais) se logrou, principalmente, a universalização dos serviços de assistência técnica aos assentados de São Paulo. Esses serviços alcançaram excelentes resultados, conforme apontou a pesquisa do IPEA (FERREIRA et al., 2011).

A presença desta parceria nos assentamentos proporcionou a troca de experiência entre o saber tradicional dos assentados e o saber acadêmico, baseado no binômio: ensino e extensão. Nesse mesmo sentido outras parcerias foram concretizadas: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); Delegacia do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); USP (Universidade de São Paulo) – Bandeira Científica; ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e com o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas).

O serviço de assistência técnica foi o principal instrumento da gestão para a implantação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos agrários no estado de São Paulo.

Formou-se uma equipe multidisciplinar, orientada por uma concepção que extrapolou o aspecto meramente econômico, voltada para as condições de bem estar da família assentada e do meio onde vivem. O profissional tinha o dever de enxergar o assentamento em sua totalidade, atentando-se aos aspectos econômicos, sociais, ambientais e a tudo mais que estivesse relacionado com a vida do assentado.

O trabalho da assistência técnica foi orientado por um conjunto de princípios, que incluíam o diálogo com o assentado, de forma a valorizar sua experiência e conhecimentos acumulados e suas idéias para a condução de sua parcela de terra, aliando-se ao conhecimento técnico para maior benefício do assentado. Assim, o técnico de assentamento devia seguir a ética do servidor público, ou seja, seu trabalho está subordinado ao interesse público.

O assentamento foi compreendido não enquanto uma unidade produtiva, mas

sim como uma comunidade em formação. Do ponto de vista de ajuste ao ambiente do seu entorno, a organização da sociabilidade do assentamento apresenta característica semelhante ao do bairro rural, descrito na obra de Antônio Cândido (1979).

Nesse mesmo contexto, o assentamento está expresso no universo rural como um novo processo de convívio, no qual ganha destaque a recriação de condições básicas e de ajuste social para a sobrevivência e a estabilidade produção familiar (SILVA, 2011 a).

Cabe também citar a criação da política de valorização da família assentada, através da frase "O ORGULHO DE SER ASSENTADO (A)", foram realizadas diversas ações, seja para elevar a autoestima, seja para garantir a cidadania.

Pode-se concluir nesse breve relato, que quando há uma política pública (mesmo com limites) voltada para o desenvolvimento do assentamento, este "lócus" público possibilita no seu horizonte a inclusão social em contraposição ao desemprego, absorvendo os excedentes populacionais.

Mas apesar disso, há que se constatar que pequenos proprietários e trabalhadores rurais ainda são expulsos do campo por processos de concentração fundiária, de centralização de capitais e de especulação imobiliária, que reforçam o contingente de sem-terra ou de desempregados do campo e da cidade.

Tal situação foi aguçada com a mais recente estratégia do agronegócio, que ganhou espaço com o ajuste da economia brasileira aos ditames do setor externo e da competitividade com a abertura econômica. Este ajuste prescinde da força de trabalho e da massa de agricultores familiares não integrados nesse processo industrial de acumulação.

Em resumo, ao longo desse período, o cenário da questão agrária manteve a mesma equação: o não uso da força de trabalho e da ociosidade da terra.

3. Novos Desafios da Reforma Agrária

O cenário da economia rural está cada vez mais protagonizado pela presença do capital internacional no comando das cadeias produtivas do agronegócio.

Nos sistemas de produção das *commodities* (café, milho, soja) do açúcar e álcool, da madeira e da laranja vêm ocorrendo um processo brutal e acelerado de concentração, guiado pelo capital estrangeiro, com apoio público no campo do financiamento, da infra-estrutura e da logística (transporte/circulação).

Há que se destacar nesse contexto, que a terra também vem sendo objeto de especulação do capital. O processo de internacionalização também ocorre na propriedade da terra, sob a forma de assegurar a soberania alimentar no país de

origem, como também sistemas produtivos como o das *commodities*.

Assiste-se também à exploração dos recursos naturais (solo, água, vegetação) de uma forma intensiva, extensiva, em prejuízo do interesse comum, criando situações de devastação que pesarão sobre gerações futuras.

Esse momento de acumulação e concentração do capital acentua o não-trabalho (a ociosidade da mão de obra) e coloca em risco a nossa soberania alimentar, fundiária e ambiental.

A terra é patrimônio da nação, portanto, é um bem público. Visto que propriedade da terra tem que cumprir o instituto múltiplo da função social, previsto no artigo 2º parágrafo 1º da Lei 4.504: níveis satisfatórios de produtividade; conservação dos recursos ambientais; observância das disposições legais que regulam as relações de trabalho; favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O uso e posse da terra estão permeados pelo interesse público, pois o futuro de nossas gerações é o desafio que está posto hoje e precisa ser compreendido e respondido – principalmente por uma continuada revisão das políticas agrícolas e agrárias.

Isto significa que o uso da terra deve estar centrado no interesse público e ter um controle social. Para se construir esse caminho há que se estabelecer um sistema de relações entre o homem e o uso da terra, capaz de conservar o meio ambiente, promover a justiça social e o desenvolvimento do país (SILVA, 2011b).

Todo esse quadro sugere a necessidade de soluções nacionais, mediadas pelo governo e negociadas entre vários atores que estão no processo (indústria, agricultura patronal, pequena agricultura familiar e trabalhadores) e a sociedade como um todo. Não faz sentido e não seriam eficazes soluções impostas de fora ou de cima.

Nesse novo cenário será indispensável repensar as relações entre o urbano e o rural, deixando de entender o rural somente como "locus" da agricultura. As possibilidades são muitas desde a agregação de valor de matérias-primas à exploração sustentável de biomassa, passando por atividades não-agrícolas e pela realocação de atividades, em um processo que possa modificar as atuais relações rural/urbano, levando o rural a se tornar local de ocupação de mão-de-obra ociosa na cidade.

O rural deixa de ser somente um local de produção e passa ser um local de produção e vida.

Por fim, a realização da reforma agrária e a perspectiva da terra/propriedade vir a cumprir sua função social, ser enfatizada a redistribuição de terras para o

atendimento de demandas sociais e econômicas existentes, bem como a adoção de políticas públicas de fomento à produtividade do trabalho e de renda aos produtores assentados e aos pequenos produtores familiares, são condições necessárias e se fazem urgentes para a promoção de um desenvolvimento com justiça social.

Referências

Boletim Reforma Agrária/ABRA. **A Reforma Agrária no Estatuto da Terra**. São Paulo, ano VI - mai/jun - nº 5/6, 1976.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

DELGADO, G. **Questão Agrária e Saúde**. Material didático para mini-curso, 2011 (mimeo).

FERREIRA, B. et al. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária**: fatores de sucesso e insucesso. Relatório de Pesquisa IPEA, Coordenação de Desenvolvimento Rural/DIOSOC, fev./2011 (versão preliminar).

GOMES da SILVA, J. **Caindo por terra, crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira, interpretações clássicas. **Boletim Reforma Agrária/ABRA**, São Paulo, v.23, set/dez n.93, 1994.

SILVA, R.P. **Assentamentos rurais**: comunidade em construção. Disponível em: <reformaagrariaemdebate.blog.spot.com>, 2011a.

SILVA, R.P. **Reforma Agrária e sua Atualidade**. Disponível em: <reformaagrariaemdebate.blog.spot.com>, 2011b.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque**: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@uniara.com.br. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor